Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Vidas, Lutas e Resistências: O "não-lugar" da pobreza na Recife globalizada

(Sobre moradia popular, 2003/ 2019)

Paulo Alexandre Xavier Marques

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva (USP);

Co-orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG).

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2021

Paulo Alexandre Xavier Marques

Vidas, Lutas e Resistências: O "não-lugar" da pobreza na Recife globalizada

(Sobre moradia popular, 2003/ 2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva (USP);

Co-orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG).

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M 357v

Marques, Paulo Alexandre Xavier
Vidas, Lutas e Resistências: O "não-lugar" da pobreza na Recife globalizada (Sobre moradia popular, 2003/ 2019) / Paulo Alexandre Xavier Marques; orientador Marcos Antônio da Silva - São Paulo, 2021.
343 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História Contemporânea. 2. Habitação Popular. 3. Cidades. 4. Pobreza. 5. Luta de Classes. I. Silva, Marcos Antônio da, orient. II. Título.

São Paulo

2021

I

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome do aluno: Paulo Alexandre Xavier Marques

Data da defesa: 16/07/2021

Nome do Prof. orientador: Marcos Antônio da Silva

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/08/2021

(Assinatura do orientador)

Paulo Alexandre Xavier Marques

Vidas, Lutas e Resistências: O "não-lugar" da pobreza na Recife globalizada

(Sobre moradia popular, 2003/ 2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em: 16 de julho de 2021

_____ 16/07/2021

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva (USP-presidente da banca) Data

_____ 16/07/2021

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE) Data

_____ 16/07/2021

Profª Dra. Keila Queiroz e Silva (UFCG) Data

_____ 16/07/2021

Profª Dra. Raquel Glezer (USP) Data

Em memória de:

Minha mãe, Maria Suzete, que me viu começar este doutorado,
e que tanto me incentivou e se alegrou por ele,
mas que não está aqui agora,
para que eu possa abraçá-la como gostaria.
Que esse oferecimento seja o meu abraço
de eterno agradecimento por tudo que ela sempre fez por mim!

Agradecimentos

O período do curso de doutorado, à primeira vista, pode não parecer tão longo, mas, no meu caso, foi suficiente para atravessar acontecimentos muito marcantes. Entre o seu início, em 2017, e a sua conclusão, em 2021, eu perdi a minha mãe, que faleceu em 2018, quase perdi a minha esposa, que precisou ser operada do coração em janeiro de 2020 e corri o risco de morrer de covid-19, em novembro do mesmo ano. Cheguei a ser internado por 3 dias, mas me recuperei bem, em casa, sob os cuidados caprichosos de meus filhos e de minha esposa. Mas, não foram apenas desafios que aconteceram. Também se sucederam acontecimentos e períodos muito agradáveis. Por conta do doutorado, eu pude estar em Recife, com minha mãe, nos seus últimos 20 dias de vida; pude viver momentos maravilhosos com minha esposa e meus colegas do DINTER em São Paulo, por vários meses; conheci pessoas muito especiais, fiz muitas viagens e aprendi muito sobre história, sobre o tema de minha pesquisa e sobre a vida, em geral.

Por tudo isso, em primeiro lugar, eu agradeço à própria Vida. Quero agradecer a todas as inúmeras pessoas e elementos que contribuíram de alguma forma para que eu conseguisse ingressar, percorrer e concluir o caminho que me trouxe até aqui.

Agradeço à Universidade de São Paulo e à CAPES pelos subsídios concedidos para a realização desse mestrado.

Meus agradecimentos à professora Dra. Marinalva Vilar de Lima (UFCG), coordenadora e professora do DINTER USP/UFCG, que tem sido fundamental para a minha carreira acadêmica, desde 2012, quando me recebeu no Mestrado de braços abertos. Ela foi minha professora, sempre pronta a colaborar e incentivar. Sem o seu incentivo, é certo, eu não teria, sequer, ingressado neste doutorado.

Agradeço ao professor Dr. Marcos Antônio da Silva (USP), meu orientador, professor e coordenador do DINTER USP/UFCG, que se tornou meu amigo e mestre, a quem muito admiro e a quem serei eternamente grato. Sempre muito empenhado em apoiar todos os alunos do DINTER, ele foi, especificamente essencial para mim em várias ocasiões. Desde o início do curso, contribuiu para o aperfeiçoamento do meu projeto e me incentivou valorizando-o; empenhou-se em resolver todos os problemas burocráticos que surgiram, na condição de coordenador. Quando o meu primeiro orientador precisou abdicar da função por motivos de ordem pessoal, ele me “adotou”. Como orientador, ele proporcionou vários

encontros em que, com toques sutis, sempre muito éticos e respeitosos qualificou o trabalho, tirou dúvidas e me incentivou. Sempre pronto a colaborar, fez uma revisão minuciosa e detalhada de cada uma de suas partes, dando sempre o retorno com extrema rapidez. Vale salientar que, durante todo esse período, entre 2017 e 2021, ele enfrentou bravamente dificuldades relacionadas à sua saúde, tendo, inclusive, feito uma delicada e arriscada cirurgia neurológica (aneurisma cerebral). O mais impressionante é que ele passou por tudo isso, praticamente sem deixar que interferisse nos trabalhos e na atenção que sempre dedicou a todos! Enfim, se fez amigo de todos, tendo recebido a mim e minha esposa em sua casa em muitas ocasiões festivas e comemorativas, incorporando-nos nas suas atividades artísticas e compartilhando-as conosco. Ele será, para sempre, um exemplo e uma pessoa inesquecível!

Sou grato, também, ao meu co-orientador, professor Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG), que, sempre, prontamente e sem restrições, colaborou com incentivos, orientações e fornecimento de materiais bibliográficos.

Obrigado aos demais professores das disciplinas do doutorado, aos quais tanto devo: Dra. Márcia Regina Barros da Silva (USP), Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG), Dr. Caio Santo Amore (USP) e Dra. Ermínia Maricato (USP).

Agradeço aos muitos teóricos, autores e pesquisadores, que com seus trabalhos possibilitaram a fundamentação desta tese.

Deixo um agradecimento muito especial a todas as pessoas que se dispuseram a contribuir com entrevistas e depoimentos diversos nos levantamentos de campo, aos quais também dedico este trabalho. A eles, serei eternamente grato. Entre esses, quero ressaltar a importância da colaboração de minha amiga Sandra Lúcia, ex-lider comunitária da extinta comunidade Xuxa, de Recife, PE, a quem faço uma homenagem póstuma.

Agradeço, de modo especial, ao meu pai, Dr. Paulo de Moraes Marques, que colaborou de diversas formas para a realização deste trabalho, desde o seu exemplo como acadêmico, psicólogo, cientista e professor, até com o seu carinho, companhia e parceria nos trabalhos de campo. Também com o envio de fontes de pesquisa, tanto documentais, quanto bibliográficas. Foi, ele mesmo, uma das fontes orais deste trabalho. Aproveito para agradecer também à sua esposa Suerleide, que sempre torceu por mim e colaborou de várias formas, junto com ele, para a construção desta tese.

Agradeço também a minha esposa, Dione Marques, pelo carinho, incentivo, inestimável colaboração e companheirismo que dedicou a mim. Ela me acompanhou nos trabalhos de campo em Recife e passou 4 meses comigo em São Paulo, durante o período em que paguei disciplinas na USP. Apoiou-me em casa, enquanto eu estudava e escrevia, cuidou de minha mãe e de meu pai, quando precisaram, em várias ocasiões, com total dedicação e renúncia de si mesma.

Obrigado também a meu filho, Alexandre Marques. Ele foi o responsável pela retomada da minha carreira acadêmica, em 2010, quando me inscreveu, sem que eu mesmo soubesse, no curso de Especialização em Gestão Pública na UFRPE. Foi aí que teve início a pesquisa que culminou, agora, com o Doutorado em História. Ele também cuidou de nossa casa, juntamente com Larissa, minha filha, durante os 9 meses que passei, juntamente com minha esposa, entre São Paulo e Recife, em 2018. Sem falar no incentivo e na colaboração, que nunca faltou da parte dele, até mesmo na indicação de fontes bibliográficas e na busca de dados estatísticos, uma vez que ele é mestre em Estatística.

Da mesma forma, agradeço a minha filha Larissa Marques, futura psicóloga, pelos enormes desafios que enfrentou, em função do meu afastamento e de minha esposa, durante ano de 2018. Também pela privação que sofreu do meu convívio, enquanto eu estava estudando e escrevendo ao longo desses 4 anos de doutorado. Aproveito para agradecer a nossa amiga Lucielma Rego, a nossas vizinhas e amigas Dorinha e Noêmia, pelo inestimável apoio que deram a Larissa, enquanto eu e minha esposa estávamos em São Paulo e em outras ocasiões. Agradeço também ao Dr. Bruno Ferreira dos Santos e ao Psicólogo Breno Alencar, pela competente e fundamental assistência que deram a Larissa durante esse período do meu doutorado, e que continuam dando.

Não posso deixar de agradecer a meus colegas do DINTER, pela amizade, colaboração e companheirismo que compartilhamos durante o curso e, de modo especial, no período que passamos em São Paulo, morando juntos em uma república, no bairro do Butantã. São lembranças agradabilíssimas que levaremos para toda a vida!

Minha gratidão a meus irmãos Ana Lourdes, Arnaldo, Tatiana, Eduardo, Otávio e Paula pelo apoio, incentivo, torcida e colaboração com que sempre me agraciaram ao longo dessa e de outras jornadas. Mas, faço aqui um agradecimento especial a Ana Lourdes, que sempre foi para mim mais que uma irmã, ela é minha mãe também, principalmente depois da partida de nossa mãe Maria Suzete. Isso porque ela se envolveu diretamente com a produção

desta tese, me dando sugestões e grande ajuda na revisão final. Se não fosse ela, meu orientador teria tido ainda mais trabalho.

Enfim, se formos pensar mais amplamente, não há como agradecer suficientemente por algo que, sabemos, tem uma dimensão essencialmente coletiva, quase infinita, e abrange todo o trabalho acumulado pela Espécie Humana e pela nossa Mãe Terra, em todas as suas dimensões e tempos de existência. Peço desculpas se esqueci de agradecer nominalmente a alguém que tenha sido tão importante quanto todos os que citei, mas deixo aqui a todos os meus mais sinceros e eternos agradecimentos!

Resumo

Esta tese problematiza as relações conflitantes entre atores sociais a partir de suas histórias de vida, tendo a cidade de Recife como palco e, ao mesmo tempo, como produto dessas relações, no contexto das intervenções urbanísticas ocorridas entre 2003 e 2019. A narrativa se desenvolve com base na hipótese de que, no jogo das ações observadas não houve vítimas ou vilões, mas sujeitos que lutaram movidos pela ânsia de se apropriarem da cidade e de seus espaços, de nela se reproduzirem, viverem, produzirem renda e terem acesso aos bens e produtos nela existentes. Tais sujeitos são definidos pela sua condição social. Esta levou os mais pobres a defenderem seus interesses locais, enquanto as elites, conectadas aos mecanismos de dominação capitalista global, buscavam a prioridade sobre o uso do espaço da cidade e o domínio sobre os recursos e mercadorias nela produzidos, sendo ela própria a mercadoria mais valiosa. Quanto aos objetos e às fontes, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica, documental e de campo, pois foram utilizados livros, periódicos, trabalhos acadêmicos, fotografias assim como foram produzidas fontes a partir de levantamentos de campo, como observações, entrevistas, coletas de informações e de opiniões. Como fontes secundárias, foram utilizados livros das áreas de urbanismo, vida política, sociologia e história que tratam do tema das relações da cidade com a pobreza, assim como trabalhos acadêmicos das áreas de urbanismo, vida política, sociologia e história. A grande questão, que motivou e dirigiu esta pesquisa foi: como o cotidiano dos moradores pobres da cidade de Recife foram impactados pelas intervenções urbanísticas ocorridas entre os anos de 2003 e 2019, e de que forma eles reagiram a esse processo? Em relação à hipótese inicial, pode-se afirmar que se confirmou como verdadeira. A análise dos dados também permitiu a verificação da relação de continuidade que existe entre as raízes históricas, fincadas no capitalismo mercantilista do período colonial, e as injustiças sociais produtoras da pobreza na área urbana da contemporaneidade. Pôde-se também constatar que a resistência e a luta travada pelos moradores mais pobres da cidade de Recife diante dos desafios que lhes foram impostos pelo poder público através de reformas urbanísticas não foram revolucionárias, mas do tipo tático. Ela não visou à mudança do sistema político ou econômico, mas o acesso a eles, ou seja, a inclusão social, como meio para ter efetivado o direito à cidade. Nesse sentido, sem desistir nunca de lutar e de resistir contra as expulsões, os ataques discursivos, a lama, o lixo e os ratos, os pobres também não deixaram de sonhar com a realização do direito a uma moradia digna, garantida a eles pela Constituição Federal, mas negada pelos fatos em si. Porém, ao perceberem que a realização de seus sonhos tinha trazido consigo o seu oposto, ou seja, um pesadelo no qual tropeçaram, fizeram da queda o apoio para um contragolpe. Alguns deles conseguiram o mais difícil, o que parecia mesmo impossível: a própria inclusão no mercado da renda e dos lucros imobiliários. Tudo aconteceu, no entanto, não de acordo com o que foi previsto pelos planejadores, mas de acordo com a criatividade e a capacidade intuitiva dos sujeitos, que tiraram proveito de todas as ocasiões e oportunidades, de modo especial em situações que ameaçavam a sua sobrevivência e de suas famílias.

Palavras-chave:

Moradia popular; Recife; Pobreza urbana; Brasil, 2003/2019.

Abstract

This thesis discuss the conflicting relationships between social actors based on their life stories, having the city of Recife as a stage and, at the same time, as a product of these relationships, in the context of urban interventions that took place between 2003 and 2019. The narrative is developed based on the hypothesis that, in the game of observed actions, there were no victims or villains, but subjects who fought moved by the anxiety of appropriating the city and its spaces, of reproducing, living, producing income and having access to goods and existing products. Such subjects are defined by their social condition. This led the poorest to defend their local interests, while the elites, connected to the mechanisms of global capitalist domination, sought priority over the use of city space and dominion over the resources and goods produced in it, being itself the most important commodity. As for objects and sources, this research is classified as bibliographic, documentary, and field, since books, periodicals, academic works, and photographs were used, together with sources produced from field surveys, such as observations, interviews, collections of information, and opinions. As secondary sources, books were referenced in the areas of urbanism, political life, sociology, and history that deal with the theme of the city's relations with poverty, as well as academic works in the areas of urbanism, political life, sociology, and history. The big question that motivated and directed this research was: how were the daily lives of the poor residents of the city of Recife impacted by the urban interventions that took place between the years 2003 and 2019, and how did they react to this process? Regarding the initial hypothesis, it can be said that it was confirmed as true. The data analysis also allowed the verification of the relationship of continuity between the historical roots, embedded in the mercantilist capitalism of the colonial period, and the social injustices that produce poverty in the contemporary urban area. It was also possible to verify that the resistance and the struggle waged by the poorest residents of the city of Recife in the face of the challenges imposed by the public power through urban reforms were not revolutionary, but of the tactical type. It did not aim at changing the political or economic system, but at accessing them, that is, social inclusion, as a means to have made the right to the city effective. In this sense, without ever giving up fighting and resisting expulsions, discursive attacks, mud, garbage, and rats, the poor also did not stop dreaming of the realization of the right to decent housing, guaranteed to them by the Federal Constitution, but denied by the facts themselves. However, when they realized that the fulfillment of their dreams had brought the opposite with them, that is, a nightmare in which they stumbled, they made the fall the support for a counter-coup. Some of them achieved the most difficult, which seemed even impossible: the inclusion of real estate income and profits in the market. Everything happened, however, not according to what was predicted by the planners, but according to the creativity and intuitive ability of the subjects, who took advantage of all occasions and opportunities, especially in situations that threatened their survival and of their families.

Keywords:

Popular housing; Recife; Urban poverty; Brazil, 2003/2019.

Índice de abreviaturas

ACO	Ação Operária Católica
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODECIR	Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade de Recife
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DINTER	Doutorado interinstitucional
DIRCON	Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FFLCH/USP	Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INFOPEN	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCMV	Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida
MPL	Movimento Passe Livre
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PRSP	Programa Recife sem Palafitas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RMR	Região Metropolitana do Recife
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro Habitacional
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

URB	Empresa de Urbanização do Recife
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Índice de figuras

Figura 1: Mapa da cidade de Recife, com destaque para as quatro áreas pesquisadas. Fonte: Google Maps - Acesso em 09/nov/2020 29

Figura 2: Evolução do déficit habitacional no Brasil de 2004 a 2019. Fonte: ECCONIT. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2020/12/12010636-com-deficit-habitacional-que-ja-ultrapassa-326-mil-unidades--pernambuco-pode-demandar-quase-600-mil-novas-moradias-na-proxima-decada.html>. Acesso em: 20/mar/2021. 31

Figura 3: Situação de moradores da beira dos mangues de Recife, em meio ao lixo, na década de 1990. Fonte:https://www.brasildefato.com.br/2019/10/04/viveremos-a-volta-dos-homens-gabiru 79

Figura 4: Localização da cidade de Recife. Fonte: https://www.google.com/maps/place/Recife+-+PE/@-8.0421584,-35.008676,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab196f88c446e5:0x3c9ef52922447fd4!8m2!3d-8.0522404!4d-34.9286096 81

Figura 5: Mapa da cidade de Recife. Fonte: https://www.google.com/maps/place/Recife+-+PE/@-8.0421584,-35.008676,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab196f88c446e5:0x3c9ef52922447fd4!8m2!3d-8.0522404!4d-34.9286096 82

Figura 6: Área de mangue no bairro do Pina-Zona Sul do Recife (janeiro de 2020). Fonte: Acervo do autor 83

Figura 7: Fonte: Região Metropolitana do Recife. Morros - Manual de Ocupação. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=98ef7a5b-d679-42b6-87e6-5942ff8744b6&groupId=19941> Acesso em 29.06.2020. 84

Figura 8:Contrastes em Recife vistos a partir da zona norte. (Dezembro de 2019)Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=336156&page=31 85

Figura 9: Fotografia de Flavio de Barros. 400 jagunços prisioneiros, 2 de outubro de 1897. Canudos, Bahia / Acervo Museu da República / Imagem recuperada digitalmente pelo Instituto Moreira Salles. FONTE: Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002> Acesso em 06/junho/2019. 89

Figura 10: Foto: Exemplos de mocambos na cidade de Recife, no início do Século XX. Fonte: Divulgação/Museu da Cidade do Recife 95

Figura 11: Mocambo alocado no Centro do Recife por volta da década de 1920 | Foto: Museu da Cidade do Recife. Disponível em <https://recifaces.wordpress.com/2013/12/08/na-busca-de-um-chao-que-possa-chamar-de-seu/> Acesso em 02.ago.2020 100

Figura 12: Imagem da pesquisa do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021 119

Figura 13: Imagem da pesquisa do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021 119

Figura 14: Imagem do projeto do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021 120

Figura 15: Imagem do projeto do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021 120

Figura 16: Palafitas em Recife. Foto: Hélia Scheppa/JC Imagem. Fonte: Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/03/08/2014-comeca-e-traz-consigo-a-esperanca-para-milhares-de-pessoas-120751.php> Acesso em 25 de junho de 2019. 142

Figura 17: Vista aérea do bairro mostra Brasília Teimosa no início da década de 2000. Foto: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press. Disponível em: <http://www.blogdasppps.com/2014/02/recife-brasilia-teimosa-o-bairro-que.html> Acesso em: 25 de junho de 2019. 144

Figura 18:Visita de Lula com seus ministros a Brasília Teimosa, em janeiro de 2003. Fonte: EBC. Disponível em: <https://pt.org.br/brasilia-teimosa-simboliza-compromisso-de-lula-com-moradia/> Acesso em: 25 de junho de 2019. 147

Figura 19: Wellington Firmino da Silva - 2003 – Foto: Rodrigo Lôbo - JC Imagem 148

Figura 20: Diagrama metodológico do Programa Recife Sem Palafitas. Fonte: (OLIVEIRA, 2004 Apud PREFEITURA DO RECIFE, 2004) 151

Figura 21:Conjunto Habitacional Vila Brasil I (2018) - Recife-PE. Crédito: Inês Campelo/MZ Conteúdo. Disponível em: <https://marcozero.org/habitacional-vila-brasil-448-familias-e-uma-decada-de-promessas-e-abandonos-no-centro-do-recife/> Acesso em 05/mar/2021. 153

Figura 22: Regras do MCMV. Fonte: FGV com base no Pnad (IBGE). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page4> Acesso em: 05/mar/2021. 155

Figura 23: Unidades contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, entre 2009 e 2019. Fonte: Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page7> Acesso em: 05/mar/2021. 156

Figura 24: Evolução do déficit habitacional no Brasil de 2007 a 2017. Fonte: ABRAINC/FGV. Disponível em: <https://engenharia360.com/deficit-habitacional-no-brasil/#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira,78%20milh%C3%B5es%20de%20unidades%20habitacionais.&text=Ainda%2C%20entre%202015%20e%202017,mil%20unidades%20habitacionais%20por%20ano> Acesso em: 05/mar/2021. 157

Figura 25: PIB a preços de mercado – Valores Correntes (Milhões de Reais), 1º trimestre 1996 – 4º trimestre 2020. Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais 177

Figura 26: IDHM -Recife. Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf> Acesso em: 14/mar/2021. 177

Figura 27: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ 179

Figura 28: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ 180

Figura 29: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/ 180

Figura 30: Marcação da região onde se localiza a palafita da entrevistada Socorro, na comunidade Abençoada por Deus, no bairro da Torre, em Recife. Fonte: Google Maps - 2021 183

Figura 31: Distância entre a Comunidade Abençoada por Deus e o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus - Fonte: Google Maps – 2021. 184

Figura 32: vista de parte do Parque dos Manguezais, a partir da Via Mangue, tendo ao fundo o Shopping Riomar e torres de grandes edifícios do bairro do Pina-Recife-PE-2020. Fonte: acervo do autor 191

Figura 33: Comunidade do Moinho, SP-2014. Fonte: Foto de Pedro Ribeiro Nogueira. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/01/24/comunidade-do-moinho-resiste-ao-se-reconstruir/> Acesso em: 23/abr/2021. 203

Figura 34: Comunidade Deus nos Acuda, Recife, PE-2010. Fonte: Acervo do autor. 204

Figura 35: Passarela de pedestres e Comunidade Abençoada por Deus. Fonte: Google, 2018. Adaptação do autor. 208

Figura 36: piso de tábuas que servem de circulação entre as palafitas. Foto: Caique Luiz - 2013 - Disponível em <https://recifaces.wordpress.com/2013/12/16/em-permanente-compasso-de-espera/> Acesso em 02/ago/2020. 221

Figura 37: Placa da obra paralisada do Habitacional Escorregou Tá Dentro, em janeiro de 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor 241

Figura 38: Obras paralisadas do Habitacional Mulheres de Tejucupapo, em janeiro de 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor. 242

Figura 39: vista aérea do Habitacional Casarão do Barbalho - 2021. Fonte Googleb Maps 243

Figura 40: Vista dos blocos de apartamentos com o antigo casarão que deu nome ao conjunto aparecendo ao fundo - 2019. Fonte: acervo do autor. 244

Figura 41: Obra pronta, mas ainda não entregue do Casarão do Barbalho, onde aparecem ao fundo viaturas da Guarda Municipal fazendo a segurança - 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: acervo do autor. 245

Figura 42: Obra pronta, mas ainda não entregue do Casarão do Barbalho, onde aparecem viaturas e agentes da Guarda Municipal fazendo a segurança - 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: acervo do autor. 245

Figura 43: Obra pronta do Casarão do Barbalho, com comunidade do Chiclete aparecendo ao fundo - 2020. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor 246

Figura 44: vista aérea da obra do Habitacional Casarão do Barbalho, ainda em construção, e da comunidade do Chiclete logo atrás - foto com data provável em 2013. Fonte: Google Maps 246

Figura 45:Barracos de madeira nos fundos do Habitacional Casarão do Barbalho - 2019. Fonte: acervo do autor. 247

Figura 46: Card da campanha do Movimento Ocupe Iputinga postado em grupo da rede sócia Facebook - 2015. Fonte: Facebook 249

Figura 47: Incêndio na Comunidade dos Coelhos, em Recife, 2013. Foto: Do G1 PE. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/02/incendio-destroi-barracos-em-comunidade-na-area-central-do-recife.html?noAudience=tru> Acesso em: 25 de junho de 2019. 254

Figura 48: Wellington Firmino da Silva - 2011 – Foto: Rodrigo Lôbo - JC Imagem 260

Figura 49: Traçado da Via Mangue e algumas das comunidades atingidas por ele. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: <https://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica> acesso em 10/jun/2019 264

Figura 50:Pontos economicamente importantes da Zona Leste da região Metropolitana de Recife, cuja interligação foi facilitada pela Via Mangue. Fonte: Google..... 265

Figura 51:Via Mangue a as comunidades Xuxa e Deus nos Acuda cortadas pelo seu traçado (foto anterior a 2010). Fonte: <https://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica> acesso em 10/jun/2019..... 266

Figura 52: Foto do Edfício Arvoredo Residence Club no início de sua construção, tendo ao fundo a construção simultânea da Via Mangue. Fonte: acervo do autor 267

Figura 53: Edf. Arvoredo Residence Club, construído ao lado do terreno onde se localizava até 2010 a comunidade Xuxa, tendo ao fundo a Via Mangue. Foto do autor, 2020. 267

Figura 54: vista aérea do edf. Arvoredo Residence Club, construído ao lado do terreno onde se localizava até 2010 a comunidade Xuxa. Fonte: Google, 2020. 268

Figura 55: terreno onde se localizava a comunidade Xuxa logo após a demolição-2010. Fonte: Acervo do autor. 268

Figura 56: terreno onde se localizava a comunidade Xuxa logo após a demolição-2010. Fonte: Acervo do autor. 269

Figura 57: Sala de apartamento no Residencial III Via Mangue, entregue sem reboco.-2013. Fonte: Acervo do autor. 275

Figura 58: Vista geral das localizações originais das comunidades da Xuxa e Deus nos Acuda em relação à localização do novo habitacional em construção para abrigar seus moradores-2009. Fonte: Google 279

Figura 59: Pequeno comércio familiar - Comunidade Deus nos Acuda, em Boa Viagem - 2010 - Fonte: acervo do autor. 280

Figura 60: frente do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo em primeiro plano um dos blocos de quiosques comerciais - 2019. Fonte: acervo do autor..... 283

Figura 61: frente do Habitacional Casarão do Barbalho, onde se pode constatar a ausência de muros - 2019. Fonte: acervo do autor. 283

Figura 62: interior do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo em primeiro plano equipamentos de ginástica e quadra poliesportiva - 2019. Fonte: acervo do autor. 284

Figura 63: interior do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo ao centro um dos blocos de quiosques comerciais - 2019. Fonte: acervo do autor. 284

Figura 64: interior de um dos apartamentos do Habitacional Casarão do Barbalho, onde se pode ver os acabamentos internos de um dos quartos - 2019. Fonte: acervo do autor. 285

Figura 65: Oficina mecânica instalada em sala de apartamento-2012. Fonte: acervo do autor. 286

Figura 66: Oficina mecânica instalada em sala de apartamento-2012. Fonte: acervo do autor. 287

Figura 67: carroças utilizadas para vender produtos aos turistas nas praias estacionadas nas áreas comuns dos prédios-2012. Fonte: acervo do autor 288

Figura 68: barracas de bebida improvisadas nos estacionamentos-2012. Fonte: acervo do autor 289

Figura 69: barracas de bebida improvisadas nos estacionamentos-2012. Fonte: acervo do autor 289

Figura 70: play ground original, quando da entrega do habitacional aos moradores, em 2010. Fonte: acervo do autor. 290

Figura 71: espaço do play ground transformado em bar, dois anos após a inauguração do habitacional - 2012. Fonte: acervo do autor. 290

Figura 72: Apartamento térreo, servindo de apoio ao bar instalado no antigo play ground - 2012. Fonte: acervo do autor. 291

Figura 73: Apartamento térreo onde o morador compartilha a moradia com um estabelecimento comercial – 2013. Fonte: Acervo do autor 292

Figura 74: Apartamento térreo onde o morador compartilha a moradia com um estabelecimento comercial – 2013. Fonte: Acervo do autor 292

Figura 75: Sandra, ex-líder comunitária caminhando entre os blocos do habitacional, seis meses após a mudança - 2010. Fonte: acervo do autor 293

Figura 76: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor 294

Figura 77: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor 294

Figura 78: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor 295

Figura 79: Sr. Batista, técnico em refrigeração, trabalhando em frente ao seu apartamento - 2010. fonte: acervo do autor. 296

Figura 80: Sala do apartamento do Sr. Batista, técnico em refrigeração, transformada em depósito de aparelhos em concerto - 2010. Fonte: acervo do autor. 296

Figura 81: Sr. José, vendedor de água mineral, na sala de seu apartamento - 2010. Fonte: acervo do autor. 297

Figura 82: banca de Jogo do Bicho na calçada do apartamento do Sr. José, vendedor de água mineral – 2010. Fonte: acervo do autor. 298

Figura 83: barraca de Sr. Joaquim em um apartamento térreo -2010. Fonte: acervo do autor. 298

Figura 84: Quiosques construídos pela Prefeitura para uso comercial - 2012. Fonte: acervo do autor 299

Figura 85: comércio improvisado dentro do Habitacional III Via Mangue - 2012. Fonte: acervo do autor 301

Figura 86: comércio improvisado dentro do Habitacional III Via Mangue - 2012. Fonte: acervo do autor 301

Figura 87: Ampliações feitas nos quiosques pelos próprios moradores - 2013. Fonte: Acervo do autor 301

Figura 88: Barbearia instalada onde deveria ser a portaria do condomínio. Fonte: Acervo do autor. 302

Figura 89: Passagem aberta por morador do Habitacional III Via Mangue, em frente ao seu apartamento - 2013. Fonte: acervo do autor. 304

Figura 90: quintal individualizado por morador, através da construção de muros - 2013. Fonte: Acervo do autor. 304

Sumário

Resumo 11

Palavras-chave: 11

Abstract 12

Keywords: 12

Índice de abreviaturas 13

Índice de figuras 16

Sumário 23

Introdução 28

A crise urbana e sua relevância como tema de pesquisa 32

A cidade como objeto e a proposta desta pesquisa no contexto da Historiografia Recifense e Brasileira 34

O não-lugar dos pobres na cidade de Recife como objeto de pesquisa 36

Trajetória do autor 37

Histórico da pesquisa 38

Proposta de ampliação da pesquisa para desenvolvimento desta tese 41

A quem se destina esse trabalho? 44

Recorte espacial e temporal da pesquisa 45

Classificação da pesquisa e Metodologia adotada 46

Uma breve reflexão sobre as fontes e metodologias adotadas 47

História Oral x História Local x Micro-história 53

Problemática desta pesquisa: 55

Hipótese: 56

Fundamentação teórica 58

Objetivos: 61

Objetivo geral: 61

Objetivos específicos: 61

Estrutura da tese 62
Uma breve revisão bibliográfica 65
Capítulo 1: Da lama ao caos 72
Do caos à lama 75
O fim do “Ciclo do Caranguejo” e a emergência do “Homem-gabiru” 79
O Recife dos rios e dos morros 81
Recife: de uma vila de pescadores tornou-se um grande polo industrial 85
A perseguição aos cortiços e o surgimento das primeiras favelas no Brasil 87
A libertação dos escravos e a escravização da terra 91
Autoconstrução em “não-lugares”: a solução possível desde o início do Séc. XX 92
A perseguição aos mocambos como forma de “modernizar” o Recife 96
Mudanças e permanências nas relações da cidade com os pobres 102
O papel do Estado nesse contexto 103
Mais de 100 anos de exclusão social: entre o Escravismo e o Capitalismo 105
Capítulo 2: Ações e discussões em torno da Reforma Urbana na história recente do Brasil 110
O Seminário de Habitação e Reforma Urbana do Instituto de Arquitetos do Brasil e a relevância da participação dos Arquitetos 114
A interrupção dos debates pelo Golpe Civil-Militar de 1964 e a criação do BNH 121
Contribuições do IAB para a criação do BNH 122
Rupturas e continuidades em relação ao período contemplado pelo recorte temporal desta pesquisa 124
Ainda sobre o IAB, a Reforma Urbana e o Regime Civil-Militar 125
Críticas ao BNH e às políticas habitacionais na Ditadura Civil-Militar 127
Extinção do BNH: 128
O papel da Igreja Católica Apostólica Romana 129
O papel dos Movimentos Sociais 131

Os avanços e os tropeços do arcabouço legal como promessa de superação da Crise Urbana 134

O Governo Lula e o Ministério das Cidades 137

O caso emblemático de Brasília Teimosa: “daqui eu não saio, daqui ninguém me tira” 141

“Só quero que o senhor tire a gente daqui” 145

O programa Recife Sem Palafitas (PRSP) 148

O abandono do Programa Recife Sem Palafitas e o nascimento do Programa Minha Casa Minha Vida. 153

Permanências e rupturas nos diversos programas habitacionais dos séculos XX e XXI 157

Capítulo 3: Vivendo nas margens: o fenômeno da pobreza no Brasil 161

Considerações sobre a pobreza 163

Assim caminha a pobreza no Brasil 167

A Guerra aos Pobres: o conflito mais longo da história 168

Lampião e a “melhor das vidas de pobre” 171

Pobreza no Recife 175

“Ô moço, com licença!”- Criminalização x resistência, na luta pelo auto-provimento habitacional 181

Pobreza no Brasil tem cor 185

O “não-lugar” dos pobres nas grandes cidades do capitalismo periférico 187

Palafitas: o pior lugar para se morar em Recife 188

A produção do espaço como uma tática 199

Um dia na pesquisa de campo: “A gente já virou bactéria” - entrevista com Célia (pseudônimo) - Comunidade Abençoada Por Deus, 2019. 204

Segunda visita à Comunidade Abençoada Por Deus 217

Entrevista com Socorro (pseudônimo): “Minha história começou no lixo!” 220

Entrevista com Luís (pseudônimo) em 10/01/2019: o desespero de ver a casa caindo sem ter dinheiro para reparar. 227

Capítulo 4: A astúcia dos pobres na (re)construção de seus cotidianos e de suas identidades. 232

"O Brasil não é para principiantes", dizia o maestro Tom Jobim 234

Efeitos locais de uma conjuntura global 236

O sonho e a luta dos mais pobres por uma moradia digna 237

Continuação da entrevista com Socorro: o sonho do apartamento e o pesadelo de não ter como pagar as contas 238

O Habitacional Casarão do Barbalho: "Só chega gente pra reprimir, pra ajudar, não chega!" 241

O Incêndio na Comunidade dos Coelhos, em 2013 253

Minha casa... E minha vida? Um sonho que virou pesadelo 259

Prazer, eu sou Wellington! 259

O caso da Via Mangue: Um corredor feito de concreto e de discursos 262

Remoção ou expulsão? 270

"Pobre morando encima de pobre" 273

Voltando ao Habitacional Casarão do Barbalho 282

Micro-resistências: Artes, astúcias e subversões, enquanto armas 285

O combate por uma nova identidade: "A gente saiu da favela, mas a favela não saiu da gente!" 304

Algumas considerações sobre a pesquisa de campo 311

A venda e o aluguel ilegal de apartamentos, como uma solução para a crise econômica, social e cultural instalada nos habitacionais do Recife 313

De volta à saga do menino Wellington 314

A venda e o aluguel ilegal de apartamentos: um trampolim para a inclusão no Mercado Imobiliário 315

A segunda entrevista com o serralheiro Dida 317

Leonardo Lucas e seu plano imobiliário especulativo 318

Considerações Finais 321

Referências 327

Introdução

Esta narrativa nasce da problematização de relações conflitantes entre sujeitos individuais e coletivos, tendo a cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil) como palco e, ao mesmo tempo, como produto espacial[1] dessas relações. Os fatos e ações relatados e problematizados se desenvolveram por volta da primeira e segunda décadas do século XXI, mais especificamente entre os anos de 2003 e 2019. Estão entre os protagonistas dessas ações os moradores pobres[2] de quatro áreas da cidade, sendo estas nos bairros da Torre e do Cordeiro, na Zona Noroeste, e nos bairros de Boa Viagem e Brasília Teimosa, na zona Sul (Figura 1). De um lado, estão os mais pobres, defendendo de forma tática e não planejada os seus interesses locais, mais especificamente o seu direito à cidade[3] e à autodeterminação e, de outro, as elites políticas e econômicas locais, aliadas ao poder público, o qual atende prioritariamente a suas demandas. Estas últimas, lutando por meio de estratégias mais elaboradas, com vistas à apropriação prioritária do espaço público, em consonância com os interesses e os métodos capitalistas globais.

---

1 Considerando o conceito de Espaço em Milton Santos (2006), através do qual ele considera que espaço é um conjunto de fixos e fluxos. "Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam" (Santos, 2006, p. 38).

2 Neste trabalho, define-se como pobre o morador de uma metrópole situada em um país capitalista de terceiro mundo, assalariado ou desempregado que vive da economia informal, porém com renda insuficiente para ter acesso ao mercado imobiliário. Estes resolvem precariamente o seu problema de moradia, geralmente de forma ilegal, ou dependem de programas do Estado para ter acesso a uma moradia dentro da área formal da cidade.

3 Utilizamos o conceito de "Direito à Cidade" em David Harvey (2013), segundo o qual "A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar" (HARVEY, 2013, p.1).

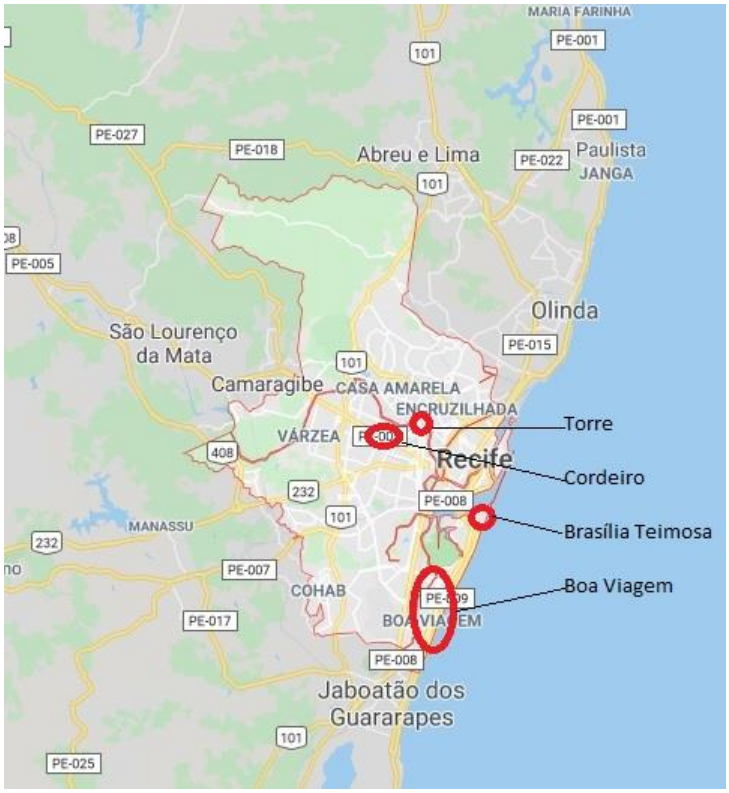

Figura 1: Mapa da cidade de Recife, com destaque para as quatro áreas pesquisadas. Fonte: Google Maps - Acesso em 09/nov/2020

A narrativa se desenvolve com base na hipótese de que no jogo das ações humanas, em torno das lutas por poder e por direitos, de modo mais específico dentro do recorte temporal e espacial desta pesquisa, não houve vítimas ou vilões, houve sujeitos. Estes, individualmente ou em grupo, lutaram movidos pela ânsia de se apropriar da cidade e de seus espaços, de nela se reproduzirem, viverem, produzirem renda e terem acesso aos bens e produtos nela existentes. Defenderam os seus interesses e valores próprios, relacionados a um capitalismo transnacional, num contexto de periferia econômica global.

Tais sujeitos são definidos pela sua condição social, que leva os mais pobres a defenderem seus interesses locais. Enquanto isso, as elites, conectadas aos mecanismos de dominação capitalista global, buscavam a prioridade sobre o uso do espaço da cidade e o domínio sobre os recursos e mercadorias nela produzidos, sendo ela própria a mercadoria mais valiosa. Essa relação dialética terminou por produzir e transformar paisagens[4], não solucionando, mas deslocando as fronteiras da chamada "crise urbana". A evolução dos

[4] Conforme os conceitos de Milton Santos (2006), paisagem é a configuração territorial, ou seja, um conjunto de formas em dado momento, que se estabelecem como resultado das relações entre os homens e a natureza.

debates sobre essa “crise urbana” brasileira será mais bem analisada no capítulo 2, mas alguns pontos serão tocados aqui apenas a título de introdução.

A urbanista Ermínia Maricato (2015) afirma que a crise urbana no Brasil tem suas raízes nos anos 80 e 90 do século XX, quando as metrópoles brasileiras sofreram o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo, no contexto do neoliberalismo global. De acordo com seu entendimento, ela só tem se agravado, não obstante todos os planos urbanísticos e habitacionais, todas as lutas sociais, todas as formas de governo praticadas, todas as fases políticas, sejam autoritárias ou democráticas, de governos de tendências liberais ou conservadoras.

Para Maricato (2015), a ideia do agravamento tem a ver com o vertiginoso aumento do número de automóveis e os prejuízos que isso tem causado à qualidade de vida; com a periferização causada pela má localização dos conjuntos habitacionais; com o aumento do número de moradores de assentamentos precários e ilegais, como as chamadas favelas e com os crescentes desrespeitos ao meio ambiente e os consequentes desastres ambientais e humanitários(MARICATO, 2015).

No entanto, muitos estudos que analisam a questão em termos numéricos e quantitativos chegaram à conclusão de que, nas últimas décadas, houve uma melhora dos índices de renda, escolaridade, acesso a bens e serviços, infraestrutura urbana, e equipamentos públicos. A afirmação de Maricato (2015), no entanto, soa como um desafio às promessas de superação da crise, que foram desenhadas pelas lutas por uma Reforma Urbana, iniciadas no início dos anos 1960 e praticamente paralizadas quando da criação do Ministério das Cidades. No entanto, segundo a urbanista, as “mãos sobre a cidade” continuaram as mesmas. Ela quer dizer que as decisões sobre o crescimento das cidades, sobre os investimentos e a ocupação do solo continuaram nas mãos dos construtores, financiadores, proprietários de terra, enfim, dos detentores do grande capital, com o apoio dos poderes públicos e sistemas políticos, sempre a eles atrelados através dos financiamentos de campanhas políticas (SANTO AMORE, 2013).

É certo que houve períodos em que a tal crise se encaminhou para um arrefecimento, como nos anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente da administração federal (2003 a 2016), como mostra o gráfico da Figura 2, referente ao índice de déficit habitacional. Nesse período foi sancionada a Lei do Saneamento Básico (2007) e criado o Ministério das Cidades (2003).

BRASIL – EVOLUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL (MIL UNIDADES) – 2004-2019

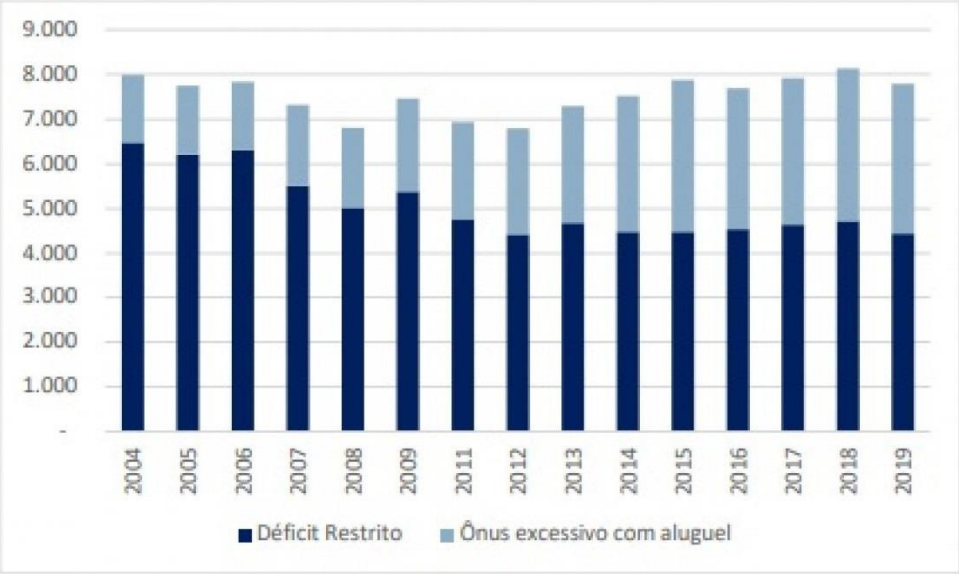

Figura 2: Evolução do déficit habitacional no Brasil de 2004 a 2019. Fonte: ECCONIT. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2020/12/12010636-com-deficit-habitacional-que-ja-ultrapassa-326-mil-unidades--pernambuco-pode-demandar-quase-600-mil-novas-moradias-na-proxima-decada.html>. Acesso em: 20/mar/2021.

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) das duas primeiras décadas do Séc. XX, houve um grande esforço para o atendimento às demandas sociais que ajudariam a mitigar os efeitos da crise, mesmo dentro de um sistema dominado e atrelado ao capitalismo global neoliberal. No entanto, as mãos pesadas dos detentores do capital, transformaram as cidades em uma mercadoria cara. O solo urbano se tornou, dessa forma, inacessível para uma grande parcela da população de baixa renda. Essa desigualdade continuou, assim, se acentuando nos países da periferia do capitalismo global, onde a industrialização se desenvolveu tardiamente, pagando baixos salários e gerando cidades desiguais (MARICATO, 2015).

Vale lembrar que tais problemas geradores da crise urbana não são uma exclusividade brasileira, mas produtos do capitalismo de forma geral. No entanto, também não se pode negar a heterogeneidade estrutural entre os países. A história dos países subdesenvolvidos do sul não é a mesma da dos países centrais. A má distribuição de renda, as desigualdades sociais, frutos de uma industrialização tardia com baixíssimos salários são especificidades que marcaram essa assimetria, provocando um profundo agravamento da crise urbana nos países periféricos. As cidades e seus espaços urbanos são reflexos das relações sociais que nelas se desenvolvem. Sociedades desiguais geram, portanto, cidades desiguais. (id, 2015).

Esse fenômeno, que está no centro da crise urbana brasileira, termina por ser o motor propulsor e gerador de problemas enfrentados por governos e, principalmente, pelos cidadãos, moradores das cidades brasileiras. Entre eles, estão o aumento e a organização da criminalidade, a saturação dos sistemas de transportes, o déficit habitacional crescente, o aumento do número de habitações precárias, as agressões ao meio ambiente, entre outros. São problemas ainda não resolvidos, que assustam a sociedade como um todo, diante da falta de perspectiva para solucioná-los de forma definitiva e sustentável, a curto ou médio prazo (id, 2015).

A crise urbana e sua relevância como tema de pesquisa

A partir da metade do século XX, o processo de urbanização do Brasil tornou-se incrivelmente acelerado, invertendo sua configuração, de um país predominantemente agrário para urbano (DEÁK e SCHIFFER, 2015). A cidade, então, mais que apenas o palco onde ocorriam as grandes mudanças nas relações de produção capitalistas, passou a ser, de modo especial na sua conformação espacial, resultado direto dessas relações.

Na década de 1940, apenas 31% da população brasileira habitavam em áreas urbanas. Nesse tempo, as cidades representavam o avanço e a modernidade em contraposição ao campo, que configurava o Brasil atrasado e subdesenvolvido. No final da segunda década do século XXI, a situação estava completamente invertida (MARICATO, 2001). Se, de acordo com os dados do IBGE[5], em 1950 a população urbana no Brasil era de 18.782.891 de habitantes e correspondia a 36,1% do total da população, em 2017, 84,4% da população brasileira já viviam nas cidades[6].

Essas radicais e rápidas transformações e suas consequências tornaram o estudo da cidade como um dos mais relevantes para os tempos atuais, tornando a cidade objeto de interesse de estudiosos das mais diversas áreas, como é o caso da História e, de modo especial, da História do Tempo Presente, sem se restringir, no entanto, a esse recorte de periodização. Nesse contexto, o estudo das relações entre atores sociais das mais diversas

---

[5] Fonte: disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm> acesso em 10/jan/2020.

6 Fonte:<https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/07/31/interna_nacional,887990/ibge-aponta-que-brasil-e-mais-rural-que-imaginado-e-propoe-nova-classi.shtml> Acesso em 10/jan/2020.

classes torna-se um meio importante e deveras interessante para a interpretação da própria realidade brasileira como um todo.

Esse movimento populacional, que ainda não se estabilizou, continua se acentuando e promovendo um crescimento desordenado das cidades, gerando demandas sociais, econômicas e administrativas para as quais ainda não há respostas objetivas. Tamanha mudança, que se dá num contexto de descontrole e precarização da qualidade de vida da população, obviamente demanda soluções que não conseguem ser atendidas na mesma velocidade, nem pelas instâncias governamentais, nem pela iniciativa privada. Esse quadro torna qualquer tema relacionado com a crise urbana de enorme relevância e atualidade. Por ser esse um contexto de grande complexidade, exige um enorme esforço transdisciplinar por parte dos pesquisadores, no sentido de entendê-lo e equacioná-lo.

São problemas de segurança pública, emprego, saúde, transporte, moradia, infraestrutura, poluição, degradação ambiental, entre outros, numa proporção jamais vista. Tudo isso projeta um quadro assustador a médio e longo prazos, caso mudanças estruturais não aconteçam. A experiência brasileira demonstrou que o crescimento econômico e industrial que provocou tal reversão na ocupação do espaço geográfico não significou uma diminuição das desigualdades sociais, muito pelo contrário, essas diferenças foram ampliadas e a qualidade de vida nas cidades, precarizada pela concentração espacial da pobreza. Esse quadro, ainda em vias de ser entendido e redirecionado, tem preocupado profissionais de diversas áreas relacionadas com o urbanismo, que já veem as grandes cidades brasileiras como verdadeiras “bombas relógio” (MARICATO, 2001).

Diante da complexidade desse problema, a temática da cidade, seus desafios atuais e suas perspectivas futuras estão na pauta dos debates e estudos de profissionais das mais diversas áreas e está longe de chegar a seu término. Muito embora o foco das preocupações esteja na atualidade e no futuro próximo, o estudo do passado, inclusive o passado recente, pode dar indicações sobre a constituição do problema, sua gênese, formação e, por que não dizer, suas tendências de encaminhamentos. Destacam-se, dessa forma, as pesquisas historiográficas que se enquadram nas linhas de História da Cidade e História do Tempo Presente.

Nesse urgente e importante debate, conhecimentos se somam no sentido de equacionarem problemas e direcionarem ações mitigadoras das sequelas do crescimento descomunal das cidades. Geógrafos, arquitetos, urbanistas, filósofos, sociólogos,

antropólogos, psicólogos, economistas, historiadores, enfim, todos têm alguma contribuição a dar, tamanha é a complexidade do problema.

Nesse contexto, surge como de extrema relevância o papel do historiador, enquanto profissional qualificado para reconstituir os caminhos que geraram o quadro atual e que apontam para um futuro próximo de grandes desafios. Suas ferramentas metodológicas o credenciam e o revestem da credibilidade necessária para dar essa contribuição. Isso porque suas análises, pela própria natureza do trabalho historiográfico, baseiam-se no cruzamento de fontes diversas e análises críticas. Essas especificidades de seu ofício possibilitam que ele não se atenha descritivamente às evidências, mas produza novas interpretações, a partir de novas formas de perceber e registrar fatos do universo histórico.

Enfim, o historiador também tem um papel a desempenhar na discussão e na busca de melhores perspectivas para melhoria da qualidade de vida nas cidades. O estudo do passado pelos sociólogos só é possível por causa do trabalho dos historiadores, que transformaram os fatos em história, registrando-os através da escrita. Mas o historiador, quando se volta para entender o passado, criticando-o, analisando-o, também produz uma consciência para o presente e é capaz de contribuir para sua modificação. A análise do historiador desmistifica o passado e pode denunciar ou ajudar a elucidar muitas questões do presente e do futuro.

A cidade como objeto e a proposta desta pesquisa no contexto da Historiografia Recifense e Brasileira

Para Raminelli (1997), fortemente influenciada pela sociologia e pela geografia, a historiografia brasileira, por um longo tempo, pautou seus estudos sobre a cidade em análises vinculadas basicamente à macroeconomia. Num esforço para explicar o processo socioespacial e o papel de cada grupo de interesse no entrelaçamento político e econômico dentro e fora do Estado, alguns historiadores brasileiros do Século XX se debruçaram sobre os trabalhos de Werner Sombart (1902), Max Weber (1905) e Henri Pirenne (1962). Dessa forma, buscavam desenvolver teorias que caracterizassem a cidade como um espaço econômico e autônomo em relação ao campo (NORONHA, 2018).

Ainda de acordo com Raminelli (1977), dois aspectos de impactos sociais relacionados com a formação do espaço urbano têm predominado na historiografia brasileira: o primeiro problematiza a ocupação desordenada, desassistida e à margem da legislação, enquanto o segundo se ocupa das intervenções modernizadoras inspiradas em reformas que ocorreram em cidades europeias e norte-americanas a partir do final do Século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do Século XX. Esse tipo de intervenção também aconteceu, entre 1850 1880, em Londres. Nessa metrópole europeia houve uma política de demolição e deslocamento de bairros considerados infectos e perigosos em direção às periferias (BRESCIANI, 1998).

Nas grandes cidades de então, eram as ciências ligadas à medicina e à engenharia que ditavam as regras, justificavam e embasavam as estratégias dos planos urbanísticos implementados pelos Estados. Tais planos visavam ao embelezamento, à higienização e à liberação dos fluxos nos espaços urbanos, num contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial (NORONHA, 2018).

Diante desse quadro, as cidades, que tinham traçados ainda amarrados à herança colonial, tornaram-se inadequadas para acompanhar o crescente desenvolvimento econômico gerado, seja pelo desenvolvimento industrial, seja pelos diversos ciclos econômicos de produção de matérias primas para exportação que se sucederam. Para solucionar esse entrave, as elites da Primeira República brasileira, com seu poder político e econômico, passaram a aderir aos projetos de planificações das cidades. Dessa forma, ruas e avenidas foram alargadas e retificadas, tendo sidos derrubados os cortiços[7] e mocambos que se atravessavam no caminho, o que também significava uma forma de expulsão de seus moradores pobres daquelas áreas. Os moradores pobres, sem nenhum suporte social, jurídico ou econômico, foram expulsos para as periferias e para áreas fora do interesse do mercado imobiliário, enquanto as áreas centrais se valorizavam (id, 2018).

Sem abandonar por completo os aspectos macroeconômicos relacionados com a formação e a transformação do espaço urbano, que permanecem como pano de fundo, a proposta desta pesquisa é, portanto, aproximar-se do objeto de estudo para observa-lo a partir de um ângulo ainda pouco explorado, ou seja, o ponto de vista dos pobres, enquanto sujeitos da história. Esta pesquisa oscila, portanto, entre o macro e o micro, ou seja, entre o quadro

[7] Cortiço é como se chama uma casa de cômodos ou habitação coletiva para uma população pobre. Fonte: Disponível em <https://www.dicio.com.br/cortico/> Acesso em 06/jun/2021.

geral da cidade de Recife do início do Século XXI e as histórias de vida ou aspectos da vida cotidiana de seus moradores mais pobres.

Nesse aspecto, este trabalho se aproxima, de certa forma, da corrente historiográfica conhecida como “História Vista de Baixo”. Muito embora, esta tradição tenha como expoentes historiadores como E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis, neste trabalho foram utilizadas metodologias próprias para coleta de dados e uma grande diversidade de autores teóricos como base para as suas análises, como será mais bem especificado mais adiante.

Sendo assim, esta pesquisa busca contribuir com o preenchimento de uma lacuna na historiografia da cidade de Recife, o registro do protagonismo dos sujeitos anônimos, dos sem poder político e econômico, dos que foram expulsos em direção às periferias. Dessa forma, intenta-se descobrir que tipo de poder ou força os capacita a continuarem existindo e vivendo na cidade. Porque, se após um século de intervenções e expulsões, seja de formas diretas ou indiretas, os pobres continuam existindo e até aumentando em número no Recife, assim como nos grandes centros urbanos da periferia mundial do capitalismo contemporâneo, podemos levantar a hipótese de que houve resistência e, portanto, protagonismo.

O não-lugar dos pobres na cidade de Recife como objeto de pesquisa

Ao longo de todo o século XX e início do XXI, as grandes cidades brasileiras têm fechado suas portas para os mais pobres, na medida em que se transformaram em objeto do interesse dos grandes detentores do capital. Elas foram, dessa forma, transformadas, não apenas em lugar da reprodução do capital, mas, elas mesmas, em uma mercadoria cara, inacessível a eles. Mas, essas portas parecem rachar-se sob a resistência. A partir dessa hipótese, podem surgir muitas perguntas, como por exemplo: na cidade formal capitalista do século XXI, há espaço acessível aos mais pobres? De que forma eles têm resistido aos processos de expulsão? Quais armas ou táticas utilizaram? Quais transformações ocorreram no cotidiano desses sujeitos em consequência das intervenções urbanísticas que sofreram seus espaços? Quais transformações eles produziram na cidade em meio às lutas e resistências? Nesse contexto, como eles resolveram os problemas relacionados à moradia e à produção de renda? Quais transformações culturais e sociais eles sofreram ou produziram? Quais as

rupturas e as continuidades que podem ser identificadas nesses processos de intervenção governamental e de resistências populares do início do Século XXI, em relação aos processos similares do século XX?

Esta pesquisa tem, portanto, uma dupla dimensão, a da história social e a da história cultural, pois faz recortes no tempo e no espaço da macroestrutura socioeconômica globalizada, partindo de uma visão mais ampla, para logo em seguida reduzir o foco da observação para problematizar as ações e reações individuais e coletivas. Para isso, tem como objeto também histórias de vida de personagens anônimos, populares e pobres.

Esses personagens, na maioria das vezes esquecidos enquanto sujeitos da história, foram interceptados por esta pesquisa, em meio à sua vida e atividades cotidianas e no calor de suas lutas; no embalo de seus sonhos, no gozo dos seus prazeres e vitórias, nas astúcias de suas táticas e no (des)fazer-se de suas ilusões urbanas. Todas essas experiências em comum fazem deles os representantes de uma determinada categoria de cidadãos que chamaremos de "os pobres da cidade de Recife".

O objeto desta pesquisa não é, portanto, a estrutura que regula as relações sociais, independentemente de qualquer controle subjetivo, mas, parodiando Roger Chartier (1994), "as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos".

Trajetória do autor

A trajetória de uma pesquisa quase sempre se confunde com a vida e as experiências do próprio pesquisador. Costumo dizer que toda pesquisa contém em sua proposta certa dose de busca pelo autoconhecimento. Neste caso, não é diferente. De várias formas, esta pesquisa transpassa tempos e lugares que fazem parte de minha própria história. Eu nasci na cidade de Recife, no início da década de 1960 e nela vivi por quase cinco décadas, até o ano de 2010. De forma que, em certo sentido, esse relato também é uma espécie de ego-história.

Por ser minha formação originária a de Arquiteto e Urbanista, concluída em meados da década de 1980, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a temática da cidade sempre esteve presente em meu horizonte profissional. Isso teve continuidade em minha

especialização em Gestão Pública, que cursei na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no Mestrado em História, na linha de pesquisa Cultura, Poder e Identidade, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e aprofunda-se agora no doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP), através do convênio DINTER FFLCH/USP-UFCG.

Atualmente, atuo como arquiteto na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e como professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFACISA, ministrando as disciplinas de Sociologia Urbana e História da Arte.

Ao longo dos anos de 2009 e 2010, trabalhei como arquiteto da Coordenadoria de Defesa Civil (CODECIR), órgão da Prefeitura de Recife. Eu produzia mapas para monitoramento de áreas de risco nas comunidades e regiões mais pobres da cidade, localizadas em morros e alagados. O monitoramento visava à mitigação das consequências dos acidentes, de modo especial à preservação da integridade física e das vidas dos moradores dessas localidades.

Essa breve, mas impactante, experiência despertou meu interesse pelo estudo do drama social que é a precarização das condições de vida e a falta de moradias para as classes mais pobres dos grandes centros urbanos, de modo especial de Recife. Essa vivência determinou, assim, as diretrizes principais de minha pesquisa, ou seja, a temática da formação do espaço urbano em função das relações sociais existentes na cidade, com foco na experiência desses seus habitantes mais pobres.

Histórico da pesquisa

Com a finalidade de situar o leitor no processo de pesquisa que começou já na minha especialização em Gestão Pública, continuou no mestrado e agora se aprofunda para a escrita desta tese de doutorado, farei um breve resumo das etapas anteriores.

Tudo começou em 2012, com uma pesquisa que tinha a finalidade de embasar a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de Pós-graduação em Gestão Pública, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A monografia teve como título “Na contramão da via mangue: Impactos causados pela retirada forçada das comunidades Xuxa e

Deus nos Acuda no cotidiano de suas populações para implantação do novo corredor viário do Recife". O foco das análises foi, portanto, o impacto da implementação do projeto da Via Mangue para a vida dos moradores de duas pequenas comunidades pobres de Recife, Xuxa e Deus nos Acuda, que foram demolidas por estarem localizadas em área que coincidia com o traçado da nova via. A monografia foi escrita com base nos dados coletados até então, suas análises e resultados iniciais. A pesquisa foi aprofundada nos dois anos seguintes para servir de base para a escrita da dissertação de mestrado, cursado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Em 2014, defendi a dissertação de mestrado, pela UFCG, com o título "Na contramão da via mangue: artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades Xuxa e Deus nos Acuda em Recife-PE". Nessa fase do mestrado, a pesquisa teve como objeto o mesmo processo, no qual as duas comunidades tiveram seus moradores expulsos, para um conjunto habitacional localizado em um bairro vizinho.

O relato historiográfico se desenvolveu através da análise das relações de força e dos embates socioculturais e econômicos ocorridos entre os atores envolvidos. Os moradores das duas pequenas comunidades foram, de certa forma, expulsos pelo poder público da área que ocupavam nas margens dos mangues do bairro de Boa Viagem em 2010.

O projeto da Via Mangue foi proposto para solucionar, segundo seus idealizadores, problemas relacionados com a mobilidade urbana, a preservação ambiental e a provisão de habitação popular para moradores de habitações precárias[8] da zona sul do Recife. A sua construção mudou a paisagem[9] do bairro, afetou a organização social dos moradores, as relações socioculturais que lá existiam e precarizou os sistemas de produção de renda da população afetada, impactando de forma contundente a vida cotidiana dos moradores expulsos.

[8] Nesta pesquisa, são consideradas habitações precárias ou moradias inadequadas, aquelas construídas com materiais não duráveis ou improvisados, que estão em risco, que possuam um número excessivo de pessoas vivendo em um pequeno espaço – como no caso da coabitação. Também são incluídas nessa classificação as habitações construídas em terrenos inadequados ou impróprios, em áreas de risco e as improvisadas que não possuem esgoto, luz, água encanada, ou carecem de serviços básicos ou se utilizam desses serviços de forma ilegal, à margem do controle das empresas que fornecem esses serviços, sejam elas estatais ou privadas. Esse tipo de habitação, quando agrupadas, formam comunidades, muitas vezes representadas por jornalistas, governantes e moradores da "cidade oficial" como favelas.

[9] Entende-se por paisagem o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza, conforme conceito de Milton Santos (2006).

A pesquisa, classificada como qualitativa, se enquadrou no campo da História Cultural. Ela teve como objetivo geral problematizar as estratégias utilizadas pelos gestores públicos para justificar e viabilizar o projeto da Via Mangue, mais especificamente no que diz respeito à expulsão dos moradores das referidas localidades. Os objetivos visavam também a problematizar as táticas dos sujeitos como reação às estratégias governamentais.

Como objetivos específicos, a pesquisa visou a analisar de que forma eram produzidos e praticados os espaços, assim como as sociabilidades no bairro de Boa Viagem, antes da expulsão, dando atenção especial à experiência dos moradores das localidades Xuxa e Deus nos Acuda; problematizar os discursos dos gestores públicos enquanto parte das estratégias no contexto das relações de forças sociais, nos quais a inclusão social e a dignidade dos moradores das localidades aparecem como argumentação para implantação do projeto da Via Mangue. Finalmente, objetivou também analisar como as populações das localidades Xuxa e Deus nos Acuda se apropriaram do projeto imposto pela Prefeitura, na luta pela recriação do seu cotidiano, de espaços e de sua autodeterminação.

Para operacionalizar as análises, foram utilizados conceitos de Michel de Certeau (Tática e Estratégia), Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva (Identidade). Para a coleta de dados, utilizou-se como técnica a história oral. A pesquisa teve como fontes as memórias dos ex-moradores das comunidades Xuxa e Deus nos Acuda, matérias jornalísticas, fotografias, e vídeos. A metodologia de procedimento utilizada foi a Análise de Discurso.

Os dados coletados e suas análises levaram à conclusão de que a intervenção urbanística que expulsou os moradores pobres do bairro de Boa Viagem que estavam “no caminho” da Via Mangue resultou do autoritarismo das elites que, conforme Montenegro (2013), apontam para o exercício da dominação econômica, política e cultural. Porém, isso não aconteceu sem enfrentar a resistência dos moradores, que se manifestou de forma não organizada, mas existiu e marcou profundamente o processo. Observou-se, assim, a confirmação da afirmação de Montenegro (2013), segundo a qual essa dominação se estabelece de forma incompleta e dentro de um campo onde há resistências.

Assim, esse processo foi marcado por contradições que não eliminaram, mas apenas deslocaram fronteiras de segregação espacial, além de provocarem o desenraizamento cultural e a precarização das condições socioambientais daqueles moradores. Confirmando essa teoria, a população expulsa não teve uma atitude passiva diante das estratégias do poder, desenvolveu, ao invés disso, uma atitude produtiva e determinante na recriação do seu

cotidiano. Essa resistência, no entanto, não caracteriza uma postura política conjuntural, mas resulta da falta, da carência, como elementos fundantes do cotidiano da vida, num processo que se move pela própria necessidade de sobrevivência.

A despeito de que a cidade formal sempre procura se livrar dos moradores que, por questões conjunturais resultantes de processos históricos, não conseguem participar do mercado imobiliário, essa luta e essa resistência, há mais de cem anos, garante a permanência das populações pobres nos grandes centros urbanos. Essa luta, no entanto, não é organizada e sistematizada, mas acontece, entre vitórias e derrotas, dentro da complexidade das relações dessa população extremamente pobre com outras classes sociais. Nesse contexto, a força e a fragilidade, a união e a desunião, a individualidade e a coletividade são faces de um mesmo cotidiano das diferentes práticas de sobrevivência.

Proposta de ampliação da pesquisa para desenvolvimento desta tese

A pesquisa que foi desenvolvida para atingir os objetivos do mestrado ficou restrita ao caso de apenas duas comunidades. Além disso, também se restringiu a apenas alguns aspectos do fenômeno em questão. No entanto, tal fenômeno está inserido numa problemática muito mais ampla dentro do contexto da história da cidade de Recife e do Brasil, podendo ser ainda analisado a partir de muitos outros pontos de vista. Estes não foram nem poderiam ter sido esgotados na dissertação por conta das limitações de tempo para a pesquisa, entre outras.

Sendo assim, foi com a ampliação e diversificação do arcabouço teórico que outros aspectos do mesmo fenômeno puderam ser analisados. Da mesma forma, a expansão dos recortes temporal e espacial da pesquisa, que incluiu outras áreas da cidade, suscitou novas perguntas, que levaram a novos objetivos e novas hipóteses, viabilizando o projeto desta nova pesquisa. A multiplicidade de pontos de vista através dos quais tais eventos podem ser observados, registrados e analisados, permitem ainda um sem número de pesquisas e discussões.

Esta pesquisa pretende, portanto, problematizar transformações ocorridas na vida de moradores pobres da cidade de Recife, assim como também por eles produzidas, em função de um ciclo específico de intervenções ocorridas entre os anos de 2003 e 2019, momento em que cessaram as operações de levantamento de dados de campo. Ou seja, em outras palavras,

a pesquisa visa a narrar a história dos pobres expulsos dos bairros mais valorizados de Recife, dentro do citado período, no qual aconteceram intervenções urbanísticas promovidas em função de uma parceria entre a Prefeitura do Recife e os Governos Estadual e Federal, em um momento histórico específico de alinhamento favorável de forças culturais, políticas e econômicas que os tornaram possíveis.

Esta é, portanto, parte da história das relações políticas, econômicas, sociais e culturais que se desenvolveram na cidade de Recife um determinado período. Essas ações humanas, que geram o tempo e o espaço, matérias primas da história, perpassaram também as vidas de cidadãos pobres que, nesta narrativa, não foram considerados apenas como alvos das ações governamentais, mas também como protagonistas da história.

Este trabalho se beneficia e se torna possível graças à grande ampliação e modificação dos paradigmas tradicionais da historiografia ocorrida a partir da primeira metade do século XX, ressignificada como "Nova História" na segunda metade do mesmo século. Essa vertente historiográfica amplia o espectro das fontes históricas e incorpora o estudo do cotidiano e os relatos de experiências vividas por múltiplos sujeitos sociais, de forma a tornar possível um estudo que abranja, de forma paralela, a esfera pública e a privada. Portanto, as bases teóricas que conduzem as análises deste trabalho se afinam com a de outros tantos que não veem a cidade apenas como um local onde se efetivam as relações sociais, mas como resultado delas. A partir dessa visão, a cidade passa a ser objeto do interesse e da disputa de todos os que nela vivem, dentro de um contexto capitalista global.

Através desse paradigma, a cidade passa a ser entendida também como uma mercadoria a ser desejada, disputada, vendida, consumida por todos os que nela vivem, quer sejam ricos ou pobres. Nessa disputa pela cidade, cada cidadão, cada família ou classe social lança mão das ferramentas, dos poderes e das habilidades que estiverem à sua disposição. Portanto, o objeto de estudo ou de interesse desta pesquisa historiográfica não são, exatamente, as transformações sofridas pela cidade em si, como objeto urbanístico, paisagístico ou arquitetônico, mas as diversas formas como, dentro do recorte temporal e espacial escolhido, esses diversos atores desenvolveram ações ao disputá-la como lugar para viver e, ao mesmo tempo, como objeto a ser apropriado, possuído e negociado. O interesse está nas armas, nas táticas, nas estratégias que foram utilizadas nessa disputa, nas motivações, nas habilidades, no poderes dos quais tais atores lançaram mão, dentro daquele contexto específico.

Esse trabalho se desenvolve com base em um vasto espectro de fontes que se articulam, no intuito de reconstituir as tramas traçadas pelos diversos atores. Estas revelam os movimentos e as transformações pelas quais passaram a cidade de Recife e seus moradores, em função dos contraditórios interesses e forças que nela se desenvolvem e se transformam constantemente. De um lado, as elites amparadas em seu poder político e econômico para traçar estratégias; de outro, as populações mais pobres, que lançam mão de uma inteligência não tecnica, porém também poderosa e capaz de executar ações táticas no sentido de resistirem e preservarem o seu direito à cidade e a sua autodeterminação. Os resultados práticos desses processos moldam sem cessar aspectos do espaço físico da cidade e da vida cotidiana de seus moradores.

Embora o objeto desta pesquisa englobe os diversos atores sociais que disputam a cidade, ela observa mais de perto as ações dos moradores pobres de Recife, os quais, apesar de não terem seus nomes destacados nos grandes feitos políticos, nem por isso deixaram de praticar outro tipo de protagonismo. São também sujeitos da história que influíram de forma marcante na vida da cidade, interpretaram seu mundo, conferiram-lhe significados e o modificaram com suas ações.

Estando na base da pirâmide social, os moradores pobres da cidade de Recife desenvolveram táticas para lidar com as vicissitudes a eles impostas através das relações sociais, num campo onde não eram os mais poderosos. Tiveram, assim que lançar mão de uma extraordinária inteligência natural e espontânea, não planejada. Dessa forma, puderam aproveitar ao máximo todos os recursos materiais, culturais ou políticos que as circunstâncias lhes ofereceram. Algumas vezes, sem confrontar diretamente seus oponentes, outras, enfrentando-os de frente, com armas tão improvisadas quanto as casas em que moravam ou a forma como conseguiam obter renda para comprar os alimentos que nutriam, bem ou mal, a eles e seus filhos.

Para compreender a lógica da cidade, é essencial compreender como se formam e se transformam as relações sociais que nelas se desenvolvem. Nela, sujeitos se distinguem pela forma de produzir renda, de morar, de lutar, de se reproduzir, de criar um cotidiano, enfim, de se estabelecer como cidadãos. A cidade, assim como seus prédios habitacionais, suas praças, ruas e avenidas, é feita de pessoas, de memórias e de histórias, sem as quais estaria esvaziada de sentido. Portanto, registrar a história de vida dessas pessoas é registrar a história da própria cidade.

A quem se destina esse trabalho?

O objeto dessa pesquisa não é colocado neste texto como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo histórico de longa duração que se desenrola no tempo, numa relação de continuidades e de rupturas. Assim, o texto buscará também, antes de apresentar o objeto em si, situá-lo num contexto histórico mais amplo, apresentando ao leitor suas conexões com outros tempos e acontecimentos. Considera-se, portanto, que o leitor não seja, necessariamente, um historiador ou conhecedor do processo histórico mais amplo. Assim, essa estratégia ajudará na compreensão e na percepção das transformações pelas quais passou o objeto da pesquisa ao longo do seu processo histórico, conectando-o a pontos importantes de inflexão um pouco mais recuados no tempo. Isso também possibilitará uma possível percepção de novos horizontes para os quais o processo, possivelmente, aponta.

Nesse sentido, será uma das estratégias desta narrativa a busca por uma horizontalidade na relação entre o autor, o leitor e o texto. A intenção é, sempre que possível, trazer o leitor para dentro das cenas descritas e analisadas, para que ele possa acompanhar a experiência do autor/pesquisador no seu campo de pesquisa. Dessa forma, possibilitar que ele também experimente, pelo menos em parte, o drama vivido pelo pesquisador, a aventura, o prazer, os medos, as alegrias, as angústias, os sucessos e os insucessos no processo de produção das suas fontes e de seus dados. Esse "como" da pesquisa, que muitas vezes passa despercebido ao leitor na maioria dos trabalhos historiográficos, uma vez revelado, humaniza o processo de pesquisa e pode se tornar um ganho a mais para quem se interessa pelo campo da pesquisa científica na área das ciências humanas e suas metodologias.

A intenção é que este trabalho historiográfico possa contribuir para o desenvolvimento de estudos de pesquisadores, profissionais e estudantes de todos os níveis e áreas, sejam eles do presente ou do futuro. Que este trabalho possa, assim, tornar-se uma ferramenta a mais para o entendimento da problemática da cidade, enquanto lugar onde as relações sociais se desenvolvem e enquanto fenômeno espacial resultante dessas relações.

Sabe-se, no entanto, que no futuro, este trabalho será mais importante como fonte para novas reflexões, que como resposta definitiva para as questões por ele levantadas. "Isso porque a relação entre fatos e eventos é sempre aberta a negociações e reconceptualizações, não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque os modos de conceptualizá-los na linguagem (relacioná-los e significá-los) se modificam no tempo e no espaço" (MARQUEZ, 2011, p.62).

Dessa forma, fica aberta ao leitor a possibilidade de participar do processo de construção do argumento historiográfico. Afinal, como afirmam Chartier & Bourdieu (2001- p. 242), "[...] as leituras são sempre plurais, são elas que constroem de maneira diferente o sentido dos textos, mesmo se esses textos inscrevem no interior de si mesmos o sentido de que desejariam ver-se atribuído". Neste sentido, pode-se dizer que há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pelo autor, pelo texto e pela leitura (BORGES, 2010).

Recorte espacial e temporal da pesquisa

Os recortes temporal e espacial abrangidos por esta pesquisa alcançam as histórias de vidas humanas e de comunidades pobres no contexto das reformas urbanísticas sofridas pela cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, entre os anos de 2003 e 2019. A coleta de dados se deu em algumas localidades de quatro bairros: Boa Viagem, Brasília Teimosa, Cordeiro e Torre. Nesses locais, houve a extinção de comunidades pobres, com a retirada forçada de seus moradores para conjuntos habitacionais.

A análise da economia brasileira feita pelo Banco Mundial indica que, entre os anos de 2003 e 2013, o Brasil viveu um ciclo de desenvolvimento econômico e social muito peculiar[10]. Foi nesse período que mais de 26 milhões de pessoas, no Brasil, saíram do estado de pobreza. Esse fenômeno repercutiu de forma ainda mais intensa em Recife devido a condições políticas, econômicas e sociais específicas. Essas condições se relacionam com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, enquanto João Paulo Lima e Silva era prefeito do Recife pelo mesmo partido e Eduardo Campos era o governador do estado de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), aliado do PT na época.

Muitos outros eventos ocorridos nos níveis nacional e internacional também se alinharam neste mesmo período. Pode-se citar como exemplos a eleição do Brasil para sede de vários eventos esportivos internacionais, como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, assim como religiosos, como a

[10] Fonte: disponível em: < https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview> Acesso em 29.07.2020

Jornada Mundial da Juventude de 2013. Acompanhando a onda de crescimento econômico que movia os investimentos no Brasil, ocorreu também grande impulso de desenvolvimento industrial e imobiliário no estado de Pernambuco, principalmente na região metropolitana de Recife.

São exemplos significativos desses investimentos a construção do Shopping Center Riomar, no bairro do Pina; a construção de empreendimentos imobiliários, como a Cidade do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho; a implantação de industriais, como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, ambos no Porto de Suape. Este recebia também investimentos de muitas outras grandes empresas e empreendimentos naquele mesmo período. Todos esses fatores juntos concorreram para que houvesse grandes impactos nas relações entre as classes sociais, cada uma defendendo seus interesses relativos ao uso e à propriedade do espaço da cidade, gerando assim importantes transformações. O levantamento de dados e as análises desenvolvidas nesta pesquisa alcançam até o ano de 2019.

Classificação da pesquisa e Metodologia adotada

Conforme Panasiewicz e Baptista (2013), a metodologia se refere aos procedimentos e é um conjunto de técnicas que serão utilizados na pesquisa. Assim, no que diz respeito à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, pois

> preocupa-se mais com a interpretação e a compreensão dos fenômenos e objetos, vê de forma mais articulada os diversos elementos da pesquisa, envolve mais o pesquisador no processo (participação), pode construir a própria teoria da pesquisa durante sua realização, dedica-se mais a qualidade do que à quantidade, busca as singularidades e não necessariamente as generalizações, é mais subjetiva. (PANASIEWICZ e BAPTISTA, 2013, p.92).

No entanto, o procedimento quantitativo foi utilizado sempre que necessário, para embasar algum argumento ou afirmação, ficando em segundo plano em relação aos procedimentos qualitativos.

Quanto aos objetos e às fontes, classifica-se como bibliográfica, documental e de campo, pois foram utilizados livros, periódicos, trabalhos acadêmicos, fotografias assim como

foram produzidas fontes a partir de levantamentos de campo, como observações, entrevistas, coletas de informações e de opiniões (PANASIEWICZ e BAPTISTA, 2013).

No que diz respeito aos objetivos, apresenta três características distintas, mas complementares: descritiva, pois busca observar, descrever, classificar, analisar, coletar dados sobre o fenômeno ou objeto problema; exploratória, pois faz entrevistas e coleta de dados, aproximando-se do tema de forma direta; e também explicativa, pois busca explicar um fato, obter respostas sobre sua realidade, aprofundando o conhecimento a seu respeito (id, 2013).

Uma breve reflexão sobre as fontes e metodologias adotadas

Como fontes primárias, foram utilizadas entrevistas com atores sociais da cidade de Recife, seguindo as técnicas da história oral[11] e observações de campo. Foram entrevistados representantes de comunidades pobres, gestores e técnicos envolvidos diretamente nos processos de intervenções urbanísticas dentro do período pesquisado.

Essa coleta de dados se deu por abordagem direta, através de entrevistas individuais não estruturadas gravadas e posteriormente transcritas e editadas, as quais partiram de perguntas pré-elaboradas em função dos objetivos almejados, deixando os entrevistados livres para uma conversação subjetiva, através da qual se pudessem obter dados relevantes. Para dar mais autenticidade aos discursos dos entrevistados, de forma a aproximar o máximo possível o leitor das características linguísticas daqueles, nas citações de suas falas não foram feitas correções ou modificações, ou seja, foram transcritas literalmente, de forma fiel ao modo como foram proferidas e gravadas.

Como fontes secundárias, foram utilizados livros das áreas de urbanismo, vida política, sociologia e história que tratam do tema das relações da cidade com a pobreza, assim

[11] A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros. Fonte: FGV-CPDOC – Disponível em < https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> Acesso em 13/jul/2020.

como trabalhos acadêmicos das áreas de urbanismo, vida política, sociologia e história que se dedicam à mesma problemática.

Também foram analisados arquivos digitais obtidos através da Rede Mundial de Computadores (internet), tais como textos, imagens e vídeos diversos. Esses arquivos digitais foram localizados em plataformas digitais de hospedagem e redes sociais, assim como em blogs e sites através dos quais os sujeitos individuais ou coletivos, pessoas físicas ou jurídicas, produzem materiais jornalísticos ou registram as memórias de fatos da vida cotidiana. A opção por adotar fontes orais e digitais se deu em função da natureza da pesquisa, de seus objetivos e de suas escolhas metodológicas.

Ainda serviram como fontes, relatórios, sensos, programas governamentais, além de fotografias, tanto autorais, quanto de outros autores. No caso, o uso das imagens na construção da narrativa, como afirma Marcos Silva (1992), é um fator de ampliação do universo de documentação e análise da pesquisa historiográfica. Afinal, as imagens, oriundas das diversas categorias artísticas, seja da pintura, seja da fotografia ou do cinema, fazem parte de forma ativa e fundamental da historicidade do período em que foram criadas (SILVA, 1992).

A opção pela diversidade de fontes vai ao encontro da advertência de Montenegro (2013) acerca da constante reelaboração e ressignificação que perpassam as memórias. Segundo esse autor, a pesquisa se repensa com as ideias do presente as experiências do passado, fazendo com que o campo da história oral não produza fontes autossuficientes para um trabalho historiográfico. Dessa forma, as fontes orais não são simples substitutas das fontes escritas, mas são materiais de outra natureza, que se prestam para determinados tipos de análise históricas.

As análises de todas as fontes se deram, portanto, a partir do seu intercruzamento. Nesse sentido, procurou-se, sempre que necessário, estranhar, questionar tais documentos, levando-se em consideração as condições históricas de sua produção, o lugar social de onde foram produzidos, as intenções dos produtores e as relações de poder que cercaram e atravessaram a produção e o produto (BORGES, 2010).

Esse diálogo entre passado e presente, no entanto, como afirma Rezende (2010), é a base da vida, da narrativa e da constituição de memória, portanto fundamental para a reflexão

sobre a história. Dessa forma, para ele, a relação entre as sensibilidades construídas e as experiências vividas é fortalecida pela memória.

Essa proposta metodológica busca, sem desprezar os demais aspectos mais amplos, contemplar as experiências cotidianas e privadas de indivíduos e de pequenos grupos que se desenvolvem em contextos variados, mas relacionados entre si pelo fenômeno da pobreza, evidenciado nas estratégias, nas negociações e nos combates sociais e culturais no ambiente urbano.

Foram, portanto, percorridos estabelecimentos comerciais, comunidades, áreas de ocupação irregular, habitacionais populares, morros e alagados em busca de homens e mulheres pobres para serem entrevistados. Através dessas observações de campo e realização de entrevistas, uma poderosa força de transformação material, cultural e política pode ser percebida nos relatos das memórias e histórias de vida de indivíduos e de pequenos grupos familiares e de vizinhança. Tais memórias individuais, de acordo com Montenegro (2010), se alinham de forma inseparável às memórias coletivas, refletindo-se mutuamente.

Foi com base nessas premissas e na busca de técnicas que atendessem da melhor forma ao atingimento dos objetivos da pesquisa que a história oral foi escolhida como uma das metodologias para coleta de dados. Através da história oral, buscou-se captar a visão das classes populares mais pobres sobre o seu próprio mundo e sobre o seu processo de luta por um espaço para viver, ou mesmo sobreviver na cidade. Esse contato direto com o objeto de pesquisa permitiu a percepção de que os diversos sujeitos interpretam e processam uma mesma realidade de formas diferentes e, consequentemente, reagem a ela de formas também diversas.

Os relatos orais, antes considerados de menor valor pela pesquisa histórica, assim como imagens fotográficas ou literaturas de cordel, entre outras fontes não produzidas por órgãos oficiais, emergiram ao longo do século XX como de grande importância, através do trabalho de diversos autores, para a análise de questões importantes. Esta perspectiva possibilitou a emergência de temas e modos de escrita da história através de estratégias de abordagens bastante inovadoras, que enfatizam a dimensão narrativa (LEVI, REVEL, VAINFAS, APUD GUIMARÃES NETO, 2007).

Dessa forma, através de técnicas etnográficas, foi possível apreciar essas diferenças e penetrar os diversos campos onde tais visões de mundo são construídas, falar diretamente com

aqueles que as produzem, transitar nas ruas onde se deslocam, partilhar das cadeiras onde descansam, sentir o cheiro do lugar onde vivem. Através das visitas aos locais de moradia, aos lugares de trabalho ou lazer, foi possível partilhar, ainda que por um pequeno período, do cotidiano dos entrevistados. Assim, muitas percepções físicas ou psicológicas puderam ser obtidas, o que possibilitou a compreensão das ações dos sujeitos que promoveram as mudanças e transformações que são objetos de estudo desta pesquisa. Foi possível observar como pensam, como constroem suas táticas e estratégias de luta, o que os move, com que sonham e o que esperam obter com suas ações.

Sabe-se que fontes documentais, como as que foram utilizadas nesta pesquisa, são importantes, mas não revelam sozinhas as múltiplas dimensões da história vivida no cotidiano, como o interior dos movimentos, as lutas individuais, as reflexões, os sentimentos, as relações de poder e as astúcias empregadas nos jogos e nas lutas das micro-histórias individuais e familiares. O tratamento dessas fontes pôde, portanto, como enfatiza Montenegro (2012), esclarecer acerca de eventos e processos que de outra forma não poderiam ser entendidos ou elucidados.

Dessa forma, foi possível obter e organizar um acervo de histórias de vida que, vistos em conjunto, puderam recuperar parte da memória das comunidades observadas, o que permitiu a análise da dinâmica em que as identidades foram afetadas, construídas ou reconstruídas. Essa dinâmica atesta o fato de que as memórias não são repositórios onde ficam gravadas e armazenadas as lembranças de fatos vividos, tais como aconteceram. Ao invés disso, elas são um processo de alta complexidade em constante recriação, pois as experiências presentes estão constantemente interferindo e ressignificando as experiências passadas (MONTENEGRO, 2012).

Montenegro (2010, p. 69) afirma que “esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, com uma diversificada riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história”. A história oral tornou-se um importante instrumento para resgate dessas histórias de vida, que por muito tempo não foram valorizadas como fontes historiográficas. Elas podem ser relacionadas por essa via à história dos excluídos. São histórias de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, versões que foram menosprezadas por serem feitas a partir da experiência de sujeitos que, por

muito tempo, foram considerados pelos historiadores como atores sociais de menor importância[12] (AMADO E FERREIRA, 2006).

Enaltecida por uns, questionada por outros, a metodologia da história oral tem se mostrado de grande valor para o tratamento de temas ligados à contemporaneidade, mas também a outras temporalidades, sempre que o tema ou objeto tem relação com tradições orais (GUIMARÃES NETO, 2012). Nesse sentido, pode-se parafrasear o pensamento de Blaise Pascal[13], afirmando que uma cidade de longe é uma cidade, mas à medida que nos aproximamos, são casas, homens, mulheres, crianças nos seus fazeres cotidianos. (PASCAL, apud GONÇALVES, 2007).

A metodologia da história oral insere-se nas teorias históricas que pressupõem a ampliação da noção de fonte histórica e que consideram existir múltiplas representações sobre o vivido. Cabe-nos interpretá-las. Por fim, a opção por utilizar as fontes orais está profundamente ligada a uma determinada condição teórica, a uma escolha de como narrar, analisar e expor determinado contexto, grupo social ou manifestação cultural (GRAEBIN e PENNA, 2006). Muitos dos procedimentos de coleta de dados, de análises e processamentos feitos ao longo deste trabalho historiográfico poderão ser mais bem compreendidos pelo leitor ao longo da narrativa, pois foram descritos e incorporados a ela.

Agora, falarei em primeira pessoa, para facilitar o entendimento do processo que desejo explicitar. Muito embora no corpo do texto, ao longo da narrativa estejam sempre descritos os procedimentos de coleta de dados, vale a pena adiantar nesta introdução algumas questões específicas.

Na primeira etapa da pesquisa, que foi direcionada à elaboração da dissertação de mestrado, eu contei com o apoio significativo da líder comunitária de uma das duas comunidades que foram o nosso objeto de estudo. A Sra. Sandra Lúcia já me conhecia pelos contatos que tinha com a Prefeitura da Cidade de Recife, onde eu era funcionário na época em

---

[12] A história oral, no entanto, é um instrumento de pesquisa que não se presta apenas para produzir documentos sobre atores sociais anônimos, mas para todas as categorias de atores, como é o caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGC), que produz pesquisas, através do seu Programa de História Oral, sobre personalidades das elites políticas e sociais do cenário nacional. Fonte: Disponível em < https://cpdoc.fgv.br/sobre> acesso em 11/jan/2021.

[13] PENSAMENTO ORIGINAL: “Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo” (Pascal, apud Gonçalves, 2007, p.175).

que a conheci. Seu apoio foi fundamental para estabelecer uma conexão entre mim e os moradores das comunidades sobre as quais ela exercia influência, no caso, Xuxa e Deus nos Acuda, que eram localizadas no Bairro de Boa Viagem.

Ela me indicou pessoas-chave para entrevistar e me apresentou a elas. Muitas vezes, estava comigo durante as entrevistas, o que me proporcionou uma experiência segura, embora forte, em vista da dureza da realidade com a qual eu estava entrando em contato. Percorremos juntos as vielas tortuosas e estreitas das comunidades, onde eu me perderia se não contasse com a sua companhia. Mesmo assim, havia locais que ela conhecia bem nos quais não pudemos entrar. Ela dizia: "Só podemos entrar até aqui, daqui pra frente a barra é mais pesada e não dá pra prosseguir".

Dessa forma, eu enfrentava menos resistências da parte das pessoas que abordávamos. Isso fez com que eu desenvolvesse uma visão um pouco ingênua em relação à receptividade às abordagens para as entrevistas. Ingenuidade que fui levado a perder quando, agora para o doutorado, expandi a pesquisa para outros bairros da cidade, como o da Torre e o do Cordeiro. Neste caso, não contei com a "certificação" de alguém conhecido nas comunidades e que gozava da confiança dos moradores, como no caso da Sra. Sandra. Tive que me aventurar sozinho nas investidas que fiz em alguns territórios[14] estranhos para a minha classe social, onde eu também era estranho para os que ali habitavam. Não apenas estranho, mas era mesmo uma figura ameaçadora, porque poderia ser confundido facilmente com um investigador de polícia, por exemplo.

Além do mais, eu não tenho o perfil de um estudante em busca de dados para sua pesquisa da faculdade. Com os meus mais de 50 anos, de pele clara, uma prancheta na mão, sozinho, era visivelmente um visitante intruso, estranho aos territórios pesquisados, abordando pessoas em busca de informações. Podia muito bem ser confundido com um agente do Estado fazendo investigações. Eu não sabia no começo, mas estava correndo até perigo de vida. Só fui perceber isso depois de observar a reação, a princípio medrosa, da parte das pessoas que eu abordava, depois claramente hostil. Foi difícil e assustador dar continuidade ao processo. Tive que ter muita habilidade, astúcia e coragem para conseguir

[14] O termo "território" é adotado neste trabalho segundo a ampla visão de Deleuze e Guattari. Segundo esses autores "os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos" (GUATTARI e ROLNIK, p.323, 1996)

alcançar meu intento. Foi, acima de tudo, uma grande e perigosa aventura adquirir a relativa confiança de alguns dos entrevistados, o que ficará mais claro ao longo da narrativa.

Houve casos em que o entrevistado não aceitou gravar a entrevista em áudio, deixando visível a insegurança em deixar registrada sua voz, que poderia ser identificada de alguma forma, ainda que estivesse falando sobre a própria situação. Isso me obrigou a lançar mão de improvisações, tendo que, muitas vezes, abandonar os protocolos pré-estabelecidos para a coleta de dados, como no caso da história oral, por exemplo. Foi fácil perceber, em muitos casos, a revolta expressa pelos entrevistados, por estar em uma situação de indignidade, em que os seus direitos mais básicos de cidadãos lhes foram negados pela estrutura social. Percebi um clima de grande tensão em várias oportunidades, que serão mais bem relatadas ao longo do texto. Por conta dessas circunstâncias, na maioria dos casos, eu ocultei o nome verdadeiro do entrevistado, substituindo-o por um pseudônimo, muitas vezes por exigência do próprio entrevistado.

Assim, o próprio processo de pesquisa, sendo explicado, descrito, pode demonstrar que as fontes não foram apenas os dados positivos, ou seja, que foi dito nas entrevistas, o que foi conseguido objetivamente, mas também o que não foi dito, o que não foi conseguido. A entrevista que não aconteceu, as condições de facilidade ou de dificuldade na produção das próprias fontes no processo de execução da história oral, tudo isso também ajuda a contar a história da cidade, na medida em que se vive a experiência de estar nela, durante o próprio levantamento de dados. Ou seja, a história, uma vez contada, conta ao mesmo tempo a história da cidade, assim como a história da própria historiografia, na medida em que ela é praticada em determinado contexto histórico.

História Oral x História Local x Micro-história

A adoção da história oral como metodologia se conecta com a problemática dessa pesquisa e a aproxima de duas correntes da historiografia, quais sejam, a micro-história e a história local. A história local se constitui como uma ferramenta própria para o estudo da vida cotidiana de homens e mulheres, por conseguinte também adequado para problematizar as relações homem/espaço. Da mesma forma, a proposta da micro-história de redução de escala

se adequaria ao estudo das microrrelações homens/homens e homens/espaço (CAVALCANTI, 2018).

Porém, como afirma Cavalcanti (2018), não devemos, de forma sumária e superficial, estabelecer correlações a priori entre essas duas correntes, pois a redução de escala é para a micro-história um procedimento de análise, que não depende do tamanho ou das dimensões do objeto analisado. Ou seja, a aplicabilidade da micro-história não está necessariamente relacionada a um objeto de dimensões reduzidas, como é geralmente atribuído à história local. Na micro-história, a redução da escala se presta ao estudo exaustivo de uma temática extremamente específica, ainda que esta faça parte de um contexto mais amplo. Não é, portanto, o caso desta pesquisa (id, 2018).

Como o objeto dessa pesquisa são comunidades pobres de uma cidade específica, pode-se concordar que se trata de um caso mais próximo de uma história local, ou seja, o estudo de um conjunto coeso e diminuto de relações passíveis de serem abarcadas em sua totalidade. Muito embora essa generalização seja possível, é necessário deixar claro que este estudo se limita a apenas alguns aspectos dessas relações, limitados no tempo e no espaço, conforme especificado na exposição de seus objetivos, portanto não abrange o objeto em sua totalidade. Está, assim, longe de esgotar todas as possibilidades de análise, não se tratando, também, de um caso típico de história local.

No entanto, Cavalcanti (2018) adverte para que não se caia no erro de pensar que a história local seria o estudo de um fenômeno isolado, autoexplicativo, desconsiderando-se que no mundo globalizado os acontecimentos são resultados de redes de relações bastante amplas. Portanto, não contém dentro de si mesmos as chaves para a sua problematização. Nesse sentido, o trabalho de Pierre Goubert (1992) aborda a história local como um gênero historiográfico, que permite voltar o olhar para a realidade local e interpretá-la como a história de “[...] toda uma sociedade, não apenas dos privilegiados que a governaram, julgaram, oprimiram ou ensinaram” (GOUBERT, 1992, p. 48).

Da mesma forma, neste estudo, a conexão entre a vida cotidiana que aparece nos relatos dos entrevistados com os acontecimentos históricos mais amplos fica, portanto, ao encargo do autor, que fará um cruzamento de fontes para reconstruir o contexto do seu objeto.

Essas histórias de vidas cotidianas que se desenrolam em Recife e em Pernambuco, de qualquer forma, estão relacionadas, através do fenômeno da globalização[15], com o que se passa no restante do Brasil e do mundo. Essa conexão é necessária, no entanto, para que seja possível uma representação do passado que transcenda os limites do senso comum e das experiências imediatas.

Problemática desta pesquisa:

A grande questão, que motivou e dirigiu esta pesquisa foi: Como o cotidiano dos moradores pobres da cidade de Recife foram impactados pelas intervenções urbanísticas ocorridas entre os anos de 2003 e 2019, e de que forma eles reagiram a esse processo?

No entanto, esta pesquisa também buscou responder a perguntas secundárias, cujas respostas ajudaram a problematizar e a contextualizar historicamente o fenômeno estudado, tais como:

1-Quais foram as permanências e/ou mudanças que caracterizaram essas intervenções em comparação com outras ocorridas anteriormente?

2-Como os pobres atingidos viviam e se relacionavam com a cidade antes dessas intervenções?

3-Que forças sociais, políticas e econômicas induziram, possibilitaram e justificaram essas intervenções?

4-Como, na visão dos moradores pobres atingidos, essas intervenções impactaram seu cotidiano, sua cultura, sua economia e sua organização social?

5-Como, na luta pelo direito à cidade e à autodeterminação, a população pobre atingida reagiu às intervenções?

---

[15] O processo de globalização é um fenômeno do modelo econômico capitalista, o qual consiste na mundialização do espaço geográfico por meio da interligação econômica, política, social e cultural em âmbito planetário. Porém, esse processo ocorre em diferentes escalas e possui consequências distintas entre os países, sendo as nações ricas as principais beneficiadas pela globalização, pois, entre outros fatores, elas expandem seu mercado consumidor por intermédio de suas empresas transnacionais. Fonte: disponível em < https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-que-globalizacao.htm#:~:text=O%20processo%20de%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,e%20cultural%20em%20%C3%A2mbito%20planet%C3%A1rio> Acesso em 09/nov/2020.

6-Houve resistência por parte dos moradores atingidos? De qual tipo?

Hipótese:

No regime escravocrata, que perdurou no Brasil até o final do Séc. XIX, o trabalhador pobre, representado em grande parte por escravos, encontrava, bem ou mal, a moradia e os demais itens de subsistência nas terras do seu senhor ou patrão. Com a emergência do trabalho livre e o subsequente abandono dos ex-escravos à sua própria sorte, surgem os problemas do desemprego e da falta de habitação, entre outros problemas sociais graves. Estando os patrões livres dessa incumbência, coube ao trabalhador pagar por sua moradia e por sua subsistência. Mas no Brasil, diferentemente do que aconteceu nos países capitalistas centrais, onde processo similar aconteceu, essa mudança não implicou na garantia do assalariamento e na formação de um mercado urbano de moradias acessível. Cresceu exponencialmente, assim, o número de pobres desempregados e sem habitação adequada nas maiores cidades do país (MARICATO, 2003).

Com o início do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, as cidades tornaram-se focos de enorme atração para os pobres. Elas se tornaram sinônimo de sobrevivência, um lugar onde, bem ou mal, conseguia-se algum trabalho e algum lugar para morar. E, embora os gestores das cidades não tenham sido eficientes no suprimento dessa demanda, os pobres sempre encontraram modos de resistirem a essa falta e de lutarem pelo direito a nelas viverem e se reproduzirem.

Nos mais diversos períodos do capitalismo, os pobres sempre desenvolveram táticas de resistência, não importando qual tenha sido o poder dominante nem qual a forma dele se sobrepor aos seus interesses específicos. Portanto, sempre houve uma tensão permanente no contexto urbano entre o sistema dominante e as comunidades pobres, com repercussões sobre suas tradições culturais, históricas, políticas e sobre sua organização social e econômica.

No caso do Brasil, observa-se que os tipos de resistência não têm sido revolucionário, mas têm sido persistente. Inclusas na mecânica capitalista, mesmo que nas suas margens, as diversas formas de resistência dos mais pobres têm operado dentro do campo dominado pelas classes economicamente mais poderosas. O estabelecimento da moradia em espécies de

guetos, verdadeiras trincheiras em áreas ilegais, comumente representadas como favelas, foi uma dessas formas.

Nesse sentido, observa-se que o tecido urbano, expandindo-se na contemporaneidade ao sabor da Globalização Neocapitalista, ainda carrega em si contradições históricas. Na relação desigual que existe entre as diversas classes que vivem na cidade, há opressão e resistência, mas há também algo em comum a todos: o desejo de consumir a cidade a seu modo, tendo ela como um bem, uma mercadoria ou como um meio de produção de renda. A relação que os pobres mantêm com o espaço urbano, portanto, também é capitalista. Aliás, é por isso que eles estão lá. Dentro do contexto em que vivem, ainda é na cidade capitalista que encontram as mais prováveis possibilidades de sobrevivência.

A realidade, mesmo contraditória, traz em si seus possíveis. É, portanto, nesse movimento que se localiza o Direito à Cidade. Esse conceito de Henri Lefebvre (2001) faz parte de um pensamento utópico de cunho revolucionário. No entanto, diferentemente do que traduz o conceito de Lefebvre (2001), para quem o direito à cidade se manifesta como um direito de uso e não de troca, no caso dos eventos estudados nesta tese, levanta-se esta hipótese:

"No caso específico do objeto desta pesquisa, a resistência dos mais pobres se manifestou, não como uma oposição à implementação dos projetos impostos pelos planejadores, mas na forma como se apropriaram dele."

Nesse sentido, entende-se que muitos dos moradores atingidos pelos projetos governamentais não lutaram apenas pelo direito ao uso da cidade e à sua apropriação, mas também à sua propriedade. Isso se deu através de burlas às regras estabelecidas, possibilitando a autoinclusão dos referidos moradores no Mercado Imobiliário, diferentemente do que foi proposto pelos planejadores. Dessa forma, para alguns, não foi apenas a oportunidade de morar em um local mais digno, mas de ter acesso a um bem imóvel de significativo valor. Este seria, portanto, um meio através do qual poderiam lançar mão de um capital ou garantir uma renda imobiliária ou comercial. Isso seria praticamente impossível de se cogitar fora dessas circunstâncias históricas específicas. Portanto, nesta tese, através das fontes pesquisadas e suas análises, além de buscar a validação dessa hipótese, buscar-se-á também problematizar como e porque isso aconteceu.

Fundamentação teórica

Como já foi dito acima, a população urbana no Brasil tem crescido de forma exponencial nas últimas oito décadas. No entanto, por razões econômicas, políticas e culturais, o crescimento e a organização espacial das cidades não foram capazes de absorver tal mudança, de forma a proporcionar qualidade de vida para todas as suas classes de moradores. Pois os fatores ligados ao desenvolvimento do capitalismo, que determinaram a migração do campo para as cidades, foram os mesmos que produziram nelas a má distribuição de renda e a consequente discriminação social e a segregação espacial. Esses fatores terminaram por produzir uma grave crise urbana.

Nesse contexto, são afetadas as relações de poder entre os diversos atores sociais nos mais variados campos, como os da economia e da política. Dessa forma, são disputados a terra, os votos e as representações, onde até mesmo as palavras e nomes são usados como alvo e como armas na batalha que é a construção da realidade social (BOURDIEU, 1990).

O contato direto com a realidade, através da pesquisa de campo para o levantamento de dados empíricos, foi capaz de evidenciar a complexidade que se esconde nas entrelinhas das relações sociais que produzem a cidade. Isso foi reforçado pelo cruzamento desses dados e experiência com os demais documentos também utilizados como fontes de pesquisa.

Não há, portanto, uma teoria única que abarque sozinha a complexidade do objeto de estudo e possibilite sua análise. Os desdobramentos do processo são imprevisíveis, assim como as ações dos sujeitos, consideradas suas subjetividades e suas capacidades de se apropriarem do que lhes é imposto, de reinventarem os projetos que lhes dizem respeito e de cuja elaboração não participaram. É necessário que se considere a capacidade de o sujeito agir de improviso diante das oportunidades ou na falta delas, seja de forma individual ou coletiva, no aproveitamento das oportunidades e ocasiões. É preciso se levar em conta as tradições culturais e o modo de agir desses sujeitos. Ao mesmo tempo, é necessário se considerar os condicionantes macroeconômicos que determinam as condições onde essas ações acontecem.

Não se pretendeu, portanto, analisar o objeto a partir de pontos de vista exclusivos ou reducionistas, mas a partir da análise dos múltiplos fatores que permeiam as relações sociais. Esses fatores foram-se evidenciando no processo de pesquisa, no contato direto com os sujeitos, nos seus contextos sociais, políticos, econômicos, culturais. Dessa forma, foram

utilizadas teorias de diversas correntes de pensamento que, em última instância, não concorrem ou disputam entre si na intepretação da realidade, mas se complementam e permitem, cada uma em sua área, o entendimento de um aspecto diferente de uma realidade extremamente complexa.

Nessa busca pelo entendimento mais amplo da realidade, esta pesquisa também lançou mão de uma análise transdisciplinar. A transdisciplinaridade vai além da justaposição de disciplinas, como seria o caso da multidisciplinaridade. Ela leva em consideração a integração das diversas disciplinas, deixando um pouco "borradas" as suas fronteiras.

Deste modo, as trocas, complementações e contribuições entre as diversas teorias e disciplinas podem ser capazes de explicar melhor fenômenos tão complexos e imprevisíveis, como é o caso das intrincadas relações sociais e seus múltiplos fatores, que se desenvolvem nas cidades. Tais fatores determinam a configuração do ambiente urbano, físico e social, dos grandes centros do Brasil e do mundo, com todas as suas incertezas, seus (des)conhecimentos, lutas, angústias e problemas de diversas naturezas.

Isso posto, para analisar os aspectos culturais dos conflitos que se desenrolam na cidade, foram utilizados os conceitos de "Tática" e "Estratégia", a partir de Michel de Certeau. Nesse sentido, Certeau (1994) afirma que os produtos culturais não são consumidos da forma como imaginam aqueles que os concebem, e sim conforme a criatividade e a arte daqueles que os consomem. Eles existem como dimensões de diálogos onde ninguém é tão somente consumidor.

Para a análise dos aspectos macroeconômicos, foram utilizadas as teorias de diversos autores, a exemplo da arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, que consideram a cidade não apenas como um cenário onde acontecem as relações sociais, mas também como um produto, como uma mercadoria que intermedia os conflitos entre as classes sociais. A cidade, segundo essa visão, nasce e se desenvolve a partir de um processo produtivo, como fruto das relações de produção material da vida.

Muito embora a existência das cidades preceda o capitalismo, não se pode negar que ele, ao se desenvolver, ali provocou uma revolução, não só em seu conceito, mas em sua organização social e espacial, desencadeando uma série de problemas e desafios, o que veio a se chamar por alguns teóricos de "Crise Urbana". Nesse contexto, os conceitos de cidade e de

capitalismo tornaram-se tão intrincados, que não se pode mais pensar em um sem se relacionar com o outro (MARICATO, 2015).

Para operacionalizar as análises dos fatores econômicos, foram também utilizadas as discussões, ainda muito atuais, de teóricos, como o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre e os geógrafos David Harvey e Milton Santos, que discutem o urbano a partir da visão materialista dialética, mas sem se limitarem aos limites do marxismo ortodoxo. De Milton Santos (2006), serão utilizados principalmente os conceitos de paisagem e espaço.

De acordo com essa visão, o urbano é entendido como condição geral de realização do processo de reprodução do capital e, ao mesmo tempo, produto desse processo. Ele é, portanto, contraditório e conflituoso diante das necessidades da reprodução do capital e das necessidades da sociedade como um todo, o que estrutura uma abordagem marxista do espaço (CARLOS,1994).

No contexto do mundo globalizado das duas primeiras décadas do Século XXI, já dominado pelas novas tecnologias, é necessário um novo olhar para o que se entende como organização e luta popular. Para navegar por esse mar de novidades, que mudou a forma como as pessoas se articulam e se comunicam, esta pesquisa lançará mão do conceito de "capitalismo informacional", defendido pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (CASTELLS, 2005).

Mesmo não sendo algo específico de sua área, Castells (2005) estudou a comunicação através de computadores, as mídias digitais e o ciberespaço para entender a sociedade contemporânea, cujas relações são permeadas por tais elementos. Foi a partir desses estudos que ele veio a classificar a atual sociedade como "sociedade em rede", na qual o poder é exercido a partir de redes e, devido a isso, a economia também segue essa mesma lógica (MARTINS, 2018).

Para discutir e analisar questões relativas a identidades, ainda serão utilizadas as teorias do sociólogo Manuel Castells (2010). Para Castells (2010), identidade é uma fonte de significados[16] e experiências de um povo. A identidade estabelece uma distinção entre o eu e o outro, nós e eles. Entre os povos, essa distinção acontece através dos nomes, dos idiomas ou culturas. De acordo com esses pressupostos, o autoconhecimento, muito embora possa parecer

[16] Para Castells, significado é definido como uma identificação simbólica por parte do ator social, em relação às ações praticadas por ele (CASTELLS, 2010).

uma descoberta, é uma construção e nasce da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros.

Objetivos:

Objetivo geral:

O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer como as intervenções urbanísticas ocorridas na cidade de Recife, entre os anos de 2003 e 2019, impactaram a vida cotidiana dos moradores pobres das comunidades atingidas e como estes mesmos pobres se apropriaram delas, como resistiram e reagiram a elas e a processaram, enquanto sujeitos históricos e atores sociais.

Objetivos específicos:

A- Analisar como as heranças históricas, dentro dos contextos geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais, contribuíram para a criação do quadro geral que é objeto de estudo desta pesquisa. O capítulo 1 se dedicará a este objetivo.

B- Conhecer fatores e circunstâncias históricas que contribuíram e possibilitaram a ocorrência das intervenções urbanísticas que se tornaram objeto de estudo desta pesquisa. Nesse sentido, identificar continuidades e rupturas na forma como se davam as relações entre os diversos sujeitos e forças políticas e sociais. Esse objetivo será trabalhado no capítulo 2.

C- Conhecer, empiricamente, os protagonistas dessa narrativa, ou seja, os pobres da cidade de Recife, no seu viver cotidiano. Dessa forma, procurar entender como se organizavam socialmente e espacialmente, como resolviam questões relacionadas à produção de renda, à moradia, enfim, ao direito à cidade. O capítulo 3 se dedicará a este objetivo.

D- Conhecer como as intervenções urbanísticas ocorridas dentro do recorte temporal desta pesquisa impactaram a vida cotidiana dos moradores das quatro comunidades estudadas. Este objetivo será contemplado no capítulo 4.

E- Problematizar as reações dos moradores pobres às intervenções que sofreram, tanto no nível coletivo, quanto no individual. Dessa forma, entender como essas reações e resistências produziram mudanças na cidade e na vida social, cultural e econômica de tais moradores pobres. Este objetivo será contemplado no capítulo 4.

Estrutura da tese

O texto desta tese está subdividido em 4 capítulos, que se complementam subsequentemente. No primeiro capítulo, a cidade de Recife é apresentada ao leitor. Ele poderá, então, conhecer sua localização, seus limites, suas principais características climáticas, geomorfológicas e hidrográficas. Conhecerá também algumas informações básicas sobre a formação de sua estrutura econômica, social e espacial. Isso será muito importante para o entendimento de como a herança histórica contribuiu para a distribuição socioespacial da população dentro do período estudado.

Essas características geográficas estão diretamente relacionadas com os movimentos migratórios que contribuíram para a formação étnica e cultural de sua população. Isso funcionará como um facilitador para o entendimento do processo que transformou a cidade de Recife num polo de atração populacional, a partir da primeira década do século XX. Através de uma retrospectiva histórica, será analisado como se deram as relações da cidade com sua população pobre ao longo das últimas décadas, o que possibilitará a percepção do que há de continuidades e o que houve de mudanças nessas relações, preparando o leitor para o que será discutido no capítulo 2. Nesse sentido, será analisado qual papel coube ao Estado nesses processos. Essa análise retrospectiva tem, portanto, o objetivo de situar o leitor, de uma forma geral, no contexto histórico da narrativa, conectando este a um processo histórico de mais longa duração.

No segundo capítulo, terão início as apresentações e as discussões acerca das específicas circunstâncias, tenham sido elas políticas, econômicas, sociais ou culturais, que

permitiram ou criaram as condições para que ocorressem as intervenções urbanísticas que se tornaram objeto de estudo desta pesquisa.

Na discussão do percurso histórico que levou a tal contexto, ainda serão destacados três períodos específicos da segunda metade do século XX e início do XXI, que são importantes para o entendimento da dinâmica das relações das cidades brasileiras com suas populações pobres, mais especificamente no que diz respeito às questões da habitação e do direito à cidade. O primeiro será o período do Governo do presidente João Goulart, quando a sociedade discutiu intensamente a questão da Reforma Urbana. Em seguida será o período imediatamente posterior, correspondente ao Regime Civil-Militar, quando o poder público buscou dar respostas às questões que estavam sendo discutidas, mas com base em uma proposta política diferente e mesmo oposta à de Goulart. Por fim, será também analisada a retomada das discussões sobre a reforma urbana, que aconteceram durante a elaboração da Constituição de 1988, cujos reflexos foram sentidos no período estudado.

No entanto, a discussão dessas questões não será muito aprofundada, pois não é exatamente esse o objetivo da pesquisa. Elas serão apresentadas apenas como bases para uma conexão com o tema da pesquisa. Até mesmo porque já há inúmeros trabalhos que se ocupam desse tema específico. Trataremos, portanto, desses problemas apenas o suficiente para promover a contextualização histórica necessária às discussões dos capítulos seguintes.

Na sequência, dar-se-á um salto até o período do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já após a “redemocratização”, cujo período de duas gestões consecutivas corresponde aproximadamente ao recorte temporal desta pesquisa. Dessa forma, buscar-se-á identificar permanências e rupturas no que diz respeito ao modo como a cidade de Recife, através dos seus poderes públicos, se relacionava com seus moradores pobres dentro do recorte temporal e espacial desta pesquisa.

Outro ponto importante a ser analisado ainda no Capítulo 2 é o avanço que houve no que diz respeito ao arcabouço legal na área do urbanismo no Brasil e, no nível mundial, em torno dos direitos humanos fundamentais, o que se refletiu de forma significativa, se não nas relações, pelo menos no discurso e no “modus operandi” do poder público em geral em relação ao tratamento dispensado às populações pobres dos grandes centros urbanos no Brasil.

No terceiro capítulo, será reduzida a escala de observação, cujo foco se aproximará do objeto desta pesquisa, ou seja, o morador pobre da cidade de Recife, no seu contexto de vida

cotidiana. Ainda não serão apresentados, de forma específica, os moradores das 4 localidades em estudo, já referidas acima. Mas será dado um mergulho no mundo particular da pobreza, de modo geral, da forma como ela se apresentava no período estudado na cidade de Recife. As perguntas a serem respondidas neste capítulo serão: o que era essa pobreza? Quem eram esses pobres? Como viviam? Como se organizavam socialmente? Que valores preservavam? Como produziam renda? Como solucionavam os problemas da moradia, do desemprego, da violência, da falta de recursos? Como se relacionavam com os poderes públicos? Como resistiam às investidas e ameaças de elites e poderes públicos? Para responder a essas perguntas, lançar-se-á mão dos dados empíricos coletados ao longo da pesquisa, assim como de dados documentais visando a efetuar um cruzamento de fontes. Assim, já serão apresentadas algumas das comunidades em estudo e analisadas as suas ações específicas, frente aos fatos analisados, sejam elas individuais ou coletivas. O foco das análises estará sobre vidas específicas, sobre os sujeitos da história, contatados em meio a suas vidas cotidianas, através do levantamento de dados empíricos e documentais. Nessa etapa, a pesquisa de campo aparecerá mais claramente ao leitor, quando as ações, impressões e experiências do pesquisador serão mais claramente compartilhadas com o leitor.

No quarto e último capítulo, o mais longo deles, serão tratados os demais casos específicos das intervenções urbanísticas ocorridas nas localidades em questão. Nele, a escala de observação será reduzida a seu ponto máximo. Um dos objetivos específicos a serem alcançados nesse capítulo será entender como a vida cotidiana dos moradores pobres das 4 comunidades atingidas pelas intervenções urbanísticas foram impactadas.

O foco, então, passará para as reações individuais e coletivas dos moradores atingidos pelas intervenções urbanísticas ocorridas no recorte temporal e espacial desta pesquisa. Serão analisadas as ações mais específicas dos moradores pobres, no sentido de entender como se mobilizaram, como produziram mudanças através da apropriação dos espaços e condições que lhes foram impostos. Nesse ponto, o objetivo específico a ser atingido é conhecer o resultado dessas ações e reações sobre sua cultura, sua organização social, sua economia e, ainda, sobre a cidade.

Enfim, buscar-se-á atender ao objetivo específico de entender como alguns indivíduos dentre aqueles que foram atingidos pelas intervenções urbanísticas se apropriaram dos espaços e das condições que lhes foram impostas para ter acesso à renda e ao capital imobiliário, quer dizer, ao mercado do qual estiveram excluídos. Será analisado como essas

reações foram articuladas desde antes das intervenções, quais táticas, artes e instrumentos foram utilizados para efetivá-las. Ou seja, o objetivo é entender como a luta por apartamentos nos habitacionais construídos pela Prefeitura se tornou, de forma não prevista ou planejada pelos autores do projeto, um meio de acesso ao mercado imobiliário e se efetivou como uma espécie de "trampolim" para ascensão social e para a redefinição de identidades.

Pretende-se com isso, deixar claras as estratégias do poder público, contidas em seus discursos e projetos, assim como os resultados práticos efetivos das intervenções urbanísticas estudadas, a partir da forma como foram recepcionados pelas populações pobres por eles atingidas. No entanto, os argumentos desta tese se direcionarão no sentido de demonstrar que nesse processo não houve ganhadores ou perdedores, vítimas ou algozes, mas sujeitos que lutaram pela defesa de seus interesses, com as armas e recursos que estavam ao seu alcance.

Uma breve revisão bibliográfica

Antes de adentrarmos no primeiro capítulo, faremos uma breve inserção desta tese no debate que vem se travando acerca da mesma temática no campo da história ou nos demais campos que colaboram entre si para o entendimento da mesma questão, ou seja, as intervenções urbanísticas ocorridas em Recife entre os anos de 2003 e 2019. Pretende-se, dessa forma, atualizar o debate que se trava acerca do objeto desta pesquisa, ainda que o mesmo possa contemplar questões diferentes, a partir de pontos de vista também diferentes. Dessa forma, foi possível identificar o que já foi analisado sobre o tema nas diversas áreas das ciências sociais, possibilitando uma contribuição mais objetiva e ampliada em função das lacunas existentes.

Não obstante a importância das intervenções urbanísticas ocorridas em Recife no período estudado, ou seja, entre 2003 e 2019, como acontecimentos causadores de grandes transformações para a cidade, a quantidade de estudos que as têm como objeto ainda é bastante pequena. No campo da história, não foi encontrado nenhum outro estudo específico, além daquele de minha autoria, já referido acima, desenvolvido durante o curso de mestrado (MARQUES, 2014). Foram encontrados estudos apenas nos campos da administração pública, geografia urbana, do urbanismo, da sociologia, do desenvolvimento urbano e

desenvolvimento social. Talvez isso se deva ao fato de que esses acontecimentos ainda são relativamente recentes. Segue-se com a análise de alguns desses trabalhos.

Começaremos com a dissertação de Marta Santa Cruz Pordeus (2006), intitulada "Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade: o Conjunto Habitacional da Torre". Esse conjunto habitacional, inaugurado em 2004, foi construído pela Prefeitura de Recife para assentar moradores retirados de áreas alagadas nas margens do Rio Capibaribe[17], através de um projeto denominado Projeto Beira Rio, desenvolvido no âmbito do Programa Habitar Brasil/BID, de iniciativa do Governo Federal. O objetivo do trabalho, desenvolvido como requisito para obtenção do título de mestre em desenvolvimento urbano, foi avaliar os efeitos do referido projeto na melhoria da qualidade de vida dos moradores retirados e o aumento das liberdades reais para os seus beneficiários. Portanto, o projeto parte da hipótese de que houve melhoria na qualidade de vida dos moradores, assim como aumento das liberdades reais, buscando definir em que nível isso aconteceu.

O referido programa do Governo Federal visava a fortalecer os municípios promotores para atuarem em obras de urbanização paralelas ao assentamento de moradores pobres, que estivessem em situação de risco em moradias ou habitações precárias. Ele tornava obrigatória a implantação simultânea de programas de capacitação dos moradores deslocados para promover o trabalho e incrementar suas rendas, visando a tornar sustentáveis as economias e estruturas das famílias assentadas, assim como o próprio empreendimento.

No entanto, ao levantar dados e fazer análises, a pesquisa chega à conclusão de que os objetivos do programa e do projeto não foram totalmente alcançados, devido à permanência da precariedade no que diz respeito à produção de renda da população. Esse aspecto ainda foi agravado pelo aumento dos custos com a moradia, uma vez que passaram a incidir taxas com as quais os moradores não tinham que arcar em seus assentamentos precários, em áreas não

[17] O Rio Capibaribe é um dos rios do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Seu nome é originário da língua tupi e significa na água de capivara ou dos porcos selvagens, através da junção dos termos kapibara (capivara), y (água) e pe (em). Nasce nas vertentes da Serra do Jacarará, município de Poção, divisa com o município de Jataúba, na comunidade do Araçá, a uma altitude de 1.100 metros. Segundo levantamento da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe), feito em 1980, sua bacia hidrográfica compreende uma área de 7.716 quilômetros quadrados, o que equivale a 7,85% da área de Pernambuco. Dividido em Alto, Médio e Baixo Capibaribe, da nascente à foz, o Rio corre pelo Agreste do estado e Zona da Mata, cortando também a Região Metropolitana do Recife. Possui 240 quilômetros de extensão e sua bacia, aproximadamente 5 880 quilômetros quadrados. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021 – Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=440581&view=detalhes#:~:text=Notas%3A%20O%20Rio%20Capibaribe%20%C3%A9,)%20e%20pe%20(em)>. Acesso em 19/mar/2021.

oficiais da cidade, como é o caso das contas de energia elétrica, água, esgoto, assim como a manutenção da nova moradia.

Diante disso, muitos beneficiários originais do programa foram sendo substituídos por outros de maior poder aquisitivo. A pesquisa constatou que setenta e oito por cento dos moradores entrevistados declaravam não ter condições financeiras para arcar com o ônus da nova moradia. Foram identificadas ainda como dificuldades dos moradores do habitacional a falta de organização social e política, assim como na administração e manutenção do novo empreendimento. Enfim, a pesquisa concluiu que o programa não alcançou o problema do desemprego crônico e da falta de acesso pleno à educação, que são características da pobreza estrutural, atingindo apenas algumas de suas manifestações pontuais.

A pesquisa, que tem seu foco nos aspectos econômicos e sociais, conclui que houve, de fato, a melhoria na qualidade da habitação, em termos de conforto, segurança e localização, mas que a tendência constante é a da substituição dos moradores por outros que tenham condições econômicas para arcar com os custos daquele tipo de moradia. No entanto, o estudo se restringe ao caso de apenas um conjunto habitacional e não contempla de forma mais ampla a reação dos moradores a essa intervenção, no sentido de restabelecer a condição de sobrevivência e a forma que encontraram para reaver a sua autonomia e o direito à cidade. Fica claro apenas que o repasse ilegal da posse dos apartamentos foi a principal forma de reação dos moradores, em busca de condições de vida mais adequadas. A pesquisa contempla a condição de vida dos pobres antes da intervenção, porém a partir de uma visão genérica, não descendo a particularidades das vidas cotidianas familiares e individuais.

Existem também alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da área de Geografia Urbana, como o artigo de 2014 intitulado "Impactos Socioambientais Gerados pela Via Mangue (Recife-PE) e Análise das Desigualdades Socioespaciais"[18] das geógrafas Lorrayne Regis de Andrade (Bacharel em Geografia UFPE) e Mônica Cox de Britto Pereira (Profa. UFPE, Departamento de Ciências Geográficas).

O trabalho analisa as modificações sociais e ambientais produzidas pela construção da Via Mangue e abrange os anos de 2013 e 2014. Afirma que o assentamento das famílias

[18] ANDRADE, Lorrayne Reges de. PEREIRA, Mônica Cox de Brito Impactos Socioambientais Gerados pela Via Mangue (Recife-PE) e Análise das Desigualdades Socioespaciais. Revista de Geografia (UFPE) V. 31, No. 2, 2014.

deslocadas pela obra foi precário e que o reflorestamento da área desmatada do manguezal não foi cumprido, como definia o projeto aprovado pelos órgãos de controle ambiental.

Com base em teóricos como Milton Santos (2006), David Harvey (2007), Flávio Villaça (2013) e Henri Lefebvre (2001), os quais afirmam que a cidade "desordenada" tem origem no capitalismo, o texto analisa a obra da Via Mangue. A análise vê o projeto não apenas como de melhoria da mobilização urbana, mas como parte de um processo de valorização de espaços da cidade, que segue no sentido de atender a exigências do mercado imobiliário. Como resultado dessa especulação, segundo as autoras, foi gerado um aprofundamento da segregação espacial e da degradação ambiental e social.

Outro artigo dos mais consistentes é o da professora Dóris Campos, geógrafa e mestre em Desenvolvimento Urbano, intitulado "A Via Mangue Sob o Olhar do Ordenamento Territorial Urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres"[19]. O referido trabalho tem como objetivo principal "compreender o ordenamento territorial urbano presente na cidade do Recife através das ações do Projeto Via Mangue, especificamente com a análise do lugar dado às famílias pobres afetadas pela intervenção" (CAMPOS, 2015, p. 208)

Em seu texto, a autora relaciona as mudanças mais recentes nas práticas de intervenção urbanística na cidade de Recife ao fenômeno da Globalização, enquanto gerador de circulação de informações e mercadorias, com foco centrado na economia. Essas mudanças, segundo Campos, seguem no sentido da valorização econômica de lugares, tendo como uma das intenções o afastamento de "indesejáveis", agravando o contraste entre a "cidade formal" e a "cidade informal", ou seja, lugares sem a presença das ações do Estado (CAMPOS, 2015).

Com base nas teorias de Morin (2005), Harvey (1992) e Santos (2008), a autora afirma que o recrudescimento do Neoliberalismo nos países capitalistas ocidentais, que se deu a partir da segunda metade do século XX, teria agravado os contrastes no ordenamento territorial das grandes cidades, segundo uma visão mais totalizante da realidade. Nesse contexto, a forma resultante do ordenamento territorial dessas cidades teria sido obtida a partir da dialética ordem X desordem da realidade enquanto totalidade (CAMPOS, 2015).

[19] CAMPOS, D. J. S. L.. A Via Mangue Sob o Olhar do Ordenamento Territorial Urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres - Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 04, N. 02, 2015.

A pesquisa de Campos (2015) surge com a finalidade de elaborar uma dissertação de mestrado, defendida e aprovada em 2013 e se compõe a partir de fontes documentais sobre o Projeto Via Mangue e de uma pesquisa empírica nos Habitacionais Via Mangue I, II e III. No texto, a autora enfatiza que as cidades, a exemplo de Recife, vêm sofrendo intervenções que buscam atender às exigências mercadológicas do cenário global, com a finalidade de torná-las competitivas e atrativas aos grandes investidores, gerando assim, ao mesmo tempo, um crescimento dos assentamentos de pobres excluídos da cidade formal.

Em seu texto, Campos (2015) faz uma análise histórica da formação do ordenamento territorial do Recife, com base no contraste entre especulação imobiliária e ocupação de áreas fora do interesse imobiliário pelas populações pobres. Esses movimentos foram simultâneos e inter-relacionados, apesar da criação de normas urbanísticas que procuraram conter a especulação. Ao mesmo tempo, procurou garantir áreas de preservação ambiental e estabelecer parâmetros e procedimentos de regulação fundiária de assentamentos para pessoas de baixa renda, a exemplo da LUOS (Nº 14.511/1983), que veio a inspirar a criação das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e uma legislação própria com o PREZEIS (Lei municipal, de Nº 14.947/1987), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (nº 16.176/1996), a Lei dos 12 Bairros (Lei n.º 16.719/2001) e o Plano Diretor (2004).

De acordo com a autora, o Projeto Via Mangue, mais que buscar adaptar a cidade às exigências de mobilidade, tem uma lógica de reprodução do espaço que busca integrar a cidade às necessidades da acumulação do capital, facilitando o fluxo econômico de mercadorias e pessoas. Essa apropriação mercadológica da paisagem natural resulta no afastamento dos pobres das áreas mais valorizadas pelo setor imobiliário. Dessa forma, pode-se dizer que a Via Mangue é um empreendimento indutor do desenvolvimento econômico, porém atende apenas aos setores que detêm o capital, em detrimento do setor da população que está fora desse mercado.

Segundo a autora, outra característica da Via Mangue que enfatiza serem os ganhos econômicos gerados por ela acessíveis apenas à menor parte da população que tem maior renda é o fato de a mobilidade que ela proporciona atender apenas a veículos particulares, o que não inclui as camadas da população que se deslocam de transporte coletivo. Além disso, os acessos que o corredor viário proporciona são para empreendimentos imobiliários e econômicos de alto valor, não acessíveis à maioria da população.

Esse arranjo político-ideológico explicita a articulação que existe entre as instâncias políticas e econômicas. Diante do exposto, a autora conclui que, apenas a construção de conjuntos residenciais para assentar a população expulsa dos locais de maior valor imobiliário não compensará o impacto socioeconômico a elas imposto.

Em seu texto, Campos (2015) ainda faz uma excelente análise das relações políticas e econômicas que geraram e implementaram o projeto Via Mangue, mas não abrange os impactos culturais sofridos pela população expulsa para os residenciais e subestima os impactos econômicos por ela sofrida, quando diz que

> a questão econômica se mantém semelhante à moradia anterior, exceto pelo número maior de desempregados e pelo aumento das despesas. Muitos ainda se encontram trabalhando sem a garantia formal de um emprego com carteira assinada e a faixa dos rendimentos se manteve praticamente a mesma nos conjuntos. (CAMPOS, 2015, p.228)

A análise de Campos (2015) deixou de incluir importantes empreendimentos beneficiados pela Via Mangue, como foi o caso do condomínio privado de luxo Reserva do Paiva, construído pela construtora Odebrecht, cujas obras se iniciaram em 2008. O projeto desse empreendimento de grande porte, cheio de casas, apartamentos, hotéis e escritórios, é da construtora Odebrecht em parceria com os grupos Cornélio e Ricardo Brennand e tinha a estimativa de investir R$ 1,8 bilhão ao longo de 18 anos.

Outro empreendimento importante não citado por Campos (2015), o qual está relacionado com a construção da Via Mangue e com a Reserva do Paiva, acima citada, é o porto de SUAPE, que teve grandes somas investidas durante o mesmo período em projetos industriais, tais como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, entre outros.

A enorme quantidade de investimentos aplicados no Porto de Suape gerou uma grande onda de investimentos imobiliários voltados à população que lá trabalhava. Esta gerou uma grande demanda de habitações, locais de hospedagem e para prestação de serviços de alto padrão. Eles necessitavam enormemente de uma conexão rápida e eficiente com a Zona Sul do Recife, sendo essa uma das portas de entrada para o Porto.

Com base nas análises de Campos (2015), pode-se concluir que a população pobre, que também mora na cidade e é atraída pelo mesmo desenvolvimento econômico e pelas oportunidades que ele proporciona, não está exatamente excluída do mercado, mas vive nas margens dele, aproveitando o refugo, ou seja, aquilo que sobra como não interessante ao mercado. Esse é o caso dos espaços impróprios para a moradia, dos subempregos, da coleta de

recicláveis, da prestação de serviços não especializados e do comércio não legalizado. Eles não usufruem das mesmas benesses proporcionadas pelo acúmulo do capital gerado pela "cidade mercadoria" nem têm acesso ao mercado imobiliário, mas sobrevivem das sobras ou dos rejeitos desse mercado.

Como visto acima, o evento da construção da Via Mangue e tudo em que implicou a sua implantação no ordenamento territorial da cidade de Recife estão razoavelmente analisados, principalmente do ponto de vista da Geografia Urbana, de modo especial no que diz respeito às relações entre forças e atores sociais ligados à política e à economia como dominantes ou privilegiados, evidenciando muito bem as contradições geradas na e pela cidade capitalista. No entanto, os estudos se restringem à visão macroeconômica, não contemplando os aspectos microeconômicos e culturais, relacionados com o cotidiano das famílias e indivíduos pobres atingidos pelos programas e projetos.

No que diz respeito à historiografia, as pesquisas ainda são muito incipientes. É justamente buscando preencher essas lacunas que esta pesquisa encontra seu espaço. Sua ênfase não está, no entanto, apenas nos aspectos da macroeconomia, como no caso das pesquisas do campo da Geografia Urbana, acima citadas, mas principalmente nas micro-histórias dos sujeitos considerados, até então, menos importantes. Esses são os moradores das comunidades pobres da cidade de Recife, afetados pelas intervenções urbanísticas. Isso não quer dizer que os aspectos relacionados com a macroeconomia não sejam importantes para a explicação e para o consequente relato dos fenômenos contemplados por esta pesquisa, tanto que há também no texto muitas seções dedicadas a eles.

Capítulo 1: Da lama ao caos

"Posso sair daqui pra me organizar / Posso sair daqui pra desorganizar /
Posso sair daqui pra me organizar /
Posso sair daqui pra desorganizar /
Da lama ao caos / Do caos a lama /
Um homem roubado nunca se engana /
O sol queimou queimou a lama do rio/
Eu vi um chié. Andando devagar/
Vi um aratu / Pra lá e pra cá/
Vi um caranguejo / Andando pro sul/
Saiu do mangue / Virou gabiru/
Ô Josué eu nunca vi / Tamanha desgraça/
Quanto mais miséria tem / Mais urubu ameaça /

Peguei um balaio fui na feira/
Roubar tomate e cebola / Ia passando uma véia/
Pegou a minha cenoura / "Aê minha véia/
Deixa a cenoura aqui" / "Com a barriga vazia
Não consigo dormir" / E com o bucho mais cheio
Comecei a pensar / Que eu me organizando
Posso desorganizar / Que eu desorganizando
Posso me organizar / Que eu me organizando
Posso desorganizar / Da lama ao caos
Do caos a lama / Um homem roubado nunca se engana /

(Chico Science[20])

[20] Francisco de Assis França, mais conhecido pela alcunha de Chico Science nasceu em Olinda, em 13 de março de 1966. Foi um cantor e compositor brasileiro, um dos principais colaboradores do movimento manguebeat em meados da década de 1990. Líder da banda Chico Science & Nação Zumbi, deixou dois discos gravados: Da Lama ao Caos e Afrociberdelia, tendo sua carreira precocemente encerrada por um

O título deste capítulo faz referência à música de Chico Science “Da lama ao caos”. Toda a obra desse artista, que aqui é representada pela poesia acima exposta, se harmoniza de forma perfeita com o tema discutido neste capítulo, pois ambas tratam do Recife, de seus mangues, de sua cultura, de seu povo e de suas lutas, sempre refletindo os choques entre os extremos, tão presentes na história da cidade.

Tanto a poesia de Chico Science quanto seu ritmo chama a atenção para os contrastes entre a miséria do mangue e a alta tecnologia, a vida rural e a cidade grande. Ele sintonizava tudo com as características naturais, com as tradições culturais e históricas da cidade de Recife. A imagem de uma antena enfiada na lama era a metáfora perfeita para sua influência na Música Popular Brasileira. “Modernizar o passado é uma evolução musical”, dizia ele em uma de suas poesias[21]. Na poesia exposta acima, ele nos traz imagens dos mangues, com sua lama, habitat natural de tantos animais que dependem dela para viver. Entre eles, coloca o homem pobre, assim como fez o grande cientista social, Josué de Castro, também citado na poesia, quando criou o conceito do “homem caranguejo”.

Chico Science retrata esse “homem caranguejo” que, para sobreviver, teve que roubar comida na feira e, ainda, disputá-la, sendo roubado por outros, numa luta desesperada que retrata a capacidade de resistência e a determinação de continuar vivo, a despeito das mais extremas condições de sobrevivência no contexto das grandes cidades. Ele ainda deixa transparecer o pensamento daquele homem, que pensava consigo: “que eu me organizando posso desorganizar, que eu desorganizando posso me organizar”. Dessa forma, ele apreende a arma mais poderosa do homem pobre, sua capacidade de criar e de se reinventar, de se organizar para desorganizar um sistema que não o inclui, mas ao qual ele resiste e sobrevive.

Este primeiro capítulo tem, portanto, como um de seus objetivos, situar o leitor no contexto espacial, cultural e histórico da cidade de Recife, construindo, assim, uma plataforma sobre a qual será assentada a narrativa que se desenvolverá ao longo do texto. Dessa forma, cria-se também uma conexão do tempo histórico em estudo, que é o passado recente, com suas raízes fincadas nas grandes transformações ocorridas na virada do Século XIX para o XX.

---

acidente de carro numa das vias que ligam Olinda ao Recife em 2 de fevereiro de 1997. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Science

[21] Fonte: https://reverb.com.br/artigo/no-dia-2-de-fevereiro-de-1997-morre-chico-science

Le Goff (1990), em seu livro História e Memória, cita uma declaração da revista britânica “Past and Present”, que em seu primeiro número afirmou, em 1952: "A história não pode, logicamente, separar o estudo do passado, do estudo do presente e do futuro". Essa concepção das relações entre os diversos tempos da história foi muito evidenciada nas discussões de Lucien Febvre e Marc Bloch na revista “Annales”, fundada por eles em 1929 (LE GOFF, 1990), além de se fazer presente antes em Historiadores e debatedores da História do século XIX como Jules Michelet e Karl Marx (MICHELET, 1988) (MARX,1997). Tal visão esclarece e ajuda a fundamentar o que proponho neste capítulo.

Assim, farei uma breve apresentação da cidade de Recife, suas características geográficas e naturais, contextualizando com as transformações ocorridas no seu espaço urbano, principalmente na primeira metade do século XX. Isso porque foi a partir desse período que a cidade começou a formatar características sociais, culturais e econômicas que guardam ainda alguma relação com o tema e com a problemática aqui discutidas, numa relação histórica de longa duração.

Os eventos que são objetos de análise nesta pesquisa não alcançaram todo o universo da cidade pois atingiram apenas algumas comunidades e áreas pontuais. No entanto, estão diretamente relacionados com o conflito de interesses entre as camadas mais pobres e as elites dominantes, que se refletiram e ainda se refletem em toda a cidade. Dessa forma, eles se constituem como um “fractal” da crise urbana que atingiu, de forma mais ou menos intensa, todas as grandes cidades brasileiras dentro do mesmo período.

Assim, serão analisados os fatores que deram início a essa crise, tenham sido eles econômicos, políticos ou culturais. Nesse contexto será possível identificar as múltiplas referências dos conflitos de interesses entre diversos atores sociais, como as classes menos favorecidas e destituídas de poder político e as elites, de origem agrária e rural, mas que aos poucos abarcaram também os setores industrial e urbano.

Entre esses atores, podem-se incluir os escravos recém-libertos, que vieram para as cidades em busca de condições mínimas de sobrevivência, o que não era possível encontrar no campo. Isso agravou em muito os problemas já existentes nas cidades daquela época, como o habitacional, o de segurança, o dos conflitos e disputas por espaço e pelo domínio social, cultural e econômico do meio urbano. Tudo isso foi mediado pelo Estado, que estava nas mãos das poderosas elites tradicionais.

Seguirei por um roteiro, nem sempre seguindo uma linha cronológica rígida, mas que parte das duas primeiras décadas do Século XX e chega até o período abrangido pela pesquisa, o final da primeira década do Séc. XXI. Procurarei identificar, desta forma, as permanências e as rupturas no que diz respeito à natureza das relações entre os diversos atores sociais.

Para iniciar esta jornada, apresentarei uma pequena crônica inspirada na obra do médico, nutrólogo, geógrafo, político, cientista social e escritor Josué de Castro (1908, Recife, Brasil – 1973, Paris, França), cuja vida foi atravessada pelas imagens dos mangues de Recife. Esse foi o seu primeiro campo de inquietação social, o qual o motivou a ter a fome como um dos seus objetos de estudo.

Antes, é oportuno registrar que em seu único romance, de 1966, "Homens e Caranguejos", ele retorna ao cenário de sua infância para explicar como sua experiência de morador de Recife foi determinante para o desenvolvimento de suas pesquisas e até mesmo de sua personalidade[22]:

> "Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade de Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos" (CASTRO, 1967).

Do caos à lama

Há cerca de cem anos, o Recife recebia, sem festas e sem fantasias, um grupo de retirantes[23] que chegavam do sertão[24], entre eles, os Silva. Pela fome, pela sede e pela falta de

22 Fonte: http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_bio2.htm

23 Sertanejo nordestino que, isolado ou mais comumente em grupo, emigra fugindo das secas. Fonte: https://www.dicio.com.br/retirante/

24 O sertão é a maior sub-região nordestina que está localizada entre o meio-norte e o agreste. É um local que sofre com grande estiagem, fator característico do baixo índice pluviométrico. O sertão nordestino abrange todo o Ceará e partes dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Fonte: https://www.todamateria.com.br/sertao/

opções, haviam sido expulsos da região da caatinga[25]. Há muito que lá não nascia mais uma planta que pudesse saciar a fome de José, nem de sua esposa Maria, nem de seus oito filhos[26].

A cachorrinha da família, Magrela, não tinha mais forças para correr atrás dos rápidos e, cada vez mais raros, calangos e preás. Esta foi cedo deixada para trás ao longo do caminho porque a rapadura e a farinha que traziam como mantimentos mal deram para a família conseguir energia suficiente para chegar até o litoral.

O pouco gado que haviam possuído tinha cedido ao peso do chocalho e secado no campo, junto com as plantas e as águas do único barreiro que matava a sede dos moradores da região. A luz que iluminou o caminho e guiou a jornada dos Silva até o Recife emanou das promessas de uma vida melhor na "cidade grande". Ouviram dizer que lá, mesmo os trabalhadores mais pobres tinham o que comer e não passavam sede, pois não faltava água em nenhum dia do ano, fosse da chuva ou mesmo de um grande rio que cortava a cidade de ponta a ponta.

Eles venceram os obstáculos do difícil e longo caminho e, com alguns cantis de água, sempre reabastecidos nos barreiros que, por sorte ou por acaso, encontravam durante a jornada, conseguiriam chegar ao prometido "paraíso". Por que não tinham pensado nisso antes? Mas, era como diz a velha canção, "enquanto a minha vaquinha tiver o couro e o osso e puder com o chocalho pendurado no pescoço, eu vou ficando por aqui..."[27].

Chegando, enfim, ao Recife, José percebeu que a cidade era mesmo bonita e muito movimentada, com muita água, grandes casas e muitos carros, como diziam. José passou algum tempo, olhando para aquelas maravilhas! Mas, logo, a ilusão pareceu desfazer-se, como acontecia na estrada com as miragens, que se desfaziam, quando eles se aproximavam do que, ao longe, parecia ser uma poça de água. Na verdade, era apenas a luz do sol sendo

---

[25] Caatinga é um bioma brasileiro que apresenta clima semiárido, vegetação com pouca folhas e adaptadas para os períodos de secas, além de grande biodiversidade. Fonte: https://www.todamateria.com.br/caatinga/#:~:text=Caatinga%20%C3%A9%20um%20bioma%20brasileiro,secas%2C%20al%C3%A9m%20de%20grande%20biodiversidade.

[26] Crônica do autor, baseada no contexto social e econômico da terceira década do Século XX da cidade de Recife, inspirada na crônica "O ciclo do caranguejo", de Josué de Castro, publicada a primeira vez em 1933. Fonte: https://anovademocracia.com.br/no-27/558-o-ciclo-do-caranguejo

[27] Poesia " Último pau-de-arara" - Compositor: Jose Palmeira Guimaraes (musicada por Venâncio e Corumba – Fonte: https://palmeiraguimaraes.wordpress.com/2014/05/06/ultimo-pau-de-arara/

refletida pela terra seca. Ao cair em si, repentinamente, algumas novas perguntas o assaltaram: arranjar um trabalho seria tão fácil quanto ele ouvira falar? E casa para morar? Como conseguiria uma?

Todo lugar parecia já ter um dono! A ajuda, no entanto, veio de onde ele menos esperava! Um velho que pedia esmolas numa das ruas mais movimentadas da cidade, perto do cais, pareceu adivinhar o que se passava ao vê-lo de longe, segurando as mãos dos filhos, parado, olhando inerte para as pessoas que passavam apressadas. Ele o chamou, perguntou de onde vinha e, lembrando-se de sua própria saga, deu-lhe uma dica: disse que ele poderia construir um mocambo[28] na beira do rio. Aquele pedaço de lama não tinha dono.

José, após agradecer, foi olhar. Ele viu que, além da possibilidade de moradia, livre de encargos e taxas, ali se comia um animal que ele até então não conhecia. Era mais abundante e fácil de capturar que os rarefeitos preás lá do sertão, eram os caranguejos. Ele viu que lá, na beira do mangue, as pessoas se misturavam com os bichos, dentro do lamaçal, e isso até parecia ser divertido. Ele, enfim, deu um suspiro de relaxamento, liberando a tensão que o acompanhava desde a partida do sertão! Lá, ele, sua mulher e seus filhos estariam, enfim, com a sobrevivência garantida! Fome, não passariam mais! Pena que a cadelinha, a Magrela, não havia sobrevivido para poder também gozar daquela maravilha. Logo, ela iria aprender a caçar caranguejos!

Aquele paraíso era, não obstante, bem diferente do que ele imaginara, tinha o chão preto, molhado e feito de lama. Bem dentro dela, estavam os caranguejos e, com um pouco de prática, ele também poderia alcançá-los. Enfim, colocaria um pouco de carne na barriga. Fazia tempo que ele e sua família não sabiam o que era isso! Antes de procurar os materiais para construir a casa, José foi catar os estranhos bichinhos, que tinham os ossos do lado de fora e carne no lado de dentro. A carne era branca e rarefeita, as entranhas eram esverdeadas e pegajosas. Matar a fome era, naquele momento, a necessidade mais imediata. E o caranguejo era a solução!

---

[28] De acordo com o dicionário, a palavra “mocambo” designa uma tapera; tipo de casa, ou habitação, miserável e sem conforto; o agrupamento dessas casas. Fonte: https://www.dicio.com.br/mocambo/

Gilberto Freyre intitulou seu volume sobre o século XIX “Sobrados e Mocambos”. Na obra ele designa a casa antitética à casa nobre ou o tipo mais rústico de habitação brasileira incorporada às cidades como “mucambo”. Com este nome de origem africana ele representa a moradia dos pobres e negros, portanto, de maior contraste com os sobrados, morada dos ricos e nobres. Fonte: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

Lá, as casas não tinham banheiro, exatamente como as do sertão. Na caatinga, o banheiro era o mato. No mangue, as pessoas faziam as suas necessidades diretamente na maré. Mas havia algo interessante: os caranguejos engordavam comendo aqueles dejetos e depois eram comidos pelas pessoas, num ciclo virtuoso em que o homem se transformava em caranguejo e o caranguejo em homem. A esse movimento circular, Josué de Castro chamou de "O Ciclo do Caranguejo", na sua crônica "O Ciclo do Caranguejo"[29], em 1935.

O lugar oferecia o mínimo necessário para José retomar sua vida e garantir a sobrevivência de seus filhos, enquanto corria atrás de um trabalho. Poderiam até, com facilidade, conseguir outra cadelinha para alegrar os dias na nova casinha. Ela era feita de varas de mangue e lama amassada. Sua coberta era de palhas e capim, que eram fornecidos pelos coqueiros e matagais encontrados nos arredores. Com a ajuda de novos amigos, enfim, José havia construído seu mocambo.

Essa breve crônica reflete o contexto social, cultural e econômico das famílias de imigrantes pobres, conhecidos como retirantes, oriundos do interior dos estados nordestinos, nas primeiras décadas do Século XX. Eles se dirigiam à cidade de Recife em busca de melhores condições de vida. Apesar da situação retratada na crônica fazer parte de um contexto histórico passado, o quadro recente ainda guarda algumas semelhanças com o daquele tempo. Uma das diferenças está na fartura de caranguejos, os quais já não existem na mesma quantidade. A quantidade de caranguejos escondidos na lama diminuiu de forma inversamente proporcional ao aumento da quantidade de homens vivendo na beira do mangue.

As formas que os pobres imigrantes e descendentes de imigrantes, hoje moradores das chamadas "palafitas"[30], utilizam para matar a fome tornaram-se um pouco mais complexas. Aos poucos, a caça excessiva dos caranguejos diminuiu sua quantidade, enquanto o aumento da produção de resíduos orgânicos em forma de lixo que são jogados na beira do mangue pelos próprios moradores, fez aumentar a quantidade de outro animal, o rato-preto (ver Figura 3). Essa espécie de rato gigante que proliferou na beira dos mangues costuma apavorar os moradores das palafitas, que dormem assustados com medo de serem mordidos por eles no

---

[29] "O ciclo do caranguejo", de Josué de Castro, publicada a primeira vez em 1933. Fonte: https://anovademocracia.com.br/no-27/558-o-ciclo-do-caranguejo

[30] A palafita é um tipo de habitação construída sobre troncos ou pilares. Esse tipo de construção é comum em áreas alagadiças, pois deixa a casa em uma altura que a água não alcança. Fonte: https://escola.britannica.com.br/artigo/palafita/487850

meio da noite. Isso não é raro acontecer, conforme relatou Vieira, um ex-morador de palafita, hoje morador de um apartamento num habitacional:

> "Teve uma vez que um rato estava atacando lá. Engraçado é que esse rato se "aposentou" na casa de meu irmão (risos). Meu irmão era tão bom pra fazer almoço, que ele estava atacando os outros. Porque meu irmão não tinha comida dentro de casa. Aí comia com a minha mãe, aí pronto, não tinha comida na casa dele. Aí o rato disse: "Peraí (sic), que eu vou atacar as pessoas!" Era uma benção!"
>
> (VIEIRA, 2013)

Figura 3: Situação de moradores da beira dos mangues de Recife, em meio ao lixo, na década de 1990. Fonte:https://www.brasildefato.com.br/2019/10/04/viveremos-a-volta-dos-homens-gabiru

O fim do "Ciclo do Caranguejo" e a emergência do "Homem-gabiru"

"O sol queimou, queimou a lama do rio / Eu vi um chié andando devagar / E um aratu pra lá e pra cá / E um caranguejo andando pro sul / Saiu do mangue, virou gabiru".

Esse trecho da já citada poesia de Science, Da Lama ao Caos, composta em meados dos anos 1990, fala do momento em que, sem caranguejo na lama, o homem foi obrigado a buscar sua comida no asfalto, fazendo surgir, no início da década de 1990, uma nova

expressão, o “homem-gabiru”. Essa expressão surgiu para caracterizar o novo status sócio-econômico-cultural dos moradores da beira dos mangues de Recife[31].

Ela apareceu pela primeira vez em 1992, com o lançamento do livro Homem-gabiru: catalogação de uma espécie (PORTELLA, AAMOT & PASSAVANTE, 1992). Dessa forma, os moradores da beira do mangue foram representados na época em muitas produções jornalísticas. Segundo o geógrafo Manuel Correia de Andrade[32], que escreveu o prefácio do livro, essa nova “espécie” de pobres, moldada pela fome, era caracterizada como desprovidos de cidadania, de baixa estatura, de comportamento agressivo, sem respeito próprio e, animalizados. Eles buscavam seus alimentos nas ruas, não mais no mangue[33].

Vale ressaltar que a palavra “gabiru”, além de representar uma espécie de rato que povoava os mangues, tinha significados pejorativos quase que universais, aplicados a seres humanos que praticavam o roubo, a esperteza enganosa, a delinquência, sugerindo inferioridade, praga a ser eliminada. O Regime Nazista Alemão, por exemplo, em seus filmes de cinema, tão largamente utilizado para formatar a opinião pública do povo alemão, comparava judeus a ratos, sendo ambas “espécies” nocivas, que espalhariam doenças por onde passavam. Foi o caso do filme O Eterno Judeu (*Der ewige Jude*), de 1940, que apresentava o povo judeu como um inimigo a ser vencido. Nele, a migração dos judeus por toda Europa chega a ser comparada à dispersão de ratos pelo continente[34]

Concorrendo com as margens dos mangues, nas áreas mais afastadas do centro e da Zona Sul da cidade, os morros também começaram a abrigar os retirantes e seus descendentes. Nesses aglomerados, apesar das inúmeras intervenções urbanísticas ocorridas ao longo de um século, resistem até hoje muitas das comunidades pobres da cidade de Recife.

---

[31] Fonte: https://www.brasildefato.com.br/2019/10/04/viveremos-a-volta-dos-homens-gabiru

[32] Manuel Correia de Oliveira Andrade foi um escritor, historiador, geógrafo, advogado, escritor e professor brasileiro. Era natural de Vicência, cidade da zona da mata norte do estado de Pernambuco. Fonte: ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de. Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-07062019-122115. Acesso em: 2020-07-01.

[33] id.

[34] Fonte: Disponível em: < https://www.ufrgs.br/vies/vies/o-judeu-eterno-hitler-vai-ao-cinema/> Acesso em 11/jan/2021.

O Recife dos rios e dos morros

A cidade de Recife é limitada a leste pelo Oceano Atlântico, num dos pontos mais orientais da América do Sul. Cidade portuária, é conhecida como “A Veneza Brasileira”, devido a seus vários rios, pontes, ilhéus e penínsulas (Figura 4 e Figura 5).

Figura 4: Localização da cidade de Recife. Fonte: https://www.google.com/maps/place/Recife+-+PE/@-8.0421584,-35.008676,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab196f88c446e5:0x3c9ef52922447fd4!8m2!3d-8.0522404!4d-34.9286096

Recife floresceu em uma planície costeira, na qual o solo predominante era de manguezal. Por isso, diz-se que sob os pés de todo recifense, escorre um pouco de lama. Foi sobre esses terrenos alagadiços que Recife cresceu, fincou suas torres de concreto e construiu parte de sua identidade. Depois de séculos de aterros e construções, dos 220 quilômetros quadrados de sua superfície, apenas 5,34 são de área de mangue[35]. Mesmo assim, ainda abriga a maior reserva de mangue em área urbana das Américas, o Parque dos Manguezais. Esse é berçário de muitas espécies animais e vegetais e foi transformado em Unidade de Conservação da Natureza em 2009[36].

[35] Fonte: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2017/07/a-relacao-do-recifense-com-o-manguezal-da-cidade.html

[36] Fonte: https://www.leiaja.com/noticias/2015/03/11/patrimonio-do-recife-parque-dos-manguezais-esta-esquecido/

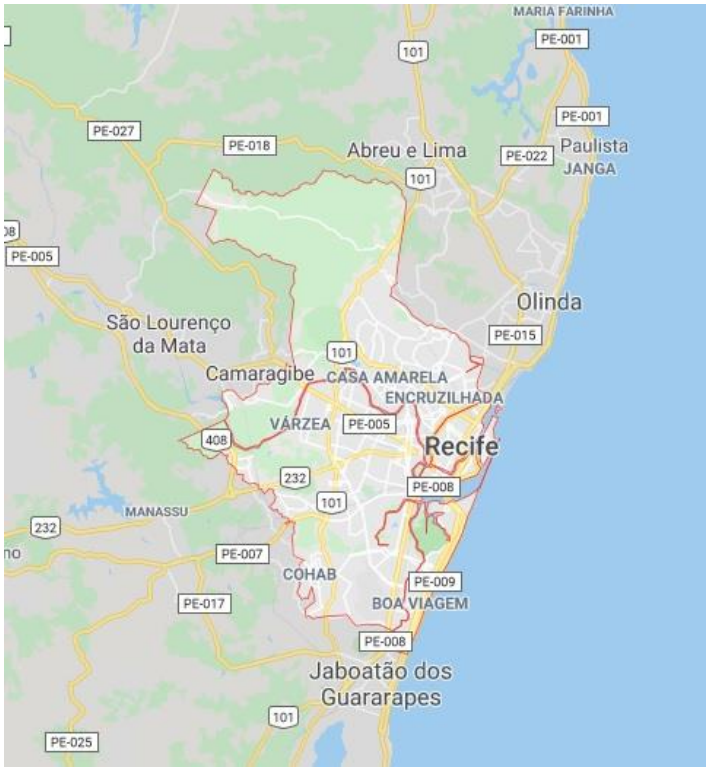

Figura 5: Mapa da cidade de Recife. Fonte: https://www.google.com/maps/place/Recife+-+PE/@-8.0421584,-35.008676,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ab196f88c446e5:0x3c9ef52922447fd4!8m2!3d-8.0522404!4d-34.9286096

"No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré", já dizia Josué de Castro em 1935, em sua crônica "O Ciclo do Caranguejo"[37]. Se por um lado sua descrição, ainda atual, evoca a beleza de um patrimônio que não é privado, mas que pertence às águas e, assim, ao planeta como um patrimônio natural, por outro, está sofrendo os efeitos negativos da poluição, da pesca predatória, do desmatamento para a construção de viveiros de camarão, da construção de palafitas ou de grandes empreendimentos imobiliários e comerciais[38].

A Figura 6 mostra um dos limites do Parque dos Manguezais, onde aparecem, de forma contrastante, grandes empreendimentos imobiliários, habitações precárias, no caso palafitas, e uma ponte de tráfego pesado, ao lado de uma área de mangue. Não é visível na figura, mas um dos maiores shopping centers de Recife, o Riomar, se localiza no lado esquerdo das três torres que surgem ao fundo. No primeiro plano, vê-se a lama do mangue, na maré baixa, ladeada pela vegetação característica daquele bioma.

---

[37] "O ciclo do caranguejo", de Josué de Castro, publicada a primeira vez em 1933. Fonte: https://anovademocracia.com.br/no-27/558-o-ciclo-do-caranguejo

[38] Fonte: https://www.leiaja.com/noticias/2015/03/11/patrimonio-do-recife-parque-dos-manguezais-esta-esquecido/

Figura 6: Área de mangue no bairro do Pina-Zona Sul do Recife (janeiro de 2020). Fonte: Acervo do autor

Cercando a grande planície litorânea, localizada no limite oeste da cidade, há uma região de relevo movimentado, formando uma espécie de "ferradura" que emoldura a cidade. Essa região de morro desperta menos interesse imobiliário, funcionando como uma zona de expansão para moradia das camadas mais pobres da população, enquanto as áreas de planícies, mais próximas dos bairros da zona norte, do litoral e do centro, são mais disputadas pelo mercado imobiliário[39]. (ver Figura 7)

[39] Fonte: Região Metropolitana do Recife. Morros - Manual de Ocupação. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=98ef7a5b-d679-42b6-87e6-5942ff8744b6&groupId=19941> Acesso em 29.06.2020.

TOPOGRAFIA DO RECIFE

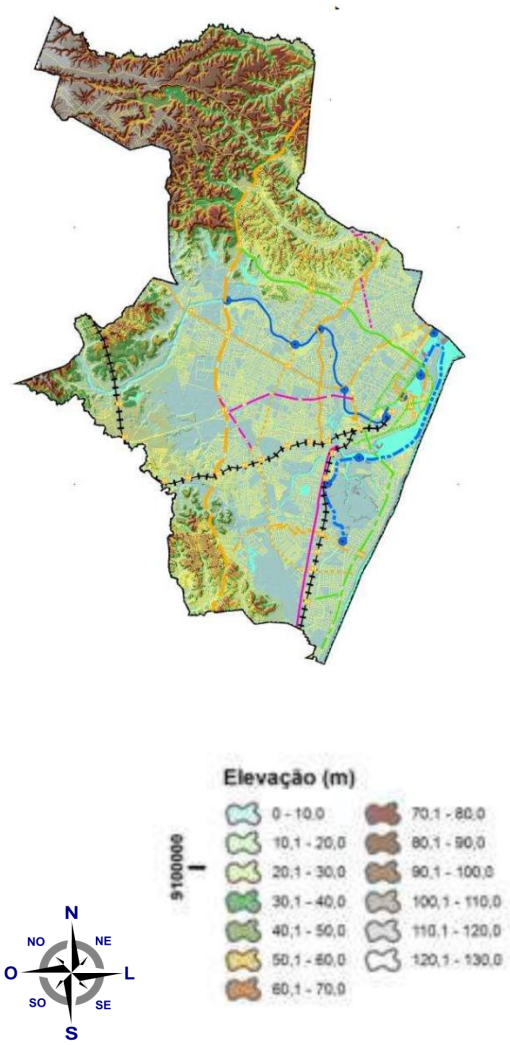

Figura 7: Fonte: Região Metropolitana do Recife. Morros - Manual de Ocupação. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=98ef7a5b-d679-42b6-87e6-5942ff8744b6&groupId=19941> Acesso em 29.06.2020.

Esse modelo de ocupação territorial se explica facilmente em função dos princípios e interesses capitalistas, mas constitui um verdadeiro paradoxo, se observado pela lógica geográfica e urbanística. Isto porque as áreas mais planas e secas, onde as construções exigem menos tecnologias e investimentos, são ocupadas pelas camadas mais bem aquinhoadas da população, enquanto as alagadas e de topografia irregular e de difícil aproveitamento edílico

foram ocupadas pelas camadas da população que tinha menos condições de prover os necessários conhecimentos e investimentos40. (ver Figura 8)

Figura 8:Contrastes em Recife vistos a partir da zona norte. (Dezembro de 2019)Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=336156&page=31

Recife: de uma vila de pescadores tornou-se um grande polo industrial

Desde o período colonial que a história do Brasil é marcada pelo fenômeno dos fluxos migratórios. No Recife, não foi diferente. Inicialmente, pela chegada de imigrantes externos, tenham eles afluído de forma voluntária ou forçada, tenha sido por necessidade, aventura, punição ou escravização. Posteriormente, foram os ciclos econômicos[41] os motores desses

[40] Fonte: Região Metropolitana do Recife. Morros - Manual de Ocupação. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=98ef7a5b-d679-42b6-87e6-5942ff8744b6&groupId=19941> Acesso em 29.06.2020.

41 Esse conceito de "ciclos econômicos" foi duramente criticado por Vitorino Magalhães Godinho. No entanto, segundo ele mesmo, pode-se aplicar no caso específico do Brasil, conforme pode-se aferir nesta nota presente no seu livro Ensaios, vol. II, Sobre História de Portugal: "Convém reservar a designação de ciclo aos processos de recorrência em que o movimento se fecha, retornando ao estágio inicial, depois de percorrer sempre as mesmas fases. Por outro lado, a estruturação da economia sob a dominância de um fator (feixe de atividades

fluxos. No entanto, nos períodos mais recentes, principalmente a partir da década de 1930, foram os deslocamentos internos que marcaram mais intensamente a composição da população e sua distribuição no espaço. (VALE, LIMA & BONFIM, 2004).

Até o fim do século XIX, a cidade de Recife tinha a sua economia predominantemente baseada no comércio. Mas após a virada para o século XX, tem início a implantação de indústrias. O desenvolvimento econômico da capital passou, então, a exercer forte atração migratória sobre famílias de retirantes vindos da zona da mata[42] e do sertão, em busca de emprego, mas que, nem sempre, era tão facilmente encontrado. Esse fenômeno elevou muito as taxas de desemprego e de subemprego e, consequentemente, a construção de moradias precárias, os chamados mocambos, nos morros e nos mangues, áreas então desprezadas pelo mercado imobiliário (CÂMARA, 2015).

Até o final da primeira metade do século XX, o Recife estaria consolidado como um grande centro de atração de imigrantes. Esse fenômeno pode ser explicado, entre outros fatores, pela desarticulação do antigo sistema de produção rural e pelo já referido desenvolvimento do setor industrial da região. Essa desarticulação no campo privilegiou os grandes proprietários, obrigando os pequenos a venderem suas terras e a virem para a "cidade grande" em busca de melhores condições de vida. Foi nesse período que as chamadas favelas começaram a se desenvolver em vários setores da cidade. Nesse período, o Recife conheceu grande evolução urbana, mas paralelamente foram incorporados os mangues, os alagados, os morros e os leitos dos rios pelas moradias precárias de quem não tinha como comprar ou construir uma residência dentro do mercado formal (id.).

---

ligadas a um produto ou pequeno conjunto de produtos interconexos) só pode considerar-se modelo historicamente válido num reduzido número de casos: precisamente os das economias coloniais caracterizadas pela monocultura para exportação; é o que em boa parte acontece no Brasil com a sucessão pau brasil-açúcar-ouro-café. Por isso mesmo há que integrá-los em noções operatórias de maior generalidade; esse seu carácter só se afirma porque fazem parte de totalidades mais vastas, não passam de aspectos regionais delas." Fonte: GODINHO, Vitorino Magalhães. Ensaios, vol. II, Sobre História de Portugal. Lisboa, Sá da Costa, 1968.

[42] É conhecida como **Zona da Mata** a faixa litorânea da região nordeste do Brasil, paralela ao Oceano Atlântico, que se estende do Rio grande do Norte até a Bahia, passando pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A faixa que corresponde a Zona da Mata tem entre 100 e 200 km de largura, da costa até o Planalto da Borborema. Fonte: Disponível em <https://www.infoescola.com/geografia/zona-da-mata/> Acesso em: 30/julho/2020.

A perseguição aos cortiços e o surgimento das primeiras favelas no Brasil

A pobreza que hoje vive entrincheirada nos morros e alagados do Recife tem suas raízes históricas fincadas nas senzalas. Esta não é uma exclusividade recifense, mas uma herança comum recebida por todos os grandes centros urbanos brasileiros, onde ainda hoje os mais pobres trabalham e moram, quase sempre, à margem da lei, do mercado e da zona de atuação do Estado.

Revisar esse percurso não é querer ir buscar as origens da pobreza, mas se trata de escolher um momento na história, que guarda fortes relações com a situação estudada, dentro de um grande movimento sociocultural que ainda não terminou. Pode-se dizer que a intenção é fazer uma conexão dos eventos mais recentes com o processo histórico de longa duração do qual ele faz parte. É uma busca por historicidade cuja finalidade é embasar as análises que possibilitarão a construção da narrativa a ser desenvolvida nos próximos capítulos.

Foi a partir da virada do século XIX para o XX, que se começou a sentir no Brasil os efeitos das mudanças causadas pela proclamação da república e pela forma como se deu a libertação dos escravos ou a passagem do sistema de produção escravista para o assalariado. Em Recife, houve a coincidência com uma crise na produção açucareira provocada por uma seca severa, o que veio a se somar aos já referidos processos, contribuindo para o início de uma crise urbana que ainda não passou, pelo contrário, só tem se agravado ao longo do tempo.

Sendo essa crise o substrato onde se desenvolve o enredo que pretendo investigar nesta tese, considerei importante analisar sua construção histórica, ainda que de forma preliminar, pois, afinal, essa análise não dará a resposta à problemática da pesquisa, mas possibilitará um entendimento mais consistente do processo, o que facilitará o caminho até à resposta.

A monarquia no Brasil, no final do Século XIX, estava chegando a seu encerramento. A proclamação da República aconteceu como um novo sistema político, o qual anunciava que iria proporcionar a modernização do Brasil. A elite brasileira, então, protagonizou um golpe de Estado, encabeçado pelos militares, apoiados pelos setores médios urbanos. A ideia de modernização, que veio se moldando ao longo dos séculos, visava a igualar o Brasil aos

grandes países europeus. O Rio de janeiro era visto, então, como o lugar onde isso deveria começar a acontecer (SILVA, S. S., 2018).

João Santana (2013) afirma que nessa época, o Rio de Janeiro, ainda muito marcado pela escravidão, era considerado uma cidade atrasada e ocupada por pobres em seu centro. Os espaços públicos eram mal iluminados e identificados como locais de trabalho e de circulação, ficando o lazer restrito aos ambientes privados. No entanto, o centro do Rio de Janeiro, local até então desprezado pelo mercado imobiliário, passou a ser alvo do interesse das elites cariocas, as quais alegavam querer higienizar e embelezar a cidade, a exemplo do que havia ocorrido nas grandes cidades europeias, como foi o caso de Londres, entre os anos de 1850 e 1880 (BRESCIANI, 1998). Dessa forma, aproximava-se a configuração da Capital Federal ao modelo europeu de então. Veio, assim, o tempo da perseguição aos cortiços[43], tidos como focos de criminalidade e de doenças na cidade, porém, mais uma vez sem que fossem oferecidas alternativas para as pessoas expulsas.

Nesse contexto, a primeira promessa de habitação para a população de baixa renda foi feita pelo Governo Federal aos soldados que lutaram na Guerra de Canudos. Estes eram constituídos em grande parte por negros e índios marginalizados.

A Guerra de Canudos (1896-1897) foi um conflito travado entre um movimento popular e o exército da República brasileira na comunidade de Canudos, de base socioreligiosa, liderada por um carismático chamado Antônio Conselheiro, localizada no interior do Estado da Bahia. O Brasil já era, então, uma república e estava no poder o seu primeiro presidente civil, Prudente de Morais (1896-1898). O contexto, tanto nacional quanto internacional era bem complicado.

No âmbito internacional, a Europa passava por uma crise econômica, que se manifestava nacionalmente numa redução significativa nas exportações brasileiras de café. A inflação estava alta, havia desemprego e desvalorização monetária, como efeitos da “Crise do Encilhamento”, crise financeira que aconteceu em 1890 devido à política econômica que tinha o objetivo de estimular a industrialização no governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca.

[43] Grandes casarões, antes utilizados pelas famílias abastadas do Rio de Janeiro, então ocupados de forma precária por conjuntos de famílias pobres. Na sua maioria estavam localizados no centro do Rio de Janeiro e eram uma opção de moradia barata e próxima dos locais de trabalho (SILVA, 2018).

Floriano Peixoto terminou por deixar o governo em meio à “Crise do Florianismo”, desencadeando um desgaste na imagem do exército e a consequente redução do prestígio político dos militares[44]. O Movimento de Canudos ocorreu nesse cenário de aumento generalizado da miséria, da opressão e da exploração no país.

Nesse contexto, a promessa de doação de casas àqueles ex-combatentes terminou por não ser cumprida. Isso os levou a ocuparem o Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro, a Capital Federal de então, ao qual deram o nome de Morro da Favela, uma referência a um local onde lutaram contra os seguidores de Antônio Conselheiro, na Bahia. Assim surgiu a primeira favela no Rio de Janeiro. Eram pessoas sem teto, frustradas pela traição governamental, na medida em que o governo não cumpriu a promessa da doação das casas. A eles, foram se somar os moradores expulsos dos cortiços demolidos no Rio de Janeiro, quando da reforma promovida pelo governo de Barata Ribeiro, então prefeito do Rio de Janeiro[45].

Na Figura 9, pode-se ver um grupo de moradores de Canudos feitos prisioneiros, na sua grande maioria pretos, que se organizaram em comunidade como uma forma de enfrentar a pobreza e o abandono por parte do poder público. O valor histórico dessa imagem decorre do trágico desfecho dessa guerra: a chacina de mulheres, homens e crianças negros e pobres pelas forças do governo.

Figura 9: Fotografia de Flavio de Barros. 400 jagunços prisioneiros, 2 de outubro de 1897. Canudos, Bahia / Acervo Museu da República / Imagem recuperada digitalmente pelo Instituto Moreira Salles. FONTE: Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002> Acesso em 06/junho/2019.

[44] Disponível em: <https://geekiegames.geekie.com.br/blog/guerra-de-canudos-resumo/> Acessado em 06 jun/2019.

[45] Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-demolicao-do-cortico-cabeca-de-porco-a-mesma-historia-mas-ha-120/> Acessado em abr/2019

A imagem acima é uma das três que figuram na primeira edição do livro Os Sertões, de Euclides da Cunha. Nele, o autor procura corrigir o título da foto tal como foi publicado no álbum de Flávio de Barros[46], “400 jagunços prisioneiros”, mudando para “as prisioneiras”. O primeiro título intencionava atribuir ferocidade àqueles desvalidos e indefesos, o que é desmentido facilmente pela própria imagem[47]. Dessa forma, percebe-se que havia pobreza, miséria e abandono nos dois lados combatentes, entre os soldados que se alistaram pelo soldo e pela promessa não cumprida pelo governo de ganharem casas no retorno ao Rio de Janeiro e entre os moradores de Canudos, massacrados depois de várias tentativas em que derrotaram heroicamente as forças do governo.

Passados mais de um século, os pobres das grandes cidades brasileiras, herdeiros sociais desses miseráveis expulsos dos cortiços e ainda abandonados pelos poderes públicos em guetos urbanos, continuam sem lugar adequado para morar. Hoje, vivem, em muitos casos, em condições não muito melhores em relação aos do período da escravidão. Entregues à própria sorte, não são mais mercadoria nem propriedade de senhores; portanto, de acordo com o sistema capitalista vigente, não precisam ser protegidos.

Analisando-se a pirâmide social do Brasil[48], pode–se concluir que mais de 60% da população não tem renda suficiente para comprar e manter uma casa em condições que se possa chamar de digna. Esse grupo não tem dinheiro suficiente para comprar ou alugar uma casa, nem tem liberdade de ir e vir, por não poder pagar o transporte. Consegue apenas se deslocar até o trabalho, graças a dispositivos como o Vale Transporte[49], quando empregados formais, vivendo apenas para trabalhar, embora em precárias condições de moradia e de alimentação.

---

[46] Augusto Flávio de Barros é um fotógrafo que documentou a fase final da Campanha de Canudos, produzindo um álbum com 72 fotos, entre o fim de setembro e o início de outubro de 1897. Este acervo constitui um dos mais importantes registros de conflitos armados no Brasil oitocentista, e é referência obrigatória não só para o estudo da evolução da fotografia, como também da própria formação da sociedade brasileira. Fonte: disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21623/flavio-de-barros> Acesso em 06/jun/2021.

[47] Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002> acesso em 06/junho/2019.

[48] Disponível em: <https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/> Acessado em abr/2019.

[49] O Vale Transporte (VT) constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho. Disponível em:< http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/vale_transporte.htm> Acesso em 24/jun/2019.

A libertação dos escravos e a escravização da terra

Neste e nos próximos subitens, analisarei alguns planos implementados pela Prefeitura do Recife, desde a criação da Liga Social contra o Mocambo[50], em 1939. Procurarei identificar o que há de continuidade ou permanência entre eles e quais as rupturas ou descontinuidades que aconteceram no contexto das relações de poder entre o Estado, as elites econômicas e os moradores pobres, na disputa por controle e posse da cidade, em especial de Recife, meu objeto de estudo.

Nesse contexto, procurarei demonstrar como a cidade passou a ser negociada e tratada como uma mercadoria pelos agentes públicos e privados. Diante disso, discutirei como esse fato tornou a habitação uma mercadoria especial, acessível apenas a determinados grupos de poder econômico, enquanto as classes pobres, desprovidas de poder de compra, tiveram que "inventar" um jeito possível de morar.

O poder no Brasil esteve ligado à propriedade, primeiro os escravos, depois as terras, ou seja, os proprietários tiveram o papel do comando nas relações de produção. A libertação dos escravos, em 1888, significou, portanto, a escravização da terra. O Brasil continuou exercendo o papel de colônia, fornecendo matéria prima para as indústrias dos países desenvolvidos da Europa, já bastante adiantados em sua segunda revolução industrial. A monocultura e o latifúndio no Brasil continuaram a ser fundamentais para a economia desses países. A terra abundante, que era propriedade da Coroa até então, passou a ser privada após a proclamação da república, em 1889; os escravos, que eram ativos financeiros para os senhores e dados como garantia para os financiamentos que embasavam o monopólio da produção, foram substituídos pela terra (MARTINS, 1986).

Durante o século XIX, as grandes potências econômicas da época buscavam atingir seus interesses econômicos pressionando os demais estados nacionais para que se adequassem aos novos contornos tomados pela economia mundial. Esse movimento em torno da economia mundial e na direção do desenvolvimento capitalista levou não só ao fim do tráfico negreiro, mas também, no Brasil, à criação da Lei das Terras, que havia abolido o sistema de sesmarias, em 1850, e instituído a compra como única forma de aquisição de terras. Assim, estava mais

[50] De acordo com o dicionário de português online Dicio, um dos significados da palavra mocambo é o mesmo que quilombo ou local usado como refúgio para escravos fugidos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mocambo/> Acessado em 20/jun/2019.

plenamente instituída a propriedade privada no Brasil, o que transformou a terra em uma mercadoria. Trinta e oito anos depois, os escravos, antes essenciais à terra, foram expulsos das senzalas, onde antes, por ironia, eram cativos. Dessa forma, em larga escala, passaram a manter uma relação de favor na terra do latifundiário (SOUSA, 2019).

Com a chegada dos imigrantes europeus, de raça branca, mais especializados e acostumados ao trabalho assalariado, os ex-escravos levaram desvantagem. Muitos emigraram para as cidades mais desenvolvidas, como Rio de Janeiro e São Paulo e não tendo renda para comprar casas ou alugar, foram morar em mocambos, cortiços e posteriormente em favelas e palafitas (MARINGONI, 2011).

Para Maricato (2019), as características das grandes cidades no Brasil têm raízes históricas. A marca da escravidão ainda está muito presente nas cidades brasileiras. Essas marcas não estão apenas na segregação espacial e na desigualdade econômica. A própria infraestrutura da cidade, assim como sua arquitetura, expressa essas marcas centenárias que vêm da facilidade de se encontrar uma mão de obra barata, fácil, até semiescrava. Para a autora, o empregado doméstico no Brasil é emblemático como uma continuidade em relação ao regime escravocrata.

Autoconstrução em “não-lugares”: a solução possível desde o início do Séc. XX

Antes de continuar, acho importante introduzir para o leitor os conceitos de “lugar” e de “não-lugar”, não do ponto de vista jurídico, mas sociológico. Eles serão muito úteis para o desenvolvimento das análises e exposições daqui para frente. Eles foram criados pelo etnólogo francês Marc Augé (1994).

Segundo esse autor, lugares são espaços socialmente produzidos, onde indivíduos podem afirmar suas identidades, desenvolver suas relações, bem como sua história social. Por sua vez, não-lugares são espaços criados para permanência curta ou apenas para serem utilizados como local de passagem, como viadutos, marquises, bancos de praça, calçadas e, por extensão, margens de rios, morros íngremes, mangues recompõem-se em lares, permanentes ou não. No entanto, tais lugares, muitas vezes adequados apenas para a

contemplação, transformam-se em moradia, como única solução para a falta de lugares habitáveis pelos pobres nas grandes cidades. Os pobres passam, assim, de consumidores, a criadores de espaço. Dessa forma, lugar e não-lugar não são definidos como uma característica do espaço em si, mas em função do uso e do significado que ele tem para quem os usa. Dessa forma, não-lugares podem se transformar em lugares quando cidadãos pobres, por não terem outras opções, transformam espaços que normalmente não são utilizados como moradia em habitação (AUGÉ, 1994).

No entanto, quando foi colocado no título dessa tese, o "não-lugar" adquiriu também o significado da negação que existe na cidade dita "oficial", de um lugar digno acessível às camadas mais pobres da sociedade. Uma vez excluídas do Mercado Imobiliário, em função da falta de uma renda que lhes permita comprar ou alugar um espaço para morar, essas populações terminam por "inventar" um lugar onde seja possível a sua moradia. Dessa forma, o não-lugar passa a ser um lugar a partir de uma manobra que Michel de Certeu (1994) chamou de "tática". O modo de ação tático, nesse caso, é quando, aproveitando-se de ocasiões, de forma improvisada e criativa, os produtos não são consumidos da forma que foram previstos, mas através de adaptações a novas necessidades dos usuários. Nesse caso, o produto seria o espaço das grandes cidades, como Recife, por exemplo.

Certamente que essas transformações não acontecem sem conflitos ou resistências por parte daqueles para os quais foram criados ou por seus legítimos proprietários e gestores. Os pobres que os ocupam precisam também enfrentar as leis de ordenamento da cidade e isso não acontece sem lutas e sacrifícios. Muitas vezes, precisam se organizar em movimentos que usam a ocupação como arma, caso dos movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento Passe Livre (MPL), do Periferia Ativa, do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e do Movimento Popular por Moradia-Curitiba, entre outros.

Retornando à segunda década do Séc. XX, logo após seu término, aconteceram as primeiras intervenções urbanísticas, cuja tônica poderia ser resumida em uma única palavra: modernização. Nessa época, o Brasil ingressava na segunda etapa de seu processo de industrialização[51]. Nesse período, ganhou velocidade a transformação, de uma sociedade tradicionalmente agrária em uma formação social urbana e industrial (MENDONÇA, 2004).

O grande afluxo de trabalhadores pobres do campo para as cidades encontrou-as despreparadas para suportá-lo de forma adequada. Somado a isso, o desemprego, a segregação

[51] A primeira etapa iniciara na segunda metade do século XIX

social e racial e a superexploração da mão de obra daqueles que conseguiam algum trabalho fizeram crescer de forma descomunal uma classe de moradores que não tinham condições de comprar terrenos ou casas para morar, nem para se deslocar na cidade. Isso os obrigou a ocuparem irregularmente lugares próximos de onde existiam oportunidades de produção de alguma renda, porém inapropriados para a habitação, no caso, os não-lugares, de Augé (1994).

Esses não-lugares, eram impróprios para a habitação e, por isso, estavam fora do interesse do mercado imobiliário. Embora sem nenhuma infraestrutura ou controle por parte do Estado, permitiam a "autoconstrução"[52] de moradias, com a utilização de materiais reciclados ou encontrados na natureza, portanto obtidos gratuitamente através de doações ou coletas.

Uma particularidade dessas habitações é que estavam sempre próximas de áreas prósperas da cidade, dispensando assim o gasto com transportes. Pois ali mesmo, próximo a suas habitações, os moradores poderiam conseguir algum trabalho eventual, do tipo que dispensa as exigências de qualificação. Nestas regiões, também poderiam conseguir com mais facilidades gêneros de primeira necessidade através de doações ou coletas. Assim, estar próximo a uma área próspera era uma condição vital para a sobrevivência dessas pessoas sem renda fixa ou com renda insuficiente para a sobrevivência na cidade, ou seja, sem dinheiro para adquirir ou alugar moradias, assim como para se deslocar.

Tais condições geraram muitos contrastes ambientais e conflitos sociais entre moradores formais e informais da cidade. Assim, pode-se concluir que, como afirma Oliveira (2016), essa combinação paradoxal entre miséria e luxo não é um fenômeno recente no Brasil, como também não o é na cidade de Recife.

Foi assim que, a partir de 1930, depois de uma explosão do número desse tipo de moradias, o poder público tomou para si a missão de varrê-las da cidade. Na época, essas moradias eram chamadas de "mocambos" e seus moradores eram tratados como "delinquentes sociais" pelas autoridades e pelos moradores das áreas oficiais da cidade.

O mocambo (Figura 10), como descreveu o cientista Josué de Castro (1967), em seu único romance "Homens e caranguejos", era uma construção precária que, a depender do

[52] O conceito de "autoconstrução" foi proposto por Maricato (1982) e designa o "processo de construção da casa (própria ou não)" por seus moradores que podem ser auxiliados por parentes, amigos, vizinhos ou por profissional remunerado (p. 74).

material usado em sua construção, pouco podia proteger seus moradores das intempéries climáticas do Recife, com suas altas temperaturas e frequentes e torrenciais chuvas. Eles eram de taipa, um tipo de estrutura composta de barro e madeira, em que o barro era jogado com força sobre um engradado de madeira até preenchê-lo e cobri-lo totalmente, formando paredes. Esse tipo de técnica era chamado de barro batido ou "sopapo". A cobertura era feita com palha de coqueiro, coletada na própria região. Esse tipo de edificação tornou-se tão abundante no Recife que em 1939, já representavam 60% do total de moradias da cidade (OLIVEIRA, 2016).

Figura 10: Foto: Exemplos de mocambos na cidade de Recife, no início do Século XX. Fonte: Divulgação/Museu da Cidade do Recife

Esse elevado número de mocambos localizados em áreas alagadas na beira de rios e mangues, locais sem infraestrutura e, portanto, sem rede de esgotos possibilitou o que Josué de Castro definiu como "o ciclo do caranguejo". Nesse ciclo, as pessoas se alimentavam do caranguejo que pescavam ali mesmo, ao lado da casa onde eram abundantes, e os caranguejos se alimentavam das fezes humanas que caiam diretamente na água. Em 1935, Josué de Castro escreveu o conto "O ciclo do caranguejo", onde descreve em prosa poética o cotidiano de uma família que morava nos mangues do Recife, conforme o trecho abaixo:

> [...]Agora, quando o caboclo sai de manhã para o trabalho, já o resto da família cai no mundo. Os meninos vão pulando do jirau, abrindo a porta e caindo no mangue. Lavam as ramelas dos olhos com a água barrenta, fazem porcaria e pipi, ali mesmo, depois enterram os braços de lama a dentro para pegar caranguejos. Com as pernas e os braços atolados na lama, a família

> Silva está com a vida garantida. Zé Luís vai para o trabalho sossegado, porque deixa a família dentro da própria comida, atolada na lama fervilhante de caranguejos e siris.[...] (CASTRO, 1935)

A perseguição aos mocambos como forma de "modernizar" o Recife

A partir dessa mesma época, entre as décadas de 1920 e 1940, muitas cidades em todo o Brasil, e entre elas Recife, passavam por um processo de embelezamento e modernização urbanística, inspirados nos modelos europeus e norte-americanos, o que também significava controle social sobre populações pobres. Para atender às necessidades comerciais, principalmente as internacionais, assim como aos anseios das elites capitalistas brasileiras, que ansiavam pelo "modo de vida urbano" vigente no primeiro mundo, a arquitetura e o urbanismo das cidades precisavam expressar o que era designado como modernidade, progresso e civilidade (PONTUAL, 1999).

Aderindo à onda de planificação e modernização das cidades, o Governo do Estado de Pernambuco, associado à Prefeitura da capital, iniciou a reorganização do traçado urbano do Recife. No entanto, para que esse plano pudesse ser implementado, muitas transformações se faziam necessárias. Muitas ruas e avenidas teriam que ser retificadas e alargadas, mas para isso, seria necessária a demolição de muitas igrejas, residências e prédios públicos. Nessa época, o centro de Recife era extensamente ocupado pelos mocambos, assim como muitos bairros, hoje considerados nobres, que já estavam na mira do mercado imobiliário, como é o caso de Madalena, Espinheiro, Casa Forte e Boa Viagem (FRANCISCO, 2013).

Já naquela época, o que ditava as regras e os modelos para as reformas urbanísticas era a economia, conforme se pode perceber nas palavras de Nestor de Figueiredo, arquiteto convidado pelo então prefeito de Recife, Lauro Borba, para projetar o crescimento da cidade:

> Muitas pessoas supõem que projetar o plano de desenvolvimento sistemático e embelezamento de uma cidade é o mesmo que determinar obras urbanas de execução imediata… Devemos de começo declarar que nenhum plano de remodelação de cidade é traçado sem objetivo econômico. Ele pode no momento determinar um certo dispêndio, mas a sua finalidade econômica resultará posteriormente pelo aumento progressivo dos valores urbanos e pela defesa dos prejuízos resultantes do desenvolvimento desordenado das cidades construídas ao acaso (*Diário da Manhã*, de 3/9/1931, conferência de Nestor de Figueiredo.)

Como uma das formas de atender a essas demandas sociais e governamentais, em 12 de julho de 1939, durante a interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco, foi criada a associação chamada “Liga Social contra o Mocambo”. O objetivo era extinguir os mocambos, forma predominante de moradia dos pobres, através do incentivo à construção de casas populares (FRANCISCO, 2013).

O combate ostensivo aos mocambos é uma forte marca da ação político-ideológica e repressora do Estado na cidade de Recife, entre as décadas de 1930 e 1950. Em torno da temática da erradicação dos mocambos, foi travado um intenso debate. De um lado, os partidários do Estado Novo e seu ideário de nação e do “novo homem”, cujo principal representante era o então interventor do estado Agamenon Magalhães, e, de outro, a crítica dos oponentes do regime. A imprensa da época alardeava a derrubada massiva dos mocambos e a proibição de sua construção como grandes feitos, que transformariam verdadeiras ameaças à saúde pública e à dignidade em “trabalhadores saudáveis”. A classe pobre era, então, representada como perigosa e sua moradia a propagadora de todos os males da cidade (LEITE, 2010).

Os mocambos deveriam não apenas ser combatidos, mas exterminados, junto com todas as demais mazelas da sociedade: “No governo Agamenon (1937-1945) a relação insalubridade e revolta também aparece. Mucambos, prostitutas, mendigos, ambulantes e grevistas eram associados ao mundo desordenado e a classes perigosas. (LOPES, 2001: 90). Dessa forma, as classes menos favorecidas economicamente e suas moradias eram tomadas como causas e não como efeitos do desequilíbrio social e econômico e suas mazelas.

Diante do desgaste da chamada Era Vargas, já em seus últimos meses, e do recrudescimento das críticas aos abusos de poder e à sua forma autoritária e instrumentalizada de atuação, a Liga Social contra o Mocambo foi extinta em fevereiro de 1945. Surgiu em seu lugar uma autarquia estadual: o “Serviço Social contra o Mocambo”. As ações da entidade se dividiam em três frentes: a de estudo e aquisição de terrenos, a de organização de empresas e a de propaganda e ação social contra o mocambo. Os fundos que financiavam essas ações provinham do Governo do Estado, em forma de donativos, de sindicatos, de empresas e de particulares (FRANCISCO, 2013).

Foram construídas cerca de 45 vilas até 1943 e seus ocupantes eram selecionados de acordo com três critérios: número de dependentes, legalização do estado civil e estado de

saúde da família pois não eram admitidos portadores de doenças infecto contagiosas. Paralelamente às ações da entidade não governamental, a Prefeitura de Recife desencadeou uma campanha contra o mocambo que promovia a demolição dos mesmos e proibia a construção de novos[53].

Por ser Recife um sítio deltaico[54], a salubridade era, desde a época dos holandeses e seus passos urbanizadores, um componente muito forte no imaginário de seus moradores. Então, no caso particular de Recife, atender aos requisitos da higiene e da salubridade passava pelo aterro dos alagados, que eram muitos na cidade. Sendo as áreas alagadas impróprias para a habitação e, até então, desprezadas pelo mercado imobiliário, estavam repletas de mocambos. Dessa forma, a luta contra os mocambos tinha também esse argumento higienizador, era vista como requisito básico para que uma cidade fosse considerada moderna. Assim, entre muitos outros, havia três objetivos integrados no projeto de modernização e higienização da cidade: a drenagem dos canais, o aterro dos alagados e o fim dos mocambos (PONTUAL, 1999).

Essas campanhas tinham o apoio das elites sociais e dos órgãos de imprensa e comunicação, como mostra a opinião de dois colunistas famosos da época: “Destruir mocambos no Recife, habitados ou não, e substituí-los por casas higienizadas é fazer urbanismo, é combater endemias” (Jornal do Commercio, 23/3/1946, coluna de Mário Melo, apud PONTUAL,1999). “Registramos que há um programa definido em favor da casa popular, ao mesmo tempo em que se eliminam do centro da cidade grupos de habitações miseráveis, que a hygiene e a esthetica urbana não podiam mais admitir” (Diário de Pernambuco, 22/4/1938, coluna de Aníbal Fernandes, apud PONTUAL, 1999). Quando Melo fala em “habitados ou não”, fica evidente o desprezo por vidas humanas, tratadas como inexistentes ou coisas desprezíveis.

O discurso do poder público tinha base argumentativa, portanto, em parte da ciência da época. A higiene era tratada como condição fundamental para a saúde. Nesse discurso, havia uma profunda identificação entre as habitações e seus moradores, entre a saúde física e a moral. Se as habitações insalubres eram tratadas como fonte de doenças, como o tifo, a

---

[53] Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-social-contra-o-mocambo> acessado em 19/jun/2019

[54] Deltas são feições progradacionais associadas a depósitos sedimentares fluviais retrabalhados por energias marinhas. Os deltas são divididos em planície, frente deltaica e prodelta. Sedimentos trazidos pelos rios são depositados na planície deltaica e são, então, redistribuídos pela ação de ondas e correntes na frente deltaica e no prodelta. Disponível em: < http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/deltas.html> acessado em 21/jun/2019

tuberculose, entre outras, seus moradores seriam a origem da prostituição, da malandragem e dos vícios. Dessa forma, habitações insalubres e moradores deveriam ser extirpados da cidade, com os últimos afastados para longe, se possível para o interior ou para o local de onde vieram (MORAES, 2013).

A partir desses argumentos, era justificada e possibilitada a destruição dos mocambos e o banimento de seus moradores pobres, que "enfeavam" a cidade. Esse discurso era generalizado entre as elites e disseminado entre os moradores da "cidade oficial". Assim, num período em que eram fortes as influências das ideias higienistas e eugênicas, os mocambos eram estigmatizados como moradia de negro, de ex-escravo e de pobre, portadores de todos os males biológicos e morais. (id, 2013). Silenciava-se a produção social de tais negros, ex-escravos e pobres.

Segundo algumas interpretações,

> "nos mocambos recifenses, a comparação com os aldeamentos africanos chegaria a propor hipóteses em antropologia física: os pés dos habitantes da Ilha do Leite no Recife eram deformados. Não apenas em razão da insalubridade, amontoamento e promiscuidade em que viviam, pela vadiagem e indisciplina, mas também por serem 'arraial de pretos' e constantemente evocarem a fisionomia das primitivas cidades negras, deveriam ser sistematicamente erradicadas, construindo-se em seu lugar cidades-jardins, submetidos a um plano higiênico e econômico." (LIRA, 1999, p. 63)

Enquanto os governos estadual e municipal atestavam que as comunidades mocambas eram o foco de todos os males biológicos e morais e que não permitiam ao cidadão uma condição de vida digna, o mercado imobiliário começava a crescer na capital pernambucana. Por trás de todo esse discurso, estava o interesse do mercado imobiliário pelas terras, então, ocupadas pelos mocambos (Figura 11). Toda essa pressão foi o motor de uma guerra declarada contra os mocambos e as famílias que neles habitavam. Essa ação de derrubada de mocambos por toda a cidade foi personalizada na instituição não governamental já acima citada, "Liga Social contra o Mocambo", sucedida depois pelo "Serviço Social contra o Mocambo" (FRANCISCO, 2013).

Figura 11: Mocambo alocado no Centro do Recife por volta da década de 1920 | Foto: Museu da Cidade do Recife. Disponível em <https://recifaces.wordpress.com/2013/12/08/na-busca-de-um-chao-que-possa-chamar-de-seu/> Acesso em 02.ago.2020

No entanto, a despeito de todo o discurso, esse trabalho de erradicação do mocambo, que era justificado pelos discursos higienistas, expulsou os pobres e varreu os mocambos do centro da cidade, mas os tolerou nas áreas periféricas. De acordo com o pesquisador Thiago Francisco (2013), a real motivação dessa guerra contra os mocambos não eram as condições de vida de seus moradores, mas a promoção do embelezamento e da valorização imobiliária do centro de Recife. Isso promoveu uma migração interna na cidade em direção às áreas remotas, onde os pobres foram se instalar sem a perseguição e também sem o mínimo apoio dos governos. Os morros e as áreas de mangue eram os principais destinos dos moradores expulsos do centro.

É certo que, nessa época, a legislação já buscava preservar os ambientes naturais, onde era proibido construir. Mas, o governo fez “vista grossa” para a ocupação dos desabrigados. O importante era realizar a “limpeza” do centro. Inicialmente, o plano era fazer os pobres voltarem para as áreas rurais de onde vieram, mas diante da impossibilidade desse retorno, pois as condições que os trouxeram à cidade, lá no campo, ainda persistiam, foram tolerados nas periferias da cidade. Ademais, os terrenos para onde eles se deslocaram ainda não eram do interesse do mercado imobiliário nem estavam sendo vistos pelas elites e visitantes ilustres da cidade (FRANCISCO, 2013).

Foi dessa forma que, nos morros e margens de rios e mangues, surgiram as primeiras favelas na cidade de Recife. Muitas áreas de morros foram cortadas e desmatadas e margens de cursos d’água aterradas para a construção de casebres. Houve, portanto, um impacto ambiental negativo, com as ocupações irregulares e precarização das condições de moradia,

devido à falta de apoio e ação governamental. Esses locais não estavam preparados para receber aquele incremento populacional. Não havia saneamento básico, iluminação calçamento, abastecimento d'água, coleta de lixo, acesso ou proteção contra as águas pluviais, tudo foi feito no improviso. Um dos bairros que recebeu muitos desses desabrigados foi o Pina, cuja população aumentou muito com a referida demanda (LUIZ, 2013).

Os pré-requisitos impostos pela Liga Social contra os Mocambos, que exigiam comprovação de estado civil, para evitar a promiscuidade, e exames médicos, para evitar a proliferação de doenças nos novos assentamentos, reduziram muito o número de contemplados. Isso obrigou a grande maioria de desabrigados a buscar soluções alternativas, dentro das poucas possibilidades de que dispunham. Longe dos centros, locais movimentados e potencialmente qualificados para a contratação de pequenos serviços e para a prática de comércios informais, forma como conseguiam antes seu sustento, os moradores expulsos dos mocambos foram forçados a buscar alimentos na pesca de crustáceos e pequenos peixes nos rios, em cujas margens estavam suas casas (id, 2013).

O Sr. Marinho, líder comunitário da comunidade do Bode, no Pina, 67 anos, relata como sua família chegou ao bairro: "Viemos do interior e meus pais fizeram um barraco aqui. Tudo isso era área de maré e foi sendo invadida, com o tempo o Pina foi crescendo e é isso que a gente vê hoje". Esse é um exemplo de que, mesmo hoje, no período de desenvolvimento desta pesquisa, a presença governamental ainda é muito pequena naquelas localidades. Pouco foi feito em termos de infraestrutura urbana ou de segurança. Programas de habitação ainda estão sendo implementados pela Prefeitura, mas o ritmo e a quantidade continuam longe de atingir níveis que venham, de fato, solucionar o problema do déficit habitacional (id, 2013).

O estudo das ações governamentais em relação à situação das comunidades pobres do Recife desse período do século XX mostra que a prioridade das gestões públicas, há muito, está no desenvolvimento econômico, no tratamento da cidade como uma mercadoria acessível apenas a quem tem dinheiro para pagar o seu preço. Mostra também que mudar a condição de vida miserável da população desempregada e explorada ao máximo na sua força de trabalho também não está na agenda dos poderes públicos há muitas décadas. As ações se concentraram, ao contrário, no banimento das populações pobres dos sítios que foram se valorizando no mercado imobiliário, de forma que tais lugares passaram às mãos dos grandes empresários do setor e, ao mesmo tempo, afastaram para longe a presença dos pobres, que desvalorizavam os imóveis do seu entorno.

Mudanças e permanências nas relações da cidade com os pobres

Ao longo da história, no processo de negação da cidade aos pobres, no plano de direitos muita coisa mudou, enquanto outras permaneceram até o período pesquisado. Todos precisariam encontrar meios alternativos para habitar na cidade; no entanto, permaneceu a sistemática expulsão dos pobres de áreas que se tornavam interessantes à especulação imobiliária ou de áreas onde eles se configuraram como uma ameaça aos interesses dos mercadores da cidade. Isso pôde acontecer em função dos novos empreendimentos, dos grandes eventos, da recuperação de áreas para atividades de turismo etc.

O que mudou foram os discursos que justificaram tais intervenções, assim como os métodos de expulsão, que se tornaram mais sofisticados, menos visivelmente violentos, porém mais eficazes. Houve, na verdade, uma sofisticação e uma adaptação dos meios e dos processos de expulsão de pobres das áreas de interesse do sistema capitalista vigente. Isso em função de mudanças que resultam de processos históricos ocorridos ao longo do século XX, como as grandes guerras, os genocídios, os processos migratórios, que resultaram na criação de órgãos internacionais de debate e proteção dos direitos humanos, de promoção da paz e de uma legislação internacional para aquela proteção. Um exemplo é a Declaração dos Direitos Humanos, de 1949 (MARQUES, 2014).

Houve também o surgimento de uma legislação que, pelo menos no papel, concedeu direitos aos cidadãos brasileiros direitos fundamentais, direito à cidade, direito à moradia, o que obrigou o poder público a desenvolver novos discursos e métodos. Diante desses novos elementos, foi necessário revestir os processos de expulsão com uma aura de concessão de benefícios aos atingidos, como de dignidade de moradia, de proteção contra desastres, de preservação ambiental.

Maricato (2019) afirma que essas desigualdades resultantes das relações sociais que marcam as cidades se sobrepõem a uma legislação urbanística, hoje, considerada avançada no mundo inteiro, mas que contrasta com uma realidade atrasada. Ela cita a própria Constituição de 1988 como um marco nesse avanço legal, assim como a mais recente e importante lei federal, que é o Estatuto da Metrópole, de 2015[55]. Há também a Lei Federal da Mobilidade[56],

55 Estatuto da Metrópole é a denominação oficial que o Congresso Nacional do Brasil deu à Lei 13.089, uma lei do ordenamento jurídico do Brasil que estabelece as diretrizes para as regiões metropolitanas e as

de 2012, a Política Federal dos Resíduos Sólidos[57] e o Estatuto da Cidade[58] que, segundo Maricato, é festejado no mundo inteiro. No entanto, na aplicação, esse avançado arcabouço legal fica subordinado às relações sociais demarcadas pela desigualdade, que se manifesta como um impasse na questão da propriedade da terra e dos imóveis urbanos (MARICATO, 2019).

O papel do Estado nesse contexto

Nesse universo, o papel do Estado tem sido o de um apoiador e mantenedor do sistema, na medida em que tem compensado os baixos salários e a superexploração da força de trabalho com medidas até paternalistas e paliativas que não mudaram a situação do trabalhador nem atingiram a raiz do problema. Tais medidas apenas evitaram que o sistema entrasse em colapso ou que as populações, ultrapassando os limites do suportável, se rebelassem.

Bons exemplos são o Programa Bolsa Família (PBF)[59] e a concessão de posse de apartamentos para pobres expulsos de locais valorizados pelo mercado imobiliário. O PBF

---

aglomerações urbanas instituídas pelos Estados. Fonte: disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em 30/maio/2021.

[56] LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012. **Ela** institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Fonte: disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em 30/maio/2021.

[57] A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é uma lei (Lei nº 12.305/10) que organiza a forma com que o país lida com o lixo, exigindo dos setores públicos e privados transparência no gerenciamento de seus resíduos. Fonte: disponível em <https://www.ecycle.com.br/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs/#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Res%C3%ADduos,no%20gerenciamento%20de%20seus%20res%C3%ADduos.>. Acesso em 30/maio/2021.

[58] O Estatuto da Cidade é o nome que se dá à Lei Federal No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, que Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Fonte: disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 30/maio/2021.

[59] O Bolsa Família é um programa social do Governo Federal de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Fonte: < http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em 18 jan 2019.

tem contribuído para evitar que as camadas mais pobres entrem em colapso social, a ponto de não conseguirem manter seus filhos na escola, obrigando-os a participarem do processo familiar de produção e renda, que pelo menos consiga alimentá-los. Uma vez credenciados pelo PBF, estudantes têm conseguido permanecer na escola, onde têm recebido também uma merenda escolar e, assim, são mantidos vivos e controlados, de forma que não venham a se rebelar. No entanto, via de regra, permanecem cativos do sistema.

Esses grupos de cidadãos têm permanecido, dessa forma, excluídos da cidade formal e do mercado, sem dignidade, sem autonomia, sem liberdade e ainda como reserva ou "capital eleitoral". Isso os têm parcialmente mantido a salvo da "inanição social" e longe do estado de rebeldia, ao mesmo tempo em que têm se tornado cativos do estado de pobreza, no qual tendem a permanecer.

A pobreza tem sido fabricada pelo sistema capitalista predatório que tem sido praticado nos países periféricos e, de outras formas, também se manifesta naqueles países centrais do sistema, como se observa em relação a imigrantes e parcelas da população dos mesmos. Nos países periféricos, os pobres têm permanecido sobrevivendo com baixíssimos salários, em condições subumanas, fora da área servida pelas ações do Estado. Eles têm sido mantidos no limiar do suportável pelos programas governamentais paliativos, que não mudaram a condição de extrema pobreza. Dessa forma, continuam excluídos do mercado imobiliário, que tem tratado a cidade como uma mercadoria pela qual nem todos podem pagar. Mesmo nessas condições, e até por estarem nela, os pobres das grandes cidades vivem sob constante ameaça de expulsão dos locais onde conseguem construir com as próprias mãos um abrigo para morar.

O sistema eleitoral tem funcionado como uma grade dessa prisão, de onde a pobreza não consegue fugir. Os capitais que financiam as eleições e os candidatos têm servido para "comprar" o voto dessa grande parcela da população, através dos mais diversos artifícios, que, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tem aceitado a oferta e, muitas vezes, honrado seu compromisso nas urnas. Mas também há os mais conscientes, que entram no "jogo" e, utilizando-se de alguma astúcia no aproveitamento das oportunidades, tentam obter ganhos, como afirma a Sra. Sandra, ex-moradora e ex-líder da comunidade da Xuxa, expulsa do bairro de Boa Viagem em 2011:

> A maior prejudicada fui eu! Eu perdi minha barraca! E tem mais uma coisa: Tudo sobra pra mim... Tudo que o povo quer, é lá comigo! E ainda tem mais: uma época dessa, nem minha cerâmica eu pude arrumar!

> Porque não é a época que você consegue alguma coisa desses mentirosos, desses conversador? É quando você consegue mentira em cima de mentira! "Eu vou arrumar voto pro senhor e o senhor vai dar minha cerâmica": Nem isso pude fazer! Na próxima eleição eu vou sair vereadora! (risos)
>
> (VIEIRA-B, 2010)

Ao mesmo tempo, o dinheiro que tem sido investido em programas habitacionais foi drenado para construtores e especuladores, enquanto o déficit habitacional continuou a crescer (JORNAL DO SENADO, 2018).

No entanto, nem todos têm se conformado com esse sistema aprisionador. Movimentos sociais, em alguns momentos históricos mais e em outros menos, têm somado forças para reivindicar e conquistar direitos. Vale ressaltar que a explosão da violência e do crime organizado nos grandes centros urbanos do Brasil não deixou de ser uma forma de rebeldia, de enfrentamento do sistema, por parte daqueles que não se conformam com a escassez de oportunidades ou com a humilhação imposta pela pobreza extrema e partem para a vida do crime. Para esses casos, a resposta do Estado tem sido sempre a repressão, o aprisionamento e o assassinato de jovens, em sua maioria jovens negros, e do sexo masculino (SILVA FERREIRA & CAPRI, 2016).

Mais de 100 anos de exclusão social: entre o Escravismo e o Capitalismo

Antes que seja dada continuação à discussão sobre a exclusão de determinados grupos de cidadãos, mais especificamente, dos pobres, na evolução histórica da sociedade brasileira, é necessário deixar mais claro de qual tipo de exclusão se está tratando. Ela sempre tem como objeto grupos minoritários, ou seja, aqueles compostos por pessoas que estão fora do modo de ser ou de estar de uma maioria considerada padrão. Na verdade, são muitas as naturezas das exclusões possíveis em uma sociedade. Na maioria dos casos, a exclusão tem a ver com valores sociais ou culturais. É o caso das exclusões de gênero, cultural, étnica, patológica ou religiosa. No caso, o tipo de exclusão ao qual se refere o subtítulo desta seção é o socioeconômico (CRUZ, 2018).

Neste caso, trata-se de minorias que estão excluídas do mercado capitalista, mais especificamente do Mercado Imobiliário, dentro do recorte temporal e espacial pesquisado. Essas minorias se caracterizam por não terem renda suficiente para ter acesso aos bens e serviços básicos, capazes de garantir uma vida digna, tendo-se como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos[60].

As políticas de ação social ou de inclusão se prestam à restauração das condições socioeconômicas degradadas, mas não têm caráter universal, pois se adequam ao tipo de sociedade dentro das quais atuam e, consequentemente, às condições específicas do grupo social ao qual se destinam. No Brasil, as raízes históricas explicam a exclusão social de grupos compostos majoritariamente de negros (id, 2018).

A passagem do sistema escravista para o capitalista não provocou muitas mudanças na qualidade de vida das classes mais pobres, que podem ser identificadas em grande parte como herdeiras sociais dos negros expulsos das fazendas de produção agropecuária e das residências onde serviam como domésticos. Antes, pode-se considerar que se operou uma continuidade no trágico processo que relegou à miséria e ao abandono um grupo humano identificado em sua maioria pela raça negra e pela origem humilde. As favelas e a escravidão colonial, portanto, não estão assim tão distanciadas nem no tempo nem no espaço pois guardam uma relação de continuidade histórica.

No entanto, o surgimento e o desenvolvimento das favelas nas grandes cidades também estão diretamente ligados ao tipo de capitalismo desenvolvido nos países periféricos, como o Brasil. Nesse caso específico, o fenômeno está ligado também ao incremento da industrialização que ocorreu entre 1940 e 1980, em que o país cresceu em ritmo acelerado, mas dependente de capitais estrangeiros e com grande endividamento. Esse foi um modelo desenvolvimentista extremamente concentrador de renda e, consequentemente, produtor de

[60] A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento aprovado em 10 de Dezembro de 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A proclamação do documento estabelece os direitos fundamentais a todo os seres humanos independente da cor, origem, orientação sexual, religião, gênero ou inclinação política. O texto da declaração serve também como base contra a desigualdade humana, contra formas de calar violentamente expressões e manifestações culturais, sociais e políticas, de qualquer tipo. O texto atua como fonte para cumprir de forma universal e duradoura os valores de justiça, igualdade e dignidade humana. Fonte: Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 02/abr/2021.

desigualdade. Pode-se inferir, dessa forma, que o déficit habitacional, que atinge a maioria da população do Brasil, resulta da superexploração da classe trabalhadora pelas elites detentoras dos meios de produção e do capital especulativo.

Em função da industrialização, as cidades também cresceram em ritmo acelerado, porém sem planejamento e sem condições de dar conta das demandas que surgiram com o rápido aumento populacional, em função da imigração interna. Os baixos salários também contribuíram para afastar os trabalhadores do mercado habitacional, forçando a criação de alternativas que submeteram e ainda submetem os trabalhadores a condições de vida subumanas e indignas. Dessa forma, o Estado no Brasil praticamente ignorou as demandas por habitação e infraestrutura urbana decorrentes da grande massa de trabalhadores urbanos, imigrantes ou não, que serviram de mão de obra barata para a crescente industrialização/urbanização que ocorreu no país a partir da década de 1940 (MARICATO, 1987).

Pode-se, dessa forma, analisar o porquê do fracasso no combate ao déficit habitacional com os grandes planos governamentais, tais como o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado em 2009. Uma vez permanecendo o estado de pobreza, os investimentos são drenados para os empresários da construção civil e para os do ramo imobiliário. As unidades construídas terminam, dessa forma, sendo ocupadas pelos integrantes da classe média ou algo parecido. Isso em função da "expulsão branca[61]", que continua o processo de negação da cidade aos pobres, pela pressão imobiliária ou pelos processos de gentrificação[62], a partir dos investimentos em recuperação de áreas abandonadas e ocupadas pelos pobres (MARICATO, 2018).

Segundo Fellet (2018), para Ermínia Maricato, o maior programa habitacional da história do Brasil, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), apesar de bem intencionado em sua origem como proposta governamental, foi engolido pela lógica do capital. Dessa forma, ele piorou as cidades, agravou as dificuldades de acesso à moradia entre os mais pobres e criou bairros especialmente vulneráveis ao crime organizado: "Tivemos um movimento imenso de

[61] A "expulsão branca" denomina-se ao processo de deslocamento habitacional e territorial que incide em comunidades de baixa renda, pressionadas pela especulação imobiliária geralmente ocorrida em favelas, comunidades caiçaras, vilas de montanha, dentre outros núcleos de baixíssima densidade ocupacional presentes em diversas tipologias do território brasileiro. Disponível em: < https://danieloliveiracruz.wordpress.com/2009/07/28/avanco-da-especulacao-imobiliaria-a-chamada-expulsao-branca/> Acessado em 24/jun/2019.

62 Gentrificação é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas. Disponível em: < https://www.significados.com.br/gentrificacao/> Acesso em: 24/jun/2019.

obras, mas quem o comandou e definiu onde se localizariam não foi o governo federal, e sim interesses de proprietários imobiliários, incorporadores e empreiteiras" (FELLET, 2018).

Observa-se ainda que, mesmo havendo investimentos em urbanização de favelas, melhorias de infraestrutura, retirada forçada para conjuntos habitacionais, entre outros, esses capitais terminaram valorizando a área em que se localizaram, expulsando os pobres para outras mais remotas, de volta às mesmas condições de falta de infraestrutura e de moradias precárias e autoconstruídas. Com a má distribuição de renda, quanto maiores foram os investimentos na cidade, mais houve concentração de renda e mais gentrificação.

Dessa forma, o direito à cidade e à moradia digna, previsto na constituição, se tornou letra morta, ou seja, ficou só no papel. Sempre que as terras onde foram estabelecidas as moradias dos pobres se tornaram valorizadas, findaram apropriadas pelo setor imobiliário através da expulsão, seja por planos habitacionais para populações de baixa renda, seja por processos jurídicos que favoreceram os detentores do poder econômico. Assim, o pobre continuou sendo deslocado para a periferia, até que um dia ela deixe de ser periferia e haja novo processo de expulsão pela pressão imobiliária. Isso porque esta última age sobre a fragilidade econômica das classes mais pobres, que, via de regra, não resistem e terminam cedendo (MARICATO, 2015).

Enfim, diante da continuidade da existência da extrema pobreza, a cidade no Brasil, enquanto país da periferia do capitalismo global, continuou a ser um lugar proibitivo para os que não têm acesso ao capital, pelo menos dentro de suas áreas oficiais e legais. Esse fenômeno aconteceu, não por falta de planos e ações do governo, mas, muitas vezes, por causa deles. Essa desigualdade foi instituída, em última instância, pela má distribuição de renda, que fez com que o capital sempre escoasse abusivamente para os cofres dos mais ricos e para longe dos mais pobres. Estes últimos, destituídos de capital, ainda não conseguiram pagar o preço da cidade, que assume o caráter de mercadoria (id, 2015).

Na verdade, o que se chama de “pobreza” ou de “camada popular”, no Brasil, é um grupo social herdeiro da escravidão. Esse grupo, em nosso país, nunca foi livre de fato, nem teve um lugar digno para morar na cidade. A extrema concentração de renda nas mãos de poucos e a superexploração da mão de obra continuaram sendo os grilhões do período em estudo, negando assim àquele grupo o direito à cidade.

Os pobres foram mantidos, assim, aprisionados pelo sistema, virtualmente fora do mercado de consumo imobiliário e sem a mínima condição de pagar o preço da “cidade mercadoria”. Continuaram cativos da condição de pobreza, que limitava a sua mobilidade na cidade e no país, que praticamente não lhes permitia ascensão social e lhes negava um lugar na cidade ou no campo. Eles resistiram entrincheirados em favelas ou espaços similares, único lugar para morar que lhes era possível (id, 2015).

Capítulo 2: Ações e discussões em torno da Reforma Urbana na história recente do Brasil.

Cachorro: cidade ideal dum cachorro / Tem um poste por metro quadrado / Não tem carro, não corro, não morro E também nunca fico apertado /

Galinha: A cidade ideal da galinha / Tem as ruas cheias de minhoca / A barriga fica tão quentinha Que transforma o milho em pipoca /

Crianças: Atenção porque nesta cidade / Corre-se a toda velocidade / E atenção que o negócio está preto / Restaurante assando galeto /

Todos: Mas não, mas não / O sonho é meu e eu sonho que / Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / Fossem somente crianças /

Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores /
E o prefeito e os varredores / E os pintores e os vendedores / Fossem somente crianças /

Gata: A cidade ideal de uma gata / É um prato de tripa fresquinha / Tem sardinha num bonde de lata / Tem alcatra no final da linha /

Jumento: Jumento é velho, velho e sabido / E por isso já está prevenido / A cidade é uma estranha senhora / Que hoje sorri e amanhã te devora /

> Crianças: Atenção que o jumento é sabido / É melhor ficar bem prevenido / E olha, gata, que a tua pelica / Vai virar uma bela cuíca /
>
> Todos: Mas não, mas não / O sonho é meu e eu sonho que / Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / Fossem somente crianças /
>
> Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / E os pintores e os vendedores / As senhoras e os senhores / E os guardas e os inspetores / Fossem somente crianças/
>
> (Luis Enriquez Bacalov, Sérgio Bardotti e Chico Buarque)

Um dos objetivos deste capítulo é dar continuidade ao percurso histórico através do qual o leitor vem sendo conduzido, de forma a possibilitar uma conexão de nosso objeto de pesquisa com uma linha de mais longa duração. A intenção é abrir a visão a partir de um quadro mais amplo até que ele se feche sobre o objeto de estudo propriamente dito, o que acontecerá a partir do terceiro capítulo. Esse procedimento se realizará sem prejuízo da objetividade e da atenção ao atendimento às questões motivadoras da própria pesquisa, muito pelo contrário, proporcionando um trajeto mais compreensivo em direção às suas respostas.

O conceito de Reforma Urbana atravessa todo esse capítulo, sendo uma espécie de fio condutor, conectando todas as discussões. Nele está implícita a ideia de que as cidades estavam com alguns problemas. Daí, podem surgir algumas perguntas, como: qual a natureza desses problemas? A quem eles atingiam, a todos ou apenas a grupos específicos? A quem, portanto, interessava a Reforma Urbana? A quem não interessava? Que reformas precisavam ser feitas nas cidades? Era possível uma cidade ideal para todos? Que reformas foram feitas

nas cidades dentro do período analisado? A quem estas reformas beneficiaram, efetivamente? As respostas a essas perguntas estão em outra pergunta: para quem são as cidades?

A letra da música “A cidade ideal” que abre este capítulo, de forma leve e até lúdica, toca profundamente nessas questões. Seu autor, o cantor, compositor e escritor brasileiro, Francisco Buarque de Holanda, popularmente conhecido como Chico Buarque, é filho do historiador, sociólogo e escritor brasileiro Sergio Buarque de Holanda. Quem sabe, sofrendo as mesmas influências que seu pai, ele frequentemente trata, em suas canções, de temas sociais, econômicos e culturais. Muitos de seus trabalhos foram considerados “perigosos” pela ditadura civil-militar da época, o que o levou a sair do país e a escolher a Itália como lugar para morar por um tempo.

A música, “a cidade ideal”, cuja letra está reproduzida acima, foi lançada em 1977, dentro do disco infantil, intitulado “Saltimbancos”. Em pleno período da ditadura civil-militar, isso ocorreu como parte de um projeto proposto por ilustres figuras da música popular brasileira, entre eles, figuras de peso cultural e artístico, como Chico Buarque, Nara Leão, Vinícius de Moraes e Miúcha. Esta última era irmã de Chico Buarque.

Os animais, retratados simbolicamente na canção, se reúnem para sonhar com uma reforma urbana, a qual se contrapõe à exploração imposta por seus patrões. Ela questiona a gestão da cidade e também para quem ela é feita. Infere-se, também, com a sua letra que a cidade ideal, talvez, nunca venha a ser ideal para todos que nela habitam. A diversidade humana, sociologicamente inevitável, sempre gera, em relação à cidade, enquanto objeto de disputa, interesses conflitantes e resultados práticos diferentes. Isso acontece de modo especial em sociedades capitalistas, onde existem sempre os mais poderosos e os mais vulneráveis, no que diz respeito ao acesso aos bens e meios de produção.

No entanto, um dos argumentos defendidos nesta tese é, exatamente, a contestação da ideia de que os mais vulneráveis sejam os mais fracos no contexto social urbano capitalista. O que vimos fazendo e continuaremos a fazer ao longo dos capítulos é, exatamente, demonstrar o histórico de resistência desse grupo social e, dessa forma, chamar a atenção para o seu protagonismo histórico. Não seria a imensa capacidade de resistência secular dos mais pobres, diante do implacável combate com os mais ricos, uma demonstração de poder ou de força? Se ambos os lados dessa luta demonstram poder e força, o que os diferencia nessa luta que ainda não acabou são as armas empregadas, as táticas e as estratégias, nas diferentes circunstâncias históricas.

Segundo a especialista em urbanismo Ermínia Maricato (2011b), não existe outra forma de se encontrar o equilíbrio entre os diversos grupos que disputam a cidade, se não a correlação de forças. É, portanto, sobre a construção continuada dessa correlação de forças, ao longo de certo período da história, e seus reflexos nos recortes espaciais e temporais desta pesquisa, que tratará esse capítulo.

No capítulo anterior, partimos das raízes mais profundas do que veio a se tornar a "crise urbana", que ainda desafia gestores, técnicos e cidadãos dos grandes centros urbanos brasileiros. Uma crise que está intimamente relacionada com um Capitalismo periférico global, subserviente e subalterno em relação aos países centrais do chamado "Primeiro Mundo". Tal modelo econômico, que influencia diretamente a formação do espaço urbano das cidades brasileiras, mudou suas faces ao longo da História, mas não mudou sua alma. Transformaram-se os discursos, as roupagens, os modos de procedimento, mas o uso e o desfrute das terras urbanas continuam sendo uma regalia reservada apenas àqueles que podem pagar por elas.

Os debates sobre Reforma Urbana começaram, efetivamente, nos primeiros anos da década de 1960, como parte das Reformas de Base do Governo João Goulart. A História da Reforma Urbana é a História da luta por reformas estruturais no âmbito das cidades, que envolveu setores profissionais, acadêmicos e populares. O objetivo era dar respostas às diversas demandas sociais e econômicas geradas pela acelerada urbanização, iniciada nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com a urbanista Ermínia Maricato (2011), esse debate foi praticamente interrompido pelo Golpe de Estado de 1964, tendo sido resgatado de seu estado de latência, ainda no contexto do Regime Civil-Militar, no final dos anos 1970. Iniciou-se, assim, segundo aquela mesma autora, um "grande ciclo" de debates, de ações e de pausas, no âmbito social e no estatal, em torno da Reforma Urbana, que durou cerca de 30 anos. Este grande ciclo teria sido encerrado com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Lula, de cuja criação a autora participou, tornando-se, inclusive, secretária executiva do órgão, o que reforça ainda mais seu reconhecimento como uma autoridade no assunto (MARICATO, 2011).

O traçado desse grande ciclo passa também pelo avanço do arcabouço legal que prenunciava reformas urbanas, principalmente fundiárias e imobiliárias. No entanto, veremos que a maior parte dessa primorosa construção, fruto das lutas pela Reforma Urbana,

transcorridas a partir dos anos 1960, ficou apenas no papel, neutralizada pelo poder e pelas ações de grandes grupos econômicos, a favor de quem o Estado tem atuado, quase sempre, definindo os usos e os abusos dos solos das cidades. Esta é uma das razões pela qual Maricato (2011) afirma que foi nesse ponto que o ciclo terminou (MARICATO, 2011). O tema será discutido neste capítulo, como mais um trecho da trilha a ser percorrida até o encontro mais direto com o objeto desta pesquisa, ou seja, o cidadão pobre da cidade de Recife do Século XXI, na luta cotidiana por sua autodeterminação, pelo direito de morar, de ter acesso à renda e de desfrutar do espaço público da cidade.

O arquiteto e urbanista Caio Santo Amore (2013) propõe analisar esse período a partir de alguns pontos de inflexão dentro do grande ciclo. Dessa forma, procura demonstrar que não se trata de um ciclo homogêneo que se encerra, mas de períodos menores em que os diversos atores que ocuparam posições de poder, tanto individuais quanto institucionais, se posicionaram de formas diferentes, na arena pública, diante dessa questão (SANTO AMORE, 2013).

A opção de análise das discussões e ações praticadas em torno da Reforma Urbana nesta pesquisa combina essas duas visões. Será considerado um grande ciclo, que se inicia com as discussões dos anos 1960 e culmina com a criação do Ministério das cidades, em 2003. Serão, assim, analisadas as diferentes formas de tratamento da questão urbana, dentro dos pequenos ciclos, considerando seus pontos de inflexão, os quais se desenvolveram ao longo desse período maior, de cerca de quarenta anos. O objetivo será detectar os pontos de ruptura e as linhas de continuidade no que diz respeito ao tratamento dado às populações pobres, assim como às respostas a suas demandas, principalmente habitacionais, através das políticas urbanas, das ações diretas dos agentes públicos e da maneira como (não) foi aplicado o avançado arcabouço legal disponível.

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana do Instituto de Arquitetos do Brasil e a relevância da participação dos Arquitetos

Fundado em 1921, com a principal missão de divulgar e valorizar a profissão, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) tomou para si, desde então, a responsabilidade de atuar como a “consciência” arquitetônica e urbanística do país. Dessa forma, buscou sempre ter em

suas pautas de discussão questões relacionadas aos destinos da Arquitetura, enquanto Arte e objeto estético, assim como do Urbanismo, enquanto ferramenta de transformação do meio urbano com potencial para interferir diretamente na qualidade de vida dos cidadãos[63].

As transformações urbanas pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro, capital federal de então, no ambiente preparatório das comemorações pelo Primeiro Centenário da Independência, criaram um ambiente propício para o surgimento de uma associação como essa. As reformas urbanas da capital do país lançavam na atmosfera dos anos 1920 os primeiros indícios de novos tempos. Era, portanto, um momento bastante oportuno para a inserção da ainda incipiente profissão na discussão dos grandes temas de interesse nacional e, dessa forma, torná-la mais conhecida do público e das autoridades[64].

Inserindo-se no contexto das discussões sobre as reformas de base no governo de João Goulart, em 1963, o IAB promoveu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Foi, então, que o termo "Reforma Urbana" foi utilizado pela primeira vez (SANTO AMORE, 2013). Ele significava um conjunto de medidas governamentais que visavam a tornar mais justa a utilização do solo urbano, o que incluía a ordenação e equipamento das ocupações urbanas precárias e o atendimento à demanda por habitação de todas as famílias brasileiras (RIBEIRO & PONTUAL, 2009).

O contexto social e político ainda era marcado pelo denominado período "desenvolvimentista", iniciado no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, desencadeado nos primeiros anos do que seria o último governo do presidente Getúlio Vargas. Nesse período, as cidades ganhavam maior importância em relação ao campo como lugar do desenvolvimento social e econômico. Assim, os problemas das cidades e a Política Urbana passavam a dominar as agendas e os debates nas administrações públicas. As cidades não estavam preparadas para aquelas aceleradas mudanças, nem tão pouco havia uma legislação ou instrumentos urbanísticos disponíveis para fazer frente aos novos desafios (AZEVEDO &FREITAS, 2014).

Nessa conjuntura, o projeto da Reforma Urbana coube inicialmente aos urbanistas ligados ao IAB. Com base na experiência e nos conhecimentos adquiridos em estudos, debates e eventos anteriores, houve um aprofundamento significativo no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963. Nele, foi produzido um documento que contribuiu

[63] Fonte: Site do IAB: disponível em < http://www.iabdf.org.br/a-histoacuteria-do-iab.html> Acesso em 18/jan/2021

[64] Idem

enormemente para nortear a política urbana do país, dali para frente, seja nos períodos de governos autoritários ou democráticos. Foram feitos diagnósticos e propostas diversas para soluções de enfrentamento às demandas urbanas daquela época. Também trataram de temas como a necessidade da participação popular na definição das prioridades das ações governamentais e a desapropriação para fins da reforma urbana, assim como questões direcionadas ao combate da urbanização predatória e da precariedade da habitação (SERRAN, 1976).

O documento final do seminário faz considerações importantes, muitas delas válidas até hoje. Afirma que o problema habitacional da América Latina não é algo que tenha surgido de forma repentina, mas resulta de uma longa história de subdesenvolvimento provocada por fatores diversos, como, por exemplo, a espoliação a que estão submetidos os países latino-americanos. Aponta como principal característica da situação habitacional a desproporção crescente entre o poder de compra dos salários das famílias e o valor de aquisição ou locação dos imóveis, que só são acessíveis a uma parcela privilegiada da população. O documento aponta como causas, também, os intensos movimentos migratórios em direção às cidades, somados à falta de medidas que ordenem e disciplinem as relações de produção agrárias. Enfim, denuncia a inexistência de uma política habitacional capaz de fazer frente ao enorme desafio do déficit habitacional de então e propõe princípios para a sua criação (id., 1976).

Como um dos meios para a implementação de projetos na área habitacional, o IAB propõe a criação de um órgão central federal que planeje e execute um plano nacional de habitação (id., 1976). Em 1964, já no período do Regime Civil-militar, foram criados órgãos que, de certa forma, iam na direção indicada pelo IAB, como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), com diretrizes que se envolveram de alguma forma com a questão habitacional e procuraram dar a sua contribuição. Buscavam alternativas para o provimento de moradias para as classes populares. Um desses caminhos foi a busca por tipologias que fossem, ao mesmo tempo, de baixo custo e de rápido processo de fabricação, se possível com o envolvimento dos próprios usuários, num processo de “autoconstrução”.

Entre as décadas de 1960 e 1970, não foi só no Brasil que se desenvolveram debates e experiências nesse sentido, mas em toda a América Latina. Os resultados desses movimentos foram bastante díspares e heterogêneos, pois junto às camadas populares havia a atuação de políticos, profissionais, intelectuais e voluntários de diversas tradições e tendências

discursivas, políticas e ideológicas. Enquanto isso, o Movimento Moderno na arquitetura estava em crise, com suas propostas funcionalistas, desenvolvidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIANS. Ao mesmo tempo, as realizações habitacionais europeias do pós-guerra já estavam sendo superadas pelas experiências que postulavam habitação social através do diálogo com as comunidades e da autogestão (BIS, 2010).

Em Cuba, as brigadas de "autoconstrução" foram uma resposta aos compromissos assumidos pela Revolução no tocante ao problema da habitação. Havia também as pesquisas e recomendações do arquiteto inglês John Turner[65], que atuou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que na época passou a povoar o imaginário de arquitetos comprometidos com as causas populares. Elas tiveram como base suas leituras das dinâmicas dos bairros populares latino-americanos (id., 2010). É de Turner a afirmação: "favela não é problema, é solução". Isso inverte completamente a noção da época, pois no Brasil a metodologia vigente era a retirada forçada, chamada de remoção pelo discurso oficial (FAJARDO, 2018). Em 1963, foi eleito o arquiteto Fernando Belaunde Terry para presidente do Peru, fato que gerou muito estímulo a iniciativas nesse sentido naquele país. No Uruguai, também havia práticas de participação popular que se tornariam referências para mutirões promovidos por cooperativas no Brasil (BIS, 2010).

Uma dessas experiências veio de Cajueiro Seco, bairro da cidade de Jaboatão, na Região Metropolitana de Recife, hoje Jaboatão dos Guararapes. O bairro é conhecido por suas experiências voltadas para políticas de moradia popular nas décadas de 1950 e 1960. A iniciativa estava no campo das que propunham a participação do usuário, "atentando para suas sintonias, especificidades e, especialmente, suas relações com os contextos políticos e sociais" (id., 2010, p. 02). Frequentemente, a experiência desenvolvida no bairro é reconhecida como exemplo de participação popular e de aproximação entre o moderno e o vernacular na arquitetura. A intenção era testar tipologias que pudessem atender à demanda de populações oriundas da área rural, as quais normalmente se assentavam nas periferias das grandes cidades (id., 2010).

---

[65] "John Turner (1927) nasceu em Londres e estudou na Architectural Association School of Architecture, graduando-se em 1954. Viveu no Peru entre 1957 e 1965, trabalhando para o governo peruano na promoção e formatação de ações comunitárias para a implantação de programas habitacionais baseados na autogestão e na autodeterminação em assentamentos populares e invasões urbanas". Fonte: Disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/148#:~:text=John%20Turner%20(1927)%20nasceu%20em,%2C%20graduando%2Dse%20em%201954.&text=Turner%20%C3%A9%20uma%20das%20principais,o%20tema%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20popular>. Acesso em 29/jan/2021.

Estava à frente de um desses projetos o renomado arquiteto carioca, radicado em Recife, Acácio Gil Borsoi. O ano era 1963 e Pernambuco vivenciava a efervescência cultural e política que mobilizava o país durante o governo de João Goulart. Miguel Arraes era o governador de Pernambuco e Pelópidas Silveira o prefeito de Recife. Borsoi partiu do princípio de que a casa precária, ou mesmo a falta dela, não era causa, mas consequência de condições sociais e econômicas injustas, às quais estavam submetidas as classes menos favorecidas. Dessa forma, a habitação seria o reflexo de uma realidade.

Sendo assim, Borsoi fugiu das propostas que partiam de uma casa modelo econômica, que pudesse ser produzida em grande quantidade e distribuída entre populações marginalizadas. Para ele, o fundamental seria a recuperação do homem, através do trabalho, da saúde e da instrução. Dessa forma, a casa poderia melhorar com o tempo, na mesma proporção da melhoria de vida dos indivíduos e das famílias. "À medida que ele e a sua família gradativamente venham a adquirir poupança e confiança no futuro, a casa também sofrerá as transformações correspondentes", afirmava ele (BORSOI, 1967, p.1). Vê-se, dessa forma, que sua proposta era muito mais que arquitetônica, pois continha uma dimensão político-ideológica comandando o processo.

A ideia era resgatar o uso da taipa[66], já bastante conhecida entre os moradores mais pobres vindos da zona rural, mas racionalizando o seu uso ou mesmo a pré-fabricando. Embora a cooperativa local oferecesse meios para a construção de casas em tijolos, a maioria dos moradores não conhecia a técnica ou não tinha condições de adquirir o material. Já a taipa era feita com o barro em seu estado natural, o processo construtivo era tão simples e leve que não exigia o conhecimento prévio, podendo ser executada pela própria família (Figura 12 e Figura 13), incluindo mulheres e crianças[67] (BORSOI, 1967).

[66] A taipa – "barro armado", "casa de sopapo", ou outra qualquer de suas designações- representa uma maneira de construir conhecida das populações urbanas e rurais. Está presente no passado na maioria das construções das cidades coloniais e persiste ainda hoje nas construções rurais (BORSOI, 1967).

[67] OBS: na época o trabalho infantil ainda não era proibido.

Figura 12: Imagem da pesquisa do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021

Figura 13: Imagem da pesquisa do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021

O “barro armado”, proposto por Borsoi, baseava-se numa técnica primitiva, porém com melhoramentos modernos, como o uso de madeira aparelhada e a pintura à base de cal e água. Tudo isso conferia um bom acabamento no final. A racionalização do uso do material (barro e madeira) permitia o dobro do aproveitamento. As portas e janelas seriam padronizadas e pré-fabricadas. Já a pré-fabricação em série de painéis modulados permitiria uma grande variedade de aplicações, se adequando às preferências e possibilidades de cada família. A cobertura, que se apoiaria no madeiramento das próprias paredes, seria feita em esteiras de palha, que seriam tratadas em uma pequena fábrica. Os aparelhos sanitários seriam

pré-fabricados em cimento, com acabamento em pintura protetora de boa resistência. Para tudo isso, seria montada uma linha de fabricação em série (Figura 14 e Figura 15).

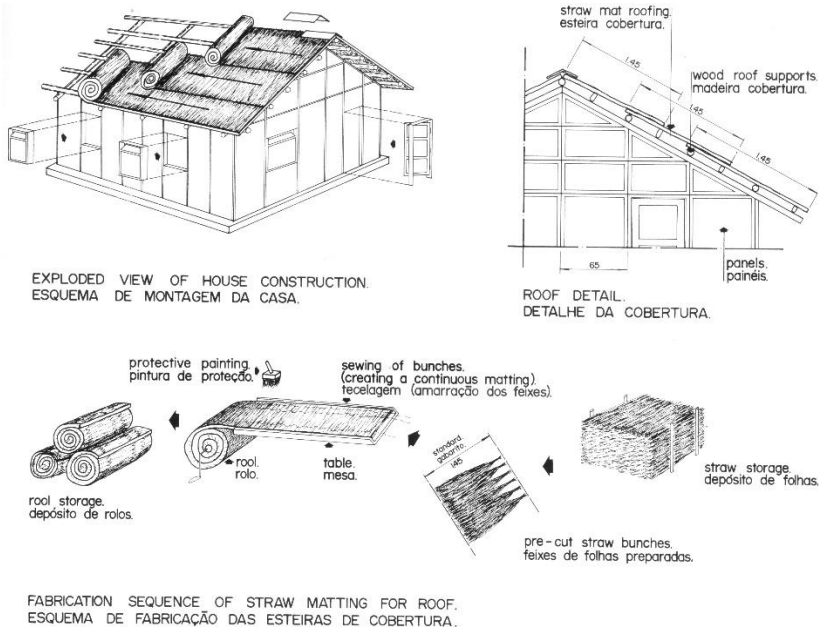

Figura 14: Imagem do projeto do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021

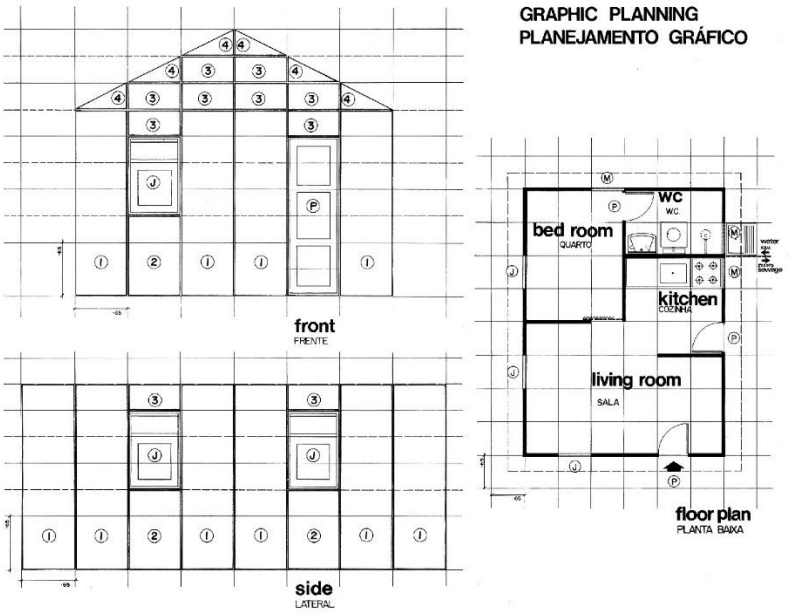

Figura 15: Imagem do projeto do arquiteto Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes-PE (1963) - Fonte: Disponível em <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/> Acesso em 29/jan/2021

Para Borsoi (1967), o que se precisava combater não era o fenômeno urbano, mas aquilo que nele não está correto. Ele cita como exemplo a especulação, "que conduziu milhões de homens a habitar em poucos metros quadrados, sem ar e sem sol, às vezes sem água e quase sempre sem a menor superfície ao ar livre" (id., 1967, p.3). Para esse arquiteto, o problema deveria ser reconduzido a suas origens: primeiro o homem, a casa e seu sustento, depois a cidade (id, 1967). O projeto, que vinha se tornando uma referência nacional, foi interrompido com o golpe militar e civil de 1964, que cortou o orçamento disponível para as construções.

A interrupção dos debates pelo Golpe Civil-Militar de 1964 e a criação do BNH

O Seminário de Habitação e Reforma Urbana do IAB foi promovido com o apoio de um órgão governamental, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). O contexto social e político em que ocorreu o seminário, não só no Brasil, mas em muitos países da América Latina, era de profundas transformações. O pensamento social latino-americano dialogava com teorias que apontavam para um reformismo modernizante e até para posições revolucionárias (GORELIK, 2005).

O Brasil ainda estava no contexto do chamado período "desenvolvimentista", que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. O país havia passado por profundas reformas sociais, políticas e econômicas (PRADO, 2011). Tais reformas, somadas a graves acontecimentos políticos recentes, como o suicídio do presidente Getúlio Vargas[68] e a renúncia do presidente Jânio Quadros[69], tinham criado instabilidades em todas essas áreas. Havia uma crise dentro das Forças Armadas, inflação crescente e endividamento, tanto interno quanto externo.

---

[68] **Getúlio Vargas**, um dos grandes nomes da história recente do Brasil, foi militar, advogado e político. Tornou-se presidente do Brasil por meio da Revolução de 1930 e governou de maneira centralizadora**,** sendo forçado a renunciar quinze anos depois de ter assumido. Acabou cometendo suicídio, em 1954, durante uma intensa crise política. Fonte: disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/getulio-vargas.htm> Acesso em 20/jan/2021.

[69] **Jânio Quadros** foi eleito presidente do Brasil em 1960 e assumiu seu cargo em janeiro de 1961. O governo de Jânio foi um período turbulento, caracterizado por tomada de medidas confusas e impopulares. Após pouco mais de seis meses no cargo, encontrava-se isolado e em uma jogada política desastrosa, fatos que o levaram a renunciar à presidência do Brasil. Fonte: disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-janio-quadros.htm> Acesso em 20/jan/2021.

Jango, como era chamado na época o presidente João Goulart, optara por dar continuidade ao desenvolvimentismo de caráter nacionalista, buscando dar também respostas a antigas demandas sociais (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, ele lançou um programa que incluía uma série de reformas institucionais, que atuariam sobre problemas estruturais do país. Entre as propostas, estava uma série de medidas sociais e econômicas que previam uma maior intervenção do Estado na Economia, as chamadas "Reformas de Base". A reforma urbana era uma delas (AQUINO et al., 2001).

Essas posições desagradaram setores conservadores, tanto nacionais quanto internacionais. A alta hierarquia militar e parte das elites dominantes alegavam que Goulart fazia parte do comunismo internacional (AZEVEDO & FREITAS, 2014). Intensificaram-se suspeitas e acusações de que estivesse em preparação um golpe de Estado, de orientação esquerdista, com o apoio de setores de baixa hierarquia das forças armadas[70].

O mundo se encontrava polarizado em dois blocos, um capitalista, liderado pelos Estados Unidos e um comunista, liderado pela União Soviética. Devido a algumas posições não totalmente alinhadas com os interesses dos Estados Unidos, como a não aceitação por parte de Jango em participar de uma possível invasão militar à Ilha de Cuba, o então presidente John Kennedy passou a considerar que o presidente brasileiro era uma ameaça à segurança dos Estados Unidos (FERREIRA, 2011).

Dessa forma, sob a justificativa de que o comunismo ameaçava o país com uma ditadura de esquerda, os militares brasileiros da alta hierarquia depuseram o presidente João Goulart, através de um golpe de estado, em 31 de março de 1964. Para isso, tiveram o apoio de setores civis da elite nacional e de grupos internacionais, mais especificamente, do governo dos Estados Unidos (TOLEDO, 2021).

Contribuições do IAB para a criação do BNH

O Golpe Militar de 1964 abalou fortemente a estrutura política nacional, mas, de certa forma, deu continuidade ao modelo governamental focado no desenvolvimento econômico.

[70] FGV-CPDOC. Os militares e o governo João Goulart, por Celso Castro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG> Acesso em 20/jan/2021.

Diante do renascimento do sindicalismo, principalmente ligado à indústria automobilística multinacional, o governo viu-se obrigado a dar andamento a uma série de reformas, chegando mesmo a estatizar os principais setores de produção (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, o Governo militar que assumiu o país após o Golpe de 1964, deu continuidade ao desenvolvimentismo inaugurado por Juscelino Kubitschek, porém de uma forma mais intensiva e sob os moldes autoritários da ditadura. Abandonaram, assim, as preocupações em diminuir os contrastes sociais, entendendo o conceito de desenvolvimento a partir de outra ótica ideológica. O foco estava mais no desenvolvimento da infraestrutura e do capitalismo industrial (PRADO, 2011).

Assim, o novo governo não abandonou a questão da reforma urbana, mas procurou dar a ela respostas com base em uma proposta política diferente e mesmo oposta à de Goulart. Para isso, também lançou mão do documento produzido pelo IAB no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963. No entanto, enfrentou as críticas dos arquitetos, por deixar de lado aspectos de impactos sociais importantes para eles, dando maior ênfase aos aspectos econômicos (SERRAN, 1976).

O documento do IAB sugeria que o poder executivo enviasse ao Congresso um projeto de lei, contendo princípios de política habitacional e de Reforma Urbana aprovadas no seminário. Para isso, sua versão final continha um esboço desse projeto de lei, no qual propunha a criação de um órgão executor com autonomia financeira, que centralizasse os recursos governamentais a serem investidos através das políticas habitacionais. Tal esboço continha a finalidade do órgão central, suas atribuições, diretrizes, características e normas. Sugeria também os seus setores técnicos e administrativos, o número de funcionários, até mesmo as taxas de juros e alíquotas de impostos a serem cobrados. Enfim, a proposta abrangia o projeto detalhado para a criação de um órgão coordenador e disciplinador, com jurisdição sobre todo o território nacional e a missão de corrigir os problemas de carência habitacional e de aproveitamento do território. O documento incluía, ainda, o esboço de um plano nacional territorial e de um plano nacional de habitação, além de sugestões para modificações na Lei do Imposto de Renda, entre muitos outros detalhes operacionais, técnicos e administrativos. Em resumo, o projeto visava à solução do problema habitacional de forma

atrelada ao desenvolvimento global do país e à elevação do padrão de vida de todo o povo brasileiro (id., 1976)[71].

O projeto estava ideologicamente afinado com as diretrizes do governo de João Goulart e com seu plano de reformas institucionais. Estas atuavam sobre os problemas estruturais do país e foi chamado de Plano Trienal. Esse plano continha as Reformas de Base, nas quais incluíam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional (id., 1976). O plano, no entanto, não obteve sucesso, pois não foi aprovado pelos congressistas. Ao contrário, o Plano Trienal foi associado ao Socialismo e terminou por aumentar ainda mais a instabilidade política nacional, expandindo também a quantidade de críticas ao então presidente João Goulart[72].

Rupturas e continuidades em relação ao período contemplado pelo recorte temporal desta pesquisa

Observa-se que o relatório contido no documento final do Seminário de Habitação e Reforma Urbana produzido pelo IAB, em 1963, o qual reflete um diagnóstico preciso da questão habitacional do país naquela época, continha dados que ainda estavam completamente atuais em relação ao quadro encontrado entre os anos de 2003 e 2019, compreendido pelo recorte temporal aqui pesquisado. Dessa forma, observou-se que muitas das teses defendidas pelo IAB, em 1963, ainda estavam atualizadas em relação às teses levantadas pela urbanista e pesquisadora Ermínia Maricato (2015), tanto quanto por Harvey (2013).

Podem-se destacar esses pontos de continuidades históricas: a vinculação do problema da moradia à insuficiência da renda familiar, incapaz de ter acesso ao mercado imobiliário; a identificação de crise habitacional como um problema estrutural vinculado ao atraso do desenvolvimento econômico do país e não a uma causa fortuita que tivesse levado a uma crise

[71] Para conhecer mais detalhes sobre o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, consultar AZEVEDO, M. N. S. de; FREITAS, J. F. B. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 758–775, 2014. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635324. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635324.

[72] FGV-CPDOC. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo por Carlos Eduardo Sarmento. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica> Acesso em 21/jan/2021.

repentina; a vinculação entre o planejamento habitacional e o planejamento em todos os níveis, seja territorial, regional ou local; o reconhecimento de que grande parte da população do país é pobre e incapaz de fazer qualquer tipo de poupança, não tendo condições de suprir nem mesmo as suas necessidades mais fundamentais; o reconhecimento da importância do planejamento físico municipal integrado na planificação econômica, social e administrativa.

Todos esses pontos, portanto, são reveladores de muitas continuidades históricas no que diz respeito ao lugar do cidadão pobre nas relações sociais e, consequentemente, na cidade e nas políticas públicas relativas à questão habitacional.

Ainda sobre o IAB, a Reforma Urbana e o Regime Civil-Militar

De acordo com Serran (1976), o IAB viu com apreensão a interrupção do processo de reflexão sobre as questões habitacionais logo após os eventos de 31 de março de 1964. No entanto, ao tomar conhecimento de que o governo de Castelo Branco, o primeiro presidente do período da ditadura civil-militar, sinalizava a intenção de solucionar o problema habitacional, o IAB se colocou à disposição para colaborar com seu apoio técnico. No entanto, isso não foi possível de imediato porque, a essa altura, o plano do governo já se encontrava pronto. Dessa forma, o IAB passou a atuar junto aos congressistas para defender os seus pontos de vista relativamente às partes que mais de perto diziam respeito aos arquitetos. Tendo tido muitas de suas teses aceitas pelos congressistas, estes receberam com entusiasmo o projeto de lei, constante da redação final, aprovada pela Câmara dos Deputados (id., 1976).

A lei sancionada pelo então presidente da república, Castello Branco, passou a se chamar Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Ela Instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. No entanto, ao sancionar a lei, o presidente impusera trinta vetos, deixando o órgão de planejamento da parte técnica do sistema inteiramente subordinado ao órgão econômico financeiro (id., 1976).

Ao analisar os vetos presidenciais, o IAB emitiu um documento, intitulado “Análise dos vetos da Presidência da República à Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964”, no qual fazia

várias críticas a essas mudanças e sugeria a rejeição a muitos dos vetos. Dessa forma, reafirmou suas posições, considerando o acervo de seus estudos técnicos acumulados ao longo dos anos em que se dedicou a estudar as questões urbanas e habitacionais no contexto dos problemas estruturais da nação. O IAB manteve a sua posição de crítico e de colaborador técnico diante dos órgãos oficiais executores e legislativos no que dizia respeito à política habitacional, emitindo muitos documentos em seus seminários e congressos[73].

O órgão procurava manter uma posição independente, no que diz respeito a posições políticas ou ideológicas, buscando dar uma contribuição, a mais técnica e científica possível. Inicialmente, lutou pela implantação de uma política habitacional, mas após a promulgação da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, adotou uma postura de crítica permanente em relação ao poder executivo e tentou exercer influência através da persuasão sobre o Poder Legislativo.

Já nos primeiros momentos da implantação da política habitacional instituída pela nova lei, o esquema imaginado pelo BNH teria sido capturado pelos especuladores imobiliários. Estes, aproveitando-se da incapacidade técnica demonstrada pelos setores responsáveis pela Política Habitacional, utilizaram o seu poder de influência para produzir, segundo a análise dos técnicos do IAB, um programa altamente lesivo à população mais necessitada (id., 1976).

Em muitos momentos, o IAB aceitou desenvolver trabalhos conjuntos com organismos governamentais ligados a questões ambientais. A partir de 1975, ao perceberem pontos de convergência entre o IAB e o governo brasileiro no tocante à questão habitacional, o IAB e o BNH resolveram designar representantes oficiais para desenvolverem um programa de trabalho mais efetivo (id., 1976).

---

73 Para um conhecimento mais profundo acerca da atuação do IAB no tocante à política habitacional brasileira, entre os anos de 1954 e 1975, sugerimos a leitura da obra SERRAN, João Ricardo. O IAB e a política habitacional brasileira. São Paulo: Schema Editora, 1976. A obra encontra-se disponível na biblioteca da FAU/USP.

Críticas ao BNH e às políticas habitacionais na Ditadura Civil-Militar

A criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), segundo Oliveira (2007), foi uma ação estatal, de certa forma, imposta pela forte demanda social e pela pressão dos opositores do regime. O atendimento a esse crescente clamor foi também uma forma de acalmar os movimentos populares (OLIVEIRA 2007). O banco foi criado juntamente com o SFH (Sistema Financeiro Habitacional), que era alimentado por recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

O BNH, segundo Santos (1999), foi, até então, o mais ambicioso programa governamental para o setor habitacional jamais feito no Brasil. Sua missão era prover habitação para as populações mais pobres. No entanto, de acordo com diversos autores, desde o início de sua atuação, a instituição demonstrou um recorrente desvio de sua missão precípua. Ao longo de todo o período de sua existência, entre 1964 e 1986, um grande paradoxo marcou sua atuação: "A produção promovida por meio dos financiamentos do banco [...] correspondeu a aproximadamente um quarto de toda a produção habitacional do período em que o banco existiu" (SANTO AMORE, 2013. p. 30); no entanto, o déficit habitacional só aumentou durante esse período. O déficit era de aproximadamente 7 a 8 milhões de residências em 1964[74], quando da sua criação, e de 10 a 15 milhões em 1987, quando da sua extinção[75]. Apesar do não atingimento do principal objetivo da criação do banco, durante esse período as cidades brasileiras passaram por uma grande transformação, o país se urbanizou. Estimulado em boa parte pelo fluxo de capitais que emanavam do SFH dirigidos à iniciativa privada, um forte mercado imobiliário se estruturou a partir de 1968 (MARICATO, 1987).

Reforçam essas teses o fato de que durante toda sua existência, o BNH financiou cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais. No entanto, desse montante, apenas 33,5% foram formalmente destinadas à população mais carente (NASCIMENTO & BRAGA, apud AZEVEDO apud FARAH, 1996, p.175). Nesse mesmo período, enquanto 80% da população

[74] Fonte: Revista Estatísticas de construção, Dirigente Construtor, 1969, n.10, p.11

[75] Fontes: de 10 milhões ("Saída para a crise habitacional?", AU, 1987, n.11, p.81-84), passando por catorze milhões ("Habitação para os anos 90?", AU, 1990, n.33, p.58-77), até entre dez e quinze milhões ("A casa: um direito de vida", Módulo, 1982, n.70, p.20-27).

brasileira ganhavam menos que cinco salários mínimos, 92% dos recursos do SFH foram destinados a famílias com rendas superiores a isso[76].

Uma crítica frequente a mais à política urbana daquele período, ou seja, do período em que o BHH existiu, é quanto à qualidade do espaço urbano que ações financiadas por ele produziu. Muitos dos conjuntos habitacionais produzidos com recursos do BNH foram localizados em áreas sem infraestrutura urbana, uma vez que ali o valor da terra era menor (MARICATO, 1987).

A construção de habitacionais em áreas mais afastadas do centro, ou seja, nas periferias das cidades, provocavam o espraiamento das mesmas, o que levava ao encarecimento dos custos com transportes, provimento de infraestrutura e de equipamentos urbanos. Isso levou a um aumento da precariedade das habitações no que diz respeito a suas relações com a cidade. Esse espraiamento das cidades induziu a lógicas especulativas, em função da criação de vazios urbanos, ao invés de superá-las (SANTO AMORE, 2013).

Extinção do BNH:

De maneira geral, as propostas de provimento de habitações para as classes mais pobres através do BNH e do SFH fracassaram. Embora tenha havido algumas experiências positivas pontuais, estas representaram muito pouco diante do montante que requeriam as amplas necessidades sociais. Se houve algum sucesso alcançado pelo SFH no Brasil, este se deveu exatamente ao fato de ele ter dado prioridade ao financiamento de empreendimentos economicamente mais viáveis, dentro dos moldes capitalistas, em detrimento dos setores da população de menor renda. Nesse sentido, o SFH contribuiu de forma relevante para a provisão de habitações dentro do mercado imobiliário brasileiro, capitalizando as empresas desse setor, estruturando uma rede de agentes financeiros privados, financiando tanto a produção, quanto o consumo (MARICATO, 1987).

Esse fato se deveu exatamente à natureza da instituição criada para solucionar o problema da habitação popular. Enquanto o banco, para se manter financeiramente saudável, precisava de retorno em forma de pagamento de juros, a clientela popular não tinha renda

[76] “Habitação popular: a distância entre a ação e a intenção”, Projeto, 1988, n.110, p.151-153.

suficiente para bancar esse ônus. Dessa forma, já em 1969, a política de habitação popular tinha se demonstrado um completo fracasso. Entre 1971 e 1974, a inadimplência (três meses de atraso nas prestações) atingiu a casa dos 30% do total de mutuários e só tendia a crescer. O filão dos setores de rendas mais elevadas era bastante rentável e viabilizou a produção entre os anos de 1969 e 1972, mas era estreito o suficiente para não sustentar o sistema sozinho (id., 1987).

Até então, o problema do banco não era falta de recursos, mas de clientes com capacidade financeira suficiente para sustentar as operações. Diante desse impasse, o BNH passou a oferecer aos governos estaduais e municipais financiamentos para obras de desenvolvimento urbano. Assim, durante a década de 1970, o BNH enfatizou seus investimentos em obras de infraestrutura urbana, como saneamento básico, iluminação pública, etc. As críticas à falta de infraestrutura urbana nas áreas onde foram construídos os habitacionais serviram de justificativa para a orientação dos investimentos do banco nessa direção (id., 1987).

Essa tendência crescente do financiamento ao desenvolvimento urbano ajudou a diminuir os índices de mortalidade infantil e alcançou o seu auge em 1976. No entanto, todo o sistema entrou em decadência nos anos 1980, em consonância com toda a macroeconomia do país, até a extinção do BNH, em 1986, durante o governo do presidente José Sarney. A política de concentração de renda praticada através do SFH, de fato, viabilizou o desenvolvimento de um Mercado Imobiliário para provimento de habitações, mas manteve a exclusão das camadas populacionais que não tinham renda suficiente para dele participar (id., 1987).

O papel da Igreja Católica Apostólica Romana

O período iniciado pelo Golpe civil-militar de 1964 marcou uma época de muito desrespeito aos direitos humanos mais fundamentais. As prisões de cidadãos comuns suspeitos de serem ativistas contrários ao regime eram feitas de forma arbitrária pela Polícia e pelo Exército. A tortura tornou-se uma política de Estado, como meio de obter confissões dos acusados. Inicialmente, boa parte da Igreja Católica havia apoiado o golpe, acreditando que o governo do presidente deposto, João Goulart, era, de fato, uma ameaça à ordem estabelecida e

mesmo à Igreja, uma vez que, segundo o discurso dos golpistas, desejava implantar no Brasil um regime comunista que perseguiria os religiosos e suas práticas. Mas, aos poucos, muitos membros da Igreja passaram a perceber que os militares não tinham a intenção de devolver o poder aos civis e que o regime havia se transformado em uma ditadura repressora e opressora das liberdades civis. Assim, aos poucos, foram se aproximando das camadas mais populares e passaram a lutar pelas causas relacionadas ao atendimento a suas demandas, o que havia sido colocado em segundo plano pelo regime de então. Entre essas lutas, estava a que visava à Reforma Urbana (CANCIAN, 2014).

Nessa conjuntura, a Igreja assumiu um papel de destaque na luta contra a ditadura e os desrespeitos aos direitos humanos, transformando-se na mais importante instituição envolvida nessa disputa. Dessa forma, muitos padres bispos e cardeais passaram, de apoiadores do regime a alvos das perseguições políticas. Muitos deles foram presos, mortos ou exilados pela ditadura. O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, representou um fórum no qual a Igreja refletiu sobre seu papel num mundo tão marcado por mudanças econômicas, sociais e políticas, vindo a fazer uma opção declarada pelos pobres. Muitas organizações de resistência foram estruturadas ou reorganizadas sob o comando e com a ajuda dos setores chamados “progressistas” da Igreja. São alguns dos exemplos a JOC (Juventude Operária Católica), a ACO (Ação Operária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), direcionadas às classes populares em geral (id., 2014).

Esse envolvimento da Igreja na luta pela Reforma Urbana, já no início dos anos 1980, resultou num documento intitulado Solo Urbano e Ação Pastoral, produzido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1982 (CNBB, 1982). Através desse documento, a Igreja Católica promoveu um de seus movimentos, indo dos assuntos puramente teológicos em direção às questões mais seculares. Nele, a Igreja, seguindo os passos do IAB, faz um diagnóstico dos problemas urbanos brasileiros, identificando os intensos movimentos de migração de pessoas do campo em direção às cidades como causa de muitos problemas e apontando a especulação imobiliária como um agravante. O documento convoca o Estado a assumir o controle do solo urbano e ressalta a importância das iniciativas populares. Entre as afirmativas do documento, consta a supremacia do direito à moradia, como um direito fundamental concedido por Deus à humanidade, sobre o direito à propriedade privada. De acordo com o documento, os bens da natureza, inclusive a terra, foram disponibilizados por Deus aos homens, como meios para a sua realização, devendo, portanto, estar disponíveis a

todos eles. A má gestão da partilha desses bens seria, portanto, uma ameaça à paz e fonte de conflitos entre os homens. Com base nessas premissas, a invasão de propriedades privadas e a apropriação de bens de outrem seriam um direito legítimo daqueles que se encontrassem em situação de extrema necessidade e privação (SANTO AMORE, 2013).

Dessa forma, trazendo esses princípios para sua doutrina, através de documentos oficiais, e mantendo uma forte influência sobre a consciência dos cristãos da época, não é de se estranhar a fortíssima contribuição dada pela igreja na luta pelas reformas, incluindo a urbana. Estavam na pauta dessas lutas o direito à moradia, à iluminação pública, ao abastecimento de água, às redes de esgotos, às melhorias nas favelas e aos financiamentos públicos. A atuação da Igreja Católica também marcou de maneira importante a virada da década de 1970 para a de 1980 (id., 2013).

O papel dos Movimentos Sociais

Logo após a fase mais repressiva da ditadura civil-militar, na segunda metade da década de 1970, parte dos movimentos sociais populares viveu uma fase de ascensão, tendência que continuou nas duas décadas seguintes. Mas, não foi apenas no Brasil que irromperam os movimentos sociais populares, rurais e urbanos, mas em várias partes da América Latina, onde ditaduras findavam. Apoiados pela elaboração ativa de outras classes, grupos e instituições, membros das classes populares praticavam a resistência, a denúncia e as proposições alternativas (WANDERLEY, 2005) (SADER, 1991) (SINGER, 1980).

À medida que forjavam uma consciência de exclusão, esses novos movimentos pressionavam de muitas formas os poderes públicos. Essa consciência se tornou um elo de reinvindicação entre moradores de numerosos bairros das periferias das metrópoles. Naquela época, os movimentos sociais foram apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pelos Clubes de Mães, pelas Associações de Jovens e outros grupos ligados às pastorais católicas. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) também participou ativamente dessas mobilizações populares, como se observa na Campanha pelo Abaixo-assinado Contra a Carestia, quando assumiu o controle do movimento, após a Igreja diminuir o vínculo com

ele[77]. Essas pessoas passaram a se reconhecer, surgindo assim uma identidade popular, ainda que de forma embrionária e fragmentada. Foram, assim, perdendo o medo de pensar e de agir, mesmo que de forma paulatina (KOWARICK, 2000).

Sader (1991) constata, assim, o surgimento de um novo personagem, um sujeito coletivo, na cena política brasileira: os movimentos sociais populares. Explicando sua constatação ele afirma: “Quando uso a noção de novo sujeito coletivo, é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (SADER, 1991, p.55).

Entre os diversos movimentos urbanos surgidos nas décadas de 1960 e 1980, os que compreendiam questões referentes à habitação, ao uso, distribuição e apropriação do solo urbano e aos serviços e equipamentos coletivos de consumo eram não somente mais numerosos, mas exerciam um peso significativo nas transformações sociais (GOHN, 1991).

Pode-se observar dessa forma que o fato de o movimento popular mais forte da época lutar por direitos tão básicos, elementares à sobrevivência, como pelo uso da terra e pela habitação, é revelador de uma sociedade extremamente injusta e desigual. Fazendo-se um espelhamento daquelas condições na sociedade que é objeto desta pesquisa, ou seja, entre os anos de 2003 e 2019, pode-se constatar, portanto, que pouca coisa mudou ao longo dos últimos 60 anos para as camadas mais populares. Elas ainda são levadas à luta pelos direitos mais básicos, só que agora de forma menos articulada e mais individual, lançando mão de recursos criativos para o aproveitamento de ocasiões, cada vez mais raras, como ficará mais claro nos capítulos subsequentes.

As experiências vividas até então pelos movimentos populares no Brasil, permitiram que uma concepção mais estratégica de movimento popular surgisse na segunda metade dos anos 1980, associada ao percurso da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). Esse movimento atuou em prol da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, e perdurou até à fundação da CMP (Central dos Movimentos Populares), dez anos depois (MANCE, 2007). A ANAMPOS foi organizada em um encontro convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da cidade de João Monlevade, em 1980. O encontro tinha o objetivo de

[77] Fonte: MURAL. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/ha-mais-de-40-anos-clubes-de-maes-da-zona-sul-se-manifestavam-contra-politica-economica-da-ditadura/ Acesso em 04/abr/2021.

> ...resultar em uma identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu revigoramento, buscando a adesão de outros setores atuantes no campo e na cidade (MANCE, 1990, p. 5).

Essas aglutinações de movimentos nacionais do mesmo tipo contribuíram para diminuir o isolamento de alguns atores de lutas específicas, fortalecendo-as. No entanto, elas pouco contribuíram, naquele momento, para diminuir a fragmentação de movimentos constituídos em torno de questões próximas, como, por exemplo, saúde, habitação e infraestrutura em geral (MANCE, 2007).

Nesse contexto, a ANAMPOS nasce praticamente junto com o PT (Partido dos Trabalhadores), que, de acordo com Oliveira (2007, p. 22), foi, "provavelmente, a maior invenção política de história brasileira do século XX, depois de PCB, em 1922. A fundação do PT conseguiu reunir, na época, egressos da luta armada, intelectuais de esquerda, setores progressistas da Igreja Católica e lideranças populares e sindicais (SANTO AMORE, 2013).

Em 1985, já após o fim da Ditadura Civil-Militar, o então presidente José Sarney propõe a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o que veio a se efetivar em 1986. Nesse momento, os movimentos sociais populares já haviam conquistado espaço suficiente para participar do processo de elaboração da nova Constituição. Diante desse desafio, foram então levados a deixar de lado as lutas por demandas de soluções para problemas conjunturais e localizados, para atuar com firmeza no embate institucional. Passaram, assim, com o apoio de uma assessoria técnica, a propor emendas populares de leis que pudessem transformar as estruturas em nível nacional (MANCE, 2007).

Pode-se dizer que a luta reivindicatória que, por tantos anos, travaram no período anterior foi extremamente importante para o acúmulo de conhecimentos e de experiências em diversas áreas específicas, como infraestrutura, saúde, educação, transporte, moradia, questão agrária, etc. Novas articulações dos movimentos populares só começaram a acontecer após a promulgação da Constituição de 1988 (id., 2007).

Vários autores tratam do que foi chamado de "crise dos movimentos sociais", que marcou os anos de 1990. Eles argumentam que, nesse período, houve uma prevalência dos assessores técnicos e ONGs, ou seja, um deslocamento das pautas reivindicativas para as propositivas, o que gerou uma crise em termos de representatividade dos interesses da base. A dificuldade, nesse tempo, era definir quem era o inimigo a ser enfrentado, já que até meados dos anos 1980, ele era personificado pela figura do Estado opressor. "Uma série de canais de

participação foi criada – Conselhos Gestores, Orçamento Participativo, Conferências – mas muito poucos realmente foram ou são capazes de mudar o rumo da política mais geral" (SANTO AMORE, 2013, p. 53).

Os avanços e os tropeços do arcabouço legal como promessa de superação da Crise Urbana

Após 20 anos de ditadura militar, o Brasil passou por um processo de abertura política e restauração das instituições democráticas, experimentando um período conhecido como de "redemocratização". Pode-se dizer, de forma simbólica, que o fim da ditadura começou após 10 anos do regime civil-militar, quando ele passou a perder força, já no final da década de 1970. As notícias sobre mortes e torturas promovidas pelo Estado, o endividamento do país e o descontrole da inflação contribuíram para isso, juntamente com as crescentes pressões exercidas pelos movimentos sociais e produções artísticas e culturais de teor crítico. O fim do chamado "milagre econômico", como foi chamado o plano que promovia o crescimento relativo da Economia e o aumento do poder de compra da classe média, aumentou, portanto, a instabilidade do regime. Contribuíram também as greves de 1978 e os movimentos estudantis, que estimularam a população em geral a se manifestar em 1984, reivindicando eleições diretas, através da campanha que ficou conhecida pelo nome de "Diretas Já". Setores artísticos e culturais, como Imprensa Alternativa, Música Popular e outros, tiveram importantes papéis nesse processo. Diante disso, os militares e seus aliados civis foram levados a propor uma abertura "lenta, gradual e segura", segundo o discurso deles mesmos (CAVALCANTI, 2019).

A primeira eleição de um presidente civil, após o governo do último general, João Figueiredo, aconteceu em 1985. A eleição não foi direta, como desejavam muitos artistas, políticos, setores civis, estudantes e trabalhadores, que lutavam pelas "diretas já", mas findaram sendo realizadas por um Colégio Eleitoral. Dessa forma, em 1985, foi eleito o presidente Tancredo Neves, que faleceu antes de começar a governar, assumindo em seu lugar o seu vice, José Sarney. Houve, assim, uma transição do governo civil-militar e ditatorial para o civil e democrático marcado por algumas tragédias e reviravoltas (id., 2019).

De acordo com Gohn (2003), os diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros contribuíram enormemente para a reconstrução da estrutura democrática do país. Para ele, não houve apenas a reconstrução do regime político, que passou da Ditadura Civil-Militar para a democracia, mas houve a reconstrução de novos rumos também para a cultura do país e o preenchimento de muitos vazios na condução das lutas pela redemocratização. Os movimentos tornaram-se interlocutores que dialogavam diretamente com a população e com o Estado (GOHN, 2003).

Toda essa mobilização dos diversos segmentos da sociedade e todas essas transformações trouxeram à tona novamente os debates sobre a Reforma Urbana. Esse reavivamento se intensificou nas discussões para elaboração da nova Constituição Federal. Ela foi promulgada em 1988, incluindo em si uma marca deixada por esse processo através de dois artigos, o art.182 e o art.183, que tratam da execução da política urbana (MARICATO, 2019). Essas conquistas, embora tímidas a princípio, revigoraram as articulações nacionais e mobilizações em torno do tema, repercutindo significativamente na arena de disputas que foram travadas nos anos 1990. “Estavam desenhados alguns caminhos para garantias de direitos de cidadania, para uma nova relação com o Estado e para melhorias efetivas das condições de vida” (SANTO AMORE, 2013, p. 44). Esses dois capítulos da Constituição Federal de 1988 só foram regulamentados, na Lei 10.257, de 10 de junho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade (MARICATO, 2019).

Observa-se que houve, de fato, um longo percurso em que uma grande evolução no arcabouço legal do país aconteceu, desde a CF de 1988 até a instituição da Lei Federal 13.089, de 2015, conhecida como o Estatuto da Metrópole. Entre um momento e outro, instituiu-se também a Lei da Mobilidade, a Lei dos Resíduos Sólidos, a Lei do Saneamento Básico e o já citado Estatuto da Cidade, que serve de modelo até hoje no mundo todo. O problema, segundo a urbanista Ermínia Maricato (2019), é que são leis muito avançadas para uma realidade muito atrasada. Certamente, esse contraste avanço/atraso pode ser explicado levando em conta tensões sociais que cada um desses polos representou. Dessa forma, a aplicação da lei tem estado muito subordinada às relações sociais, marcadas pela desigualdade (id., 2019).

De fato, nos últimos 40 anos, o Brasil construiu um considerável arcabouço legal para direcionar a política urbana, que prometia colocar em marcha um processo de mudanças estruturais para o padrão urbano. O Estatuto das Cidades (Lei 10.257), que regulamenta o

capítulo sobre Política Urbana (Artigos 182 e 183) da Constituição Federal, é frequentemente considerada como a lei mais avançada do mundo na área. Sua ênfase está em proibir a especulação imobiliária e em fazer cumprir a função social da cidade, colocando o direito de propriedade em segundo plano, em relação ao direito fundamental à moradia, garantido pela Constituição. A explicação para que, mesmo após 20 anos de sancionada, pouca coisa ter mudado em relação a um uso mais equitativo e justo para o solo urbano não é simples. Proibir especulação no mundo capitalista é tarefa hercúlea e contínua, que enfrenta fortes opositores – os grupos sociais dominantes. A História demonstra, portanto, que apenas um bom conjunto de leis não foi o bastante (TRINDADE, 2020).

A questão urbana do Brasil tem sido pautada por uma lógica de urbanização, que tem deixado as cidades reféns dos imperativos do mercado e dos interesses dos proprietários das terras. Enquanto as terras são tratadas como uma mercadoria, cara e especial, os salários de grande parte da população são insuficientes para ter acesso a elas, seja através do aluguel ou da compra. A tendência, então, foi a periferização da população mais pobre, que buscou lugares onde a terra é mais barata ou onde a terra está totalmente fora do interesse do mercado imobiliário, seja por não ter valor comercial, seja por motivos legais, por inexistência de infraestrutura urbana ou mesmo por serem impróprias para a construção. Tornaram-se essas terras, assim, a solução para a habitação de quem estava excluído do mercado imobiliário, enquanto consumidor (MARICATO, 2015).

Por razões ainda mais complexas, que não podem ser explicadas apenas pelos fatores econômicos, mas que também é fortemente impactada por eles, ainda existe a população de moradores de rua que tem se expandido assustadoramente. Um fato como esse não pode deixar de ser citado em um trabalho a ser apresentado numa metrópole como São Paulo. O censo de 2019 apontou que essa população cresceu 53% entre 2015 e 2019[78].

Portanto, o arcabouço legal, por mais que tenha avançado, não foi suficiente para inverter por si mesmo essa lógica. Ela está atrelada aos interesses políticos e aos ditames da Economia, enquanto passa ao largo do Poder Judiciário, que, em última instância, é quem poderia ter feito valer suas determinações. Da mesma forma, os movimentos sociais urbanos não conseguiram manter a pauta das questões urbanas na agenda pública, uma vez que vêm perdendo vigor nas últimas décadas (id., 2020), com a possível exceção do MTST -

[78] Fonte: Por G1 SP e TV Globo — São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-chega-a-mais-de-24-mil-pessoas-maior-numero-desde-2009.ghtml> Acesso em 04/abr/2021.

Movimento dos Trabalhadores sem Teto, que ainda resiste, atuando através de ocupações de terrenos urbanos[79].

O Governo Lula e o Ministério das Cidades

A eleição do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República em 2002, depois de três campanhas em que saíra derrotado, segundo as palavras do historiador Eric Hobsbawn, significou "um dos poucos eventos do começo do século 21 que nos dá esperança para o resto deste século" (COLOMBO, 2002). Já em 2003, em Londres, o sociólogo Anthony Giddens manifestou seu otimismo, afirmando que esperava, com essa conquista política, a transformação não apenas do Brasil, mas de todo o mundo. Eleito com mais de 50 milhões de votos (61,2% dos votos válidos), o petista Luiz Inácio Lula da Silva foi saudado com as melhores expectativas pela esquerda brasileira e estrangeira.

A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a referida eleição do presidente Lula e a subsequente criação do Ministério das Cidades foram indicações fortes de que a agenda da Reforma Urbana havia retornado efetivamente para a pauta governamental. Em sua fundação, o Ministério congregou intelectuais, teóricos, técnicos e representantes de movimentos populares, tendo como ministro, o sindicalista Olívio Dutra, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), perfeitamente alinhado ao campo popular.

Esse foi o ápice, segundo tese da urbanista Ermínia Maricato (2011), do grande “ciclo” que, de acordo com suas referências, foi de 30 anos. Ele teria começado com a retomada das discussões sobre a Reforma Urbana, no final da década de 1970, e terminou com essa grande promessa de encaminhamento para o desenvolvimento e a execução de uma política urbana consistente e institucionalizada, integrando moradia, saneamento e transporte (TRINDADE, 2020). É exatamente nesse ponto que se inicia o recorte temporal desta pesquisa.

Maricato (2011) é indiscutivelmente uma autoridade no que diz respeito ao tema Reforma Urbana no Brasil, pois além de ser uma cientista da área, é uma militante e teve a oportunidade de experimentar o “outro lado da moeda”, quando passou de crítica das

[79] Fonte: MTST. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/> Acesso em 04/abr/2021.

instituições de poder a criadora e executora de ações de poder. Ela foi investida do cargo de Secretária Executiva do Ministério das Cidades no Governo Lula (2003-2005), cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação. Foi também secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Paulo no Governo Erundina (1989-1992). Por isso, ela tem muita propriedade para analisar os rumos que o processo tomou após os primeiros anos de atividade do Ministério que ajudou a criar.

Mas cabe aqui alguma reflexão sobre o fato de ser esse o marco para o fim do "ciclo" ao qual se referiu Maricato (2011). Talvez a palavra "ciclo" não tenha sido perfeitamente empregada nesse caso, uma vez que um ciclo, por conceito, de acordo com o Dicionário Michaelis[80], é uma "sequência de ações, fatos ou fenômenos constituintes de um processo periódico que, partindo de um ponto inicial, acabam por desembocar em um ponto-final que nada mais é que o retorno a esse ponto inicial e consequente recomeço" (MICHAELIS, 2021). Dessa forma, fica difícil, para não dizer impossível, a existência de ciclos na História (GODINHO, 1968). Porque podemos afirmar, sem medo de errar, que nenhum processo histórico se fecha, como se o tempo tivesse parado num ponto, nem mesmo pode voltar para um mesmo lugar onde estava no início. Godinho (1968) utiliza esse mesmo argumento para criticar o conceito de ciclo no campo da Economia. Mas, essa crítica pode ser expandida para qualquer área das ações humanas, conforme já anunciava o filósofo grego Heráclito, quando afirmou que "ninguém pode se banhar duas vezes no mesmo rio, pois quando retornar para se banhar a segunda vez, nem esse alguém é mais o mesmo, nem o rio é mais como era momentos atrás" (HERÁCLITO, 2002).

No entanto, um processo pode ser marcado por pontos de inflexão, através dos quais se podem problematizar suas diversas fases a partir de um olhar mais amplo. Pode-se dizer que houve, nesse ponto, em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, a conclusão de um processo a partir do qual outro teve início.

Para isso, podem-se escolher pontos de inflexão demarcatórios. Eu prefiro demarcar o início dos anos 1960, mais exatamente no governo de João Goulart, como o início das discussões e ações em favor de uma Reforma Urbana. Penso que esse processo foi relativamente contínuo, como pôde ser visto através dos relatos e argumentos acima, muito embora marcado por mudanças de direcionamentos e de protagonistas, ora apontando para

[80] Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ciclo> Acesso em: 04/fev/2021.

caminhos mais democráticos e populares, ora para outros autoritários, ora ainda para outros institucionais e tecnocratas. Esses movimentos, em alguns momentos da História, se direcionavam de baixo para cima, demandando a partir das camadas mais populares, em outros vinham de cima para baixo, sendo praticamente impostos pelo poder público através de seus técnicos e agentes. A partir dessa ótica, o percurso teria sido de aproximadamente 40 anos e não de trinta.

Muito embora esteja fora do período abrangido por esta pesquisa, mas com o intuito de deixar mais clara a demarcação do fim do referido ciclo da Reforma Urbana no Brasil, pode-se registrar que, se no início o Ministério das Cidades representou o ponto mais alto de uma luta de 40 anos em prol de uma reforma urbana, também significou o desmanchar-se de uma esperança por uma mudança de rumo para um desenvolvimento urbano mais justo, mais inclusivo e menos desigual. Isso porque, se em seu início o Ministério das Cidades foi composto por representantes das lutas pela Reforma Urbana e liderado por um ministro alinhado com os interesses populares (Olívio Dutra), em pouco tempo, por questões conjunturais sistêmicas políticas e econômicas, ele passou a ser instrumentalizado por grupos que não tinham nenhum compromisso com a luta pela reforma urbana, para a decepção de seus integrantes pioneiros. Portanto, para Trindade (2020) e Maricato (2011), o Ministério das Cidades passou a deixar de cumprir suas promessas de mudança ainda durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Daí para frente, tudo foi só desmonte e retrocesso, contra o que os movimentos sociais urbanos não tiveram forças para se oporem de forma eficaz. A estrutura de participação social do Ministério, no caso o Conselho das Cidades e a Conferência das Cidades, foi praticamente desmantelada sob o governo de Michel Temer, logo após o Golpe Jurídico-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff, em 2016. A breve História do Ministério das Cidades foi, enfim, completamente encerrada em 2019, quando o presidente Jair Bolsonaro o extinguiu, incorporando-o ao recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional (TRINDADE, 2020).

Vale salientar que a atuação, por décadas, do Partido dos Trabalhadores e da tradição de seus fundadores e componentes contribuiu de forma fundamental para a evolução dos debates e ações em prol de uma reforma urbana. Assim, a ascensão de seu dirigente máximo, Luís Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, em 2003, gerou a expectativa de que, enfim, a reforma iria acontecer. A criação do Ministério das Cidades foi, assim,

entendida como um ato específico e suficiente para isso. No entanto, para entendermos o fluxo da história, é preciso que tenhamos um olhar mais amplo, não simplista, e livre de ingenuidades.

Observemos que a proposta do PT não era revolucionária, embora buscasse uma mudança de direção no Capitalismo brasileiro. Ou seja, o Presidente Lula foi eleito democraticamente, dentro das regras de uma sociedade essencialmente capitalista e neoliberal. Diferentemente do discurso de representantes da ideologia de direita do Brasil atual, a proposta do PT não era, para mudar o sistema através de um golpe de Estado ou da implantação de uma ditadura socialista. É, ao contrário, dentro do próprio sistema vigente e das regras democráticas, mudar a realidade, historicamente injusta e predatória para com as camadas mais pobres e demais minorias, para um quadro de desenvolvimento e de distribuição de renda mais igualitário e justo. E, inegavelmente, observou-se uma sensível mudança nesse sentido, entre os anos de 2003 e 2016, período em que o PT esteve à frente do Governo Federal (COMITÊ LULA PRESIDENTE, 2002)

Mas sabemos que não é só a política ou os políticos que direcionam os rumos da sociedade e de suas instituições. Sabemos que, na sociedade global atual, quem domina ainda é a Economia. Ela termina sempre por minar todas as outras dimensões sociais, tais como a política, a cultural, a artística, a religiosa e a Científica. Portanto, a realidade é extremamente mais complexa do que parece, o que faz com que as mudanças históricas aconteçam de forma mais lenta do que, muitas vezes, se espera. O percurso dessas mudanças é, portanto, permeado por avanços e retrocessos diversos, uns mais longos e profundos, outros mais curtos e superficiais. No entanto, o “trem da história” só avança, nunca volta para a mesma estação. Ninguém sabe de onde ele veio, nem qual é o seu ponto de chegada, só há movimento.

O movimento da história através da Política ainda se torna mais lento, em função das alternâncias que se verificam nos postos de poder. Ainda que as mudanças aconteçam de forma violenta, através de revoluções, o que não é o caso que estamos discutindo, no rearranjo que se segue a elas, geralmente, há retrocessos e retomadas. As grandes e efetivas mudanças nos sistemas sociais, políticos, econômicos, culturais e mentais coletivos só são observadas em processos históricos de muito longa duração. Portanto, observou-se, no período de 40 anos analisado neste trabalho, movimentos no sentido da realização de uma reforma urbana. Mas, ela ainda está em processo. Verificou-se, inegavelmente, uma série de avanços. A criação do Ministério das Cidades foi, sem dúvida, um marco para esse período de avanços.

No entanto, por si mesmo, ele não seria capaz de mudar, substancial e definitivamente, uma realidade histórica muito maior e complexa do que a instituição. Assim, terminou por ser apropriado e incorporado por forças sociais, políticas e econômicas e foi, pouco a pouco, mudando sua direção para um sentido oposto, dentro de uma ideologia avessa à da sua criação, até sua completa extinção, como dito acima. Observa-se, portanto, que os avanços progressistas na história, em geral, acontecem muito mais lentamente e com muito mais esforço que os retrocessos conservadores.

O caso emblemático de Brasília Teimosa: "daqui eu não saio, daqui ninguém me tira"

"Daqui não saio, daqui ninguém me tira

Onde é que eu vou morar?

Se derrubam meu barraco é de lascar

Ainda mais com quatro filhos, onde é que eu vou morar?

Vamos lutar com união

Brasília é nossa e ninguém vai botar a mão"

Ricardo Brindeiro

Esses versos são fragmentos do Hino de Brasília Teimosa, adaptado por Ricardo Brindeiro[81] e cantado pelos moradores do popular bairro da zona sul do Recife. Eles ocuparam, a partir de finais dos anos 1940, a região do antigo Areal Novo e persistiram na luta pelo direito à moradia, contra as várias investidas do poder público, que não os queria por lá (BARBOSA, 2018).

[81] Ricardo Brindeiro foi um arquiteto recifense que apoiava as lutas dos moradores de Brasília Teimosa, utilizando como arma o seu violão e o seu talento de compositor. Ele era um animador popular que tocava e cantava pelas ruas do bairro, parodiando músicas e convocando os moradores para as reuniões, onde se discutiam os problemas do bairro e definiam-se as táticas para as lutas. Ricardo Brindeiro faleceu em dezembro de 2013 depois de lutar contra um câncer de pulmão. Fonte: disponível em: <https://poraqui.com/boa-viagem/ricardo-brindeiro-e-seu-violao-que-instigava-as-lutas-de-brasilia-teimosa/> Acesso em: 13.08.2020.

No início da primeira década do Século XXI, na Zona Sul do Recife, prédios de luxo se aglomeravam e ajudavam a compor a paisagem de uma orla bem cuidada, frequentada por turistas e moradores de alto poder aquisitivo. Os valiosos terrenos localizados em ruas e avenidas bem movimentadas, pavimentadas e equipadas, próximas à praia, a bares, restaurantes, hotéis e shopping-centers, eram disputados palmo a palmo pelo mercado imobiliário.

Mas, por trás dos altíssimos prédios de apartamentos, do lado oposto à praia, a paisagem mudava radicalmente. As margens da maior reserva urbana de manguezais, o Parque dos Manguezais, eram tomadas por habitações improvisadas. As casas sustentadas pela madeira e mantidas pela sorte tinham um nome: palafitas.

Era um aparente paradoxo: até 2007, os bairros de solos mais caros de Recife, Boa Viagem e Pina, abrigavam também uma das maiores aglomerações de palafitas da Região Nordeste. Eram inúmeras as famílias que viviam nesses casebres pobres de estrutura frágeis. As casas eram literalmente coladas umas nas outras. As suas estruturas eram interdependentes, ou seja, só se sustentavam se estivessem justapostas, pois só em conjunto, apoiando-se umas nas outras, conseguiam manter-se em pé, ainda que inclinadas. As madeiras que as sustentavam apodreciam rapidamente e as casas tendiam a cair. Por isso, as estruturas de madeira das casas tinham que ser substituídas com grande frequência. Eram milhares de casas distribuídas em diversas comunidades na beira da praia, em Brasília Teimosa, e na beira do mangue. Mas, o convívio entre esses casebres e as mansões e apartamentos de luxo em uma mesma região tinha uma lógica, o que será mais bem analisado no Capítulo 3.

Figura 16: Palafitas em Recife. Foto: Hélia Scheppa/JC Imagem. Fonte: Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/03/08/2014-comeca-e-traz-consigo-a-esperanca-para-milhares-de-pessoas-120751.php> Acesso em 25 de junho de 2019.

As palafitas, vistas na imagem da Figura 16, estavam presentes nas margens do manguezal e na beira da primeira praia da Zona Sul do Recife: Brasília Teimosa. Esse era um dos bolsões de pobreza mais conhecidos da cidade de Recife, por conta de sua História de lutas e de resistência às inúmeras incursões do poder público que, impulsionado pela força do capital, tentou a todo custo vencer a "teimosia" de seus moradores. Mas eles sempre conseguiam voltar e reerguer suas moradias. A ocupação, no entanto, não se deu pacificamente, porque a ameaça de expulsão era perene por parte dos gestores públicos[82].

Na época das primeiras ocupações, em 1947, a área à beira mar que veio a se chamar Brasília Teimosa, no bairro do Pina, era denominada Areal Novo. Os ocupantes de então eram pessoas muito pobres que sobreviviam graças ao que o mar lhes fornecia como alimento. Poucos anos depois, após inúmeras demolições, que ocorriam durante o dia, e reconstruções, que ocorriam à noite, o lugar ganhou o nome de Brasília Teimosa, em alusão à nova Capital Federal, que estava sendo projetada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. O adjetivo "teimosa" foi acrescentado devido à tenacidade de seus moradores, que "teimavam" em reconstruir a comunidade[83].

A Figura 17, que é uma fotografia aérea tirada antes da reforma urbanística de 2007 sofrida pela comunidade de Brasília Teimosa, evidencia de forma marcante o grande contraste econômico e social que existia entre os seus moradores, no bairro do Pina, e os moradores do setor "oficial" da cidade. Não é difícil perceber a forte pressão imobiliária que existia pairando sobre os casebres que ocupavam aquele trecho de praia. Essa pressão era agravada pelo fato de ter aquele trecho de mar uma linha de continuidade com a badalada Praia de Boa Viagem.

A imagem deixa muito clara a relação inseparável que existe entre a configuração física da cidade e as relações sociais que nela acontecem. Assim vista, a cidade pode ser compreendida, não apenas como um aglomerado de prédios e ruas, mas como lugar de inúmeros fluxos interativos, transformando-se em processos de subjetivação, desencadeados nos e por meio dos espaços urbanos (SOUZA, 2006).

---

82 Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/brasilia.php> Acesso em 25 de junho de 2019.

83 Fonte: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia_Teimosa> Acesso em 18 de dezembro de 2013.

Figura 17: Vista aérea do bairro mostra Brasília Teimosa no início da década de 2000. Foto: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press. Disponível em: <http://www.blogdaspppps.com/2014/02/recife-brasilia-teimosa-o-bairro-que.html> Acesso em: 25 de junho de 2019.

Vale a pena observar que um fenômeno muito semelhante ocorre na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Enquanto no Planalto Central surgia a Brasília de Oscar Niemayer, outra Brasília, sendo esta pobre, surgia sobre as dunas do litoral potiguar, no Bairro de Santos Reis. Da mesma forma que em Recife, sua população foi perseguida pela polícia, para que deixasse o local, mas em seus barracos de tábua também resistiram, vencendo a queda de braço com o poder público. Talvez, por influência da "prima pobre" de Recife, que surgiu um pouco antes, adotou o mesmo nome de Brasília Teimosa. Ainda hoje a população do local resiste a um movimento não menos violento: o poder econômico e político do mercado imobiliário, que não desiste de brigar por uma das áreas mais nobres da cidade[84].

Na Zona Sul do Recife, as comunidades de Brasília Teimosa, do Bode, Ilha do Destino, Paraíso, Xuxa, Deus nos Acuda, Beira Rio, Jardim Beira Rio e Pantanal, juntas, somavam milhares de residências de pessoas pobres, muitas moradias do tipo palafita, chamada pelos moradores de "flutuantes", porque pareciam flutuar sobre as águas. Outras eram de madeira ou de alvenaria de tijolo, mas ficavam nas partes aterradas, na beira do mangue. Os aterros iam crescendo em direção à reserva de manguezais, hoje Parque dos Manguezais, à medida que a população pobre também se reproduzia e crescia, junto com o índice de desemprego e com o volume de migrantes vindos do interior do estado e de outras

[84] Fonte: Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-resistencia-da-brasilia-litoranea/179999> Acesso em 04/abr/2021.

zonas rurais. Eram verdadeiros labirintos perturbadores para quem não era morador do lugar, porque quem entrava poderia não saber mais como sair, tamanha a quantidade de casas e de becos estreitos e parecidos que compunham aquele conglomerado.

“Só quero que o senhor tire a gente daqui”

No entanto, uma movimentação estranha modificou a rotina de uma manhã de quinta-feira, dia 09 de janeiro de 2003. Brasília Teimosa parecia estar sendo invadida por forças de segurança. Wellington, um garoto de 12 anos, brincava com seus amigos por entre os barracos de madeira, enquanto agentes de paletó e gravata comandavam as instalações de barreiras com grades de ferro e dispositivos de segurança para a visita presidencial, que aconteceria no dia seguinte.

A primeira viagem oficial do recém-empossado presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, tinha Brasília Teimosa no seu roteiro. Com essa atitude, que segundo o presidente tinha o objetivo de dar um “banho de realidade” em seus ministros, ficou claramente indicada qual seria a principal direção das ações do novo governo. O desembarque do presidente com seu corpo de 29 ministros em Brasília Teimosa marcou para sempre a vida da comunidade e de alguns de seus moradores em particular (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011).

Uma das moradoras que nunca mais esqueceu aquele dia foi a Senhora Erinalda Maria da Silva, escolhida pela comunidade para receber em sua casa a visita presidencial. A palafita onde morava estava, como sempre, sob a ameaça de demolição. Se não pelos órgãos de controle da Prefeitura, pelo movimento das ondas das marés altas. Nela, viviam Erinalda, o marido e seus dois filhos (AGÊNCIA BRASIL, 2003).

Durante a visita, a multidão se aglomerava por onde o presidente Lula passava e as barreiras colocadas pela segurança não eram suficientes para conter os ânimos da população. Todos queriam ver e, se possível, tocar no presidente recém-eleito. Era nele que os pobres colocavam todas as suas esperanças, de modo especial os de Pernambuco, terra natal do presidente, que nasceu na cidade de Garanhuns, no Agreste Pernambucano. Àquela altura, o presidente já havia se separado de seus ministros, para que cada um pudesse entrar em contato

mais íntimo com a população, e assim pudesse escutar diretamente deles quais eram as suas necessidades mais urgentes (id., 2003).

A Figura 18 mostra uma imagem do Presidente Lula ao lado do prefeito da cidade e de alguns de seus ministros, sobre uma passarela elevada que serviu de palanque para os discursos. O ato incomum e inesperado do presidente recém-eleito marcou fortemente a História da comunidade. Abriu, também, grandes expectativas para políticos locais, interessados em encontrar uma solução definitiva para o problema da ocupação, que já existia havia décadas.

Outro grupo que ficou bastante animado foi o de empresários dos setores da construção civil e imobiliário, que estavam interessados na retirada da população pobre, cuja presença desvalorizava os imóveis da região. Suas expectativas estavam também voltadas para as oportunidades que surgiriam para a construção de novos empreendimentos e para as obras de reformas urbanísticas.

No entanto, o grupo mais eufórico foi o da própria população de moradores, principalmente das palafitas, que sonhavam poder sair daquela “subvida” para uma condição mais digna, após décadas de convivência com as ameaças do poder público, da lama, dos ratos, dos insetos e das marés altas que destruíam os barracos. A imagem da Figura 18 evidencia todo o clima de euforia que se formou naquele ambiente de contrastes. Ali, acontecia o encontro direto, pouco comum, entre a cúpula de maior poder político do país e a massa de menor poder econômico. Os moradores de uma das cidades mais ricas do país se encontravam com uma população extremamente pobre, que morava, paradoxalmente, sobre um dos solos mais caros da cidade, de acordo com os valores do mercado imobiliário.

Figura 18:Visita de Lula com seus ministros a Brasília Teimosa, em janeiro de 2003. Fonte: EBC. Disponível em: <https://pt.org.br/brasilia-teimosa-simboliza-compromisso-de-lula-com-moradia/> Acesso em: 25 de junho de 2019.

Àquela altura, a comunidade pobre de Brasília Teimosa já era tão populosa e estruturada que tal espaço era considerado um bairro. No entanto, ocupava uma área à beira mar, muito próxima das praias do Pina e de Boa Viagem, áreas de extremo valor imobiliário e, por isso, muito cobiçadas por grupos de grande poder econômico. Diante do clamor da população pobre por moradias dignas, tais grupos já se articulavam e iniciavam as ações que culminariam com a expropriação daquelas terras.

O presidente, assim como o prefeito do Recife, João Paulo, e as demais autoridades já haviam terminado seus discursos e a comitiva se direcionava para o local de saída, todos cercados por seguranças, quando Wellington, aquele garoto de 12 anos que brincava entre os casebres no dia anterior, tentava chegar junto de Lula, assim como todas as crianças do local. Enfim, ele conseguiu subir no ombro de um morador adulto e agarrar o pescoço do presidente. Ele trazia em seu peito, escrito em vermelho, o nome “Lula” e um numeral “13” pintado no rosto, número do presidente na campanha eleitoral (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011).

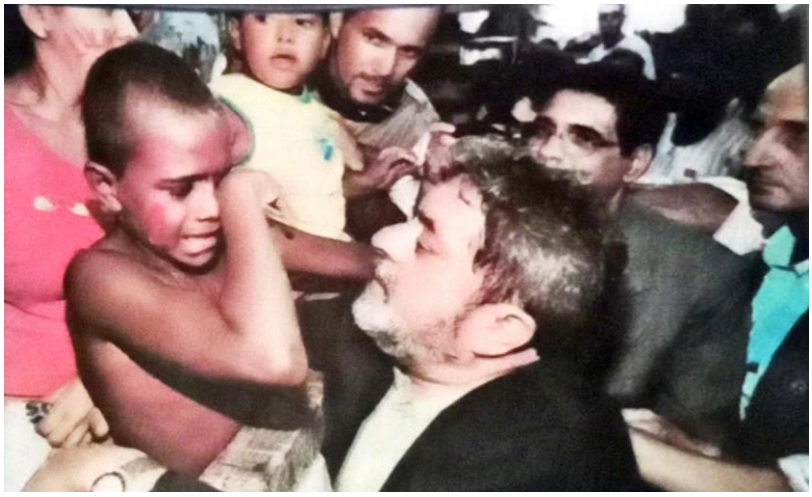

Figura 19: Wellington Firmino da Silva - 2003 – Foto: Rodrigo Lôbo - JC Imagem

O presidente, extremamente suado, devido ao calor provocado pelo sol do meio-dia daquele 10 de janeiro, potencializado pelo terno e pela gravata que apertavam o seu colarinho, enxugou o rosto com um lenço e perguntou ao menino: "o que você quer?" "Só quero que o senhor tire a gente daqui", respondeu Wellington. A Figura 19 mostra o clima de emoção e de promessa na troca de olhares entre o presidente Lula e o menino Wellington, numa foto real do tipo instantâneo captada pelo fotógrafo Rodrigo Lôbo do Jornal do Comércio (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011).

Hoje, aquele local do encontro do presidente Lula com o menino Wellington é uma área urbanizada à beira mar, cortada pela Avenida Brasília Formosa, nome mais adequado para uma área de alto valor territorial. A via arterial liga o Parque das Esculturas, com obras do já falecido artista plástico pernambucano Francisco Brennand, à Av. Boa Viagem. O setor, agora equipado com muitos bares e restaurantes frequentados pela alta sociedade recifense, tomou o lugar dos casebres das famílias que foram morar, dois anos após aquele evento, no Casarão do Cordeiro, um conjunto habitacional especialmente construído para abrigar a família de Wellington e mais 225 outras, que residiam nas palafitas de Brasília Teimosa (id., 2011).

O programa Recife Sem Palafitas (PRSP)

O fenômeno da ocupação irregular de áreas impróprias para moradia, como morros e alagados, não é recente na cidade de Recife, como visto no capítulo I. Os chamados

mocambos, com suas paredes de barro armado e suas cobertas de palha foram o primeiro tipo de casas das cidades de Recife e Salvador, já no século XVI. Por serem muito leves, fáceis e baratas as suas construções, poderiam ser construídos em quase todo tipo de terrenos (FREIRE, 2003). A partir do Século XX, muitas iniciativas e intervenções já haviam tentado eliminá-los das áreas valorizadas da cidade, empurrando-os para as periferias. As ações, como sempre, eram voltadas para os efeitos de uma distribuição injusta das oportunidades na cidade e não para reformas estruturais que eliminassem tantos fatores que se ligavam a essas injustiças e, consequentemente, à produção de moradias precárias.

Naturalmente, o conceito de "moradia precária" varia de acordo com as circunstâncias, com o tempo e com o espaço onde estão localizadas. Desde o início do século XX, as casas insalubres e feitas com materiais improvisados, construídas em favelas, em morros e áreas alagadas, na verdade a moradia possível para os pobres, se enquadram nessa categoria. Uma das características de uma "moradia precária" ou pobre, hoje, é o fato de estar em local desguarnecido de infraestrutura urbana, ou seja, sem a prestação de serviços públicos, como rede de abastecimento de água, rede de esgoto sanitário, rede de energia elétrica, pavimentação e limpeza urbana[85].

Foi a partir de estudos realizados em áreas pobres da cidade de Recife, no âmbito do Programa de Saúde Ambiental[86] e após o impacto da visita do presidente Lula à comunidade de Brasília Teimosa, no início de 2003, que o poder municipal se voltou para ações que visavam a intervir em áreas de risco nos alagados. Foi, então, criado o Programa Recife sem Palafitas. Eram elas as moradias precárias que se queria eliminar a partir daí (OLIVEIRA, 2004).

A importância do PRSP para esta narrativa como um todo é porque ele operou dentro dos recortes temporais e espaciais desta pesquisa e foi através dele que aconteceram as intervenções urbanísticas estudadas. Essa política, que tinha tido início em 2001, a partir do início do governo do PT em Recife, ganhou força em 2003, com a eleição de Lula para Presidente do Brasil. O período de funcionamento do PRSP também está relacionado com os recursos advindos do Ministério das Cidades, criado no governo Lula. Sua decadência e mesmo o abandono pelas forças políticas, não por acaso, coincidiram com a crise econômica

---

[85] Fonte: disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/problemas-relacionados-moradia-no-brasil.htm> Acesso em: 04/fev/2021.

[86] Iniciativa da Prefeitura do Recife cujo objetivo "é implantar uma política de saúde universal, integrada e equitativa, com foco no meio ambiente, por meio da identificação, eliminação ou redução dos riscos" (OLIVEIRA, 2004).

internacional de 2008 e com o fim do governo Lula, tendo sido completamente abandonado após a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Também não é por acaso que esse período foi escolhido como parte do recorte temporal desta pesquisa.

Por estarem localizadas em terrenos fora do interesse do mercado imobiliário e impróprios para a construção, os únicos acessíveis às camadas mais pobres da população, as palafitas ofereciam risco a seus moradores. Segundo a Prefeitura, esse programa consistia no esforço de articular projetos de habitação conectados aos de urbanização para as áreas de Recife ocupadas por tais moradias precárias (id., 2004). No entanto, o PRSP partia do princípio de que a garantia do direito a uma moradia digna também garantiria a inclusão social dos seus moradores. Observa-se, aqui, a permanência da velha e superada ideia de que a casa precária era a causa das condições sociais e econômicas indignas e não a consequência delas.

As ações, bastante focalizadas, foram coordenadas pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), e visavam a atender 5% da população do Recife de então, cerca de 72 mil pessoas que moravam precariamente em áreas alagadas, nas chamadas palafitas. Porém, o programa incluía também outros tipos de moradias precárias que tinham área menor que 18 m², localizadas em áreas de mangues, em orlas fluviais ou próximas a cursos de água (id., 2004). Vale ressaltar que a abrangência do programa era bastante restrita, uma vez que, segundo dados do IBGE, em 2000, 46% da população recifense moravam nesses tipos de assentamento (id., 2004).

Foi elaborado, então, um conjunto de ações da Prefeitura do Recife, em parceria com o Governo do Estado e o Governo Federal, divulgado como Programa Recife sem Palafitas. Ele se caracterizava por ter diferentes autorias, temporalidades e fontes de financiamento. Brasília Teimosa foi a primeira grande área a ser atendida pelo programa, cujos moradores foram deslocados, em 2007, para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Segundo dados da Prefeitura do Recife, até 2008, já haviam sido contempladas cerca de 2500 famílias, que antes viviam às margens do rio Capibaribe e na orla do bairro de Brasília Teimosa (CASTILHO E LEANDRO, 2012).

O Programa Recife Sem Palafitas também significou ruptura, em alguns aspectos, em relação à forma como historicamente se lidava com tais comunidades pobres e suas habitações precárias. Tradicionalmente, elas se localizavam próximas a áreas valorizadas pelo mercado imobiliário e, portanto, incomodavam as classes dirigentes e as demais elites a elas

associadas, sendo então representadas como um “mal” a ser extirpado do tecido da cidade (MARQUES, 2014). No entanto, segundo o discurso da Prefeitura do Recife, o programa foi concebido para se contrapor a essas ações tradicionais do Estado. Até então, para solucionar tais problemas relacionados a riscos socioambientais, o poder público costumava intervir de forma a destruir as habitações precárias e expulsar seus moradores para áreas afastadas na periferia da cidade, bem distantes do território no qual eles estavam acostumados a viver (OLIVEIRA, 2004).

Dessa forma, apesar de não ter potencial para atacar a origem das injustiças e desigualdades sociais geradoras das precariedades habitacionais, num esforço para se tornar mais abrangente e efetivo, o programa previa algo além do simples reassentamento das famílias e a reurbanização das áreas desocupadas. Ele propunha uma série de ações a serem implementadas no pós-assentamento, contemplando a instalação de equipamentos educacionais e de saúde, a reintegração profissional, a recuperação ambiental e mesmo o treinamento em gestão condominial, conforme se vê no diagrama da Figura 20 (id., 2004).

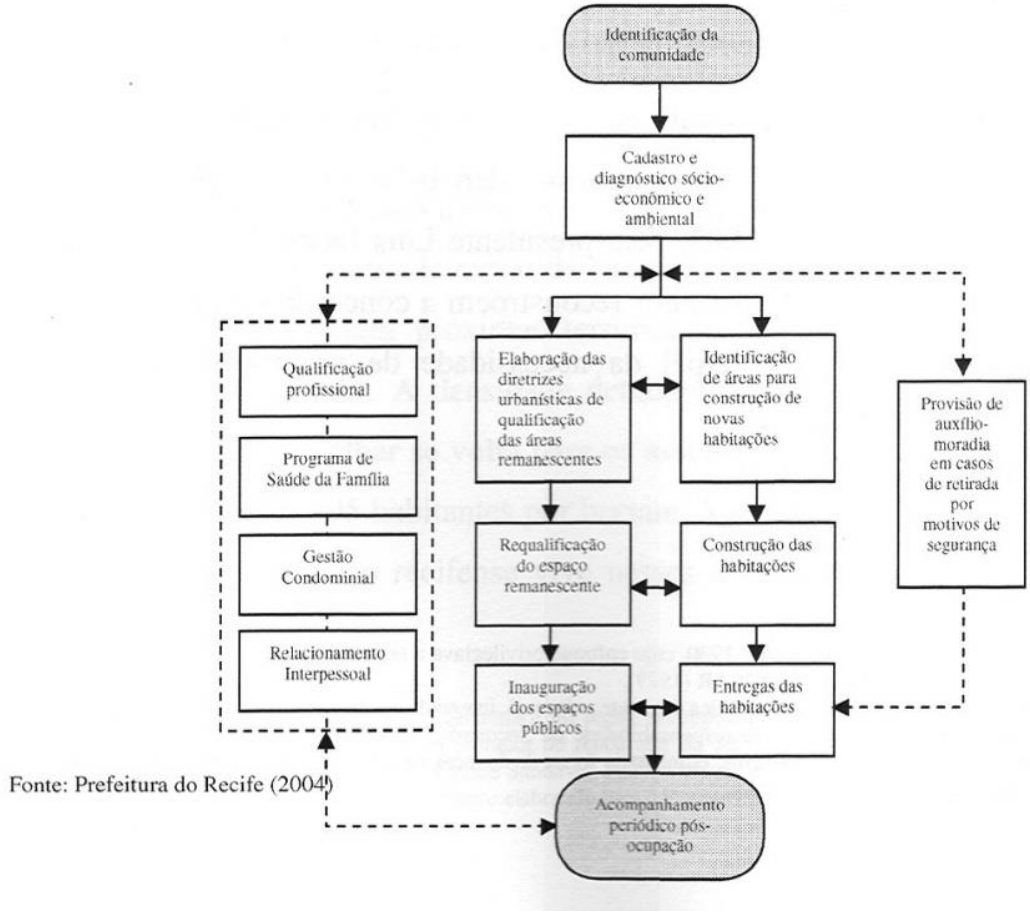

Figura 20: Diagrama metodológico do Programa Recife Sem Palafitas. Fonte: (OLIVEIRA, 2004 Apud PREFEITURA DO RECIFE, 2004)

De acordo com a metodologia descrita no programa, o trabalho se iniciaria com um levantamento socioeconômico feito por empresa contratada pela Prefeitura, que delimitaria as áreas-alvo. Os passos seguintes seriam a identificação de terrenos disponíveis para o reassentamento das populações expulsas e a elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. As famílias que estivessem em situação de risco iminente receberiam um auxílio moradia para alugarem outro espaço, enquanto a obra estivesse em andamento (id., 2004).

As novas casas e novos apartamentos teriam uma área de 39,39m², contemplando um programa de dois quartos, uma sala, uma cozinha, uma pequena área de serviço e um banheiro. A localização dos novos assentamentos deveriam ser o mais próximo possível dos antigos, quebrando assim um antigo paradigma que empurrava os mais pobres para cada vez mais longe do centro e dos lugares onde produziam renda. A tipologia mais utilizada seria a de blocos de apartamentos de 4 andares, dada a dificuldade de se encontrar grandes áreas para a construção de habitações unifamiliares (id., 2004).

A distribuição dos apartamentos seria feita através de sorteio, considerando as relações existentes de vizinhança e dando prioridade a idosos e pessoas com deficiência. Cada bloco elegeria um representante, que seria responsável pela gestão do espaço comunitário e passaria pelo processo de capacitação e gestão condominial. As ações das secretarias municipais seriam integradas a fim de atender às variadas demandas que surgiriam junto com as mudanças, fossem nas comunidades reassentadas ou nas circunvizinhas. Posteriormente e paulatinamente, seriam implementadas as ações nas áreas de saúde, educacional e de capacitação e inserção profissional (id., 2004).

Por fazer parte de um grande consórcio que abriga vários projetos, o PRSP não dispunha de recursos próprios. As ações concretizaram uma engenharia financeira complexa, que compreenderam recursos próprios da Prefeitura (30,32%), do Governo Estadual/BIRD (45,30%), do Orçamento Geral da União/BID (11,48%) e de fontes privadas como a Fundação Banco do Brasil (6,67%) e Fundação Odebrecht (5,43%) (id., 2004).

Apesar de na época existir uma disputa partidária entre os dirigentes municipais (PT) e estaduais (PSB), havia pontos de compatibilidade e parcerias, de modo especial nas áreas de habitação e cidades, principalmente através do Programa PROMETRÓPOLE. Esse programa visava ao provimento de infraestrutura para áreas de baixa renda da Região Metropolitana do Recife (RMR). Ele foi coordenado pelo Governo do Estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco) e

executado em parceria com as Prefeituras do Recife e de Olinda. A fonte dos recursos do PROMETRÓPOLE vinha do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que eram destinados para a urbanização da bacia do Rio Beberibe, envolvendo os municípios de Recife e Olinda. O prazo previsto para a execução do PROMETRÓPOLE era de cinco anos, contados a partir de julho de 2003[87].

O abandono do Programa Recife Sem Palafitas e o nascimento do Programa Minha Casa Minha Vida.

O final da década de 2000 foi marcado pelo fim do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Da mesma forma que o Programa Recife Sem Palafitas nasceu de um projeto político vinculado à gestão do presidente Lula, com o fim do segundo mandato, ele entrou em decadência devido a mudanças de estratégias políticas. Muitas obras iniciadas ao longo desse período estão abandonadas e em processo de degradação até hoje, como é o caso do Conjunto Habitacional Vila Brasil I, da Figura 21.

Figura 21:Conjunto Habitacional Vila Brasil I (2018) - Recife-PE. Crédito: Inês Campelo/MZ Conteúdo. Disponível em: <https://marcozero.org/habitacional-vila-brasil-448-familias-e-uma-decada-de-promessas-e-abandonos-no-centro-do-recife/> Acesso em 05/mar/2021.

A obra, abandonada há mais de uma década, garantiria habitação para 448 famílias oriundas do Coque, uma comunidade pobre próxima à área central da cidade. Foi mais um sonho de moradia popular afundado na lama dos mangues do Recife. A construção se arrastou

[87] Fonte: Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/sanear/prometropole.php> Acesso em: 02/mar/2021.

até 2013, passou pela mão de várias empresas, mas a dificuldade de fluxo de verbas vindas do Ministério das Cidades e a mudança no foco das políticas habitacionais inviabilizaram muitos dos contratos para construção, que terminaram sendo abandonados pelas contratantes[88].

No entanto, esse processo teve relação, principalmente, com o contexto internacional, mais especificamente com a crise financeira mundial de 2008, deflagrada nos Estados Unidos. A economia brasileira estava indo bem, a despeito disso, pois havia crescido 6,1% em 2007 e 5,1% em 2008. Esse crescimento, inclusive, estava sendo impulsionado, em grande, parte pelo setor da construção civil, segundo Ana Maria Castelo, coordenadora de Estudos da Construção Civil do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)[89]. Mas, a crise financeira internacional fez com que as atenções do Governo Federal mudassem de foco, ainda que tentando não esquecer o combate ao déficit habitacional. O ano era 2009 e o primeiro movimento do governo foi aumentar a oferta de crédito imobiliário através dos bancos públicos. Em março do mesmo ano, o governo lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (ANTUNES, 2019).

Os objetivos eram basicamente dois, conter os efeitos da crise internacional, estimulando a atividade econômica a partir do setor da construção civil e, como um subproduto, diminuir o déficit habitacional do país. No entanto, a estratégia não coincidia mais com a do programa local PRSP, de iniciativa da Prefeitura do Recife em parceria com o Ministério das Cidades. Nele, os apartamentos seriam entregues aos moradores retirados das áreas de risco, que para isso receberiam um título de posse, não de propriedade, e assinariam termos de condutas em que se comprometeriam a cumprir regras que seriam fiscalizadas por órgãos da Prefeitura. No caso do programa MCMV, a oferta seria de crédito para financiamento da compra, que reservaria um milhão de unidades para a população de baixa renda. Apesar do crescimento econômico dos anos anteriores, essa camada da população ainda não tinha tido acesso ao mercado de crédito (id., 2019).

O programa MCMV tinha regras de financiamento divididas em quatro faixas, conforme o gráfico da Figura 22. Nos cinco primeiros anos do funcionamento do MCMV, os investimentos se concentraram na Faixa 1 do programa, que tinha como alvo a população mais pobre (2009 a 2013). 80% dos contratos foram fechados com essa camada da

[88] Fonte: Reportagem: Obra abandonada há uma década garantiria habitação para 448 famílias no Coque. Disponível em: <https://marcozero.org/habitacional-vila-brasil-448-familias-e-uma-decada-de-promessas-e-abandonos-no-centro-do-recife/> Acesso em: 05/mar/2021.

[89] Fonte: Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page2> Acesso em: 05/mar/2021.

população, contemplando um total de 1,5 milhão de moradias. Havia um limite de renda para ter acesso a esse tipo de contrato, cujos juros eram iguais a zero. Na época, esse valor era de R$ 1.800,00. Nos anos seguintes, o aumento do rombo nas contas públicas lembrou ao governo que o MCMV era substancialmente um programa econômico. Vale salientar que sua concepção foi obra dos ministérios da Casa Civil e da Fazenda, em diálogo com o setor da construção civil e o imobiliário. O papel do Ministério das Cidades, nesse caso, foi cada vez mais de coadjuvante.

	Limite de renda (R$)	Juros (ao ano)	Valor máximo do imóvel (em R$ mil)	Subsídio
Faixa 1	1.800	0*%	96	Até 90% do valor do imóvel
Faixa 1,5	2.600	5%	144	R$ 47,5 mil para mutuário com renda de até R$ 1.200; rendas superiores tem redução progressiva do subsídio
Faixa 2	4.000	6% a 7%	240	R$ 29 mil família com renda mensal de R$ 1.800; acima disso, há redução progressiva do subsídio
Faixa 3	9.000	9,16%	300	Sem subsídio

Figura 22: Regras do MCMV. Fonte: FGV com base no Pnad (IBGE). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page4> Acesso em: 05/mar/2021.

A essa altura, a crise econômica já não era apenas uma ameaça, atingia em cheio as contas públicas. O governo, então, acolheu de vez a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial da construção de habitações como motor para o desenvolvimento econômico e social, indo no sentido contrário ao da crise. Dessa forma, injetou mais recursos advindos do orçamento da união e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), mas foi obrigado a diminuir os subsídios, levando à diminuição do financiamento para os mais pobres (SANTO AMORE et al, 2015).

De maio de 2009 a julho de 2019, o MCMV havia contratado a construção de um total de 5,7 milhões de unidades. No entanto, os financiamentos para a faixa 1 foram sendo cada vez mais restringidos, até que no ano de 2019, final de julho, segundo dados oficiais do próprio Governo Federal, não houve nenhum financiamento para a faixa dos mais pobres (id., 2019). O gráfico da Figura 23 mostra o número de unidades contratadas entre 2009 e 2019 em todas as faixas do MCMV (id., 2019).

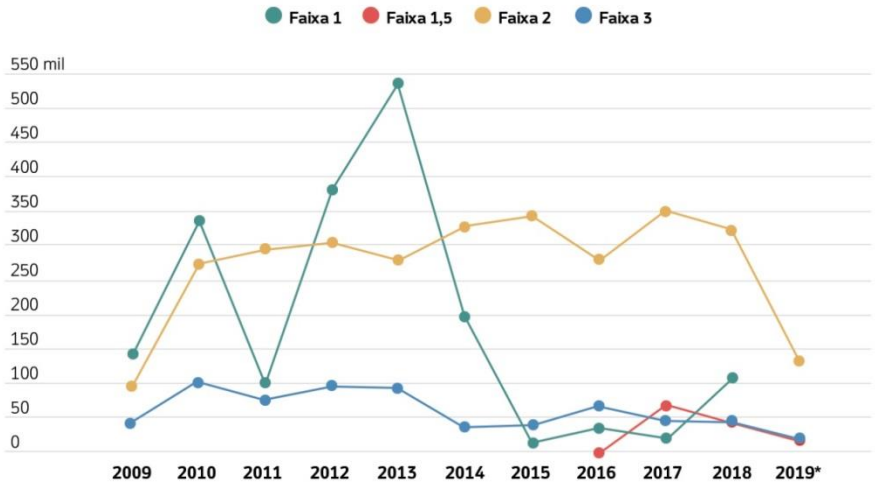

Figura 23: Unidades contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, entre 2009 e 2019. Fonte: Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page7> Acesso em: 05/mar/2021.

Segundo especialistas em habitação, o MCMV teve impactos positivos na oferta de moradias e na economia do Brasil, principalmente no enfrentamento da crise financeira internacional de 2008 e de seus reflexos no Brasil, sentidos mais fortemente a partir de 2014. No entanto, mais uma vez, um dos maiores programas habitacionais já implementados no Brasil não foi capaz de diminuir o déficit habitacional em números absolutos, conforme se pode aferir na Figura 24 (id., 2019).

EVOLUÇÃO DO DÉFCIT HABITACIONAL NO BRASIL

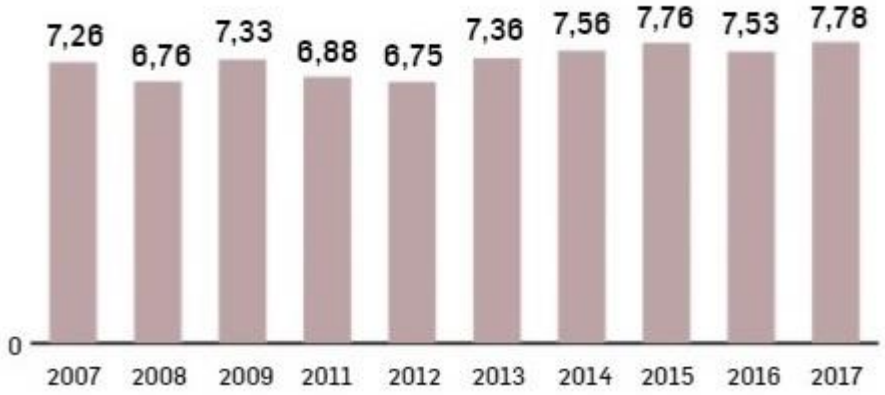

Figura 24: Evolução do déficit habitacional no Brasil de 2007 a 2017. Fonte: ABRAINC/FGV. Disponível em: <https://engenharia360.com/deficit-habitacional-no-brasil/#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira,78%20milh%C3%B5es%20de%20unidades%20habitacionais.&text=Ainda%2C%20entre%202015%20e%202017,mil%20unidades%20habitacionais%20por%20ano> Acesso em: 05/mar/2021.

Permanências e rupturas nos diversos programas habitacionais dos séculos XX e XXI

Comparando-se os processos sucessivos de reformas urbanas que atingiram os moradores mais pobres das grandes cidades, pode-se afirmar que houve mudanças nos discursos e nos *modi operandi* do poder público. Mas eles continuaram a ser expulsos dos lugares onde, de alguma forma, eram indesejados pelos operadores do mercado imobiliário e seus agentes políticos. Precisaram, assim, na mesma proporção em que as novas formas de expulsão eram implementadas, reinventar suas formas de resistência.

Não obstante os grandes avanços legais, no sentido de garantir o direito de todos à cidade e à moradia digna, houve continuidades nas representações da pobreza como sendo o mal das cidades, assim como no desprezo à aplicação das leis e à efetiva implementação de todos os dispositivos dos projetos, de modo especial daqueles que diziam respeito apenas à garantia e segurança social dos mais pobres. Estes continuaram a sofrer processos de expulsão e a serem obrigados a viver entrincheirados nos guetos ou favelas. Em sua maioria, continuaram a subsistir e a resistir nos lugares fora do mercado e longe da presença do Estado. Os avanços legais, as sofisticações discursivas e os grandes programas habitacionais

implementados apenas continuaram assegurando a hegemonia das classes dominantes e garantindo a integridade dos sistemas econômicos (MARQUES, 2014).

O que houve, pode-se concluir, foi uma sofisticação na forma de expulsão, que no período mais recente teve que “driblar” os novos dispositivos legais, sejam eles da legislação brasileira ou de acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte. No entanto, com as diversas experiências governamentais, elas se tornaram mais eficientes. Um exemplo é o Programa Recife sem Palafitas, que possibilitou um discurso politicamente correto, conformando a opinião pública e embalando os sonhos de muitos moradores de comunidades pobres do Recife. Os mecanismos adotados produziram apartamentos em escala industrial, alimentando o setor da construção civil, e impediram a reocupação dos espaços deixados pelas ocupações, a partir da execução de projetos urbanísticos e paisagísticos em tempo hábil. Dessa forma, as áreas foram imediatamente anexadas à cidade oficial, afastando a ilegalidade e valorizando os entornos. Esses procedimentos corrigiram antigas falhas estratégicas e tornaram muito mais eficazes as intervenções, a partir dos interesses das elites urbanas.

É certo que houve avanços. Por exemplo, o deslocamento dos moradores das comunidades expulsas para locais o mais perto possível dos originais. Locais bem servidos de infraestrutura urbana e dentro de áreas oficiais da cidade. No entanto, como será demonstrado em capítulos posteriores, isso não foi o suficiente para, por si só, promover a anunciada inclusão social e a fixação dos assentados nos novos habitacionais. Esses aspectos positivos não foram suficientes para suplantar as raízes do problema da pobreza extremada. Muito pelo contrário, as mudanças elevaram o custo de vida de quem já não tinha, sequer, o mínimo de renda para sobreviver dignamente na cidade. As ações governamentais findaram por aumentar a fome e dificultaram a produção de renda de muitos dos “beneficiados” pelos programas.

Em função da operação desse mecanismo, que continuou dando sustentação ao sistema de exploração da classe trabalhadora e menosprezando as demandas dos mais pobres, existiu um processo de retroalimentação. O sistema manteve a miséria como um fator importante, através do qual a população mais carente pode ser facilmente manipulada. Tal manipulação tem mantido as oligarquias políticas e econômicas em suas posições de poder através da compra de votos, da troca de favores e da utilização da coisa pública para servir a interesses particulares. Esse tipo de organização do tecido social tem sustentado uma relação desigual entre atores sociais, representados pelo poder político associado ao econômico, de um lado, e uma multidão de miseráveis, do outro.

A fome e as carências mais básicas, cujas soluções foram negadas pelo sistema de superexploração, foram amenizadas por programas que funcionaram apenas como paliativos para aqueles poucos que por eles foram atendidos. A moradia continuou sendo resolvida, na sua maior parte, pela iniciativa própria das populações mais pobres, por fora do mercado e sem a participação do Estado. Suas casas continuaram brotando em terrenos impróprios, como margens de rios, morros, alagados, margens de mangues. Essas habitações foram construídas pelos próprios moradores em seus horários de folga, com a utilização de materiais baratos, muitas vezes reciclados, em locais que, posteriormente, são representados por políticos, jornalistas e moradores da "cidade oficial" como favelas. Eles continuaram sendo criminalizados e taxados de "mal" ou "doença" para a cidade.

Nas favelas, as populações sofreram constante ameaça de expulsão, o que terminou muitas vezes acontecendo quando a presença deles naquele local significou a desvalorização dos imóveis próximos ou quando foram vistas como uma ameaça à segurança da cidade oficial. Para viabilizar essas expulsões, foi construída uma variedade de discursos, cujos argumentos contemplaram desde a preservação ambiental, até à promoção da dignidade e a inclusão social das populações mais pobres.

No entanto, o que se pôde observar é que, quanto mais dinheiro foi investido nos programas habitacionais, mais renda foi concentrada nas mãos dos construtores e incorporadores da cidade. Na mesma proporção que aumentou a especulação imobiliária e financeira, também aumentou o valor dos imóveis. Assim, cada vez para mais longe foram empurradas as populações pobres, mais extensas e caras se tornaram as cidades, mais segregação espacial passou a existir, sem que o déficit habitacional tenha diminuído de forma significativa e consistente, o que ficará mais claro no Capítulo 4 (MARICATO, 2015).

Observou-se, assim, que o déficit não era apenas habitacional, mas também e principalmente social e cultural. O problema se mostrou mais relacionado com a má distribuição de renda que com a falta de imóveis disponíveis. A prova disso é que a quantidade de imóveis vazios nas áreas oficiais da cidade é praticamente igual ao déficit habitacional total. Segundo reportagem da BBC News de maio de 2018, no Brasil, existiam 6,9 milhões de famílias carentes de moradia digna, enquanto 6,05 milhões de imóveis estavam

desocupados há décadas. De acordo com essa mesma fonte, 93% desse déficit era composto por famílias que tinham renda igual ou inferior a 3 salários mínimos[90].

A matéria afirma ainda que, para Edésio Fernandes, professor de Direito Urbanístico e ambiental na University College London, em Londres,

> programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV) deixaram a desejar. Na avaliação dele, além de não atender com prioridade a população com renda mais baixa, o MCMV oferece imóveis de baixa qualidade construtiva e ambiental[91].

A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato (2015) reforça essa ideia, afirmando que o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não reduziu o déficit habitacional, pois o que falta não é habitação, mas o acesso a ela. A Ditadura Civil-Militar, que perdurou entre as décadas de 1960 e 1980, se propôs a atender a essa demanda através do BNH. No entanto, o estruturou de modo a atender aos requisitos técnicos e paradigmáticos do modelo capitalista que, em última análise, é a causa da falta de habitação digna para as classes mais pobres. Isso criou uma situação paradoxal, impedindo que a política habitacional atendesse às classes que não tinham renda suficiente para assumir as prestações dos financiamentos.

Diante do acima exposto, pode-se inferir que a manutenção do sistema de superexploração da classe trabalhadora e a falta de justiça social ao longo das décadas, desde o início do Século XX, contribuíram enormemente para que não fossem diminuídos os índices de déficit habitacional, assim como para a perpetuação dos conflitos sociais. As lutas sociais por moradia, a doação de moradias pelo Estado e os investimentos em infraestrutura e urbanização também não foram suficientes para mudar esta realidade. Dessa forma, as favelas com suas habitações precárias, entre elas as palafitas, podem ser entendidas como uma forma de resistência, se vistas a partir de baixo, ou seja, a partir do ponto de vista dos mais pobres. Podem ser entendidas, ainda, como uma criação, uma tática de sobrevivência, uma solução possível, encontrada pelos mais pobres para resolver o problema da habitação. Este quadro será descrito e problematizado no próximo capítulo, a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

---

[90] Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml> acesso em 25 de junho de 2019.

[91] Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml> acesso em 25 de junho de 2019.

Capítulo 3: Vivendo nas margens: o fenômeno da pobreza no Brasil

Disparo contra o sol / Sou forte, sou por acaso / Minha metralhadora cheia de mágoas / Eu sou um cara / Cansado de correr / Na direção contrária / Sem pódio de chegada ou beijo de namorada / Eu sou mais um cara /

Mas se você achar / Que eu 'to derrotado / Saiba que ainda estão rolando os dados / Porque o tempo, o tempo não para /

Dias sim, dias não / Eu vou sobrevivendo sem um arranhão / Da caridade de quem me detesta /

A tua piscina 'tá cheia de ratos / Tuas ideias não correspondem aos fatos / O tempo não para /

Eu vejo o futuro repetir o passado / Eu vejo um museu de grandes novidades / O tempo não para / Não para não, não para /

Eu não tenho data pra comemorar / Às vezes os meus dias são de par em par / Procurando agulha num palheiro /

Nas noites de frio é melhor nem nascer / Nas de calor, se escolhe, é matar ou morrer / E assim nos tornamos brasileiros / Te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro / Transformam um país inteiro num puteiro / Pois assim se ganha mais dinheiro[92]

[92] Trecho da música "O tempo não para", que ficou conhecida pela sua versão lançada pelo cantor brasileiro de rock Cazuza. Originalmente, a música foi lançada pela banda Hanói-Hanói no álbum Fanzine, de 1988. Compositores: Agenor De Miranda Araujo Neto / Arnaldo Pires Brandão. Letra de O Tempo Não Pára © Warner Chappell Music, Inc. Fonte: LyricFind.

(Agenor de Miranda Araujo Neto /
Arnaldo Pires Brandão)

O sociólogo Jessé Souza (2017) afirma ser necessário compreender a história do Brasil de forma analítica, recorrendo-se à longa duração, a temporalidades que remontam ao período monárquico escravocrata. Segundo ele, isso pode explicar, pelo menos em parte, a pobreza que hoje ainda assola as grandes cidades brasileiras, não com base na cultura ou na raça, mas em contextos históricos que não ficaram totalmente para trás e ainda mantêm vínculos fortíssimos e determinantes na contemporaneidade (SOUZA, 2017, p.14).

A pobreza no Brasil é um fenômeno de longa duração e, por isso, concordo com Souza (2017) quanto à necessidade dessa reflexão retrospectiva. Isso ajuda a compreender como os reflexos da escravidão secular ainda repercutem na cultura brasileira e, consequentemente, também em outras áreas, como na economia, na política e mesmo na configuração espacial das edificações e das cidades. Para começar essa reflexão, vamos lançar mão de uma poesia, cujo sentido atravessa, sem interrupções, todo o caminho percorrido pela pobreza ao longo dos séculos e das décadas da história do Brasil.

A música “O tempo não para”, que abre este capítulo, foi gravada pelo cantor de rock e compositor brasileiro Cazuza[93], no final da década de 1980. Na época, ela soou como um desabafo, uma vez que o cantor estava acometido de AIDS, diagnosticada desde 1985, e sofria na pele os estigmas sociais da doença. Nessa época, ela era relacionada ao homossexualismo masculino, ao uso de drogas, à vida tida como desregrada, aspectos socialmente atribuídos com frequência ao cotidiano de artistas mais famosos, de modo especial dos músicos da tradição do “rock and roll”, que era o seu caso.

Era como se ele se sentisse socialmente julgado e condenado, até mesmo à morte, pois, naquele tempo, era isso que significava essa doença. Então, a letra evidenciava a hipocrisia da alta elite brasileira da época, seus interesses puramente econômicos, a árdua luta diária dos que vivem nas margens dos valores morais de uma sociedade corrupta e hipócrita. A esses habitantes das margens ele chamou de “brasileiros”, criando, assim, uma identidade comum para a grande massa da população que sofre com os diversos estigmas que lhes são

[93] Cazuza (1958-1990) foi um cantor e compositor brasileiro, um dos maiores ídolos da geração do pop-rock dos anos 80. Fonte: E biografia. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/cazuza/> Acesso em: 27/mar/2021.

atribuídos, os quais não aceita, não desistindo da luta e nem se entregando. Dessa forma, identificado com esses sujeitos, ele resgata a sua dignidade, não se faz de vítima, e deixa clara a sua posição de resistência, quando diz que não está derrotado, pois "ainda estão rolando os dados", o que indica que "o jogo ainda não acabou". Apesar de ser uma luta que vem de um longínquo passado, ele vê o futuro repeti-la, numa continuidade sem fim. Esse quadro social, para ele, é como um museu de "grandes novidades", onde o antigo não se distingue do novo.

Mas, observando-se a letra da música, pode-se fazer um deslocamento dos conceitos e situações, acoplando-os à realidade social e à luta das classes pobres do Brasil. Ela pode retratar muito bem a tradição histórica de longa duração, em que o pobre é acusado de fabricar a sua própria pobreza, muitas vezes sendo chamado de preguiçoso, malandro, que não sabe fazer boas escolhas para a sua vida, particularmente após Abolição e República. Quantas vezes a moradia do pobre, na história do Brasil, já não foi considerada uma doença, um câncer para a cidade? Quantas vezes o pobre já não atirou com sua "metralhadora cheia de mágoas", "cansado de correr na direção contrária" e de viver da suposta caridade de quem o detesta? Mas, a sua resistência histórica deixa claro que "ainda estão rolando os dados". Sempre, depois das longas noites de frio, quando se pensa que era melhor não ter nascido, vêm as de calor, em que se escolhe, "é matar ou morrer". E "o tempo não para".

Considerações sobre a pobreza

A esta altura, o leitor já teve a oportunidade de fazer as conexões necessárias com as raízes históricas da pobreza no Brasil e de seus reflexos na crise urbana e, de modo especial, na habitacional. A partir desse ponto, com base em dados empíricos colhidos na pesquisa de campo, e em teorias que possibilitem a sua análise, buscar-se-á respostas possíveis para perguntas como: De qual pobreza se está a falar? Quem são os pobres da cidade de Recife cujas vidas foram impactadas ou impactaram os planos urbanísticos do período em estudo? Como viviam, como lutavam, como resistiam aos abusos e ao abandono por parte do poder público?

Com base nessas problematizações, o leitor poderá conhecer mais de perto muitos aspectos da vida cotidiana das camadas populacionais mais pobres do Recife, de suas relações com os aspectos físicos, culturais e econômicos da vida social e política da cidade.

Tentaremos, assim, levantar um pouco as bordas do véu da invisibilidade que cobre o cotidiano dos pobres da cidade de Recife, suas formas de resistência, suas astúcias e suas lutas pelo direito à autodeterminação e à própria cidade. Ao final do capítulo, estará desenhado um quadro mais realista do contexto social, econômico e cultural, dentro dos recortes temporal e espacial desta pesquisa, o que servirá de base para o entendimento das discussões que serão desenvolvidas mais adiante.

As ações dos gestores públicos e dos donos do capital se complementam e se somam, terminando por produzir uma cidade compartimentada. Esta cidade é incapaz de se harmonizar em torno de interesses tão díspares, considerando-se a diversidade cultural, econômica, social e política de seus moradores. A diferença de oportunidades e de meios de acesso a bens e direitos dentro de um mesmo contexto geográfico leva fatalmente ao conflito. No entanto, os moradores mais pobres, a despeito da falta de acesso ao capital ou ao poder institucionalizado, têm poder de mobilização, de organização e de resistência enquanto sujeitos individuais ou coletivos. Têm o poder que nasce da própria necessidade de existir, que sabe como lançar mão de táticas, mesmo dentro de um campo dominado por outros grupos fortes. Essas lutas, histórias e experiências em comum, uma vez relatadas, contam também a história da própria cidade.

A palavra pobreza está presente de uma forma muito específica no título desta tese. Este subitem tem o objetivo de discutir, de forma sucinta o significado dessa palavra em seu sentido geral e de deixar um pouco mais claro o enfoque específico que está se dando a ela neste trabalho. São muitos os critérios para se definir pobreza. Esse estado do ser humano em sociedade não tem uma definição em si mesma, mas precisa estar diante de determinado contexto e de certo hall de valores relativos, e até mesmo subjetivos, para que seu significado venha à tona. Também pode ser diante do seu oposto, a riqueza, assim ela passa a ser percebida pelo contraste. Dessa forma, para se evitar reducionismos, é preciso que a perspectiva a partir da qual a pobreza está sendo aqui percebida e problematizada seja esclarecida.

Um fator que torna mais complexa a discussão sobre pobreza é que ela pode ter definições muito diversas, quando confrontada com os inúmeros fatores que influenciam a vida humana, ou muito restritas, quando delimitada em alguma área específica. Para uma melhor compreensão do que seja a pobreza, é preciso diferenciá-la do conceito de qualidade

de vida. Isso, porque o conceito de qualidade de vida é ainda mais amplo. De acordo com Minayo et al. (2000, p.10),

> a noção de qualidade de vida transita em um campo semântico polissêmico: de um lado, está relacionada a modo, condições e estilos de vida (Castellanos, 1997). De outro, inclui as ideias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana. E, por fim, relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. No que concerne à saúde, as noções se unem em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece, como parâmetros, para si.

A noção de qualidade de vida, portanto, além dos fatores objetivos concretos, como acesso a bens e serviços, considera variáveis ainda mais subjetivas, como a percepção que o sujeito tem de sua própria vida. Abrange, portanto, questões imensuráveis, como prazer, felicidade, angústia e tristeza (ALMEIDA et al., 2000).

De modo geral, a pobreza está relacionada com a falta, ou seja, com a situação em que as necessidades básicas de certo sujeito ou grupo social não são atendidas de forma adequada. Portanto, a noção de pobreza pode ser tão diversa quanto é a noção de necessidades básicas. Os critérios utilizados para se quantificar a falta ou a abundância podem, portanto, transitar pelos diversos campos e dimensões que compõem o homem como sujeito individual ou social. Tudo está relacionado com o contexto histórico, portanto com as coisas, com o espaço, com o tempo e com as relações que neles se desenvolvem (JACCOURD, 2010). O conceito de pobreza está relacionado com as necessidades físicas, mentais, emocionais, espirituais, culturais, políticas, entre outros fatores, de um determinado tempo e lugar. No entanto, é consenso que, em qualquer lugar e tempo, um sujeito que não tem como satisfazer minimamente as suas necessidades básicas de alimentação, vestimenta e moradia é extremamente pobre (TRONCO & RAMOS, 2017).

A pobreza não deve ser reduzida a parâmetros puramente materiais. Mesmo assim, dentro desse critério material, Milton Santos (2009), ainda faz uma diferenciação entre pobres e miseráveis. Para ele, pobres seriam aqueles indivíduos que têm o seu poder de compra reduzido, enquanto miseráveis seriam aqueles que têm tão pouco acesso aos bens duráveis ou de consumo, que têm a sua própria sobrevivência comprometida.

Em que pese o fato de não ser o objetivo deste trabalho discutir a fundo os conceitos filosóficos, sociológicos e históricos da pobreza, cabe destacar perspectivas teóricas que

medem a pobreza além do critério puramente material. É o caso da abordagem de Sem (2010) sobre as capacitações. Segundo ele, pode-se compreender mais amplamente o fenômeno da pobreza, considerando-se as necessidades objetivas dos sujeitos e as suas percepções a esse respeito. Deve-se considerar também as “chances de vida” das pessoas, considerando-se as suas habilidades e capacitações, seus recursos, de modo especial daquelas que vivem em contextos de vulnerabilidades e desigualdades sociais (SEM, 2010).

Portanto, para se operacionalizar essa noção ampla e vaga de forma a se atender a objetivos específicos, como no caso deste trabalho, faz-se necessário especificar de que necessidades se está tratando e qual seria a situação ideal de atendimento a elas. No caso de sociedades mercantis como a que estamos a tratar, onde as necessidades básicas das pessoas são satisfeitas a partir de trocas, é comum que a noção de pobreza e de riqueza se dê tendo como parâmetro a renda.

Dentro desse parâmetro, é comum utilizar-se o conceito de linha de pobreza. Assim, pobres são aqueles cuja renda não permite o atendimento a um rol de necessidades básicas dentro de uma determinada sociedade. Dessa forma, estabelece-se uma determinada renda capaz de suprir essas necessidades, que funciona como uma referência ou uma linha. Estando a renda de uma família ou indivíduo abaixo dessa linha, ele será considerado pobre. Mais uma vez, é necessário dizer que esses parâmetros são relativos e dependem do tipo de sociedade que se está a estudar (ROCHA, 2006).

Milton Santos (2009), no entanto, adverte que a noção de linha de pobreza também tem suas limitações, na medida em que tende a ser baseada em critérios fixos, enquanto a realidade é dinâmica, de forma que os valores que servem como base para a sua delimitação estão em constante transformação. Dessa forma, a definição de uma linha de pobreza não serviria como parâmetro fixo para todas as sociedades, nem para todos os tempos. Os conceitos de recursos e necessidades são, portanto, dinâmicos e historicamente determinados.

Diante do acima exposto, fica clara a dificuldade para se definir o que seja pobreza, sem a referência clara a um determinado objeto de estudo, a uma determinada sociedade e um determinado tempo. Para o caso do atendimento aos objetivos deste trabalho, que tem como referência a cidade e o acesso a seus espaços, seus serviços e seus bens, o melhor critério para se definir a pobreza é o que tem como base a renda e o que ela possibilita em relação ao acesso aos bens e serviços existentes e produzidos na cidade. Dentro desse critério, a própria cidade é considerada um bem, e dentro dela os seus espaços públicos, o seu solo, seus

equipamentos sociais, seus serviços urbanos. Dessa forma, a pobreza em estudo está relacionada com o nível de renda na sociedade brasileira, mais especificamente a recifense, entre os anos de 2013 e 2019.

Assim caminha a pobreza no Brasil

Com base em valores e paradigmas não eurocêntricos e em um tipo específico de economia, a da cultura indígena nativa da parte sul da América, pode-se dizer que o território brasileiro já foi um lugar onde só existia a abundância e a "riqueza", enquanto a escassez e a "pobreza" eram desconhecidas. Antes da invasão promovida pelos europeus, os nativos das terras sul-americanas viviam abastecidos pela natureza exuberante do território, sem conhecer a carência material, de acordo com um sistema de vida sustentável e equilibrado. As culturas indígenas milenares já haviam se consolidado em muitas áreas, como na Medicina, nas Artes, na Organização Social e Política, na Economia e na Religião, mesmo que também houvesse aspectos negativos, como as guerras e as disputas territoriais (PORFÍRIO, 2021).

A Antropologia e a Sociologia contemporâneas já estabeleceram que as diferenças culturais entre os povos não podem ser hierarquizadas. Mesmo assim, evitando-se uma comparação direta com a cultura de seus contemporâneos do chamado "mundo civilizado", pode-se dizer que as condições de vida dos indígenas eram muito boas, em vista do bem-estar que desfrutavam antes da colonização. No entanto, eles eram mais frágeis em tecnologia, principalmente no que diz respeito às armas e artes da guerra e, por isso, foram dominados (id, 2021).

Se a pobreza for identificada com a ocorrência de múltiplas mazelas, todas ao mesmo tempo, como a má alimentação, a exploração excessiva do trabalho, a humilhação, a violência, a falta de acesso a direitos, com a injustiça social e com as péssimas condições de vida, de modo geral, pode-se dizer que ela desembarcou no Brasil junto com os colonizadores e seu sistema escravista, a partir da década de 1530. Um dos primeiros grupos de pobres, portanto, foi formado pelos índios escravizados. Depois, por conta do poder dos jesuítas, que eram contrários à escravização dos índios; da cultura indígena, que não se adaptava facilmente à rotina do trabalho destinado à produção de excedentes; à diminuição da quantidade de índios no litoral, em função das doenças, dos conflitos e escravizações; às

fugas, houve uma substituição gradual e não uniforme daqueles pelos escravos traficados da África (SCHWARTZ, 2018).

O crescimento do lucrativo comércio de escravos africanos fez com que a oferta dessa mão de obra se tornasse mais abundante, definindo-a como uma tendência em toda a América. Além do mais, o negro se adaptou melhor ao regime de trabalho e não conhecia bem o território, o que dificultava as fugas. Desde então, a pobreza passou a ter uma cor, a negra, e uma moradia, a senzala. Os horrores da escravidão motivaram a resistência dos negros, que se revoltavam, fugiam e formavam os quilombos, onde retomavam as suas organizações sociais, suas práticas culturais e de subsistência (id, 2018). A partir daí, só houve mudanças de nomes, de modelos, de tecnologias, de formas, mas os sistemas de exploração, de dominação, assim como, as lutas, e as resistências foram contínuas ao longo da história. Assim, vê-se "o futuro repetir o passado" e a sociedade se tornar "um museu de grandes novidades", pois "assim se ganha mais dinheiro".

A Guerra aos Pobres: o conflito mais longo da história

Grosso modo, a guerra aos pobres começou quando o primeiro quilombo foi atacado pelos senhores de escravos e seus jagunços, nos procedimentos de buscas de escravos fugidos. A fuga, a insubordinação à escravidão e o refúgio em quilombos foi a primeira forma de resistência à situação de exploração e violência a que estavam submetidos os escravos africanos no Brasil (SCHWARTZ, 1995). Desde então, os atores, as armas, as estratégias e as táticas apenas mudaram de nomes ao longo da história. Mudaram os heróis e os bandidos, mas os movimentos históricos e suas trajetórias concêntricas, embora não circulares (GODINHO, 1968), de perseguição e guerra aos pobres seguiram seu curso contínuo.

Ao longo de todo o período da colonização do Brasil, negros escravos fugidos se estabeleceram em comunidades semiautônomas, organizadas politicamente e economicamente, inclusive com territórios bem definidos, mas sempre consideradas ilegais. Embora sistematicamente perseguidos e combatidos, por meio do terror ou da guerra conseguiram obter algum poder de negociação com as estruturas políticas e econômicas oficiais. Seus grandes territórios eram chamados de quilombos e suas subunidades, de

mocambos[94]. Eles, através do uso de táticas, de luta e de resistências, tentavam manter a todo o custo a sua autonomia, junto a indígenas, fazendeiros, taberneiros, lavradores e autoridades coloniais. Em meio a tais estratégias, permeadas por contradições e conflitos, eles buscavam dar sentido a suas vidas como sujeitos de sua própria história (GOMES, 2018).

O mais famoso de todos os líderes quilombolas foi Zumbi dos Palmares. Ele nasceu em 1655, em terras da capitania de Pernambuco, região da Serra da Barriga. Hoje, essa região pertence ao município de União dos Palmares, no estado de Sergipe. Ele foi o último líder do Quilombo dos Palmares, o de maior relevância histórica entre os que existiram no Brasil, que contou com mais de 20 mil habitantes e ocupou um vasto território, com mais de 200 km de extensão. Sua liderança e o respeito que mereceu surgiram da sua habilidade como guerreiro e de seus conhecimentos de estratégia militar. Ele lutou pela liberdade de seu povo, de suas tradições culturais e religiosas. Apesar disso, ficou conhecido pelo despotismo na condução do quilombo, onde mantinha, inclusive, um tipo de escravidão. Negros que resistissem a sua própria libertação, muitas vezes eram escravizados nos quilombos. Sua postura diante do governo colonial era de desafio e enfrentamento (BEZERRA, 2020).

Zumbi enfrentou as tropas portuguesas em batalhas nas quais demonstrou grande capacidade organizativa e de liderança. Em 1694, ficou ferido na batalha conhecida pelo nome de “Cerco do Macaco”, na qual a capital do quilombo, Macaco, foi derrotada. Os portugueses haviam contratado para liderar essa batalha os serviços dos bandeirantes Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo. Mas, Zumbi escapou e não foi aprisionado. No ano seguinte, um de seus capitães, sob tortura, o delatou e ele foi morto aos 40 anos de idade (id, 2020). Degolado, sua cabeça ficou exposta numa praça pública de Recife, até a decomposição total (SILVA, 2021b).

O movimento de resistência dos negros à opressão sofrida pelos séculos de escravidão e suas sequelas sociais permearam todo o processo de construção da sociedade brasileira. No Brasil, a dor psicológica e os estigmas sociais associados à cor negra da pele ameaçam, não somente as comunidades e individualidades contemporâneas, mas até mesmo os seus filhos, que ainda nem nasceram. Existem diversos grupos e movimentos em defesa da cultura e dos

[94] A palavra quilombo deriva da palavra kilombo, em banto (grande conjunto de línguas do grupo nigero-congolês oriental faladas na África) e significa uma aglomeração de escravos fugidos que, em sua maioria, dependendo da época e do lugar, poderiam ser descritos como aglomeração de, no mínimo, apenas 6 pessoas. A palavra mukambu tem o mesmo significado, na língua quimbundo, língua da família banta, falada em Angola pelos ambundos (GOUVEIA, 2018). Fonte: DICIO-Dicionário Online de Português (disponível em: <https://www.dicio.com.br/quimbundo/> acesso em 06/abr/2021.

direitos dos negros no Brasil. Um deles é o movimento de luta pela garantia dos direitos quilombolas. Existem atualmente mais de 4000 comunidades, cujos territórios são garantidos pela Constituição Federal de 1988, por meio de seu Artigo 68 ADCT. Ele determina que sejam garantidas pelo Estado, com títulos de propriedade, as terras ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos. Assim, o movimento quilombola continua vivo, por meio da luta pela defesa do direito à preservação de sua cultura e de suas terras, que sofrem as mesmas pressões que as dos indígenas, exercidas pelos agentes ligados ao agronegócio[95].

Outro exemplo de luta e resistência foi o de Antônio Conselheiro, autodenominado "o Peregrino", um líder religioso católico que na última década do século XIX liderou o "Arraial de Canudos", um pequeno vilarejo no sertão da Bahia, do qual já falamos no capítulo 1. Sua comunidade igualitária atraiu milhares de sertanejos pobres, entre camponeses, índios e escravos recém-libertos. Nesse lugar, os desabrigados do sertão, vítimas da seca e das injustiças sociais, encontravam abrigo. Naquele território, todos tinham acesso ao trabalho, longe da exploração e das agruras impostas pelos capatazes das fazendas tradicionais. Para justificar a perseguição e o genocídio cometido contra a sua comunidade, ele foi representado na época como um louco, fanático religioso e contrarrevolucionário monarquista perigoso. Sua aldeia foi completamente derrotada pelo exército da república na chamada "Guerra de Canudos", em 1896, após várias tentativas em que resistiram bravamente, impondo derrotas sucessivas a outras incursões militares. Estima-se que em Canudos tenham sido dizimadas cerca de 25.000 pessoas (NOGUEIRA, 1997).

Canudos não foi a única irmandade herdeira do projeto colonizador português e catequizador da Igreja Católica do final do século XIX e início do XX no Brasil. Também não foi o único fenômeno do Cristianismo mestiço marcado pela tragédia. No Ceará, por exemplo, houve o caso da Irmandade do Caldeirão. Conselheiros, beatos e cangaceiros foram personagens surgidos das camadas mais pobres da sociedade sertaneja do Nordeste que tomaram as rédeas da própria história, num contexto de transformações sociais, políticas e econômicas que tiveram início antes da Proclamação da República. Esses fenômenos estão

95 Fonte: Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/> Acesso em 13/abr/2021. Para os leitores e pesquisadores que quiserem conhecer melhor as conquistas e os marcos históricos da luta quilombola no Brasil, a partir da luta pelo direito à terra, recomendo o trabalho produzido pelo grupo Na Raça e na Cor, disponível no link: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/TDD_LINHA_TEMPO_TEXTO.pdf

ligados com o que tem sido caracterizado como uma crise no mandonismo tradicional e, mais especificamente, com a emergência do coronelismo (SILVA, L.R., 2011).

O cangaço foi outra forma de resistência que existiu, não por acaso, no Nordeste do Brasil. Esse fenômeno tinha traços em comum, tanto com os quilombos, quanto com as comunidades messiânicas lideradas por beatos, como no caso de Canudos e Caldeirão. Se tinha em comum com eles as raízes culturais, a herança histórica deixada pelos séculos de regime escravista, a pobreza e o Estado como principal inimigo, tinha também as suas diferenças advindas do contexto social, político e geográfico particulares. Diferentemente dos quilombolas e dos grupos liderados por figuras messiânicas, como Antônio Conselheiro, os cangaceiros não tinham motivações sociais coletivas de libertação ou proteção de territórios ou de classes, suas motivações eram mais pessoais ou familiares. Houve muitos líderes de cangaceiros famosos nos sertões nordestinos, entre o final do século XIX e início do XX, como Antônio Silvino, Corisco e Lampião. Esses homens e seus grupos de foras da lei aterrorizavam quase toda a região do sertão nordestino, desde o Século XVIII até a primeira metade do Século XX (MELO, 1985).

Lampião e a “melhor das vidas de pobre”

Entre as décadas de 1920 e 1930, reinou nas caatingas nordestinas o pernambucano de Serra Talhada, Virgulino Ferreira da Silva, conhecido pela alcunha de Lampião. Ele foi o mais famoso e memorável líder cangaceiro. Ele atuou em sete estados: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Os cangaceiros eram homens e, depois de algum tempo, também mulheres, que buscavam abrigo e força na organização de grupos nômades armados, capazes de enfrentar os poderosos da época, suas injustiças e seus abusos. Eram homens pobres, perseguidos pela justiça ou abandonados pelo poder público, que buscavam nos grupos de cangaceiros uma oportunidade de fazer justiça com suas próprias mãos. Perseguidos ferozmente pelas forças policiais da época, eles, à semelhança dos quilombolas do período colonial, conseguiam manter negociações com alguns representantes das elites políticas e econômicas, muitos dos quais, os protegiam e abasteciam com dinheiro, utensílios, armas e munições, em trocas de favores e imunidades (GOIS, 1966).

Como o cangaço é um fenômeno ainda relativamente recente, muita coisa se sabe através de fontes orais, que refletem as memórias de pessoas que viveram naquela época em conversas e entrevistas. O entrecruzamento dos dados coletados por pesquisadores, em muitas entrevistas feitas com diversos ex-cangaceiros e também com ex-volantes, que eram grupos de policiais que combatiam os cangaceiros pelas selvas nordestinas, terminaram por reconstituir de forma muito autêntica várias passagens reveladoras de aspectos muito específicos da cultura e das relações sociais que eram praticadas no Sertão Nordestino, nas primeiras décadas do Século XX.

Embora nunca tenha escrito livros ou artigos sobre o cangaço, meu pai, Paulo de Morais Marques, é um dos maiores conhecedores do capítulo do cangaço em que Lampião foi o grande protagonista. Ele completou 90 anos em fevereiro de 2021 e, desde a sua juventude, andou muito pelos sertões buscando conhecer ex-cangaceiros, ex-policiais, ex-coiteiros (homens que protegiam e abasteciam os bandos de cangaceiros) e personagens populares da história do cangaço para entrevista-los. Chegou a se tornar amigo íntimo de muitos deles. Lembro-me de Sila, uma ex-cangaceira do bando de Lampião, esposa de um dos seus homens de confiança, que tinha a alcunha de Zé Sereno. Ela, já falecida, foi uma das que se tornaram muito amiga de meu pai, tendo inclusive se hospedado em minha casa por diversas vezes. Sila entrou no bando aos 13 anos de idade, permanecendo nele por cerca de 2 anos. Ela estava presente no dia em que Lampião foi morto pela volante do Tenente João Bezerra, em 28 de julho de 1938. Ela conseguiu furar o cerco policial, juntamente com seu marido, Zé Sereno, e mais alguns poucos componentes do grupo. Tudo aconteceu na Fazenda Angicos, em Sergipe, na beira do Rio São Francisco, município de Poço Redondo. Eu cheguei a visitar esse local com o meu pai, numa viagem exploratória que fizemos, antes do local se tornar um ponto turístico. Eu tinha cerca de 18 anos nessa época.

Mas, a vida também proporcionou a meu pai algumas “sincronicidades” que colaboraram muito com a sua pesquisa. Ele é Engenheiro Agrônomo e Psicólogo, e teve um colega do curso de Agronomia, chamado Carlos Cordeiro, que era filho de um médico de Serra Talhada, conterrâneo e contemporâneo de Lampião, chamado Dr. João Cordeiro Lima. Por muitas vezes, sendo amigo de confiança de Lampião, ele tratou de sua saúde, de modo especial de seus ferimentos ocorridos em batalhas travadas dentro das caatingas. Assim, esse colega de turma do meu pai contou a ele muitas passagens dos encontros de seu pai com Lampião. Narrou que, certa vez, tendo sido ferido a bala no pé em um dos confrontos com a polícia, Lampião viajou a cavalo por muitos dias até conseguir chegar ocultamente na sua

cidade natal, onde foi procurar o Dr. Cordeiro. Seu pé, já infestado de tapurus (larvas de moscas), estava quase gangrenado. Vendo aquele enorme sofrimento, o Dr. Cordeiro, tentou persuadir Lampião, perguntando por que ele não deixava aquela vida tão difícil e arriscada de bandoleiro, ao que Lampião respondeu: "não deixo, doutor, porque das vida de pobre que eu conheci, essa foi a mió" (sic).

A "vida cangaceira", errante e ilegal, organizada em bandos de foras da lei, foi a saída encontrada por muitos indivíduos pobres, que se sentiam abandonados pela justiça oficial e pelo poder público. Foi, assim, uma significativa forma de resistência, de busca por justiça e reparação, em territórios dominados pelos coronéis e seus jagunços, pelos políticos e suas polícias, os quais cometiam inúmeros abusos contra indivíduos pobres e suas famílias.

Os cangaceiros utilizavam táticas de guerrilhas nos combates com as forças policiais que os perseguiam. Eles tinham suas próprias regras, costumes e leis; eram temidos pela violência e crueldade que empregavam em suas ações. Esse comportamento despertou o respeito e a admiração por vários integrantes do movimento, que eram considerados heróis por parte da população em razão da bravura e audácia. Contudo, vários sertanejos temiam os cangaceiros, demonstrando total oposição aos "bandidos" (MELO, 1985).

Assim como, praticamente, todos os líderes desses movimentos de insurreição contra os poderes estabelecidos, Lampião foi morto em um combate, como dito acima. Da mesma forma como aconteceu com o líder quilombola Zumbi e com a mesma idade, 40 anos, ele também foi denunciado por um homem de sua confiança, sob pressão da polícia. Após ser morto a tiros de fuzil, foi degolado e teve a sua cabeça exposta em local público, juntamente com a de outros companheiros e da mulher, Maria, para servirem de exemplo. Com a sua morte, o cangaço perdeu força, no entanto, entrou para a história como um movimento de revolta contra o descaso dos órgãos públicos em relação aos pobres do sertão nordestino (GOIS, 1966).

De alguma forma, esses movimentos dispersos no tempo e no espaço estão todos conectados pelo fenômeno da pobreza de longa duração. É fácil de perceber essa conexão, quando se observa o fenômeno atual do crime organizado nas grandes metrópoles brasileiras, de modo especial no Rio de Janeiro. Sabe-se que o tráfico de drogas, como a maconha, o crack e a cocaína, são o "carro chefe" desse tipo de organização, e os morros onde se localizam as favelas, a sua casa , embora o poder e o Capital que possibilitam esse lucrativo

negócio englobe setores sociais dominantes que compram proteção da Justiça através de subornos (ZALUAR, apud SCHWARCZ, 1998).

Ora, os pobres começaram a subir o morro no final do século XIX, a partir da ocupação da Providência, quando os soldados que voltaram da Guerra de Canudos lá se instalaram, à espera do cumprimento da promessa do governo central de doação de terras para a construção de suas habitações. Logo em seguida, juntaram-se a eles os pobres expulsos dos cortiços do centro do Rio, quando da demolição do lendário cortiço, "Cabeça de Porco", que ficava ali bem perto, por ordem do então prefeito Barata Ribeiro, em 1893. Assim, nasceu a primeira favela do Brasil, como um lugar de resistência, onde a pobreza consegue viver entrincheirada até os dias atuais. O fenômeno da favela, a partir daí, espalhou-se por todo o Brasil (BRISO, 2017). Mas, esse não é um fenômeno isolado, pois, atualmente, segundo a ONU-Habitat, cerca de 33% da população urbana do mundo em desenvolvimento em 2012, aproximadamente 863 milhões de pessoas, viviam em favelas. Atualmente, 1 em cada 7 pessoas no planeta vive em uma favela, mas estimativas apontam que, em 2030, será 1 a cada 4 pessoas[96].

Foi nesse ambiente de exclusão socioeconômica, no início dos anos 1980, que surgiu a Falange Vermelha, nome original do atual Comando Vermelho, uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Ela atua dentro e fora dos presídios, promovendo e financiando fugas de presidiários, assim como buscando amenizar as duras condições de vida dos presos, reforçando a autoridade e respeito do Comando Vermelho no seio da massa carcerária, além de explorar essas pessoas em seus negócios. Há organizações criminosas, hoje, atuando em diversas cidades do país, mas o Rio de Janeiro as viu se multiplicarem mais que em qualquer outro lugar. As dissidências entre os líderes traficantes levaram à criação de muitas outras facções, como o Terceiro Comando, os Amigos dos Amigos, e até os que se dizem Seguidores de Deus, como os que dominam a Cidade Alta (id, 2017). Não se está, com esses argumentos, querendo associar a pobreza com o crime ou a bandidagem, mas demonstrar que esses fenômenos estão todos entrelaçados, como formas também de reação e resistência às condições impostas à pobreza, à exploração excessiva do trabalho, aos baixos salários, à privação de direitos, os abusos de poder, a falta de oportunidades e ao abandono por parte do poder público.

[96] Fonte: Disponível em: <https://assuperlistas.com/2020/01/30/as-maiores-favelas-do-mundo/> Acesso em: 29/mar/2021.

Pobreza no Recife

Durante muito tempo, utilizou-se os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento como estando intimamente relacionados, ou seja, o crescimento econômico levaria diretamente ao desenvolvimento. A realidade observada em países capitalistas da América Latina, da África e da Ásia, no entanto, não confirmou essa expectativa. O que se observou é que o crescimento econômico pode acontecer, sem que isso melhore a qualidade de vida de toda a população e sem que eleve os índices de bem-estar social. Isso também tem acontecido historicamente no Brasil (ARAÚJO & ARAÚJO, 2005).

Um bom exemplo é o que aconteceu no Brasil a partir de 2008, quando a crise financeira internacional atingiu em cheio a Economia e as contas públicas. O governo reagiu injetando recursos na Economia como há muito tempo não se via, de modo especial através do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Entre os anos de 2009 e 2015, a produção imobiliária teve um aumento expressivo, inclusive no que diz respeito à habitação popular, que teve um incremento de mais de quatro milhões de moradias. Esse movimento mudou o perfil das cidades brasileiras, mas, paradoxalmente, piorou as condições de vida dos mais pobres, porque levou a um ataque especulativo imobiliário. As cidades se tornaram ainda mais caras, pois esse *boom* imobiliário elevou os preços da terra e dos imóveis. O custo de vida se elevou como um todo, incluindo o preço dos aluguéis (MARICATO, 2019).

De acordo com Maricato (2011), a maior dificuldade no que diz respeito ao déficit habitacional está ligada a uma questão estrutural, que é a concentração fundiária. Se antes do programa MCMV o mercado imobiliário só atendia a cerca de 20% da população, ou seja, a uma elite de alto poder aquisitivo, depois, ele chegou até à classe média, mas não baixou o déficit habitacional, que está na faixa dos que ganham entre zero e três salários mínimos. Segundo aquela autora, esse tipo de fenômeno é próprio do Capitalismo periférico (MARICATO, 2011).

O “mito do progresso da revolução burguesa” ,termo criado pelo economista Celso Furtado (1974) foi desconstruído quando ele defendeu a tese de que o desenvolvimento econômico, tal como é praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, não pode ser universalizado. Esse mito foi responsável pela formação da sociedade industrial moderna, mas não pode, segundo aquele economista, ser reproduzido tal qual em escala mundial. Essas

ideias faziam eco no debate internacional que se travava na época sobre o verdadeiro significado de um “virtuoso processo de desenvolvimento”.

Como já visto no Capítulo 1, o intenso desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido no século XX levou o país a uma acelerada urbanização. Ao mesmo tempo, no campo, a concentração de terras nas mãos de poucos e a modernização conservadora da base agropecuária inviabilizavam, lá, a permanência de milhões de brasileiros. Soma-se a isso o fato de que o crescimento dos salários não acompanhou a rápida elevação da produtividade média da Economia. Isso tudo resultou numa crescente concentração da renda nacional, o que fez do Brasil um país com uma importante base industrial e agrícola no cenário mundial, mas, ao mesmo tempo, um dos socialmente mais desiguais (ARAÚJO & ARAÚJO, 2005). A cidade de Recife é um bom exemplo da desconexão entre crescimento econômico e bem-estar social. Vale salientar que isso não impediu, todavia, que lutas fossem travadas por mudanças nesse panorama.

As análises econômicas feitas pelo Banco Mundial acerca do Brasil apontam que houve um ciclo de progresso econômico significativo entre os anos de 2003 e 2013. Durante esse período, o crescimento do PIB[97] do Brasil foi um dos mais acelerados dentro de série histórica, como se pode ver no gráfico da Figura 25.

Série histórica do PIB - Brasil

[97] O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 14/mar/2021.

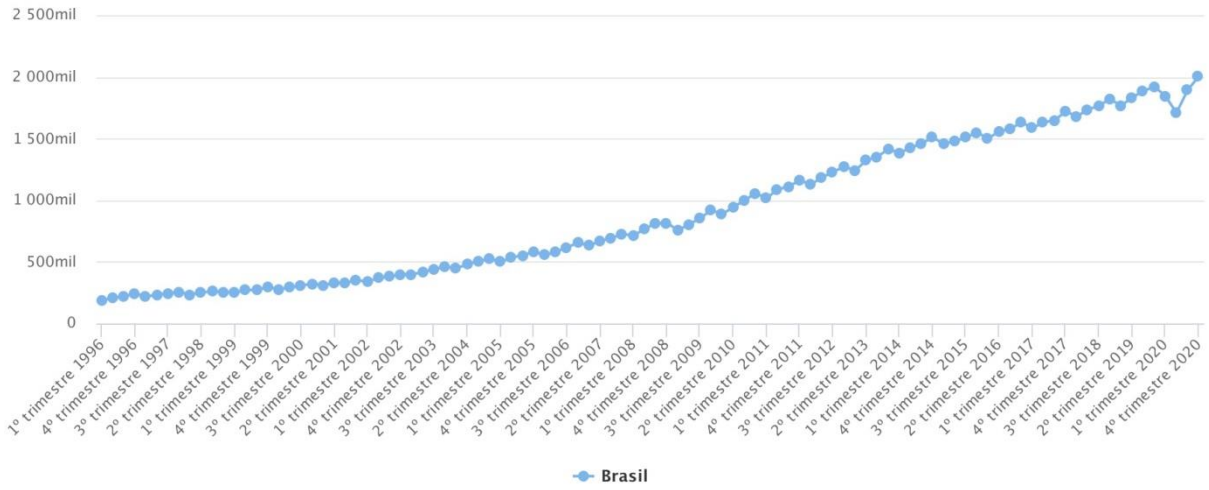

Figura 25: PIB a preços de mercado – Valores Correntes (Milhões de Reais), 1º trimestre 1996 – 4º trimestre 2020. Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

No gráfico da Figura 25 também se pode observar que houve uma queda no PIB entre os anos de 2008 e 2009, por conta da crise econômica internacional. O mesmo ocorreu entre 2013 e 2014, ainda como reflexo da crise de 2008. Em 2020, a queda se deu por conta das crises políticas e de saúde, relacionadas com a pandemia do COVID-19. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal também indicou uma melhora do quadro social em Recife, conforme se pode ver na Figura 26 (PNUD-IPEA, 2013).

IDHM Recife

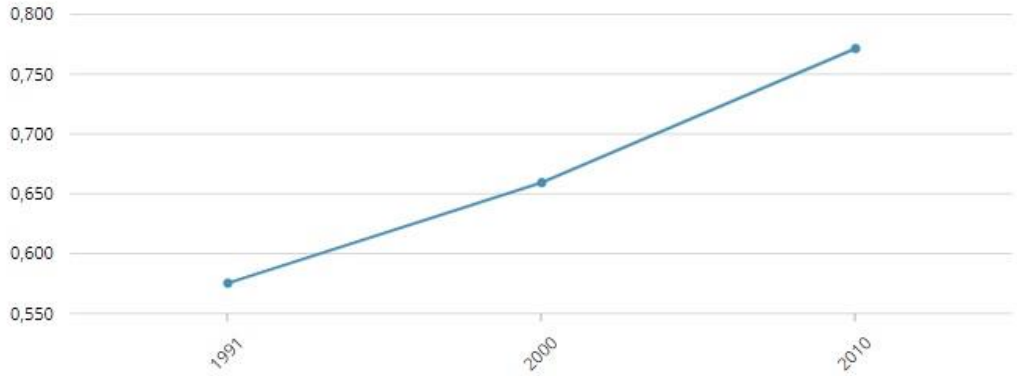

Figura 26: IDHM -Recife. Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf> Acesso em: 14/mar/2021.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo, em três dimensões básicas de: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do

IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (id, 2013).

Os dois índices apresentados acima corroboram entre si, no entanto, o índice Gini[98], que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, deixa clara a desconexão que existe entre o crescimento econômico e o bem-estar social, que em Recife decresceu durante o período em que a economia estava crescendo. Isso contradiz o discurso ainda aceito como verdadeiro nas sociedades neoliberais, o qual afirma que o crescimento econômico garante o bem-estar social de todos.

Observando-se a Figura 27, a Figura 28, e a Figura 29, que indicam o índice de desigualdade (Gini) na cidade de Recife entre 1991 e 2010, em comparação com outras capitais do Brasil, pode-se constatar que, lá, a desigualdade não é um fenômeno recente. Ela aumentou, enquanto o Brasil crescia economicamente, e o Recife se mantinha como a capital mais desigual do país, durante todo o período pesquisado. Os quadros mostram um cenário em que, apesar da melhoria de outros índices econômicos e sociais, persistiu o abismo econômico entre classes e criaram-se bolsões de desenvolvimento ou pobreza, que convivem em disparidade com outros setores dentro de uma mesma cidade. Se existiram impactos positivos no acesso à educação e aos serviços de saúde, consequência da implantação do SUS, no que diz respeito à renda, a desigualdade se acentuou.

Estudos do IBGE de 2019 continuaram a apontar Recife como a capital brasileira com maior índice de desigualdade. Pernambuco apareceu, no mesmo período, como o terceiro estado do país com maior concentração de renda. No índice de Gini, o Brasil era, em 2019, o

[98] Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. Fonte: Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Ano 1 . Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28> Acesso em: 14/mar/2021

nono país mais desigual do mundo, com a marca de 0,543. Ele ficou abaixo de indicadores de Pernambuco e do Recife. De acordo com os mesmos estudos, 7% da população de Recife, cerca de 115 mil pessoas, viviam abaixo da linha de extrema pobreza. O parâmetro seguido foi o do Banco Mundial, que estabeleceu o valor mínimo de US$ 1,9 per capita por dia, abaixo do qual se atinge o estágio de extrema pobreza[99].

A DESIGUALDADE NAS CAPITAIS DO BRASIL - 1991

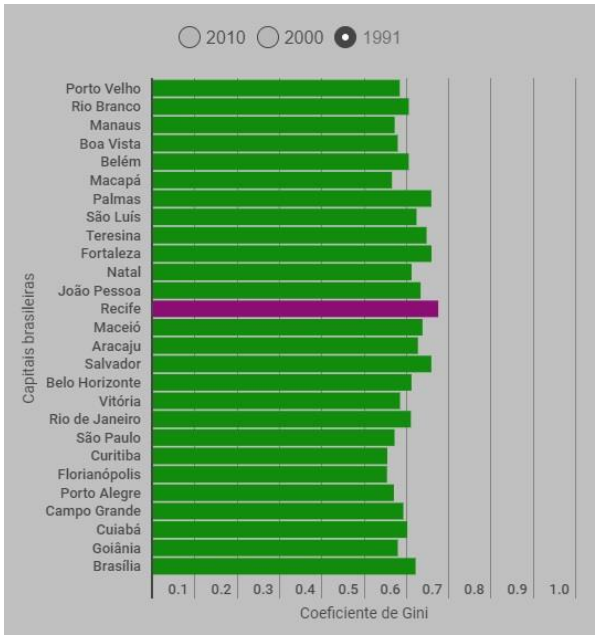

Figura 27: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/

[99] Fonte: IBGE – Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/11/12/recife-e-a-capital-mais-desigual-do-brasil-pernambuco-esta-em-terceiro-lugar-em-desigualdade-entre-os-estados-mostra-ibge/#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20s%C3%A3o%20da%20S%C3%ADntese,da%20linha%20de%20extrema%20pobreza.&text=O%20%C3%ADndice%20de%20pessoas%20pobres,41%2C8%25%20em%202019> Acesso em: 15/mar/2021

A DESIGUALDADE NAS CAPITAIS DO BRASIL - 2000

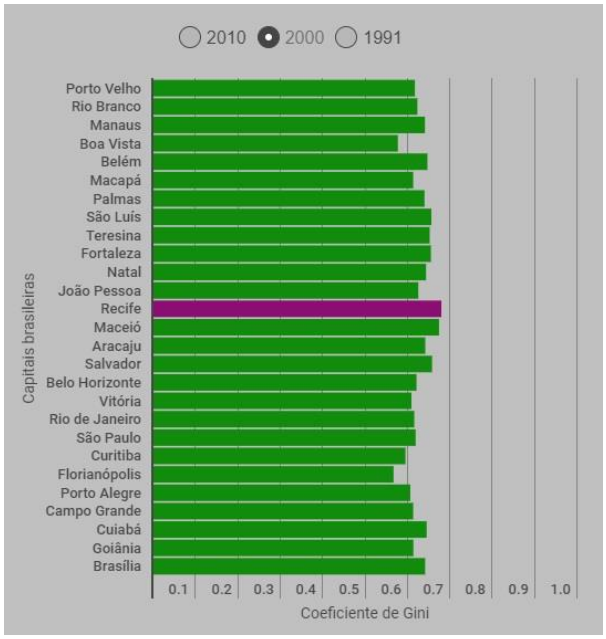

Figura 28: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/

A DESIGUALDADE NAS CAPITAIS DO BRASIL - 2010

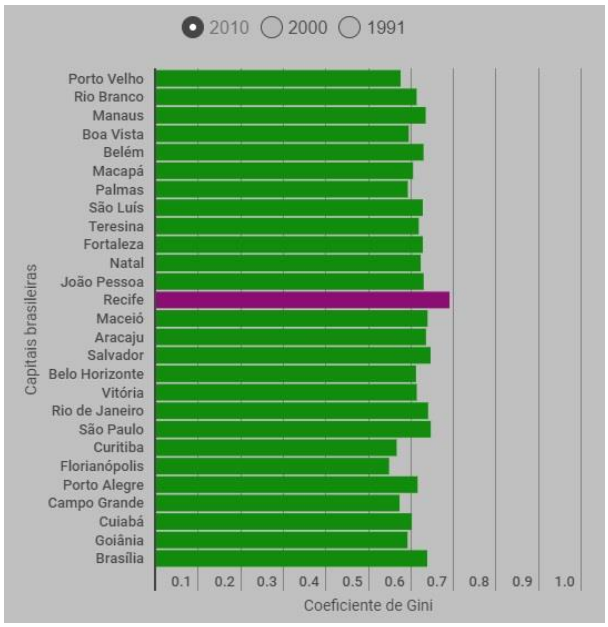

Figura 29: Fonte: http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/

Pelo acima exposto, observa-se que o Recife, assim como a sua região metropolitana, no que diz respeito aos índices econômicos e sociais, cresceram mais que a média do Brasil, entre as décadas de 1990 e 2010. No entanto a desigualdade seguiu no sentido contrário. Vê-se, assim, que o crescimento econômico não veio acompanhado de uma distribuição de renda equitativa, muito pelo contrário, veio acoplado a um sofisticado mecanismo de concentração de riquezas, de modo que os mais ricos ficaram ainda mais ricos, enquanto os mais pobres ficaram ainda mais pobres. O Recife se aprimorou para prover serviços modernos, para atender a esse crescimento, que se concentrou principalmente na área industrial e portuária do Porto de Suape, em sua região metropolitana. *Shopping centers* luxuosos foram construídos e novos cursos universitários foram disponibilizados, de modo especial para atender aos setores de tecnologia da informática, da indústria naval e da indústria petrolífera, que cresceram muito naquele período.

Mas, o moderno e sofisticado se misturaram à pobreza extrema, aos problemas de moradia, de mobilidade, à precariedade da infraestrutura básica. A informalidade como meio de produção de renda se manteve como a melhor opção para muitos. A ilegalidade continuou sendo uma regra, não uma exceção, como saída para o problema da falta de moradia para os mais pobres. Houve avanços em algumas áreas, mas a metade da população do Recife continuou pobre e parte dela, abaixo da linha da pobreza. A seguir, veremos descrições, relatos e análises deste quadro a partir da visão do pesquisador e dos próprios sujeitos pesquisados, através de fontes produzidas no campo de pesquisa.

“Ô moço, com licença!”- Criminalização x resistência, na luta pelo auto-provimento habitacional

Quando cheguei à palafita de Socorro para entrevistá-la, na Comunidade Abençoada por Deus, no bairro da Torre (Figura 30), ela me convidou para sentar em seu pequeno sofá estofado, já meio manchado e com algumas partes já rasgadas. Sua sala de visitas media cerca de 2m x 1,5m e tinha uma “janela”, na verdade uma abertura na parede de tabuas, de onde se podia ver o rio e o lixo que se acumulava em suas margens. Era por ali que ela se livrava dos resíduos e objetos que não lhe serviam mais. Sua vizinha Célia, através de quem fui apresentado a ela, chamava, com humor e ironia, aquela abertura de “o zoológico de

Socorro", porque, a partir dali, ela podia contemplar muitos animais que tinham o rio como bioma, como as galinhas d'agua, as garças e, para a sua preocupação, os ratos. Assim que sentei, ela começou a me contar um fato que lhe sucedeu algum tempo antes:

> Uma vez, eu estava vindo na ponte (que fica acima das palafitas), aí estava vindo um casal. Eu vinha atrás com Júlio (seu filho pequeno) no braço e o casal estava conversando. O rapaz dizia para mulher: "Eita, invadiram de novo, tem jeito não!" Aí, a mulher fez: "Não é rapaz! Já ganharam aí uns apartamentos. Aí o marido dela fez: Esse povo não consegue viver lá nos prédios, não consegue viver lá porque quando chega lá as coisas se tornam mais difíceis, eles já são acostumados a estar batalhando, aí invadem de novo!" Aí, eu fui e disse para ele: "Ô moço, com licença, olha eu vivia de aluguel, eu estou desempregada, tenho dois filhos (...) - e ela comenta: Eu estou morando com um rapaz agora faz dois meses, eu estava sozinha na época – (...) voltando à história do rapaz: eu me meti porque ele falou de uma forma tão grosseira. A mulher disse: Eita, eles já ganharam e já invadiram de novo, ele disse: Ah, esse povo vive disso, ganha um apartamento, aí vende e volta para o local anterior. Eu disse a ele: moço, não é porque eu quero, porque eu passei um ano inteiro colocando currículo, falando com um, falando com outro, e não consegui emprego, então roubar eu não ia, eu não tive esse ensinamento, então é esperar em Deus. Eu esperei em Deus e tive a oportunidade de vir para cá, para sair do aluguel, por que ou eu continuava no aluguel ou vinha para cá e dava uma comida melhor para os meus filhos, fazia as compras melhor, ou eu pegava o dinheiro da boca dos meus filhos para pagar o aluguel. É horrível mesmo! Aí eu disse: eu tenho dois filhos, moro sozinha, vivo do Bolsa Família, eu vendo lanche na rua, faço artesanato, eu pagava aluguel. Quando eu pagava o meu aluguel lá em Dois Irmãos, às vezes eu deixava de comprar um pedaço de carne para dar aos meus filhos, deixava de dar um lanche aos meus filhos, entendeu? A gente não mora de propósito aqui não! Muitos, eu não sei, mas muitos, como eu, estão sem condições nenhuma mesmo. Saem do aluguel para sobreviver aqui, neste cantinho, tem nada que o senhor está com este deboche aí não!
>
> (SILVA, S.,2019)

Figura 30: Marcação da região onde se localiza a palafita da entrevistada Socorro, na comunidade Abençoada por Deus, no bairro da Torre, em Recife. Fonte: Google Maps - 2021

O relato acima descreve um confronto direto entre o discurso de moradores das áreas "oficiais" da cidade e uma moradora de uma ocupação ilegal, não assistida pelo poder público. Com poucas palavras e sem perder uma boa oportunidade, ela explicou a realidade ao cidadão que criticou os moradores da comunidade, sem o conhecimento da real situação. Com base em sua própria história, em poucas palavras, ela deu uma "aula" de sociologia, explicando porque surgem as palafitas e o que elas significam para os que não têm como pagar um local onde morar. Rapidamente ela demonstrou que a palafita é uma forma de resistência no contexto da pobreza extrema. O tom da sua voz deixava transparecer a sua revolta com o julgamento sumário e ideológico das pessoas de outras classes sociais. O que parecia um vício e uma escolha, para o casal que conversava, para ela, era um ato heroico e uma atitude digna, diante de circunstâncias indignas.

A pesquisa de campo demonstrou que faz parte dos estigmas da pobreza serem seus representantes, em geral, nos meios sociais que deles se distinguem, representados como "malandros", aproveitadores e desonestos, que fazem da pobreza um meio de vida. Há, portanto, uma inversão da realidade nessa percepção, como se a pobreza fosse uma escolha conveniente, e não o resultado de uma desigualdade social que é produto de um determinado modelo de sociedade.

De acordo com esse senso comum, os moradores retirados das palafitas recebiam os apartamentos nos habitacionais, já com a intenção de vendê-los, para logo voltarem a “invadir” novos terrenos irregulares, como uma prática de enriquecimento ilícito. Essa visão enraizada na cultura foi, portanto, construída socialmente e se estrutura no preconceito e no ódio aos pobres, herdeiros dos negros escravizados. Essa representação social foi necessária por séculos para justificar a exploração extrema e a subjugação de classes subalternas por uma elite, originalmente rural e depois urbana. Os pobres continuaram, no período pesquisado, a ser criminalizados por terem que criar meios próprios e alternativos de resistência e de acesso a direitos que lhes foram negados historicamente pelas estruturas sociais.

De fato, a Comunidade Abençoada por Deus, que surgiu na beira do Rio Capibaribe em 1994, já havia sofrido intervenções anteriores. A última delas, foi no âmbito do Programa Recife Sem Palafitas, em 2008, numa parceria da Prefeitura do Recife com o Ministério das Cidades, com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na ocasião, 428 famílias foram deslocadas para o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, localizado no bairro de Iputinga, na Avenida Maurício de Nassau, a cerca de 2 Km de distância da comunidade original (LIMA, 2019). (ver Figura 31)

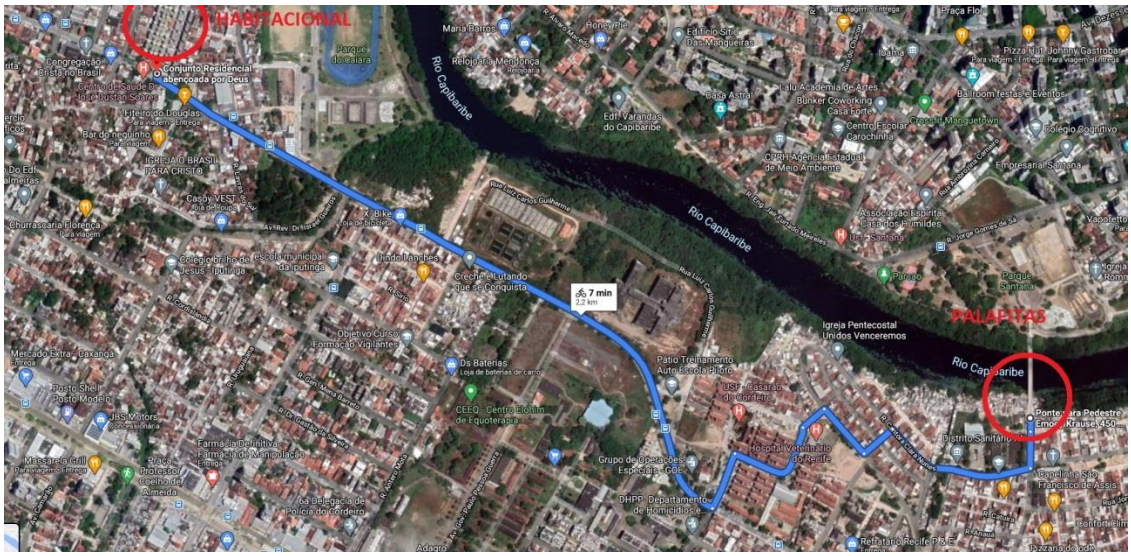

Figura 31: Distância entre a Comunidade Abençoada por Deus e o Conjunto Habitacional Abençoada por Deus - Fonte: Google Maps – 2021.

No entanto, o local foi reocupado por novos moradores, que reconstruíram as palafitas. Eles representavam uma demanda incessante, composta por desempregados e subempregados que não tinham renda fixa nem suficiente para ter acesso ao mercado imobiliário. Assim, não conseguiam comprar nem alugar um espaço para morar numa área legalizada da cidade.

Para esse grupo social, construir uma moradia improvisada em terreno irregular ou mesmo "inexistente", onde seus integrantes não têm que pagar pela construção, pela propriedade do terreno, pela energia elétrica, pela água, muito menos por impostos, termina sendo a única solução possível para moradia. Como disse a entrevistada, Sra. Socorro, ou ela e seus filhos comiam ou pagavam pela moradia.

O sociólogo Jessé Souza (2017) chama a atenção para essa cultura que degrada e criminaliza a pobreza, disseminada pelas noções de "patrimonialismo[100]" e de "culturalismo racista". Essas noções, bastante presentes nas análises sociais sobre o Brasil, advém de uma ignorância histórica e de uma distorção analítica provocada pela análise de alguns intelectuais muito prestigiados, que, segundo o autor, ajudaram a disseminar a ideia de que o brasileiro é "malandro" e "aproveitador", "corrupto por natureza". Jessé considera o "culturalismo" como um termo que suaviza ou minimiza o racismo fenotípico presente nas análises ditas científicas anteriores a 1920. O autor não atribui unicamente a esses autores a propagação desse paradigma, mas também responsabiliza a grande mídia tradicional e alguns setores acadêmicos (SOUZA, 2017, p.14).

Pobreza no Brasil tem cor

De acordo com Souza (2017), apenas novas concepções sobre o país e seu povo poderiam se contrapor às ideias antigas que nos legaram o tema da corrupção como um estigma nacional. Segundo ele, as raízes da desigualdade brasileira não estão na herança de um estado corrupto desde as suas origens, mas no sistema escravocrata adotado durante todo o período colonial (id, 2017).

A pobreza no Brasil nunca foi apenas uma questão econômica. Gênero e raça sempre a envolveram. Rita Izsák, relatora especial da Organização das Nações Unidas sobre questões de minorias, aponta que os negros brasileiros correspondem a 70,8% de todos os 16,2 milhões que vivem atualmente em situação de extrema pobreza. Conforme dados do IBGE, em 2014,

[100] Jessé compreende que o conceito – segundo o qual o Estado brasileiro seria uma extensão do "homem cordial" que não vê distinções entre público e privado – serve para legitimar interesses econômicos de uma elite que manda no mercado, este sim a real fonte de corrupção e poder (SOUZA, 2017).

76% dos mais pobres no Brasil são negros, número que aumentou muito se comparado com 2004, em que esse percentual estava em torno de 73%. A população negra está ligada a todos os estereótipos da pobreza no Brasil, como a criminalidade e a falta de instrução. Dados do INFOPEN (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) mostram que a população carcerária do Brasil é composta em 60% por negros[101].

Há séculos que os muito pobres no Brasil só encontram trabalho mais facilmente na esfera doméstica. Suas famílias continuam essencialmente desestruturadas, uma vez que desde a escravidão essa é uma condição necessária para perpetuá-los numa situação humilhante e de abatimento (SOUZA, 2017). Assim como naqueles primórdios se cultivava o ódio aos escravos como uma forma de mantê-los numa condição subumana, hoje, há uma cultura muito clara de ódio aos pobres entre as classes sociais que deles se distinguem, o que configura uma verdadeira luta de classes, que tem como palco e como resultado a configuração da cidade.

Após o fim do sistema escravocrata e a implantação do trabalho assalariado, os escravos foram expulsos das fazendas no campo e muitos migraram para as cidades, mas não lhes foi dada nenhuma opção de moradia ou de apoio para uma integração à vida social e econômica. Passaram a ser, assim discriminados, segregados, marginalizados e desamparados.

Além de tudo, os negros recém "libertos" também sofreram a concorrência da imigração europeia, que trouxe para o Brasil operários mais qualificados e mais acostumados ao trabalho assalariado, tanto na agricultura, quanto nas indústrias, que na época começavam a surgir no Brasil. Após a abolição, em apenas dez anos (de 1890 a 1900) entraram no Brasil mais de 1,4 milhão de imigrantes, o dobro do número de entradas nos oitenta anos anteriores (1808-1888) (ESCOLA, 2021). Esta concorrência também teve aspectos raciais, pois os brancos vindos da Europa também traziam consigo os genes que supostamente iriam "clarear a raça" dos brasileiros, aproximando ainda mais a sociedade brasileira do padrão europeu, que era o modelo de desenvolvimento e de padrão de vida almejado pelas elites do país (IOTTI, 2015).

---

[101] Fonte: disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta> acesso em 04/junho/2019.

O processo de exclusão socioeconômica dos ex-escravos negros foi confirmado, principalmente, pela ausência de políticas públicas efetivas que permitissem a verdadeira inserção dessas pessoas no sistema produtivo da sociedade, quando se tornaram livres. Entregues à própria sorte, os ex-escravos passaram a morar em cortiços e, posteriormente, nos morros, favelas e espaços similares. Desse estado de extrema pobreza, surgiram todas as mazelas da pobreza, como a delinquência, as doenças, os altos níveis de mortalidade, os crimes, as prisões e os assassinatos de negros e mestiços (DEÁK, 2015).

O "não-lugar" dos pobres nas grandes cidades do capitalismo periférico

Nas metrópoles dos países capitalistas periféricos, onde as cidades são tratadas como mercadoria, como é o caso da cidade de Recife, o pobre não tem renda para pagar o preço da moradia, permanecendo à margem do mercado imobiliário. E por também não encontrar lugar no campo, onde predomina o latifúndio e grassa o desemprego, tem como única opção morar nos "não-lugares", isto é, nos espaços não apropriados para edificação e fora do interesse do mercado, ou seja, nos alagados, nos terrenos extremamente íngremes, nas margens dos mananciais, nos lixões. Dessa forma, os não-lugares passam a ser lugares, onde seus moradores definem uma identidade, desenvolvem relações, criam memórias e histórias. No entanto, esses assentamentos, por não poderem ser legalizados pelo poder público, permanecem à margem do mercado e do Estado, como se não existissem (MARICATO, 2015).

"Não-lugares", como viadutos, marquises, bancos de praça, calçadas e, por analogia, margens de mangues, espaços de passagem ou apenas de contemplação, recompõem-se em quartos e salas, como única saída gerada pela falta de acesso a lugares habitáveis nas grandes cidades, por indivíduos e populações pobres. Eles passam de consumidores a criadores de espaço (AUGÉ, 2003).

Para o antropólogo Marc Augé (2003) o mundo contemporâneo é o espaço da passagem e da circulação. Os aeroportos, hotéis, *shopping centers*, autoestradas, viadutos são exemplos de não-lugares, uma vez que sua natureza é de permanência transitória, lugares de passagem e não territoriais. Tais lugares não criam identidades singulares e patrimônios

comuns, são feitos para o consumo, mas podem, no entanto, ser transformados em lugares geometricamente habitados, como é o caso das comunidades construídas sobre aterros feitos pelos próprios moradores, ou das palafitas, construídas dentro de rios e locais alagados.

Esses terrenos não existem originalmente como lugares, mas são "reinventados" por seus moradores, passando a existir como tal. Não sem muitas lutas e sacrifícios, eles enfrentaram as leis de ordenamento da cidade e constroem a sua precária morada em zonas de preservação ambiental, onde fazem aterros, ou em encostas. Enfim, ocupam áreas impróprias para a edificação de prédios e, por isso, sem valor comercial. No entanto, não encontram, nem mesmo lá, um lugar definitivo para morar, pois, por serem locais onde não é permitida a edificação, vivem sob a constante ameaça de despejo.

Há mais de um século, portanto, desde que os negros foram expulsos das senzalas das casas e das fazendas, que o único lugar nas cidades onde é possível aos mais pobres, seus herdeiros sociais e culturais, hoje desempregados ou subempregados, conseguirem algum tipo de abrigo para morar com suas famílias é nos espaços antes tidos como "não-lugares", ou seja, nos cortiços modernos, nas favelas e nas palafitas.

Essas habitações precárias são resultado da "autoconstrução", nas quais se empregam materiais reciclados ou de baixo custo, verdadeiras ilhas, às vezes mares, de pobreza, trincheiras onde as camadas mais pobres vivem encapsuladas para resistirem na luta por um lugar na cidade. Tais lugares, hoje representados socialmente como favelas, comunidades ou palafitas, são "irmãos mais novos" dos antigos cortiços e mocambos do início do século XX. As referidas tipologias, sempre representadas socialmente como problemas ou como doenças urbanas, são, na verdade, a única moradia possível para quem nelas vivem.

Palafitas: o pior lugar para se morar em Recife

> Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas, fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. ... Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando as suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema. ... Foi o rio o meu primeiro professor de história do Nordeste, da história desta terra quase sem história. A verdade é que a história dos homens do Nordeste me entrou muito mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Entrou-me por dentro dos meus olhos ávidos de criança sob a

> forma destas imagens que estavam longe de serem sempre claras e risonhas (CASTRO, 1967 p. 18).

As palavras acima poderiam, muito bem, ter saído da boca de um dos moradores das palafitas[102] do Recife, ainda hoje tão abundantes nas margens do grande e caudaloso Rio Capibaribe. Mas, foram escritas por Josué de Castro, em sua grande obra "Homens e Caranguejos". Essas imagens influenciaram toda a obra desse grande escritor, médico e geógrafo recifense, seu modo de pensar e de agir e o acompanharam até a sua morte, em 1973. Ele é reconhecido internacionalmente pela publicação de *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951). É dele a autoria da metáfora "homem-caranguejo", como já visto no Capítulo 1, criada para designar uma "nova espécie de homem" que habitava os mangues do Recife.

Tais imagens, até hoje, também estão marcadas na memória e na história de tantos outros recifenses e imigrantes, que encontraram no mangue, paisagem integrante da cidade desde seu surgimento, um lugar para morar. A obra de Josué de Castro destaca o mangue a partir de quatro perspectivas: como ancestral do Recife, como fábrica de vida e exemplo de equilíbrio ecológico, como fonte de conhecimento e como lugar dos "excluídos sociais". É a partir dessa última perspectiva, com foco no tipo de moradia dessa categoria de cidadãos, a palafita, que iremos penetrar nesse "não-lugar".

Foi através da pesquisa de campo, que se criaram várias oportunidades de se entrar em contato direto com o objeto desta pesquisa. Entrevistando-se os moradores mais pobres das comunidades mais pobres de Recife e observando-se o campo pesquisado, foi possível compor uma visão geral das condições materiais de vida nas palafitas. Com base nas entrevistas, foi possível concluir que os moradores das palafitas, tendo como referência os diversos tipos e locais de moradia da cidade, no que diz respeito a suas condições materiais, consideram as suas comunidades o pior lugar para se morar em Recife. Para todos eles, sobre a água e a lama, equilibrada em troncos ou estacas de madeira, a palafita é a única moradia possível.

As pesquisas de campo mostraram que os moradores das palafitas da cidade de Recife dividiam o espaço com ratos, insetos, lama, lixo e mau cheiro. Carregando os estigmas de

---

[102] A palafita é um tipo de habitação construída sobre troncos ou pilares. Esse tipo de construção é comum em áreas alagadiças, pois deixa a casa em uma altura que a água não alcança. Disponível em:< https://escola.britannica.com.br/artigo/palafita/487850> Acesso em 25 de junho de 2019.

invasores, poluidores e agressores do meio ambiente, eles moravam sobre a maré[103], em barracos construídos com material reciclado, recolhido em ruas, lixões e terrenos baldios, como restos de madeira, plástico e chapas de metal.

As palafitas, sendo um tipo de habitação construída sobre estacas, em locais alagados e distantes das redes de esgoto da cidade, despejam os dejetos humanos diretamente na água. O lixo também é jogado na maré, pois os caminhões de coleta passam muito distantes dali. Esses conjuntos de casas são construídos em locais onde os terrenos nem sequer existem, através de sistemas construtivos que se adequam às condições impostas pelas poucas possibilidades existentes. Nesse caso, o sistema construtivo tem a finalidade de aproveitar espaços em regiões alagadas ou sujeitas a alagamentos que, de outra forma, não poderiam servir para moradia. As estacas, colocadas altas, mantêm o piso das casas e das vias de pedestres fora do alcance dos movimentos das marés, evitando que sejam destruídas pelo contato com as águas.

Quando vista de cima, dos andares mais altos de prédios de luxo, que muitas vezes fazem parte da vizinhança, as comunidades construídas sobre a água parecem amontoados aleatórios de casas, é difícil descobrir onde uma termina e onde a outra começa (ver Figura 32). No entanto, há uma lógica funcional nesse aparente caos. Segundo o arquiteto Luis Kehl (2010), olhar para um aglomerado de habitações precárias, hoje representadas socialmente como favelas, é o mesmo que olhar para um “fóssil urbano”, pois elas seriam uma forma secular de ocupação do espaço através do agrupamento irregular de moradias. Os aglomerados humanos do neolítico eram compostos por habitações pequenas e adensadas, dispostas segundo relações familiares e de parentescos. Dessa forma, seriam extremamente semelhantes às favelas, tais como são conhecidas hoje. Em meio ao lixo, aos esgotos e às crianças socialmente desamparadas, elas são capazes de sobreviverem às adversidades e ainda prover formas estruturadas, dentro do seu contexto, de sustentabilidade e de resistência (KEHL, 2010).

[103] Maré é a palavra que os moradores usam quando falam do rio.

Figura 32: vista de parte do Parque dos Manguezais, a partir da Via Mangue, tendo ao fundo o Shopping Riomar e torres de grandes edifícios do bairro do Pina-Recife-PE-2020. Fonte: acervo do autor

No conjunto de palafitas não existe uma regra de como construir ou onde construir. Na verdade, lá, se levanta a casa aonde tem espaço. E como falta espaço para tanta gente, nenhum espaço é desperdiçado. Assim, todo o aglomerado de casebres se transforma num gigantesco labirinto, onde uma ruela se junta a outras, serpenteando por entre as casas.

Quem não conhece muito bem as palafitas, ou não tem a ajuda de um morador, dificilmente consegue entrar e, muito menos, sair dali. Mas, mesmo quem sabe andar nesses caminhos sinuosos não está livre de cair nas armadilhas preparadas pelo acaso. As pontes e caminhos improvisados são um perigo constante. Ao se caminhar entre os becos flutuantes, é preciso dar um passo de cada vez, porque não se sabe ao certo onde estão as vigas de madeira que sustentam as tábuas. Muitas delas ficam soltas depois de algum tempo de uso, podendo facilmente provocar acidentes e quedas dentro da maré, o que não é muito raro acontecer. O agravante é que nesses locais moram também crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiências de locomoção e de visão.

Os incêndios são frequentes nesses tipos de moradia, provocados por um excessivo número de ligações elétricas clandestinas e precárias. Outros fatores provocadores de incêndio são os materiais altamente inflamáveis, como madeira e plástico, associados a fogões a lenha, muitas vezes operacionalizados por crianças ou pessoas idosas e de baixa visão. Os fogões a lenha são a opção possível para muitos moradores que não têm renda suficiente para utilizar o gás de cozinha.

Para matar a fome, muitos moradores, na maioria desempregados, usam artifícios, como a pesca de peixes e crustáceos, ali mesmo, na própria maré sobre a qual vivem. Correm, assim, grande risco de contraírem doenças graves, que podem inclusive levar à morte, pois os animais que pescam se desenvolvem em águas altamente poluídas.

As crianças brincam na beira da maré. As maiores, que já sabem nadar, mergulham. Criam brinquedos improvisados com os restos de materiais, fazem de portas velhas, barcos e de passarelas de madeira, trampolins.

Numa de minhas visitas à Comunidade Abençoada por Deus, no Bairro da Torre em Recife, conversei com a Sra. Jandira, uma antiga moradora da comunidade. Em sua casa, uma pequena palafita de 3 cômodos, moram oito pessoas. O grupo é composto por ela, o seu marido, os cinco filhos e o seu enteado, que é maior de idade e encontrava-se desempregado. Com tanta gente dentro do pequeno barraco, a confusão era bem grande na hora de comer. Sem falar na hora de dormir, quando todos tinham que se acomodar distribuídos nos dois quartos e na pequena sala, onde fica também a cozinha e a televisão, onde os maiores gostam de ficar até tarde.

No entanto, quando a noite avançava e todos dormiam, a maré promovia suas mudanças, alheia ao que acontecia dentro dos barracos. Os quartos eram todos construídos na parte mais para dentro do Rio Capibaribe. A vantagem, segundo a Sra., Jandira, era que a temperatura, sempre quente nos verões da cidade de Recife, ficava bem mais agradável, amenizada pela proximidade com a água. No entanto, a maior preocupação dela eram os ratos, que, “de tão grandes, se parecem mais com gatos”, disse-me ela com um sorriso irônico. Era comum se depararem com ratos dentro de casa no meio da noite que, não raro, atacavam pessoas indiscriminadamente, sejam crianças ou adultos. Na comunidade já haviam acontecido vários casos.

Não era difícil avistar ratos correndo por baixo dos barracos. Com tanta sujeira e lixo acumulado, eles encontravam um ambiente ideal para se proliferarem. Corriam pelas margens, por entre as pedras, restos de lixo e pedaços de madeira, com a mesma facilidade com que nadavam no rio ou subiam para os barracos pelas estacas que servem de estrutura. Havia sempre muitos buracos por onde conseguiam entrar, no chão, nas paredes ou no telhado das casas. Era constante o trabalho dos moradores para tapar as brechas na tentativa de evitar as invasões dos ratos, mas eles conseguiam roer as partes mais estragadas das madeiras e conseguiam sempre um jeito de entrar.

Por essas e outras características, pode-se facilmente concluir que morar em palafitas é bem pior do que morar em morros ou cortiços. Um dos pontos que mais pesam é a insalubridade. A proximidade com a água do rio e com a lama de seu fundo e de suas margens torna o ambiente úmido, propício ao desenvolvimento de doenças provocadas por bactérias,

parasitas e vírus. Tudo isso é agravado pelo lixo produzido pelos próprios moradores e pelo que é trazido de canais e córregos pela própria correnteza do rio.

Júnior, ex-morador de uma palafita na extinta comunidade Xuxa, foi um de nossos entrevistados. Ele foi deslocado junto com toda a sua família para o Habitacional III Via Mangue em 2010. Em seu relato, relembrou as dificuldades dos tempos em que morava sobre as águas do mangue com uma boa dose de humor e ironia:

> Quando chovia, eu me lembro, o meu era o que levava mais sofrimento. Porque os paus de minha palafita, eles eram tão grosso, tão grosso, eu acho que minha canela é mais grosso do que ele, é verdade, (risos). Aí eu disse: Acho que vou fazer de garrafa pet, porque se a correnteza levar, eu não morro afogado. Mas, era verdade mesmo! Lá, o que acontece, a correnteza todinha daquele canal, pra eles fazer a limpeza, eles fechava, de repente soltava. Quando soltava, aquilo vinha com lixo, com coisa... Os pedaços de pau batiam, ôxe! eu passava a noite todinha... Se chovesse, eu passava a noite todinha acordado. Porque vinha pedaço de pau, aí se enganchava nos paus. Aí vinha um saco de carniça, às vezes vinha um cachorro morto, que a turma jogava dentro da maré... E o cheiro, a catinga! Às vezes a gente mesmo é que tem que tá tirando com um pau. Era uma benção, lá!

(VIEIRA, 2013)

Ao mesmo tempo em que as palafitas são o pior lugar para se morar nas grandes cidades, como é o caso de Recife, também são para muitos a única moradia possível. É o caso de muitos desempregados que chegam à cidade de Recife, vindos do interior, fugindo do desemprego, da falta de oportunidade, dos rigores do clima e da miséria. Esses, se tiverem sorte, encontrarão um pequeno barraco sobre palafitas para alugar ou, o que é muito comum, conseguirão um espaço, ainda que dentro da água, atrás da casa de algum conhecido ou parente que veio antes para a cidade. Nesse espaço criado, eles constroem suas palafitas, utilizando restos de materiais que encontram em terrenos baldios, em demolições, no lixo ou nos fundos de alguma empresa ou residência, onde possam pedir permissão para retirar.

A energia elétrica eles puxam do barraco vizinho, de forma clandestina, assim como a água. Dessa forma, conseguem um chão e um teto sem gastar com aluguel, contas de luz e água, que são algumas das principais necessidades básicas para sobreviver na cidade. O pouco dinheiro que conseguem ganhar, catando latinhas de alumínio ou juntando papel, papelão, plásticos e metais diversos para vender em depósitos de materiais recicláveis, servem exclusivamente para comprar comida.

Com o tempo, vão fazendo amizade com outros moradores e conseguindo algum trabalho eventual, como ajudantes de pedreiro, faxineiros, jardineiros, entre outras funções que não exigem especialização. Se conseguirem algum emprego, terão que se contentar com

um salário mínimo, que é o que se paga, normalmente, nos cargos que não exigem especialização. Quando conseguem juntar algum dinheiro, muitas vezes, compram alguma mercadoria e se tornam vendedores ambulantes de água ou alimentos nos sinais e nas praias do Litoral Recifense.

Mesmo com toda essa miserabilidade e muitos sacrifícios, no limite do que se pode suportar, para muitos, viver na cidade ainda é mais viável que viver no campo, onde as propriedades se concentram nas mãos de poucos e onde não há incentivos, segurança ou apoios para os pequenos proprietários. O filho de Leandro, um de nossos entrevistados, que é porteiro em um edifício de luxo no bairro de Boa Viagem, veio para Recife, oriundo da Cidade de Gado Bravo, no sertão da Paraíba, e tornou-se autônomo, como "condutor de cães". Na ocasião da entrevista, Leandro relatou que ele já tem alguns clientes fixos e segue desenvolvendo a atividade com vistas a ampliar a oferta de serviços relacionados a cuidados de animais domésticos em geral. A grande cidade, por mais desafiante que seja, por sua complexidade e sofisticação no estilo de vida, ainda é fonte de uma grande diversidade de oportunidades.

Dessa forma, resolvem-se, ainda que precariamente, os problemas básicos de sobrevivência do corpo. Mas restam muitos problemas culturais e psicológicos que servem de combustível para gerar muitos outros problemas sociais. Em conversas informais com moradores de habitações precárias, muitos relataram que uma das maiores dificuldades é atender a demandas que vêm dos filhos pequenos e adolescentes. Sempre querem comprar roupas, calçados, celulares, brinquedos e uma série de "sonhos de consumo" que são plantados em suas mentes através das propagandas e exemplos na televisão ou nas redes sociais. Há itens não exatamente essenciais, mas que ninguém, principalmente os mais jovens, quer deixar de ter, como é o caso da TV e do aparelho de telefone celular com acesso à internet. Não tendo esses fetiches atendidos pelos pais, muitos jovens caem na tentação de praticar pequenos crimes, como furtos e comércios ilegais para poderem ter acesso a esses bens que vão além das necessidades básicas de sobrevivência do corpo. Para muitos, essas práticas terminam sendo um aprendizado que pode levar à prática de crimes mais graves, como assaltos e tráfico de drogas. Essa seria, se vista por determinado ângulo, uma forma de rebeldia, de reação ao estado de injustiça social no qual vivem.

A natureza e o tempo são implacáveis nas palafitas. A maresia, a humidade e o vento desgastam as estruturas. Aos poucos, os casebres vão sendo engolidos pelo rio. Em pouco

tempo, o dinheiro que servia para alimentar a família tem que ser dividido com o sustento do próprio imóvel onde vivem. As vigas e tábuas de madeira, geralmente de baixa resistência, têm de ser substituídas frequentemente, pois apodrecem com facilidade devido ao constante contato com a água e com a lama. Quando não são encontrados jogados em algum canto da cidade, ou quando não conseguidos como doação, esses materiais precisam ser comprados para serem substituídos, para evitar que haja um desabamento ou acidente grave.

Quem vive ali, sem opção, faz o que pode para manter a casa em pé. O pior é que, para substituir as estacas que sustentam as casas, é necessário entrar na maré e trabalhar, muitas vezes com lama até a cintura. Esse trabalho, geralmente, cabe aos homens, mas é muito comum mulheres terem que executá-los, pois muitas têm que dar conta de tudo, do sustento dos filhos, da manutenção da casa, da educação. Isso porque é frequente serem abandonadas pelos maridos ou companheiros que, desestruturados socialmente, terminam se entregando a bebidas e drogas, se tornando improdutivos ou mesmo perdem o sentido de vínculo com a família que constroem junto com suas mulheres.

Nessas circunstâncias, para as mulheres e seus filhos pequenos, arranjar um marido que trabalhe e obtenha renda é um dos mais comuns meios de sobrevivência. Dessa forma, muitos casamentos e uniões conjugais não acontecem por laços de afeto, mas como uma forma de continuar existindo e criando os filhos. Por isso, a maioria dos relacionamentos não é muito durável, o que resulta num grande número de mulheres abandonadas pelos pais de seus filhos, que são obrigadas a cuidarem sozinhas de suas casas e de sua prole. O número de filhos, nessas circunstâncias, tende a crescer, muitas vezes como resultado de relacionamentos diversos. Assim é comum as mulheres terem filhos de pais diferentes.

Esse aspecto ficou evidente na entrevista que fiz com Socorro, a mesma que “deu uma aula de sociologia” ao casal que encontrou na rua, cuja entrevista foi relatada acima no subitem sobre “criminalização e resistência, na luta pelo auto-provimento habitacional do pobre”. Sua vida conjugal nunca foi romântica ou resultado de amor, de afeição ou de afeto, como costuma acontecer nos contos e nas novelas. Na verdade, foi um meio de sobrevivência, uma forma de ter um homem para lhe dar sustento e segurança, nem sempre com sucesso, como ela mesma conta:

> Mas, aí eu sobrevivi, fui sobrevivendo, fiquei trabalhando, casei várias vezes para sobreviver. Casamento foi uma forma de sobrevivência e segurança, eu acho. Foi isso minha vida, mas não deu certo. Eu ficava olhando assim, dizendo: Meu Deus do céu, que destino, viu? Fui jogada no

> lixo, minha mãe foi embora cedo, fiquei só sem a minha mãe, e uma luta danada, o casamento não dá certo... Agora, casei de novo.
>
> (SILVA, 2019)

Num clima como o de Recife, em que as chuvas são abundantes e as enchentes periódicas, torna-se ainda mais difícil manter a casa segura e se safar dos riscos de acidentes provocados pelas intempéries. Os pisos mais seguros são os feitos com tábuas de madeira maciça, mas esses são os mais caros e, por isso, raros. O mais comum é ter pisos e paredes compostos por madeira compensadas ou aglomeradas, que são ainda mais frágeis e vulneráveis à humidade. Muitos desses painéis de madeira são restos de tapumes desmontados de obras, que são conseguidos como doação, mas não raro, precisam ser comprados.

Esses painéis, quando já estão apodrecendo, ficam flácidos e tornam o andar dentro dessas casas um grande desafio. O perigo de afundar o pé, e até cair dentro da maré, em um desses pontos é real e assustador. Ao se caminhar dentro da casa, é possível perceber toda ela se movimentando. Por isso é fundamental que sejam conjugadas, porque juntas, funcionam como uma estrutura única, assim conseguem resistir melhor ao tempo, ao uso e às intempéries.

Acerca da necessidade de as palafitas funcionarem como uma estrutura interdependente, há um relato curioso de uma entrevistada, moradora da comunidade Abençoada por Deus, no bairro da Torre. Ela contou que, certa vez, durante uma investida do órgão de controle da Prefeitura, que estava demolindo o núcleo de barracos onde ela morava, resistiu bravamente e não deixou que o barraco dela fosse destruído. No entanto, sua luta foi em vão. Porque, todos os outros barracos em volta foram demolidos, deixando o dela desestruturado. Ele não precisou ser demolido, porque caiu sozinho, e ela foi obrigada a arranjar outro canto para morar. A opção que, na época, o governo ofereceu para os moradores expulsos de seus barracos foi a de irem para abrigos da Prefeitura. Ela não aceitou, porque disse que lá havia muitos roubos, e ela não queria ser roubada. Terminou conseguindo ir para outro barraco em nova comunidade, com a ajuda de um amigo. Nesses casos, a solidariedade é um importante elemento, não apenas para a estruturação das palafitas, mas para a própria sobrevivência de seus moradores.

Nessas comunidades, onde as pessoas moram em palafitas, cuidar das casas ainda é menos difícil que cuidar das áreas comuns, como pontes e caminhos suspensos. Isso porque, o dinheiro que já é escasso para cuidar da própria casa, torna-se ainda mais raro, para não dizer

inexistente, para cuidar do que pertence a todos. Naquele lugar esquecido pelo poder público, forjado na necessidade dos que menos têm e que mais precisam, a manutenção das vias comuns, que passa a ser uma tarefa e uma responsabilidade de todos, termina não sendo de ninguém. Por isso, as condições de conservação das áreas comuns são ainda mais precárias que as das casas individuais.

Em função dos perigos para a integridade física que circundam todo o entorno dessas moradias, é comum as mães manterem seus filhos, a maior parte do tempo, dentro de casa. No entanto, a maioria deles só conhece a vida equilibrada em frágeis pedaços de madeira e já se acostumou com isso. Perguntados se gostam de morar ali, respondem que sim, que o que mais gostam é da maré, onde podem tomar banho e brincar com boias. Estas podem ser uma velha porta que flutua sobre a água ou uma câmara de ar de pneu, que conseguem em alguma borracharia da redondeza. Como remos, podem utilizar velhas vassouras. Dessa forma se aventuram e se sentem como marinheiros a navegar por entre as estacas das pequenas casas, nos momentos que conseguem escapar do olhar vigilante e preocupado de suas mães. As crianças se divertem, mas a brincadeira é perigosa e quase sempre proibida pelos pais. O perigo de cair na maré e afundar na lama é real e constante.

Apesar de viverem na beira do rio, muitos deles, quando perguntados, afirmam que não sabem nadar. Por isso, é constante a atenção dos moradores, para evitar que alguém caia dentro do rio ou para pegar de volta, com rapidez, aqueles que caem, o que acontece mais com as crianças. Numa de minhas visitas a uma palafita, uma moradora me contou que, havia um mês, um neto seu despencara da passarela para dentro do mangue e desaparecera sob a água. Ficara preso na lama que cobria o fundo do mangue: “Meu filho pulou dentro do mangue e conseguiu resgatá-lo a tempo, mas foi um grande susto, ele saiu coberto de lama!”, contou-me ela.

Ali, bem perto de onde as crianças costumam brincar, canos que pendem dos casebres despejam líquidos escuros, vindos dos banheiros, das pias de cozinha e tanques de roupa. Não existe rede de esgoto, por isso todos os dejetos dos banheiros das casas caem diretamente na água. O lixo do dia a dia também é descartado diretamente dentro do rio ou em suas margens. Todos ficam, dessa forma, vulneráveis a doenças como diarreias, hepatites entre outras.

As características climáticas de Recife amenizam o sofrimento de quem mora nas palafitas, diferentemente do que acontece em outras regiões do país. Se por um lado o clima de Recife oferece perigos pelo excesso de chuvas, ventos e enchentes, por outro oferece

conforto por não ser frio, como no Sul e Sudeste do país, ou excessivamente quente, como no Norte e regiões do interior do Nordeste. O Recife tem clima tropical úmido, típico do litoral leste nordestino, com temperaturas médias mensais sempre acima de 18 graus centígrados. Em Recife, o verão é longo, quente e de céu parcialmente encoberto; o inverno é curto, morno, com precipitação, de ventos fortes e de céu quase sem nuvens. Dessa forma, tomar banho não é um problema para as crianças e adultos, o que ajuda a combater algumas doenças que, de outra forma, poderiam se espalhar mais facilmente, um problema a menos para quem já se acostumou a viver com tantos.

O mau cheiro, o lixo, os ratos, a lama... Viver nas palafitas já é em si um grande desafio. Mas, para algumas pessoas, é ainda mais difícil. É o caso dos deficientes físicos, dos doentes crônicos e dos idosos, que precisam de atenção especial. Pode-se considerar mesmo impossível alguém conduzir uma cadeira de rodas em vias como aquelas sem a ajuda de outro que tenha muita força e disposição física. O mesmo pode-se se dizer em relação ao deslocamento de pessoas cegas ou muito idosas. No entanto, eles precisam se deslocar diariamente, seja para trabalhar ou estudar, no caso dos deficientes, ou para ir a médicos e tratamentos, no caso de pessoas mais doentes ou idosas. Se nenhum passo é seguro ali, o que se dizer para o deslocamento em cadeiras de rodas? Pior ainda se o dia estiver chuvoso e o piso molhado.

Quando o sol se retira no final do dia, andar naquelas vielas é ainda mais difícil. Há poucos pontos de iluminação, e os trechos mais acidentados são exatamente os que têm menos iluminação. Para os cegos, não existe a questão do horário mais difícil, todos oferecem o mesmo enorme desafio. É preciso gravar os detalhes daquela geografia na própria mente. O problema maior é que as mudanças acontecem sem aviso prévio, uma madeira que se solta, uma ponte que cai, uma proteção lateral que não existe mais, em qualquer pedaço do caminho pode haver uma nova armadilha. Para essas pessoas e para quem cuida delas, é praticamente impossível produzir renda, motivo pelo qual terminam vivendo exclusivamente do benefício que recebem do Estado. As dificuldades que esse grupo enfrenta afetariam qualquer pessoa, mas ficam ainda mais evidentes num ambiente de extrema pobreza.

Nas palafitas, os moradores convivem diariamente com uma contradição, a água que é vista em abundância pelas janelas das casas, muitas vezes rareia nas torneiras. Isso acontece porque a rede de abastecimento é toda improvisada, feita de maneira irregular. A água é puxada de longe, através de canos instalados pelos próprios moradores, que são conectados de

forma clandestina na rede de abastecimento que passa na rua mais próxima. Em toda a comunidade é possível observar os frágeis canos que conduzem a água, muitas vezes substituídos por mangueiras de jardim nos trechos onde se rompem. Se um deles se romper, a água irá faltar para muita gente.

As instalações elétricas seguem o mesmo padrão. Emaranhados de cabos de eletricidade cortam as vielas para levar energia aos barracos de madeira. Os chamados “gatos” são essenciais para quem vive nessas comunidades. Além de acenderem lâmpadas e colocarem para funcionar televisões e geladeiras, eles permitem que os moradores lidem com problemas que aparecem ao longo de quase todo o ano, como é o caso do calor e dos mosquitos. As fiações elétricas nem sempre são adequadas para as instalações, e muitas vezes não aguentam a tensão. Os incêndios, na maioria das vezes causados por curto-circuito, são comuns, como a que aconteceu na comunidade dos Coelhos em agosto de 2013.

O calor provém do próprio clima quente e húmido de Recife, mas é agravado pelo tipo de cobertura dos casebres, que é quase em sua totalidade feita de telhas de amianto ou de metal, que irradiam para dentro de casa o calor recebido pelo sol durante todo o dia. Devido à quantidade de lixo e ao acúmulo de água parada em depósitos naturais e artificiais, é muito grande a proliferação desses insetos, que, além do incômodo que causam, transmitem muitas doenças graves, como o Zica Vírus, a Chicungunha e a Dengue.

Nesse sentido, as palafitas são bem diferentes dos antigos mocambos. Esses eram bem mais adaptados ao clima e, por isso, muito mais confortáveis. Sua cobertura era feita de palha de coqueiro, que não acumula, nem transmite o calor do sol. Suas paredes eram de barro estruturado em madeira, o que também preservava o interior do calor gerado pela incidência do sol. Entre os mocambos, existia mais espaço livre, onde muitas vezes se podia plantar uma horta e criar galinhas e porcos. Os caranguejos eram abundantes, o rio menos poluído e os ratos e o lixo não eram problemas. É por essas e outras razões que as palafitas podem ser consideradas o pior lugar para se morar em Recife.

A produção do espaço como uma tática

Quando as áreas onde se localizam as comunidades mais pobres da cidade de Recife são ocupadas, em geral estão em locais fora do interesse do mercado imobiliário. A

inteligência coletiva que organiza esses espaços não planeja, mas age de acordo com as ocasiões e as oportunidades que surgem de improviso. Os moradores, em condições de extrema pobreza, lançam mão da criatividade para dar soluções a suas próprias necessidades, à margem da Lei de Uso e Ocupação do Solo e desafiando a fiscalização do poder público, que, geralmente, faz vista grossa para esse tipo de ocupação. Fazendo-se um deslocamento no conceito de Michel de Certeau (1994), pode-se dizer que os moradores se utilizam de "táticas" para a produção do espaço, uma vez que o consomem de forma não autorizada, diferentemente das diretrizes definidas nos planos urbanísticos (Plano Diretor da cidade) e dentro de um território onde não é o mais poderoso.

Michel de Certeau (1994) conceitua a "tática" como um tipo de ação que subverte a ordem estabelecida por meio das "estratégias". Para ele, a tática é a maneira de agir do sujeito mais fraco, seja ele individual ou coletivo, dentro de um território dominado pelo mais forte. Então, ele não entra em confronto direto para defender os seus interesses, mas age se utilizando de astúcias, de espertezas, aproveitando as ocasiões que surgem sem avisos e sem planejamentos. Ele dá como exemplo o traçado de uma cidade (lugar próprio), onde cada morador faz o seu próprio caminho (lugar praticado), construindo (-se) ao longo da caminhada permanente, ou seja, aponta para as fissuras das quais o sujeito se vale para subverter essa ordem e imprimir ali sua marca por meio da ação. Por sua vez, a o que ele chama de estratégia é a maneira de agir do sujeito que é mais forte dentro de um determinado território, não necessariamente geográfico. Esse age de forma planejada, visando a objetivos definidos, mas que podem ser subvertidos pelo emprego das táticas (CERTEAU, 1994).

Dessa forma, a produção tática do espaço resulta de uma ação de caráter objetivo. Tais espaços proporcionam a seus moradores lugar para moradia, ainda que precária, a custos baixíssimos, onde o terreno não é comprado, mas "fabricado" através de aterros. As casas são construídas com restos de materiais, geralmente reciclados. Nesses locais, os moradores não pagam por impostos, como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), nem taxas de serviços, como energia elétrica, água ou esgoto sanitário, que são usados de forma clandestina. A sensação de segurança é propiciada pelo sistema de solidariedade entre os moradores e pela configuração do próprio traçado das vielas. A sobrevivência é garantida pela proximidade com os bairros ricos junto aos quais se localizam, onde encontram oportunidade para prestar serviços simples, que não exigem especialização, e para praticar o comércio informal.

Um aspecto particular caracterizava esses espaços: além de haver muita proximidade entre vizinhos devido à estreiteza das ruas e ao fato de as casas serem pequenas e justapostas, há também as relações de parentesco entre eles. Esse tipo de disposição espacial proporciona situações muito vantajosas para os moradores, pois facilita a prática da solidariedade, que é vital em situações de extrema carência, como aquela em que vivem os moradores dessas localidades. Assim, os parentes e vizinhos se ajudavam na tarefa de cuidar dos filhos uns dos outros. Enquanto alguns saem para trabalhar, outros juntam crianças de diversas famílias para cuidar dentro de suas casas, como se fossem uma espécie de creche. Igualmente se ajudam no cuidado de pessoas doentes ou idosas. Também em situações de lazer e descontração, essa proximidade espacial facilita o compartilhamento do prazer e a integração comunitária. A configuração das casas, apesar de muito próximas, mantém demarcada a individualidade dos pequenos terrenos, autônomos e independentes. Isso permite o crescimento vertical das casas, muitas das quais recebem tantos andares superiores quantos são os casamentos ou "ajuntamentos" que acontecem nas famílias. Por conta desse costume, é muito comum a aproximação entre moradias de parentes.

Toda essa organização socioespacial não acontece, no entanto, de forma pacífica. Também resulta de um combate cultural, social e político entre as populações das localidades e os moradores da "cidade oficial". Por estarem em situação de ilegalidade e, portanto, de ausência de direitos, como o de propriedade, estão constantemente ameaçados de expulsão ou despejo por parte do poder público, com o apoio das polícias, que a qualquer momento podem intervir naqueles territórios. A presença desses tipos de comunidades nas proximidades ou mesmo dentro de áreas de bairros ricos deixa à vista os contrastes sociais, o imenso abismo que existe ainda entre os muito ricos e os muito pobres, esse enorme desequilíbrio na distribuição de riquezas, que tanto caracteriza as grandes metrópoles brasileiras, como é o caso de Recife.

Essa proximidade entre pobreza e riqueza é um aspecto essencial da organização socioeconômica das comunidades pobres. Porque é nas áreas ricas das proximidades que eles encontram oportunidades de prestação de serviços e da prática de comércios informais, sem custos para os deslocamentos. No entanto, os conflitos surgem também devido a essa proximidade, uma vez que as áreas pobres desvalorizam os imóveis do seu entorno. A proximidade dos pobres, nesses casos, sempre traz à tona os estigmas da pobreza, pois eles são geralmente representados como uma ameaça à segurança e à saúde dos que moram ou transitam naquelas regiões.

A população dessas localidades é constituída predominantemente por negros, imigrantes e descendentes de imigrantes de zonas rurais do interior do estado, que vêm para a "cidade grande" à procura de trabalho e melhores condições de vida. A falta de recursos obriga-os a se instalarem nessas áreas, que permitem uma moradia de baixo custo e, ao mesmo tempo, próximas aos locais onde podem exercer atividades produtoras de renda.

É o caso de Francisco, que veio do interior à procura de trabalho em Recife na década de 2000. Ele é cabeleireiro e morava, na época em que o entrevistei (2012) em um dos habitacionais construídos pela Prefeitura do Recife, para abrigar moradores expulsos da comunidade Xuxa, que existia no bairro de Boa Viagem. Ele passou um tempo na casa de uma tia, na comunidade, antes de se mudar para o habitacional, como me contou em nosso encontro:

> Você veja, dois anos passam rapidinho, mas pra mim foi uma eternidade! É, eu morava no interior, aí eu fiquei lá (na comunidade Xuxa) dois anos e seis meses. Eu morava no interior, em Quipapá, e vim para Recife atrás de trabalho. Eu vim ter essa profissão depois do acidente de moto. Minha mãe morava na "Xuxa" com meu irmão, então eu aluguei lá uma casa. Eu já conhecia Recife e tudo... Mas, não gostei muito não, pra falar a verdade! Mas, não tinha como morar em outro canto!
> (SOUZA, 2012)

Fica claro na fala acima que, para Francisco, morar em uma comunidade pobre, mesmo que por um tempo relativamente curto, não é uma experiência agradável. Essas condições de moradia não são escolhidas da mesma forma que uma pessoa com boas condições financeiras escolhe uma morada. Elas são a única solução possível, dentro das circunstâncias produzidas pelo desamparo econômico e social em que se encontram as camadas mais pobres da população. A falta de capacidade econômica para a aquisição de uma habitação por meio do mercado imobiliário ou mesmo para o seu aluguel, termina por forçar uma situação de segregação espacial, em áreas muito afastadas dos locais onde se produz renda, onde os terrenos são mais baratos, ou perto delas, mas em condições de extrema precariedade, em terrenos impróprios. O mundo e a realidade são, assim, percebidos de uma forma diferente por essa camada da população, o que termina por produzir uma cultura diferente da dita "oficial", em função de suas lutas pela sobrevivência numa situação de grande carência de comida, de saúde, de educação, de transporte e de moradia (MONTENEGRO, 2013-A).

A população dessas comunidades mais pobres, muitas vezes representadas como favelas pelos moradores das áreas oficiais da cidade, é formada por trabalhadores do mercado

formal, que ocupam as funções menos remuneradas, mas também por pequenos comerciantes e prestadores de serviço autônomos e informais. Estes costumam associar o local do comércio ou do serviço às suas moradias. Esses comércios abastecem a própria comunidade com produtos de primeira necessidade. Os prestadores de serviços autônomos são pedreiros, marceneiros, serralheiros, encanadores, eletricistas, faxineiras, e empregadas domésticas, que trabalham, principalmente, para os moradores das redondezas que têm melhor nível de renda.

A Figura 33 e a Figura 34 demonstram como a organização social nas comunidades pobres, leva a uma configuração híbrida dos espaços, isto é, servem a múltiplas finalidades, sempre inter-relacionadas. Servem, não somente à habitação, mas também como local de lazer, de produção de renda e de apoio à prestação de serviços. Esse fenômeno está relacionado com os níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho. Nessas comunidades, os estabelecimentos que se mesclam com as habitações são os mais variados possíveis, como salões de beleza, oficinas as mais diversas, depósito de bebidas e lojas de roupas. São pequenos negócios familiares que atendem à própria comunidade e às regiões vizinhas (SILVA e BARBOSA, 2005).

Figura 33: Comunidade do Moinho, SP-2014. Fonte: Foto de Pedro Ribeiro Nogueira. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/01/24/comunidade-do-moinho-resiste-ao-se-reconstruir/> Acesso em: 23/abr/2021.

Figura 34: Comunidade Deus nos Acuda, Recife, PE-2010. Fonte: Acervo do autor.

Apesar das péssimas condições de moradia nessas comunidades, o convívio social de crianças, jovens e idosos nas estreitas ruas, onde se encontram para conversar, jogar e namorar, produz memórias agradáveis e um sentimento de pertencimento ao lugar. As experiências de luta em comum e as vivências de atos de solidariedade em situações difíceis, terminam por produzir profundos laços de amizade e de afeição ao lugar, além de uma identidade própria. Há, portanto, um sentido de uso público do espaço, sempre carregado de memórias, de práticas, de vivências relacionadas a uma determinada condição social e cultural, diferentemente do que acontece nas áreas ricas da cidade, onde as ruas pertencem aos automóveis (SILVA e BARBOSA, 2005).

Um dia na pesquisa de campo: "A gente já virou bactéria" - entrevista com Célia (pseudônimo) - Comunidade Abençoada Por Deus, 2019.

Como pesquisador do campo da História do Tempo Presente, sinto-me não apenas sujeito da historiografia, mas também da própria história, porque, nesse caso, esses tempos praticamente se confundem. De modo que registro aqui não apenas a história dos moradores

pobres da cidade de Recife, mas a história de minha própria pesquisa e, consequentemente, a minha própria história. Estas são histórias que se cruzam indubitavelmente. A metodologia que utilizo, proporciona tal percurso. Apesar de relativamente nova, ela se baseia nos mesmos métodos e procedimentos tradicionais da historiografia, com seus limites determinados pelas fontes, embora sejam essas produzidas pelo próprio pesquisador, em conjunto com o narrador (PORTELLI, 1997). Refiro-me à História Oral, à Observação de Campo, ao relato de eventos dos quais o próprio historiador é participante, não podendo ser deles separado.

Era quarta-feira, 09 de janeiro de 2019, um belo dia de sol no verão recifense. Tive que fazer um esforço extra naquela manhã para vencer as barreiras psicológicas impostas pela incerteza, pela dúvida, pela insegurança diante do desconhecido. Mas, a necessidade de ir ao campo coletar dados para a pesquisa tinha que ser mais forte. Tive que lançar mão da fé em mim mesmo, em meu próprio projeto científico, em minhas experiências anteriores. Respirei fundo e tomei energia emprestada do ar, motivado pelo fato de não estar fazendo algo apenas por mim mesmo. Todo esforço científico tem uma dimensão coletiva.

Nós, pesquisadores sociais ou de qualquer outra área, somos movidos por uma força que extrapola os nossos próprios limites pessoais, porque temos a consciência de que estamos cumprindo um papel social. De modo especial os historiadores, pois sabemos que não estamos trabalhando apenas para nossos contemporâneos, mas produzindo conhecimentos que poderão ser acessados e aproveitados por pesquisadores e leitores de um futuro sem fim.

De forma que, naquela manhã, peguei minha bicicleta e parti, do bairro da Boa Vista, onde me encontrava hospedado, em direção ao bairro da Torre. Não fui de bicicleta por acaso. A questão é que esse tipo de transporte me daria condições de perceber melhor a cidade e, possivelmente, de penetrar mais facilmente nas comunidades, onde iria entrevistar os moradores. Isso se mostrou verdadeiro logo depois.

Dias atrás, eu havia percebido a existência de palafitas na beira do Rio Capibaribe. Esse Rio corta praticamente toda a cidade, dividindo essa função com o Rio Beberibe, ao qual se junta na Bacia do Pina, que é estuário dos dois rios.

Andar de bicicleta em Recife no verão de 2019 é mais que uma aventura, é um risco, um desafio que produz medo, pois a cidade não está adaptada para ciclistas, sendo totalmente dominada pelos automóveis. A esse medo, vem se unir a incerteza sobre o que eu iria encontrar pela frente em minha busca aventurosa por fontes de pesquisa. Eu não tinha, nem

podia ter, um plano rigidamente pré-definido. Esse é um procedimento exploratório, em que partimos para o campo de pesquisa sem saber ao certo o que iremos encontrar, como um arqueólogo, que começa a cavar onde supõe que encontrará vestígios da ação humana, e investiga cada "corpo estranho" que encontra na terra.

Minhas tensões naquele início de manhã tinham a ver com o Recife e suas relações de exclusão. Recife é uma cidade que ainda não inclui todas as necessidades espaciais de todos os seus cidadãos. Ela não inclui satisfatoriamente as necessidades de mobilidade de pedestres e ciclistas, gerando situações de tensão, estresse e medo. A quantidade de automóveis particulares é tão grande, que já não cabe mais nas ruas, de modo que o trânsito não flui livremente, como se desejaria. Pode-se dizer que o Recife não cresceu, "inchou", pois se desenvolveu verticalmente, sem que as ruas ficassem mais largas para absorver o aumento na quantidade de carros e pessoas que precisam se mover de um lado para outro. No entanto, se deslocar de bicicleta em Recife, apesar dos riscos e da inadequação das ruas, ainda é menos estressante e até mais rápido que de carro ou de transporte coletivo.

Segui em frente, pedalando, e dirigi-me primeiramente à ponte Prof. Morais Rego (antiga ponte Capunga), que liga a Rua José Osório, no Bairro da Madalena, à Rua Joaquim Nabuco, no Bairro das Graças. Observei o Rio Capibaribe e chamou-me a atenção a vegetação densa e verde em sua margem. Era uma vegetação característica das áreas de mangue, que formava uma linda paisagem ao se misturar com o verde das baronesas, que flutuavam no rio, cobrindo praticamente todo o seu leito. Tinham sido trazidas pelas chuvas de verão que invariavelmente caem na Zona da Mata Pernambucana. Por lá passam as águas do rio antes de banharem os tradicionais bairros da cidade de Recife. O Capibaribe nasce na Serra do Jacarará, na cidade de Poção, no Agreste, e segue pelo interior do estado e Região Metropolitana até desaguar no Oceano Atlântico[104].

Tive a impressão de que, com a diminuição da quantidade de palafitas e a liberação das margens do rio, a vegetação estava se tornando mais exuberante, trazendo mais vitalidade e saúde para o rio e para os animais que nele vivem. Vi recentemente na imprensa local relatos de avistamentos de famílias de capivaras[105] nas margens do Rio Capibaribe, no seu

[104] Fonte: < http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/08/oito-capivaras-sao-vistas-margens-do-rio-capibaribe-no-recife.html> Acesso em jan 2019

[105] As **capivaras** (*Hydrochoerus hydrochaeris)* são mamíferos herbívoros que se destacam por levarem o título de **maior roedor do mundo.** Esses animais apresentam um corpo robusto e musculoso coberto por pelos marrom-escuros e podem atingir cerca de 1,3 m de comprimento e 60 cm de altura. Seu peso varia, e esses

trecho do Bairro das Graças. A propósito, de origem tupi, o nome do rio é uma homenagem a esses mamíferos e significa “rio das capivaras”. Os animais são comuns em suas margens. Em julho de 2016, uma capivara foi resgata por bombeiros na Via Mangue, um novo corredor viário da Zona Sul da capital[106], cujo projeto é também objeto desta pesquisa. Apesar de poluído, o Rio Capibaribe é abrigo para uma fauna exuberante. Em suas águas e margens, ainda podem ser vistos jacarés, capivaras, lontras, garças e uma grande quantidade de aves e roedores. Ao pensar nas capivaras do rio que leva o seu nome, em Recife, lembrei das que vivem no poluído Rio Pinheiros, em São Paulo, mais especificamente no campus da Universidade de São Paulo (USP). Eu sempre ficava algum tempo parado observando-as, enquanto pastavam, nos verdes gramados do campus, durante alguns meses do ano de 2018, quando fui pagar algumas disciplinas do doutorado.

Não tendo avistado palafitas até aquele ponto, segui pela av. Beira Rio, margeando o Rio Capibaribe em direção à Ponte da Torre, que liga a Rua Amélia à Rua Conde de Irajá, no Bairro da Torre. Mais uma vez, só vi vegetação. Resolvi, então, desistir temporariamente das palafitas e seguir para o Habitacional do Cordeiro, uma Habitação de Interesse Social (HIS) construída através do programa Recife sem Palafitas, destinado a famílias que residiam em áreas de vulnerabilidade social, inaugurado em 2004, onde eu poderia entrevistar ex-moradores do Bairro de Brasília Teimosa, situado na Zona Sul de Recife, que haviam sido deslocados para lá há.

Segui, então, em direção ao Bairro de Casa Forte e fui até à passarela de pedestres Monsenhor Fabrício Monteiro, que liga os bairros de Monsenhor Fabrício e Monteiro, para atravessar o Rio Capibaribe mais uma vez. Ao me deparar com o rio, fui surpreendido pela visão de um conjunto de palafitas, que se somavam a uma comunidade pobre de casas muito simples, construídas parte em madeira e parte em tijolos cerâmicos em solo firme, embora na beira do rio. Depois, vim a saber que se tratava da Comunidade Abençoada por Deus. Estranhei, pois sabia que aquela comunidade já havia sido deslocada anos atrás para um habitacional no bairro do Cordeiro. Mas, senti-me animado e novamente desafiado por ter finalmente encontrado o campo de pesquisa que estava procurando.

---

mamíferos apresentam, em média, de 20 kg a 80 kg. Fonte: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/capivara.htm> Acesso em jan 2019

106 Fonte:< http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/08/oito-capivaras-sao-vistas-margens-do-rio-capibaribe-no-recife.html >Acesso em jan 2019

Cruzei a passarela de pedestres montado em minha bicicleta, já tentando imaginar, embora sem conseguir exatamente, como eu me aproximaria de alguém que morasse em uma palafita para entrevistar. Eu queria conhecer a história de vida de alguns daqueles moradores, como era seu cotidiano, como se sentiam morando naquele local, quais eram seus sonhos e seus pesadelos, o que pensavam sobre outros moradores da cidade, o que pensavam ou esperavam dos planos da Prefeitura, entre outras coisas. O mais difícil é que eu não conhecia ninguém que pudesse ser meu apoio, que pudesse me apresentar aos moradores, orientar-me naquele meio no qual eu era um estranho. Ele parecia para mim potencialmente perigoso, em função de relatos e notícias trágicas sobre situações semelhantes, com os quais eu já tinha entrado em contato. Eu tive, mais uma vez, que respirar profundamente e enfrentar meu medo social. Então, segui em frente.

A passarela conduzia diretamente à estreita rua que cruzava a comunidade em direção ao bairro de Monsenhor Fabricio. Eu já conhecia bem o bairro, pois já trabalhei e morei em seus arredores por muitos anos. Ao chegar do outro lado, fiz uma rápida análise visual do entorno, procurando montar uma tática instantânea de aproximação. Eu não poderia vacilar, passar direto ou perder a oportunidade. A Figura 35 mostra uma vista aérea da Comunidade Abençoada por Deus e a passarela de pedestres que lhe dá acesso, para quem vem do bairro de Monteiro. No dia de minha visita, ela já estava mais densamente ocupada que no dia da foto que gerou a imagem aérea captada através do aplicativo Google Maps.

Figura 35: Passarela de pedestres e Comunidade Abençoada por Deus. Fonte: Google, 2018. Adaptação do autor.

Ao terminar de cruzar a ponte, avistei uma casa à minha esquerda, onde havia três rapazes, na faixa dos 18 a 20 anos. Um sentado no batente no lado direito externo da casa,

outro no lado esquerdo e um terceiro em pé na porta, que dava para um pequeno terraço frontal. Os três eram mestiços, dois estavam sem camisa, todos possuíam tatuagens, pulseiras e correntes douradas penduradas no pescoço. Se eu os encontrasse em "meu território habitual", ou seja, nas ruas "oficiais" da cidade, ficaria temeroso. Não posso negar minha cultura preconceituosa de classe média, nem meus traumas sociais. Já fui assaltado em Recife, naquele mesmo bairro, mais de uma vez, ameaçado com arma de fogo por rapazes com aquelas mesmas características físicas.

Olhei um pouco mais à frente, avistei um senhor grisalho e duas mulheres conversando na frente de outra casa. Senti mais confiança em me aproximar deles, pois suas características se distanciavam mais do imaginário de violência criado pela minha experiência de ex-morador de classe média da cidade de Recife. No entanto, ao perceber que os três rapazes me observavam atentamente, com olhares desconfiados e até um pouco assustados, concluí intuitivamente que não poderia passar por eles sem tranquilizá-los, sem satisfazer logo a curiosidade assustada que expressavam a me observar. O olhar deles era como o de um animal, quando não sabe se foge ou se ataca, diante de uma situação ameaçadora. Essa era uma tensão que eu precisava desfazer o quanto antes. Então, estrategicamente, resolvi me dirigir primeiramente a eles. Embora fugissem bastante do perfil das pessoas que eu considerava como alvos preferenciais para minhas investidas, não poderia entrar naquele território sem falar primeiro com eles. Eles eram uma espécie de sentinelas na entrada da comunidade. Eu buscava, preferencialmente, por mulheres e homens já maduros, que tivessem boas histórias de vida para me contar.

Então, dirigi-me primeiro ao que estava sentado no lado esquerdo da casa. Com expressão humilde, simples e sem explicitar medo, desci da bicicleta e me aproximei dele. Falei alto, para que os outros também ouvissem, expliquei que era historiador, que estava desejando fazer uma pesquisa a respeito da vida nas palafitas para relatar em um livro que precisava escrever. Perguntei se eles conheciam alguém da comunidade que pudessem me indicar para que eu entrevistasse. Percebi que estavam com mais medo de mim que eu deles. O que estava à esquerda disse logo que não morava lá, que estava apenas acompanhando a irmã, que viera resolver algumas coisas no local. O que estava na porta disse que eu deveria procurar pessoas que morassem em palafitas, não ele, que morava em uma "casa no chão". Percebi que ele não queria ser identificado como um morador de palafita, pois quem mora em casa no chão pertence a uma categoria social superior naquele ambiente. Falou de forma a expressar a sua distinção em relação às pessoas que eu procurava, de modo a me afastar logo

da frente da casa dele. Como eu continuava com minha expressão humilde, simples, desarmada e até propositalmente ingênua, o terceiro rapaz, que estava sentado à direita, me falou um pouco mais amigavelmente: “o senhor procura aí mais na frente alguém pra entrevistar, tem outras pessoas que podem lhe ajudar. O senhor vai com essa conversa, assim, explica, que eles vão entender.” O que estava em pé na porta da casa disse: “gente que mora em palafitas aqui tem muita, difícil é fazer eles falarem!”

Não sei o que eles imaginaram que eu iria perguntar aos moradores, mas essa última intervenção soou como uma espécie de advertência. Talvez um recado de que o silêncio ali era uma regra, uma forma de defesa, de autopreservação. A recepção deles foi um tanto quanto hostil e defensiva, explicitando o medo que minha presença despertava. Eu estava com medo deles, mas parecia que eles estavam com mais medo ainda de mim. Queriam que eu passasse adiante e saísse da vista deles o mais rápido possível. Mas, disfarçando o meu medo, tratando-os com respeito, com naturalidade, creio que consegui afastar suficientemente a ideia de que eu representava alguma ameaça. Então, fiz o que me disseram, agradeci e segui um pouco mais adiante.

Eu estava vestido com uma roupa simples, camisa tipo polo já surrada, calça jeans desbotada, montado numa bicicleta, com uma mochila velha, a mais velha que eu tinha, pendurada nas costas. Foram detalhes pensados propositadamente, para facilitar a minha aproximação das pessoas, naquele tipo de ambiente. Se eu tivesse chegado bem vestido, dentro de um carro com ar-condicionado, com certeza seria praticamente impossível a minha aproximação.

Eu já tinha atingido meu primeiro objetivo, que era explicar aos prováveis “guardiões” do local quem eu era e qual era a razão da minha estranha presença ali. Já podia abordar outras pessoas na comunidade sem levantar tantas suspeitas, sem correr tantos riscos, pensava eu. Nessa hora começou a cair uma chuva muito fina, da qual não tardei a tirar algum proveito. Avistei um pouco mais à frente, a minha esquerda, uma pequena barraca de lanche, toda feita de madeira e telhas de amianto, como a maiorias das outras casas. Ela tinha uma pequena área coberta na frente, com duas mesas e algumas cadeiras. Havia um jovem sentado em uma das cadeiras, duas bicicletas encostadas na trave de madeira que apoiava a estrutura da coberta e uma mulher, que aparentava ter cerca de 40 anos, atrás do balcão. Ela se movimentava, preparando alimentos no fogão, enquanto conversava com o jovem que estava no lado de fora.

Aproveitei a chuvinha que caia e me coloquei embaixo da coberta com a bicicleta. Antes que eu tivesse tempo para pedir licença, a mulher, de dentro do balcão, me perguntou de maneira um pouco rude, vindo em minha direção: “O que o senhor está querendo aqui?” Respondi com a mesma postura humilde, simples e sem medo com que tinha falado com os rapazes: “Estou me protegendo um pouco da chuva, posso?” ao que ela respondeu rápida e ironicamente: “E está chovendo, é?” Falou olhando para o céu. De fato, a chuva era tão pouca que quase não justificava a minha entrada furtiva em seu estabelecimento. Para mim, foi de fato uma desculpa para parar ali, e ela fez questão de mostrar que havia percebido isso.

Aproveitei para me apresentar e dizer qual era a minha verdadeira intenção ali. Perguntei-lhe, como comerciante do local que ela era, se conhecia alguém que morasse nas palafitas que eu pudesse entrevistar. Ela se aproximou e disse: “Eu moro em uma palafita!” Observei mais de perto e percebi que era uma morena de cerca de 40 anos, de mini-blusa e short curto. Tinha uma tatuagem na perna. Então exclamei (erroneamente), já tentando me tornar mais íntimo: “Então você é a pessoa que eu estava procurando!”.

Por sua expressão, tive logo a certeza de que minha última frase não lhe agradou muito. Ela, então, perguntou: “Por que eu sou a pessoa que você estava procurando?” Percebi que o fato de eu colocá-la como uma pessoa que está sendo procurada fez com que reagisse com um pouco de agressividade. No contexto de minha realidade social, ser a pessoa por quem se está procurando é algo animador. Pode sugerir uma valorização, pode significar a abertura de portas, o surgimento de oportunidades. Então, automaticamente, eu utilizei esse discurso, com a intenção de seduzi-la para a entrevista. Mas, o efeito foi contrário ao que eu esperava. Ser “procurada”, naquele contexto deve ter soado ameaçador para ela. Então, expliquei, mais uma vez, que estava querendo entrevistar alguém que morasse em uma palafita. Por isso, ela era a pessoa mais indicada ou a pessoa que eu estava procurando. Assim, recuperei o controle da situação. Perguntei se ela aceitava ser entrevistada por mim, ao que respondeu: “se você não se incomodar de eu ficar trabalhando enquanto falo, porque não vou poder parar agora!” Eram cerca de 11h da manhã, e ela estava tirando uma panela de arroz do fogo. A barraca não era apenas para lanches, mas para servir almoço também. Era toda feita de tábuas simples, sem pintura, assim como as outras construções. Tinha na parte interna um freezer, um fogão, uma mesa e algumas prateleiras com bebidas quentes e latas de refrigerantes.

Aceitei prontamente a sua condição e falei: “estou fazendo uma pesquisa e preciso conversar com algum dos moradores das palafitas que ainda restam em Recife”. Ela exclamou cheia de energia, pois era uma mulher que demonstrava ter uma personalidade forte, bastante endurecida e lapidada pelos sofrimentos e desafios que a pobreza extrema lhe impôs: “Que ainda resta? Palafitas é o que mais tem aqui em Recife!” Contrariou assim a minha impressão de que o número de palafitas tem diminuído consideravelmente em Recife nos últimos 10 anos. Em meu mundo, as palafitas estavam escasseando, no dela era o que mais tinha, ela estava com a razão!

Eu ainda estava montado na bicicleta. Desmontei e encostei a bicicleta na madeira que sustentava a estrutura do telhado. Então, aproximei-me do balcão, colocando minha mochila sobre uma cadeira que estava atrás de mim. Ela perguntou: “Você anda de bicicleta? É bom, que é econômico!” Respondi, perguntando sobre a bicicleta que estava encostada na lateral da barraca: “É sua? Também gosta de bicicleta?” Enfim, encontrei algo em comum para me identificar com ela. Eu estava tentando estabelecer algum vínculo, descobrir alguma identificação, para criar a necessária relação de confiança. Peguei o meu celular para gravar nossa conversa e perguntei se podia fazer isso. Ela prontamente reagiu à ideia e disse que não gostava de ser gravada, que tinha a “voz feia” e preferia que eu anotasse. Aceitei e peguei meu caderno e minha caneta na bolsa. Pensei comigo: “mas, a história oral se faz com gravador!”. No entanto, era aquilo ou nada! Afinal, História Oral também se faz nas condições possíveis.

Percebi, mais uma vez, a presença do medo nessa postura dela. Afinal, ela não sabia exatamente quem eu era, quais perguntas iria fazer, qual era a minha verdadeira intenção. Eu também não sabia nada sobre ela. Não sei se o seu medo da gravação da voz tinha a ver especificamente com algum aspecto da história dela ou com a regra do silêncio, que era imposto na comunidade. No entanto, eu já havia percebido que o medo, ali, era uma constante e o silêncio uma lei. A tensão da cidade desigual faz com que as pessoas tenham medo dos desconhecidos. No entanto, eu sentia que, naquelas circunstâncias, eles tinham mais medo de mim, que eu deles. Afinal eles estavam em seu ambiente, nas suas casas, em seus estabelecimentos, eu sabia onde moravam, onde trabalhavam. O estranho era eu, a grande incógnita. Ali eles eram os vulneráveis, eu o forasteiro desconhecido e ameaçador. O rapaz que estava sentado numa das cadeiras ao lado, que antes conversava com ela tinha uma aparência amigável e observava calado e atentamente a nossa interação.

Tentei fazer anotações no caderno, enquanto a entrevistava. Mas, percebi o quanto era difícil fazer isso. Se fosse um tipo de questionário a ser respondido com respostas objetivas, seria fácil, mas uma conversa como a que eu pretendia fazer, seria muito difícil. No entanto, anotei o que foi possível, utilizando uma "letra de médico", para escrever rápido, quase sem olhar para o papel. Olhar para ela era essencial. Mas o recurso que usei paralelamente foi gravar em minha memória os seus gestos, suas respostas espontâneas, suas reações, para, ao chegar em casa, gravar um relato, o mais completo e detalhado possível, e depois transcrever e analisar a entrevista.

Perguntei: Como é o seu nome? Ela disse: "Célia, C-E-L-I-A, com acento no E. Digo isso porque muita gente erra a escrita do meu nome!" "Quantos anos você tem", perguntei. "quarenta e um", respondeu. Como é o nome dessa comunidade? Ela falou: "Abençoada por Deus, mas deveria se chamar Coração de Mãe", e caiu na risada. Perguntei por quê? Ela disse: "porque todo mundo que chega por aqui encontra um lugar pra ficar, ela acolhe todo mundo!" Fiquei emocionado com essa sua última afirmação! Como é diferente a visão "a partir de baixo"! Enquanto, para ela, a favela era um lugar de acolhimento, como o coração de uma mãe, para os moradores da "cidade oficial", é uma ameaça, uma ilegalidade, algo que precisa ser eliminado.

De fato, percebi que a solidariedade entre as pessoas que se identificam pela pobreza e pela necessidade extrema é um fator vital. O medo foi o primeiro elemento importante que percebi, o segundo, a solidariedade, ambos ligados à preservação e à sobrevivência no ambiente hostil da cidade desigual, em que tudo é escasso, menos as ameaças, os danos psicológicos, as carências, sejam elas materiais ou afetivas. As marcas físicas e psicológicas deixadas pela rudeza da vida e da discriminação social eram abundantes.

"Há quanto tempo você mora aqui nessa comunidade?", perguntei, continuando minha entrevista. "Aqui, há dois anos, mas já estive por aqui em outros tempos. Moro em comunidades desde que tinha um ano de idade. Já morei em tantas comunidades aqui em Recife, que o senhor podia escrever um livro só com os nomes das comunidades que eu já morei", respondeu rindo. "Aqui eu conheço todo mundo e todo mundo me conhece, eu me sinto segura, em casa", completou Célia, abrindo os braços e sorrindo, numa expressão de felicidade (id, 2019).

Mais uma vez, eu me surpreendi com a sua alegria, a sua felicidade em ser moradora das comunidades pobres do Recife. Vi que a favela é lugar da falta, da carência, do medo, mas

também das boas memórias, do sentimento de pertencimento, lugar do acolhimento, da solidariedade, dos afetos, das boas amizades. Para ela, a favela é mais que sua casa, é o seio de sua mãe!

Perguntei quem eram os seus pais, se moravam também em comunidades. Ela respondeu que sim, mas não se interessou em falar dos antepassados, queria falar apenas de si mesma. Indaguei sobre como ela produzia renda ao longo de todo este tempo. Ela falou que já tinha tido outras barracas, já tinha vendido pipoca, galeto, guaraná, frutas, sempre foi comerciante. Ela disse que é cadastrada no Programa Bolsa Família e que recebe R$ 200,00 de auxílio moradia, por estar cadastrada em um programa habitacional. Acrescentou que isso é somente uma ajuda, pois se fosse viver apenas desse fixo que recebe, morreria de fome.

Questionei acerca dos meios de produção de renda das pessoas que moravam ali ao que respondeu: "Os que têm coragem de trabalhar, como eu, trabalham, os que não têm vão para as calçadas pedir dinheiro e viver do Bolsa Família". Inqueri se o que ela ganhava na barraca vendendo alimentos era mais do que se arranjasse um emprego. Ela respondeu que não existia emprego, que tinha passado 3 meses desempregada, procurando emprego sem encontrar. Então resolveu colocar a barraca de lanches. Fazia apenas duas semanas que ela estava trabalhando com a barraca. Ela disse que já trabalhou muito com carteira assinada, mas não quis informar em que. Acrescentou que trabalha desde os seus 13 anos.

Interpelei, então, como é viver numa palafita? Ela disse: "A maioria das pessoas aqui são ex-presidiários, respondem a algum tipo de processo" O rapaz que estava sentado ao lado retrucou logo: "tem suas exceções! Eu mesmo não sou ex-presidiário!" Ao ouvir isso, entendi um pouco melhor o porquê daqueles rapazes da entrada terem ficado tão preocupados com a minha presença. Eu poderia ser algum tipo de investigador policial ou coisa assim. Fiquei imaginando o real perigo que eu estava correndo! Mas, o que não fazemos em nome da ciência?

A essa altura, ela, já bem mais à vontade, falou: "Se eu tivesse um pouco mais de tempo, levava o senhor pra conhecer o meu barraco, pra o senhor levar uma mordida de formiga de rabo, pra ver como é bom", e caiu na risada! Eu disse que não conhecia essa espécie de formiga. Ela disse que a dor da mordida era muito grande. "A gente já virou bactéria", disse ela. Não entendi e pedi pra ela explicar: "É que a gente já se acostumou com aquele ambiente, a gente é picado pelos bichos e já não sente mais nada. Mas se você for morar lá, não vai aguentar!" Utilizando a metáfora das bactérias, ela demonstrou que tem

algum tipo de instrução formal. Sabia que as bactérias têm a capacidade de se adaptarem às agressões do meio ambiente, criando resistência. Era um conhecimento na área de Biologia. Achei interessante!

Aproveitei a oportunidade para dizer que adoraria conhecer o barraco dela, que poderia voltar mais tarde, se ela não se incomodasse, para ir conhecê-lo. Ela passou a descrever o barraco: Não era de apenas um vão, pois tinha sala, quarto, cozinha e banheiro. A maior parte da casa era em terreno firme, um dos quartos é que ficava sobre o rio, estruturado em palafitas. Segundo ela, esse era o melhor quarto, porque era o mais "fresquinho", pois a água do rio o resfriava. Ela disse que tinha uma filha e dois netos que moravam com ela e que não era casada no momento.

A essa altura, o rapaz que estava sentado só escutando a conversa falou: "O problema são os ratos!" Ela completou: "eles são enormes, do tamanho de gatos, têm dentes muito grandes. Meu irmão foi mordido por um deles. Eu fui visitá-lo no hospital, estava uma coisa horrível, ele já estava ficando com cara de rato! É, a pessoa fica com cara de rato, é incrível!" Então perguntei se ele havia ficado bom. Ela respondeu: "E ele morre? Aquilo é ruim demais!" (risos).

Indaguei se ela tinha vontade de morar em um apartamento, em algum habitacional feito pela Prefeitura. Ela respondeu: "Se Deus quiser, eu terei o meu apartamento!" Eu questionei: "Mas se derrubarem o seu "buteco" e você for morar num apartamento, como você vai ganhar dinheiro?" Ela disse: "Eu vou cozinhar em casa pra entregar pra fora, eu não fico parada, eu sei me virar!" Ela, então, me disse que já estava cadastrada para receber um apartamento no Habitacional Mulheres de Tejucupapo, que fica no bairro vizinho, do Cordeiro. Nome bem sugestivo, por sinal107. Mas, disse que a obra estava parada havia vários anos. Contou que ela, juntamente com os outros cadastrados haviam invadido a obra em 2016, para obrigar a Prefeitura a dar continuidade à construção, mas a Prefeitura entrou na Justiça e pediu reintegração de posse. A polícia, então, chegou e expulsou todos os que estavam, havia cerca de três meses, ocupando os apartamentos inacabados. Esse fato será mais bem analisado no capítulo 4.

---

107 À época da Insurreição Pernambucana, meados do século XVII, um dos confrontos entre luso-brasileiros e holandeses na região, intitulado de Batalha de Tejucupapo, cravou um marco na resistência e expulsão dos flamengos ao ter o primeiro registro da participação de mulheres em um conflito armado no Brasil. Fonte: <http://www.unicap.br/webjornalismo/heranca/site/index.php/2016/10/21/as-heroinas-de-tejucupapo/> Acesso em 18 jan 2018

Então, ainda interessado em conhecer o barraco dela, perguntei se poderia voltar à tarde para que ela me levasse até lá. Percebi que ela estava realmente com vontade que eu conhecesse o lugar onde morava. Senti que esses cidadãos são muito carentes da atenção dos demais moradores da "cidade oficial". Eles têm medo, ficam desconfiados, não permitem gravação de áudio ou de vídeo, mas ficam entusiasmados ao contarem como conseguem sobreviver naquelas condições, têm até certo orgulho desse grande feito. Pensando sobre isso, eu concluí que eles têm razão. Sobreviver naquelas condições precárias e ainda se sentir bem e feliz por estar lá, não é para qualquer um. É mesmo um motivo de orgulho! Definitivamente, a favela não é para principiantes! Então marquei com ela para voltar às 15h daquele mesmo dia, para adentrarmos na comunidade e conhecermos a sua casa.

Nesse ponto, percebi que havia chegado ao "buteco" uma jovem senhora de cor branca, sorridente, com uma criança nos braços. Bastante interessada na conversa que estava se desenrolando entre mim e Célia. Parecia muito humilde e descontraída. Quando ela chegou o ambiente da entrevista já estava estabelecido, portanto ela não passou pelo estágio do medo, da desconfiança, era como se eu já fosse uma pessoa em que ela poderia confiar, pois estava conversando amigavelmente com sua velha conhecida, Célia.

Então, Célia me apresentou a ela, dizendo: "Esta aí, sim, é que você deveria entrevistar. Porque ela mora numa palafita de verdade, a casa dela é toda de palafita!" Sua amiga se sentiu, de certa forma, lisonjeada. Poderia ser entrevistada! Vi no brilho de seus olhos que aquela parecia ser uma oportunidade para falar, contar a alguém como era sua vida, sua luta, situação rara naquele meio. Todos são heróis de alguma forma, mas não têm muita oportunidade para contar os seus feitos. Então, perguntei o seu nome, que era Socorro. Perguntei se ela aceitaria me conceder uma entrevista, expliquei qual era a finalidade. Ela disse, então, a Célia: "Leva ele lá em casa quando ele vier à tarde, que a gente conversa". Parte da entrevista com Socorro já foi apresentada no subitem acima, intitulado: "Ô moço, com licença!"- Criminalização x resistência, na luta pelo auto provimento habitacional". Outras partes dessa entrevista com Socorro serão apresentadas e analisadas mais adiante.

Fiquei animado, aquela minha investida no desconhecido já estava dando bons frutos! O garotinho em seu braço era seu filho Júlio e tinha 3 anos. Parecia bem nutrido e bem cuidado. Célia então disse: "A casa dela é interessante, tem um zoológico, é bem ecológica a casa dela", disse com ironia. E completou: "Lá do terraço dela a gente pode ver muitas plantas e animais, tem pica-pau, saguim, galinha d'água... Ela só não pode pegar, se não é presa pelo

IBAMA[108]. Fiquei curioso para conhecer, e combinamos para fazer isso à tarde, quando viesse para ir na casa de Célia. Socorro pediu que quando eu chegasse, Célia a avisasse pelo Whatsapp.

Achei interessante que, apesar do estado de pobreza em que viviam, todas eram conectadas à internet e, através dela, às redes sociais. Vi que possuíam celulares modernos. Célia me falou que tinha perfil no Facebook e que participava de alguns grupos através dos quais se organizavam, discutiam acerca das lutas e movimentos em prol do recebimento dos apartamentos prometidos pela Prefeitura do Recife. Mais tarde, pude visitar algumas comunidades digitais de pessoas ligadas a movimentos sociais que lutam por moradia, das quais elas faziam parte. Lembrei que, durante minha temporada em São Paulo, no início de 2018, quando fui pagar disciplinas do doutorado na USP (Universidade de São Paulo), cheguei a ver moradores de rua conectados à internet através de celulares ou carregando os celulares em tomadas nas estações de trens e metrôs. A incorporação das modernas tecnologias pelas camadas mais pobres da população em sua luta de resistência é um tema que será analisado mais adiante.

Segunda visita à Comunidade Abençoada Por Deus

Ao término daquela manhã de intensas e ricas vivências na Comunidade Abençoada Por Deus, resolvi voltar para minha hospedagem, no bairro da Boa Vista, para almoçar, descansar um pouco e voltar às 15h, como combinado. Chegando em casa, fui logo gravar um áudio relatando todos os detalhes da entrevista da manhã, procurando somar as lembranças com as anotações feitas durante os diálogos. Algumas delas eu não conseguia mais decifrar, tamanha era a dificuldade de entender minha própria letra. É realmente muito difícil ter uma conversa tão dinâmica, num ambiente tão adverso, e ao mesmo tempo anotar perguntas e respostas em um caderno que está na mão, sem nem mesmo um suporte para apoiá-lo!

Eu havia planejado gravar a entrevista com o meu aparelho celular, para depois transcrever e analisar calmamente. Mas, os fatos são autônomos, quando são simplesmente vividos em seu ambiente natural. Eles não se submetem ao planejamento prévio. Nesses casos, o pesquisador social também precisa atuar de forma tática, seguindo o modelo da

108 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

criação tática do espaço, praticada pelas camadas mais pobres. Temos que usar de astúcias, de espertezas no aproveitamento das ocasiões. Nessas horas, as estratégias, calmamente planejadas nos gabinetes, se mostram ineficientes, elas são suplantadas pelo imprevisível. Nesses casos, não é possível se seguir um *"script",* há apenas uma intenção, uma expectativa de possibilidade de coleta de dados por parte do pesquisador. O ambiente não é totalmente controlado, então o processo é autônomo e o pesquisador tem que se inserir nele, tentando obter o máximo proveito. No entanto, o resultado é surpreendente e vai além das expectativas!

Às 15h, estava eu lá, novamente. Cheio de expectativas, de medos, de dúvidas e de vontade! Peguei o mesmo caminho com a minha bicicleta, a mesma roupa, a mesma passarela, a mesma rua. No entanto, eu já não era mais o mesmo. Parodiando o filósofo grego Heráclito (2002), eu posso afirmar: ninguém entra duas vezes na mesma comunidade, pois na segunda vez, nem eu sou mais o mesmo, nem a comunidade é mais a mesma. Nossa interação da manhã já havia nos transformado para sempre.

Cheguei diante da barraca de Célia. Ela estava sentada atrás do balcão, fumando, ao lado de um rapaz, talvez seu namorado, não sei, ela não me apresentou. Aliás, ele fez questão de que eu não visse o seu rosto, como a maioria dos rapazes da comunidade, permaneceu com a cabeça baixa e não olhou para mim. Eu não era o mesmo da manhã, mas Célia parecia ainda mais transformada. Quando percebeu a minha chegada, olhou-me assim, só mexendo os olhos, não levantou muito a cabeça. Quase pude ler os seus pensamentos: "Ai meu Deus, ele veio mesmo!"

Ela disse estar muito cansada. Certamente havia trabalhado muito no horário do almoço e depois dele. O rapaz que estava ao seu lado permaneceu imóvel, como se eu não existisse, e continuou com a cabeça baixa. Célia, então, levantou-se da cadeira onde estava e disse: "Eu vou lhe levar até à casa de Socorro, a casa dela é que é boa pra você conhecer". Fiquei um pouco frustrado em minhas expectativas, mas aceitei, tudo para mim era lucro! Também aprendi mais uma lição: naquelas circunstâncias, não se pode perder o que o momento oferece, não é bom deixar escapar uma oportunidade, deixar para mais tarde nem sempre funciona. Eu não insisti, desisti de minhas expectativas e aceitei imediatamente o que a ocasião me oferecia, seguindo o exemplo tático dos pobres!

O que se pode perceber a partir da abordagem direta a esses sujeitos que são sempre tratados como cidadãos inferiores? Pude identificar muito medo, fragilidade, desespero, desencanto. Dos que abordei, a maioria não aceitou ser gravado em áudio, foto ou vídeo, no

máximo admitiram que eu fizesse anotações. Não queriam deixar rastros, provas. Creio que não sabem muito bem do que têm medo. Mas é justamente isso, não confiam nas intenções declaradas por desconhecidos, têm um medo social que serve como defesa, pois pode haver algum mal escondido em cada intenção, em cada abordagem, e justificam isso abertamente: "Tem muita maldade no mundo!", me confessou Célia. Quem poderia contradizê-la? Ela falava do que conhecia por experiência!

Mas, apesar da pobreza material, dentro da comunidade são solidários com seus iguais, sentem-se confortáveis, acolhidos e protegidos. A maneira como falam de sua própria realidade denota uma diferença entre o que se é e o que se tem, entre o que se tem e o que se sente com o que se tem. Eles sentem uma espécie de orgulho por sua luta e por serem sobreviventes vitoriosos sobre aquelas circunstâncias tão adversas. Ao mesmo tempo em que são desconfiados para com estranhos, quando adquirem confiança, gostam de falar sobre a sua realidade.

A pesquisa de campo revelou que a favela é um ambiente de contrastes, onde o medo e a coragem convivem lado a lado, assim como a carência e a solidariedade, o acolhimento e a hostilidade, a falta e a disposição para dividir, a tristeza e a alegria. Nela, o ser humano revela a sua capacidade de se adaptar para sobreviver e demonstra que a felicidade depende mais do que se sente e menos do que se tem. O medo vem da fragilidade, da vulnerabilidade social em que se encontram. Há contra eles a polícia, as leis, os políticos, os mais ricos que moram na "cidade oficial". O desespero vem da falta de perspectivas para uma mudança efetiva e próxima. O desencanto, das tentativas malogradas, dos sonhos desfeitos pela frustração, das experiências dolorosas vividas na pele. Resta para eles a solidariedade que encontram principalmente entre os seus semelhantes, ou seja, entre aqueles que sofrem dos mesmos estigmas, dos mesmos destinos, das mesmas mazelas sociais.

Apesar da frustração inicial da tarde, nem tudo estava perdido. Percebi na primeira entrevista da manhã, com Célia, assim como no primeiro contato com Socorro, certo brilho no olhar, certo desejo de contar pra alguém sobre sua realidade, de mostrar o lugar e as condições onde moram, falar sobre as batalhas que já venceram e dos sonhos que ainda alimentavam. Mas, depende do momento, de quem vencer em determinada ocasião a batalha entre os sentimentos conflituosos que povoam as suas almas. Por isso, não se pode perder os momentos em que os sentimentos favoráveis ao pesquisador vencem a batalha.

Para a minha sorte, Célia, embora demonstrando cansaço e desinteresse em me levar até a sua casa, como havia me prometido pela manhã, resolveu se levantar e me levar até a casa de sua amiga, Socorro.

Entrevista com Socorro (pseudônimo): “Minha história começou no lixo!”

Eu estava indo em direção à casa de Socorro, guiado por Célia, que não havia abandonado totalmente o compromisso de me ajudar a conseguir uma entrevista. Eu já não estava mais sozinho, Célia já se tornara a minha guia dentro da comunidade e o cartão de visitas para conhecer outros moradores. Eu havia superado o primeiro estágio! Conseguir a confiança e a solidariedade de alguém influente, partindo do nada, foi realmente o feito mais difícil e o mais importante para alcançar os meus objetivos como pesquisador forasteiro! No entanto, esse era apenas o primeiro passo. Ao sair da barraca de Célia, perguntei sobre a minha bicicleta: “Preciso prendê-la com cadeado?” “Não, deixa aí, disse ela”. Tive que correr o risco. Não deixo a bicicleta sem estar presa ao cadeado em lugar nenhum da cidade. Mas, não podia expressar meu medo e minha desconfiança ali, no território da minha guia. Afinal, não só a bicicleta, mas eu também estava em suas mãos, eu confiava nela, e ela em mim, fomos em frente!

Aquela comunidade já havia sido deslocada para um habitacional construído pela Prefeitura anos atrás, com a finalidade de extinguir as palafitas e casebres ali existentes. Mas, o espaço continuou existindo, assim como a demanda por moradias de baixo custo, assim como o desemprego e os baixos salários. Dessa forma, novas casas começaram a ser construídas novamente, e lá, hoje, continua existindo uma comunidade pobre, constituída de casebres de madeira e palafitas.

Saímos da barraca, entramos na primeira rua à esquerda, andamos uns 50 metros e paramos em frente a uma casa. Havia, ali, uma árvore frondosa, abaixo da qual estava um sofá estofado, ao ar livre, onde um casal de namorados conversava sorridente, como se estivessem na sala de estar de casa. Ela chamou o nome de alguém e perguntou por Socorro. “ela está com dor de cabeça e está dormindo”, responderam! Não era o que eu esperava, mas ela insistiu: “Diz a essa preguiçosa que se levante, porque o rapaz está aqui pra entrevistar ela!”

Não teve jeito, ela teve que se levantar! Saiu da casa disfarçando sua expressão de dor com um leve sorriso, dizendo: “É doida essa Célia! Vamos lá em casa!”

Aquela não era a sua casa, ela estava na casa de uma amiga, que fica na parte frontal do terreno onde mora. Havia na lateral um portão que dava acesso ao interior do terreno, que descia em direção ao rio, para a parte alagada, onde se encontrava a casa de Socorro. Para chegar a sua casa, que era uma palafita, chamada de flutuante pelos moradores, tivemos que caminhar pelos labirintos que dão acesso aos diversos barracos, colados uns nos outros, que se localizam mais próximos e até dentro do rio.

Boa parte dos barracos da comunidade Abençoada Por Deus era desse tipo, ficavam sobre as águas do Rio Capibaribe, equilibrados sobre troncos e tábuas de madeira. Nossa curta caminhada até à casa de Socorro era o suficiente para revelar muito sobre o drama das pessoas que moram nas palafitas. Íamos caminhando, um passo de cada vez, para identificar onde estavam as vigas, para pisarmos em cima, esse era o modo mais seguro de caminhar ali. Ela já conhecia o caminho e andava mais rapidamente, apesar de estar com Lucas, seu filhinho pequeno, nos braços. Eu, que era como um “marinheiro em sua primeira viagem” por um mar revolto, sentia certo medo de caminhar. Havia muitas tábuas soltas, um perigo constante para as crianças, como se pode ver na Figura 36.

Figura 36: piso de tábuas que servem de circulação entre as palafitas. Foto: Caique Luiz - 2013 - Disponível em <https://recifaces.wordpress.com/2013/12/16/em-permanente-compasso-de-espera/> Acesso em 02/ago/2020.

Ela me contou o caso de uma menina de 10 anos que “desapareceu” durante uma pequena festa que faziam para comemorar o aniversário de um morador. A pobreza também permite momentos de descontração e alegria, talvez não muito duradouros, é verdade. Todos estavam bebendo e cantando ao som de um tambor e de um pandeiro, quando deram por falta de uma menina que estava junto deles e, de repente, sumiu. Pararam de tocar e ouviram os gritos da menina, que estava embaixo do terraço de tábuas, a essa altura com o corpo já

coberto de lama, sem poder se mover, enterrada até quase a cintura. Ela havia pisado em uma tábua solta, que se levantou, fazendo com que caísse, como que num alçapão. Quando ela caiu, a tábua voltou a sua posição normal. De maneira que não viam nenhum buraco no piso, perceberam apenas o desaparecimento da menina, e partiram a sua procura. Conseguiram resgatá-la apenas com arranhões superficiais, segundo o relato de Socorro.

Leonardo, um de nossos entrevistados, morador de um dos habitacionais pesquisados e ex-morador da comunidade Xuxa, também relatou situações semelhantes que viveu quando morava em uma palafita:

> Quando chovia que era um aperreio, viu! A ponte é que a gente tinha mais medo, era descoberta, ali caía menino, caía gente idoso, caia tudo! Tanto fazia estar andando assim normal, como fazia "clec" e o camarada descia com tudo! Minha esposa, mesmo, era recorde mundial! Só ela caiu umas 7 vezes dentro da água! Era baque feio! Caia aqui, batia com as costas na outra madeira e caia dentro da lama! Meu filho caia também, enfim, era sofrimento, bastante sofrimento! (LUCAS, 2012)

O cheiro de esgoto era quase insuportável. Seus vizinhos me olhavam com certa curiosidade, percebiam que eu não estava acostumado com aquele ambiente. Eu sentia medo, mas disfarçava. Não era medo apenas das tábuas soltas ou das passarelas suspensas sobre o rio. Mas, medo por estar entrando em um ambiente completamente desconhecido, hostil para mim, acompanhado de uma pessoa que eu havia acabado de conhecer. Afinal, sendo eu morador da "cidade oficial", carregava em meu imaginário o conceito de favela, como sendo um lugar perigoso, impenetrável para quem não era de lá. Mas, eu tinha que ir em busca de minhas fontes. Elas não estavam nos arquivos empoeirados das bibliotecas ou nos acervos dos memoriais, mas escondidos nas entranhas daqueles casebres e embaixo dos cabelos maltratados de pessoas como Socorro.

A essa altura, ela já estava muito mais confortável do que eu, pois aquele era o seu território. Percebi que alguns desses personagens esquecidos, muitas vezes invisíveis para os demais cidadãos que deles se sentem distintos, deixam-se conquistar facilmente, quase que ingenuamente. Ou talvez tenham tanta necessidade de fazer conhecer a sua realidade, que não perdem oportunidade de revelá-la a alguém que se dispôs a escutá-los e prometeu escrever sobre eles. Aos poucos, as barreiras dos medos iam sendo ultrapassadas, tanto dos meus quanto dos dela. De certa forma, seu aceitar em relação a minha visita é compreensível, não é sempre que alguém de uma classe social economicamente bem superior à dela se interessava em saber como ela vivia, ou sobrevivia. Também, quando ela me viu pela primeira vez, eu já

estava conversando descontraidamente com Célia. Então, aquela primeira imagem amistosa fez com que ela rapidamente passasse a confiar suficientemente em mim.

Enfim, chegamos ao seu barraco. Ela disse: “Minha casa é aqui! A casa era toda feita com restos de madeira, lonas, pedaços de grades, materiais de demolição. O piso era de madeira, estruturado em troncos, que eram enfiados no fundo do rio. O primeiro cômodo era como um pequeno terraço. Media cerca de 2,0 m por 1,6 m. Tinha uma abertura para o lado do rio, como uma janela alta, de onde se podia apreciar a vegetação da beira do rio e parte do seu leito. “Esse é o zoológico que Célia falou”, disse ela, rindo da brincadeira irônica da amiga, “é aqui que ela diz que dá para ver os bichos da Maré, tudo, os pica-paus e as galinhas d'água...”

Dava pra ver também uma grande quantidade de lixo produzido por ela mesma, o qual jogava pela abertura do terraço. Boa parte servia para impulsionar o crescimento dos ratos, dos quais Célia me falou. No entanto, onde ela iria colocar o lixo, se não ali? O caminhão da coleta do lixo não entrava na comunidade e ela não poderia carregar o depósito até a rua mais próxima onde havia coleta. A solução era jogar nas margens do rio. A água não estava o tempo todo em baixo de seu barraco, só nas marés altas ou nas enchentes.

Ao fundo do terraço havia um sofá de dois lugares que tomava toda a largura do cômodo. Disse ela: “Esse aqui é tipo um terraço, aqui tem o quarto, a sala, o banheiro. Eu moro aqui com meus filhos e meu esposo. Meus filhos são Luciana e Júlio é só um casal Luciana é a mais velha, tem 10 anos, quer sentar?” Sentei e ela começou a contar sua história.

Socorro, então iniciou o seu relato:

> Eu vivo aqui porque não tenho onde morar. Faz um ano que eu estou aqui. Esse barraco aqui, foi a minha amiga da frente que ajudou a conseguir. A mãe dela vivia no sofrimento, no aluguel, aí ela foi e comprou aqui e me perguntou se eu tinha coragem de viver aqui. Eu disse, tenho. Aí, ela me deu a parte de trás da casa. Ela mora aí na frente, eu era da igreja, aí o pastor e todo mundo ajudou a botar energia, fazer o piso, tudo, ajudou em tudo, aí eu comprei o colchão.
>
> (SILVA, 2019)

Seu relato reforça a compreensão de que as pessoas que moram em palafitas não o fazem porque assim o preferem, porque estão acostumadas ou porque fazem disso um meio de vida. Na verdade, é uma solução precária, mas viável para se conviver com a instabilidade provocada pelo desemprego ou pelos baixos salários.

Mais uma vez, a solidariedade aparece como um elemento fundamental para a sobrevivência desses moradores e para a formação de suas comunidades. Na verdade, é a solidariedade associada a uma situação de completa vulnerabilidade social que os leva a morar em comunidades ambientalmente vulneráveis. Encontrei vários casos em que alguém compra um terreno na beira do rio, de algum posseiro anterior, e oferece a parte de trás do terreno, a que fica na beira do rio, para algum amigo ou parente construir uma palafita. Dessa forma, as pessoas que moram nas palafitas são sempre as mais carentes da comunidade. No caso de Socorro, houve também a ajuda da comunidade religiosa, que se organizou e se solidarizou numa campanha para que ela pudesse obter o material e construir a sua casa na área cedida pela amiga, assim como para comprar os utensílios e a mobília mais básica para poder morar com seus dois filhos.

Socorro continuou contando a sua história:

> "Até um dia desse, isso aqui era só a maré. Eu tenho 36 anos, minha vida é tipo assim, tipo uma cigana (risos), mora aqui, mora ali, um pouquinho aqui, um pouquinho ali, minha história pequena, assim de bebê, é uma história bem difícil bem triste, minha história começou no lixo" (risos).
>
> (id, 2019)

Socorro é uma moradora recente na Comunidade Abençoada por Deus. Faz parte dos moradores que chegaram após a retirada forçada dos residentes de todos os casebres e palafitas que havia na comunidade, para um habitacional no bairro vizinho, o Cordeiro. A Prefeitura derrubou os barracos, mas não fez nenhuma obra de urbanismo para ocupar o local. Dessa forma, os terrenos foram reocupados por novos moradores, pois a pressão da demanda por moradia de pessoas de baixa renda está longe de arrefecer no Recife. Devido à instabilidade econômica, social e ambiental, as pessoas costumam se mudar com frequência, de comunidade para comunidade, sempre fugindo da violência, das ações da justiça, dos órgãos de controle da Prefeitura, dos incêndios acidentais ou provocados, assim como das intempéries da natureza, como os ventos, as chuvas, os alagamentos e os ataques de animais. Terminam por levar uma vida, de certa forma, "nômade", que ela classificou como de "ciganos".

Então, ela continuou a contar como sua vida tinha começado no lixo. Ela nasceu em Feira Nova, que ela chamou de Cidade da Farinha[109]. A maternidade ficava próxima à casa

[109] Feira Nova é um município brasileiro do estado de Pernambuco, localizado na região do agreste, a uma distância de 77 km da capital Recife. Possui como atividade primordial a produção de farinha de mandioca,

onde sua mãe morava com a sua avó. Segundo ela contou, ela é fruto de um relacionamento que sua mãe mantinha com um homem casado. Após a negativa do pai em assumi-la como filha e transformar sua mãe em esposa, esta tentou abortá-la, consumindo grande quantidade de remédios abortivos. Não tendo logrado êxito, depositou a filha na lixeira da maternidade, quando ela nasceu. Foi quando funcionários da maternidade foram avisar a sua avó o que sua mãe havia feito com ela. Então sua avó foi busca-la na maternidade e levou-a para casa, tendo-a criado até à idade de 13 anos.

Socorro continuou o seu relato:

> Minha avó, que se chamava Maria, foi, que me criou. Eu vivia lá, mas ela já morreu. Minha mãe mesmo, acho que ela pensou que eu era lixo, aí me botou no lixo (risos). Hoje eu falo sorrindo, mas antigamente eu falava chorando. Nessa época não tinha esse negócio de chamar o Conselho Tutelar, acho que não existia isso ainda. Quando eu tinha perto de 14 anos, minha avó cometeu a burrice de me mandar para Recife, para conviver um pouco com a minha mãe biológica, que morava aqui. Mas foi uma guerra, porque eu já era uma moça, rebelde, revoltada, né? Com ela!
>
> (id, 2019)

A essa altura, Júlio, seu filho pequeno, que até então estava quieto, ouvindo nossa conversa, começou a ficar impaciente e pediu suco. Um pedido um pouco difícil de ser atendido pela mãe, que disse: “Vou dar água pra ele”. Ele, então, passa a brincar com peças soltas de madeira que estavam no chão do terraço, a querer jogá-las no rio, através da abertura na parede do terraço. O espaço para ele brincar, realmente, era mínimo, e era difícil controlá-lo, quando ele ficava impaciente. Eventualmente, ele conseguia jogar objetos pela abertura, causando sérios transtornos a sua mãe, que tinha que remover tábuas da parede para abrir uma passagem por onde pudesse pegar de volta os objetos. Durante sua entrevista, Socorro deixou transparecer o amor e o cuidado que tinha para com os filhos. Certamente querendo escrever uma “história do contrário” em relação à de sua mãe. A filha maior, Luciana, que tinha 10 anos, estava passando as férias na casa do pai, que mora num habitacional construído pela Prefeitura do Recife, no bairro da Imbiribeira, o Residencial Via Mangue III. Ele era oriundo da Comunidade Xuxa, onde morava com Socorro na época em que viviam juntos. Ela chegou a morar por um tempo no residencial, até se separar desse homem.

Perguntei como ela fazia para obter renda:

---

sendo esta atividade a fonte de renda de uma parte da população de 21.500 habitantes. Fonte: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/feira-nova/historico> Acesso em 21 jan 2019

> Eu já trabalhei muito na casa dos outros, cuidando de crianças, fazendo faxina, cozinhando. Eu amo cozinhar, sou apaixonada por cozinha. Trabalhei muito em restaurante, cozinhando também. Eu arrumei já todo tipo de trabalho. O último trabalho que eu tive, faz tempo, era limpando o Supermercado Arco-íris, faz uns cinco anos. Trabalho fixo mesmo, faz cinco anos. Por enquanto estou só quebrando um galho. Minha filha estuda um pouco distante, o colégio dela fica ali no Cordeiro. Ela não passa o dia no colégio, a série dela ainda não passa o dia todo. Ela faz projeto pela parte da manhã, aí, lá dá um café, aí ela tem a pedagoga. Ela chega em casa por volta do meio-dia, almoça e volta para o colégio e chega de novo à noite. Júlio vai para a creche também, não é Júlio? Mas agora ele está de férias, tem dia que ele fica o dia todo, tem dia que é só até à metade, depende dos funcionários lá. Eu, às vezes, faço os meus artesanatos, vendo lanche nas ruas. Eu trabalho com fuxico, conhece fuxico? (id, 2019)

Respondi que sim, que era um tipo de artesanato muito comum no interior do estado. Perguntei com quem ela aprendeu a fazer fuxico, se foi no interior onde morava. Ela respondeu:

> Eu aprendi a fazer fuxico na vida mesmo, assim, meti a cara na internet, não foi no interior não. Foi um dia desses que eu aprendi a fazer artesanato, porque eu sempre tive vontade. Mas, no momento eu estou parada de tudo, porque de férias, eu não tenho como fazer nada, porque Júlio é "virado", eu não consigo nem sentar para fazer nada. Por enquanto, o marido é quem sustenta, eu não sei até onde vai... O senhor é escritor, faz livros? (id, 2019)

Expliquei que era professor em Campina Grande e que estava fazendo uma pesquisa para o meu curso de doutorado. Falei sobre minha pesquisa a respeito da Via Mangue e as Comunidades da Xuxa e Deus nos Acuda. Agora ela é que estava me entrevistando. Ela contou, então, que havia morado na Xuxa e que tinha vivido a mudança para o Residencial Via Mangue III. Quando ela se separou do pai da filha, teve que sair do apartamento, porque o imóvel estava no nome dele. Perguntei se ela havia conhecido Sandra, a líder comunitária que me ajudou na pesquisa sobre a Xuxa, mas ela disse que não lembrava, já fazia muito tempo que havia saído de lá.

Entrevista com Luís (pseudônimo) em 10/01/2019: o desespero de ver a casa caindo sem ter dinheiro para reparar.

Estava eu voltando, com a minha bicicleta, de uma tentativa frustrada de entrevista com um morador de uma comunidade no bairro do Cordeiro, quando resolvi parar em um estabelecimento comercial de um amigo para tomar um refrigerante. Já era perto do meio-dia e ele estava na frente do minimercado, especializado em amendoins e castanhas, quando me recebeu e perguntou o que eu estava fazendo. Respondi contando sobre a minha pesquisa e sobre a frustração da entrevista que não acontecera. Então, ele me falou do caso de um funcionário seu que morava em uma comunidade pobre, na beira do rio Capibaribe, que pedira demissão naquela manhã, porque sua casa estava caindo e ele não tinha dinheiro para consertar. Pedindo demissão, ele receberia uma indenização e, com ela, poderia fazer um conserto emergencial. Meu amigo disse que tentou dissuadi-lo da ideia, sem sucesso.

Confesso que fiquei chocado com aquela atitude! Não entendia como uma pessoa, que já tem tão pouco, abriria mão de seu emprego para gastar o dinheiro da indenização em uma obra de restauração da casa. Como ele iria resolver o problema do desemprego depois? Como ele ainda estava no local, pedi para conhecê-lo. Afinal, ele se enquadrava completamente no grupo de cidadãos que eram objeto de minha pesquisa.

Fui então levado até Luís, que ainda estava abastecendo uma prateleira com produtos que tirava de uma caixa. Ele era um rapaz de vinte e poucos anos, negro e franzino. Seus gestos eram tensos. Ele parou o que estava fazendo e apertou a minha mão. Seus olhos estavam avermelhados, como quem havia chorado há pouco. Então contei a ele sobre a minha pesquisa e perguntei se ele aceitaria me dar uma entrevista. Avisei que iria gravar a nossa conversa para depois transcrever e utilizar no trabalho acadêmico. Ele imediatamente disse que poderia dar a entrevista, mas não aceitaria ser gravado. Na hora, eu me lembrei do caso de Célia, que eu havia entrevistado dias antes. Ela também não aceitou ter sua voz gravada. Mais uma vez, o medo se apresentava como um empecilho ao procedimento da História Oral. Mas, eu insisti e o convenci, explicando que era amigo do dono do estabelecimento e que ele poderia confiar em mim. Também falei que não iríamos tratar de nenhum assunto comprometedor, apenas queria que ele me contasse o que estava acontecendo com a sua casa e por que teria tido aquela atitude, de pedir demissão do emprego. Eu estava, ali, em um

ambiente mais controlado e me sentia mais seguro para persuadi-lo. Ele enfim aceitou, mas me pediu para esperar um pouco, até o horário de seu almoço.

Cerca de 20 minutos depois, fomos até um espaço que havia nos fundos da loja e nos sentamos sobre uma pilha de tábuas que estavam lá depositadas. Um aspecto curioso é que aquele espaço já havia sido alugado por mim, por 12 anos, durante o período em que eu mantive uma loja de móveis planejados em Recife, chamada Habitat Design. Quando fechei a loja em 2007, ela foi alugada ao dono do estabelecimento onde estávamos. Eu me sentia em meu ambiente, diferentemente de quando entrevistei Célia e Socorro, dentro da comunidade.

Ele me falou que era casado, "mas não no papel", e que tinha uma filha de 5 anos. Ele começou a falar espontaneamente, quase sem que eu precisasse perguntar nada:

> "a minha esposa não trabalha, só tem eu que trabalha na casa, e sempre tem as conta, né? A casa, eu comprei já a uma segunda pessoa. Era um barraco de tábua, aí, a chuva deu e a cheia e derrubou e a mulher construiu. Aí ela me ofereceu para eu ficar pagando a ela. Ela construiu só as paredes. Ficou faltando piso, telhado, água, luz, tudo. Eu peguei na terra! Eu trabalhava em Olinda, numa firma lá, aí consegui comprar as telhas, e cada dia eu fazia um pedacinho. A gente morava em cima da terra mesmo. Aí depois eu fiz o piso. Eu fui pra lá, porque eu estava na casa de meu irmão, minha filha estava pequena, aí eu tive que ir pra lá" (MATOS, 2019).

O depoimento acima ilustra bem como se dá a forma de provisão da habitação nas classes populares. Segundo a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato (1982), esse processo de "autoconstrução" que acontece nos grandes centros industriais se distingue do modo tradicional de mutirão e ajuda mútua, reconhecidos como solidários, cooperativos e de base rural. Ao mesmo tempo em que, no campo, esse processo cooperativo foi desaparecendo com a modernização, nos grandes centros a "autoconstrução" habitacional foi ganhando importância como modo de provisão habitacional da classe trabalhadora. Segundo essa autora, que faz uma análise de base marxista, esse processo resulta diretamente da exploração capitalista da força de trabalho em articulação com a acumulação de capital. De acordo com ela, na ausência da assistência do Estado, esse processo se estende para a construção de igrejas, de escolas, de creches, abrangendo também o espaço urbano, com a construção de praças, ruas, pontes, etc. (MARICATO, 1982).

Eu mesmo, como arquiteto, já fiz vários projetos de capelas ou pequenas igrejas para comunidades pobres construírem com suas próprias mãos e com recursos arrecadados em

campanhas comunitárias. Cheguei a cavar com eles, utilizando a enxada, as primeiras valas para a fundação das paredes, nos eventos de lançamento da primeira pedra. Por lá fiz grandes amizades com gente muito simples. Na época, eu me aproximei de algumas comunidades pobres através da amizade que tinha com um padre da Igreja Católica, chamado Amaurílio Machado de Souza, que é professor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), escritor e apresentador de programas no rádio e na televisão. Hoje ainda é pároco em um bairro pobre de Recife.

Eu o conheço desde que eu era uma criança e estudava no Colégio Salesiano de Recife. Fiquei ligado a ele, desde o Catecismo, até quando casei e quando batizei os meus filhos. Ele era uma espécie de "padre da família". Então, quando ele foi trabalhar em comunidades pobres na cidade de Moreno, na Zona da Mata de Pernambuco, e no bairro do Vasco da Gama, em Recife, pediu minha colaboração para fazer os projetos e acompanhar as obras nas comunidades. Sempre que uma dessas obras ficava pronta, ele me convidava para a grande festa de inauguração, onde eu me sentava na primeira fila dos bancos, onde ficavam as pessoas que haviam colaborado de alguma forma mais destacada no processo. Hoje, não tenho mais aproximação com a Igreja e, consequentemente, não tenho visto mais o meu amigo, que eu chamava de "padre construtor". Mas, guardo boas lembranças dele e daquele tempo, tão marcante para a minha formação como pessoa e como profissional.

E Luís continuou com seu depoimento:

> "eu fiquei desempregado, mas arranjava uns bicos como servente de pedreiro e dava 50 Reais a ela por mês. Eu tinha combinado 250, mas esse era o dinheiro que eu podia dar a ela. Porque eu tinha que comprar fralda, leite, remédio... Foi quando eu vim trabalhar aqui (no minimercado), e passei a pagar 250 a ela. A casa custou 5.000 reais. A casa foi, bem dizer, dada. Porque tem, em primeiro lugar, Jesus Cristo pra dar as coisas a gente, né?, e também pessoas de bom coração, para facilitar as coisas pra gente (MATOS, 2019).

Eu perguntei se a casa dele tinha alguma parte de palafita. Ele disse que não, mas havia cedido a parte de trás para um colega, que estava precisando. Então ele construiu uma palafita. E continuou:

> "Não é um terreno seguro, porque atrás de minha casa passa uma manilha, de uma boca de lobo (peças da rede de escoamento de águas pluviais, que desemboca no rio). E quando deu umas chuvas mais pesadas, duas manilhas conseguiram cair, arrastando um pouco de minha barreira, e minha casa rachou e o piso desceu também um pouco. Na quina da parede, não tem mais nada embaixo, a base está oca. Porque, assim, tem mês que dá e tem mês que não dá, porque a gente tem que comprar alguma coisa pra

> colocar dentro de casa também, né? Eu ganho um salário aqui (mínimo), então eu sempre tiro um pouquinho pra ajeitar a casa (id, 2019).

Eu já fui arquiteto da Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade de Recife (CODECIR), onde eu criava mapas de classificação de risco para edificações precárias, em áreas carentes, como expliquei na introdução desta tese. Pela descrição que Luís fez dos danos que a casa dele já sofreu, ela seria classificada como de alto risco. Uma parte da casa já está suspensa no ar, sem nenhuma fundação, e já está se partindo, prestes a desabar, restando para isso apenas cair uma forte chuva, o que não é raro em Recife.

Na condição de técnico da área da construção civil, eu não pude lhe dar qualquer orientação sobre como fazer o reparo de sua casa. Porque o problema não estava na casa, mas no terreno, que era aterrado e estava se erodindo devido ao despejo das águas pluviais que saiam de uma manilha. Só uma grande obra de engenharia poderia dar uma solução para aquele tipo de problema. E , certamente, a sua casa já estaria condenada à demolição, para que o problema do terreno e das manilhas pudessem ser resolvidos.

Portanto, ele e sua família estavam correndo um real e iminente risco de vida. O que para mim foi difícil de ser compreendido no início da conversa, tornou-se claro. Diante desse quadro, não é difícil de compreender o seu desespero. Sem falar que aquela casa foi comprada com muito sacrifício, e ele não poderia ver ela se diluir no rio, passivamente. Entre perder o emprego e perder o único patrimônio, a própria vida ou a vida de seus entes queridos, é compreensível que o emprego ficaria em segundo plano, mesmo que ele não soubesse como iria comprar comida no mês seguinte. Sua preocupação era com o momento presente, com a iminência do desastre, o mês seguinte cuidaria de si mesmo. Fiquei imaginando a tensão que pressionava a mente e os nervos daquele jovem!

Depois, ele me contou que, antes de se casar, há cerca de 7 anos, ele estava morando em São Paulo, onde passou 2 anos. Mas, segundo suas palavras, “aconteceu de a Prefeitura querer o terreno lá, porque era uma invasão. Eu morava lá com um conhecido. Então resolvi vir embora para o meu lugar. Aí fiquei morando com o meu irmão. Foi quando conheci a minha esposa e a gente se juntou.” No fim de nossa conversa, ele me agradeceu pelo que eu estava fazendo por ele. Então eu perguntei o que eu havia feito por ele. Ele disse que eu parei para ouvi-lo: “ninguém para pra ouvir ninguém, não! A história de muita gente aí não é ouvida, não!

Muito embora essa sua última fala se refira a uma necessidade psicológica de ser ouvido, de ter alguém que parasse e se interessasse por sua história, pela sua luta, ela também revela o quanto a experiência das pessoas ditas “de baixo” tem sido negligenciada no sentido social, político e científico. Como ele mesmo falou, a história da vida cotidiana da grande massa de trabalhadores, de homens e mulheres pobres do meio urbano ainda não é bem conhecida e, por isso, não é bem compreendida pela grande maioria dos cidadãos comuns, moradores das áreas “oficiais” da cidade, dos planejadores urbanos, dos elaboradores das políticas públicas, dos técnicos, dos cientistas e pesquisadores.

A partir da metodologia da história oral, a história antes contada apenas a partir da visão das elites, agora passa a voltar sua atenção para as pessoas “comuns”. Assim, histórias antes ignoradas e silenciadas passam a ser ouvidas. A história oral permite, assim, que os historiadores se aproximem das experiências das classes ditas inferiores. O somatório das histórias de vida individuais, organizadas em acervos, levam à recuperação da identidade e da memória coletivas. Assim, torna-se possível a compreensão do papel e da função dessa massa na formação da sociedade (SHARPE, 1992).

Capítulo 4: A astúcia dos pobres na (re)construção de seus cotidianos e de suas identidades.

Enquanto os homens exercem / Seus podres poderes / Motos e fuscas avançam / Os sinais vermelhos / E perdem os verdes
Somos uns boçais /

Queria querer gritar / Setecentas mil vezes / Como são lindos / Como são lindos os burgueses
E os japoneses / Mas tudo é muito mais

Será que nunca faremos senão confirmar / A incompetência da América católica / Que sempre precisará de ridículos tiranos / Será, será, que será? / Que será, que será?
Será que esta minha estúpida retórica /
Terá que soar, terá que se ouvir / Por mais zil anos

Enquanto os homens exercem / Seus podres poderes / Índios e padres e bichas
Negros e mulheres / E adolescentes
Fazem o carnaval /

Queria querer cantar afinado com eles /
Silenciar em respeito ao seu transe num êxtase /
Ser indecente / Mas tudo é muito mau /

Ou então cada paisano e cada capataz /
Com sua burrice fará jorrar sangue demais /
Nos pantanais, nas cidades / Caatingas e nos gerais /

Será que apenas os hermetismos pascoais /
E os tons, os mil tons / Seus sons e seus dons geniais / Nos salvam, nos salvarão / Dessas trevas e nada mais /

Enquanto os homens exercem / Seus podres poderes / Morrer e matar de fome /
De raiva e de sede / São tantas vezes Gestos naturais /

Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo /
Daqueles que velam pela alegria do mundo /
Indo e mais fundo / Tins e bens e tais /

(Caetano Veloso)

Reconhecido como um dos mais brilhantes compositores brasileiros, Caetano Veloso[110], é dono de um repertório de músicas que marcaram a memória afetiva e histórica de muitos brasileiros. A canção "Podres Poderes", cuja letra está acima exposta, foi lançada por ele em 1984, já bem próximo do fim do período conhecido como a Ditadura Civil-Militar. Ela faz uma crítica à situação sociopolítica do Brasil daquele difícil momento histórico.

Já em seu título, há uma forte referência à forma abusiva e corrupta como o poder político, apoiado pelos poderes militar e policial eram exercidos na época. No entanto, ele estende essa crítica à própria sociedade civil, que também praticava as suas pequenas transgressões, o que, segundo ele, fazia de todos uns "boçais". Assim, ele criticava, tanto a tirania dos governos, quanto a hipocrisia da ética religiosa, que os tolerava, e colocava em xeque a competência da América Católica, que sempre parece precisar de "ridículos tiranos".

---

[110] Caetano Emanuel Vianna Teles Veloso, nascido na Bahia, em 1942, é um dos músicos mais influentes do Brasil. Ele ajudou a transformar a Música Popular Brasileira (MPB), quando, juntamente com outros nomes importantes, unia ritmos regionais e guitarras elétricas. Foi preso pela ditadura civil-militar em 1969, acusado de ter desrespeitado o Hino Nacional e a Bandeira. Neste mesmo ano, parte para o exílio, em Londres, de onde só voltou em 1971, para dar continuidade a seu trabalho, sempre engajado nas questões políticas sociais e culturais, o que continua a fazer até os dias atuais. Fonte: ebiografia. Por Diva Falcão. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/caetano_veloso/#:~:text=Caetano%20Veloso%20(1942)%20%C3%A9%20um,m%C3%BAsicos%20mais%20influentes%20do%20pa%C3%ADs.&text=Caetano%20Emanuel%20Vianna%20Teles%20Veloso,07%20de%20agosto%20de%201942>. Acesso em 23/abr/2021.

Tais versos soam proféticos, de modo especial no momento histórico em que este trabalho está sendo escrito (abril de 2021). O objetivo de colocá-los aqui é, exatamente, para destacar o que ele aponta como continuidades, que atravessaram tanto os períodos ditatoriais, quanto os democráticos na história do Brasil. Tais versos refletem, portanto, uma realidade que é bem mais complexa do que aparenta, o que desafia e estimula o trabalho do pesquisador do campo da história.

Os versos retratam, também, o esforço do compositor, identificado com o de muitos brasileiros, de tentar, inutilmente, achar "lindos os burgueses e os japoneses, mas tudo é muito mais". O autor dos versos critica o "transe" no qual vivem mergulhadas as minorias, tão prejudicadas pelas ideologias conservadoras presentes nesses grupos dominantes, que, enquanto tudo isso acontece, participam do carnaval. No entanto, o objetivo deste capítulo é demonstrar a existência de uma transgressão que acontece alheia a tudo isso, ao chamar a atenção para um movimento clandestino, subversivo, que não foi observado pelo poeta. Trata-se da astúcia de uma das minorias, no caso a dos mais pobres. Estes são desafiados, tanto pela tirania dos mais poderosos, quanto pela hipocrisia e a cegueira da maioria da população, para os quais são invisíveis. "Enquanto os homens exercem seus podres poderes" e os "índios e padres e bichas, negros e mulheres e adolescentes", no seu transe, fazem o carnaval, as camadas mais pobres, burlam regras, avançam nos sinais vermelhos, produzem mudanças, reagem e lutam pela sua autonomia e pela (re)criação de suas identidades. Esta é a hipótese que será defendida neste capítulo final.

"O Brasil não é para principiantes", dizia o maestro Tom Jobim

Durante a maior parte do período abarcado por esta pesquisa, ou seja, desde a criação do Ministério das Cidades, em 2003, pelo Presidente Lula, até 2015, quando foi sancionada a lei conhecida como o Estatuto das Metrópoles, o urbanismo no Brasil se caracterizou pelo aprimoramento e elevada qualidade do seu arcabouço legal. Segundo a urbanista e pesquisadora Ermínia Maricato, isso foi exaltado por especialistas de muitos países, para os quais o Brasil serviu de modelo nesse quesito. Mas, por outro lado, também se caracterizou pela deficiência na implementação e sustentação dos programas, assim como na aplicação efetiva das leis. Aquela autora, inclusive, costuma dizer em suas palestras que soa irônico ser considerada uma especialista em urbanismo em um país em que o urbanismo não é levado a

sério. É nesse ponto que se precisa ser mais que um principiante para entender a paradoxal e contraditória realidade Brasileira (MARICATO, 2015 B).

Maricato (2015) localiza a origem desse problema, nas décadas de 1980 e 1990, quando as metrópoles brasileiras passaram a sofrer o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo dentro do modelo neoliberal global. Nesse contexto, a cidade, assim como tudo que nela há, se tornaram mercadorias e, como tal, ficaram, cada vez mais, sujeitas às leis do mercado e, cada vez menos, às que estabelecem as diretrizes gerais da Política Urbana. As relações sociais, em todas as suas áreas, ficaram, também condicionadas pelos mesmos paradigmas. Os desdobramentos dessas relações mercadológicas repercutiram em todas as áreas, seja na política, na religião, nas relações de trabalho, na arquitetura, nos espaços urbanos, na aplicação das leis ou nos processos de implementação dos projetos urbanísticos.

Nesse contexto, não importaram os parâmetros nos quais os projetos foram baseados. Por mais avançados que tenham sido as suas concepções, suas efetividades ficaram sujeitas aos ditames do mercado. Dessa forma, seus efeitos foram limitados e condicionados, não tendo o poder de eliminar as causas fundamentais da segregação social e das desigualdades. A implementação desses projetos e planos foi, assim, seletiva, tanto em seus alvos, quanto na aplicação de seus dispositivos e ferramentas. Eles passaram a funcionar como mais um instrumento a serviço dos interesses do mercado, ou seja, das incorporações imobiliárias, das construtoras e dos proprietários de terra.

Uma vez que os donos do capital e dos meios de produção são os financiadores das atividades político-partidárias e eleitoreiras, são também os que determinam de que forma o poder público irá atuar e, portanto, como irá utilizar os instrumentos legais na conformação e destinação dos espaços públicos. O sistema democrático e, consequentemente, o poder público, se mantém, dessa forma, refém do poder econômico, não tendo como modificar as estruturas sociais que produzem as desigualdades e as segregações espaciais. Isso explica porque, independentemente da ideologia político-partidária de qualquer governo, seja de esquerda, de centro ou de direita, no contexto do capitalismo neoliberal, elas estarão sempre submetidas ao poder do capital.

O poder econômico está, portanto, na base do modelo do sistema democrático vigente. Dessa forma, ele o condiciona, muito embora as inclinações ideológicas de cada governo ainda influenciem, em certo nível, na determinação das diretrizes de programas e políticas que cada governo assume. Isso varia em função de suas bases político-partidárias, hora

privilegiando os interesses do mercado, hora buscando um equilíbrio entre os interesses do mercado e o atendimento às demandas sociais.

Durante o período correspondente ao recorte temporal desta pesquisa, entre os anos de 2003 e 2019, predominou no Governo Federal o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que tradicionalmente tem uma sensibilidade mais aguçada para as questões sociais. Portanto esse período foi marcado por grandes avanços no aperfeiçoamento do arcabouço legal e da estrutura administrativa governamental, no sentido de ter criado instrumentos potencialmente capazes de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e da crise urbana resultante.

Efeitos locais de uma conjuntura global

No nível local, a cidade de Recife experimentava os reflexos dessa mesma conjuntura econômica global. Existiam, também, condições políticas muito peculiares, que favoreciam a implantação de grandes obras públicas. Havia um alinhamento político e, até mesmo, cultural entre as três esferas de governo, com a eleição do pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, a gestão de João Paulo Lima e Silva, prefeito do Recife, ambos do PT (Partido dos Trabalhadores), e a gestão do governador Eduardo Campos do PSB (Partido Socialista Brasileiro), na época aliado do PT. Estavam, assim, estabelecidas as condições para uma ação conjunta entre os três níveis administrativos que compunham a Federação.

Vieram se somar a isso, ainda, a eleição do Brasil como sede de vários importantes eventos internacionais, como a Copa das Confederações de Futebol de 2013; a Jornada Mundial da Juventude de 2013, promovida pela Igreja Católica; a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Toda essa conjunção de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais criou as condições para o “desengavetamento” de antigos projetos, assim como a criação de outros novos, para os setores de mobilidade urbana, imobiliário, comercial, turístico e industrial. O Brasil ganhava a propulsão de um foguete e partia com destino definido: o atendimento às exigências e condições da nova ordem econômica global.

Os grandes centros urbanos do país precisavam estar preparados para atender às necessidades do grande fluxo de turistas e de novos negócios que viriam no bojo desses acontecimentos, tanto no que diz respeito à mobilidade, quanto à estética da paisagem e à

segurança pública. O Recife, como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, era um desses centros. Mas, em seu caminho, havia uma pedra: as camadas mais pobres da população. Estas, à margem do controle estatal, moravam, transitavam, trabalhavam e impunham a sua presença em áreas que eram de interesse para investimentos do capital imobiliário e para a facilitação do fluxo de pessoas e de mercadorias.

No entanto, os bairros mais ricos não estavam apenas na mira dos donos do capital, mas também daqueles que viviam das migalhas que caíam de suas mesas. Travava-se, assim, de uma disputa pelos espaços mais valorizados da cidade, luta nem sempre silenciosa, cujas armas eram, de um lado, o poder político e econômico das elites e, de outro, a astúcia, o oportunismo, a arte de aproveitar as ocasiões dos mais pobres.

Diante desse quadro, as ações governamentais, dando mais prioridade às demandas do setor econômico, não foram capazes de atender, de forma mais efetiva e significativa, às principais solicitações sociais, de forma a mudar as estruturas mais profundas, onde estavam fincadas as raízes das desigualdades e das injustiças. Suas ações não puderam ser mais que pontuais, fazendo oscilar, apenas levemente, às vezes para melhor, alguns índices sociais, como já foi visto no Capítulo 3. As práticas das relações sociais se mantiveram, de forma geral, fiéis a suas raízes históricas, não cessando de produzir, portanto, as condições de desigualdades.

O sonho e a luta dos mais pobres por uma moradia digna

Como visto acima, fatores sociais, econômicos, culturais e políticos levaram o poder público a intervir em comunidades pobres da cidade de Recife que estavam localizadas em bairros muito valorizados pelo mercado imobiliário, industrial e turístico. Tais fatores conduziram à elaboração de programas, como o Recife sem Palafitas, que mudou a forma da cidade se relacionar com as comunidades pobres. Mudaram as estratégias utilizadas pelo poder público e mudaram também os projetos dos conjuntos habitacionais. Estes passaram a ser construídos mais próximos do local onde se localizam as comunidades originais, em áreas servidas por equipamentos urbanos essenciais, como redes de transportes coletivos, escolas e postos de saúde. Mudaram os procedimentos, os métodos e os discursos. O que não mudou foi a tendência para expulsão das comunidades pobres de áreas do interesse das mais diversas

atividades capitalistas. Como parte do processo, os mais pobres também viram todo esse movimento como uma oportunidade.

Dessa forma, o evento da visita presidencial à comunidade de Brasília Teimosa, em 2003, também causou mudanças no imaginário da população e estabeleceu as coordenadas que definiriam os rumos dos movimentos reivindicatórios e das lutas por moradias. Surgiriam, assim, muitas ações coletivas e individuais que aproveitavam todas as ocasiões possíveis para reivindicar, exigir e sonhar com uma vida nova nos habitacionais prometidos pelo presidente e seus ministros, pelo prefeito do Recife e pelo governador do Estado de Pernambuco. Os moradores das palafitas e casebres localizados em terrenos impróprios viram nessas promessas a oportunidade de realizar o sonho de morar em um local limpo, bem construído, seguro e legalizado, o que seria impossível se dependesse unicamente de sua capacidade econômica.

Esses indivíduos, organizados em pequenos grupos, que correspondiam às pequenas comunidades, passaram, então, a lutar, a partir do uso de táticas, no sentido do conceito criado por Certeau (1994), ou seja, do aproveitamento de oportunidades, de ocasiões que surgiam no calor dos acontecimentos, de forma não planejada. Para isso, eles se utilizaram de ações como protestos improvisados, ocupações de obras paralisadas, obstrução de vias, muitas vezes organizados através de grupos em redes sociais de internet.

Mas, apenas a mudança para um apartamento, deixando para trás a lama, os ratos, o mau cheiro, os incêndios e todos os sofrimentos relacionados a uma moradia paupérrima, já garantiriam a inclusão social e a mudança para uma vida digna? É o que será analisado mais adiante através do estudo de alguns casos.

Continuação da entrevista com Socorro: o sonho do apartamento e o pesadelo de não ter como pagar as contas

As horas passavam, a conversa fluía e um velho tapete, de um vermelho já desbotado e com as pontas já esgaçadas, cobria o piso de madeira da pequena sala da palafita de Socorro. Enquanto conversávamos, o pequeno Júlio brincava no chão com alguns objetos da casa. Eu, ainda sentado no sofá de dois lugares que ocupava toda a largura do ambiente,

lhe perguntei se ela estava inscrita em algum programa ou projeto habitacional que lhe possibilitasse a mudança futura para um apartamento, ao que respondeu:

> "Não há nada de concreto, só alguns comentários. Eu vi no jornal que quem mora mais perto do rio, em palafitas é que terão prioridade, como eu. Quem mora mais na frente não vai ganhar. O jornal disse que vai ganhar quem tem mais necessidade. (SILVA, 2019)

A esperança de obter um apartamento através de um cadastramento na Prefeitura sempre estava presente na mente de quem, no Recife, morava em uma palafita ou em qualquer outra situação de extrema pobreza. Mais pobres que os moradores das palafitas, só existiam os moradores de rua, mas esses não estavam em habitações, e sim nas calçadas e praças, num contexto pessoal e social diferente dos habitantes de palafitas. Nestes casos, os condicionantes que os levavam a tal situação não eram apenas o desemprego ou os baixos salários, mas, além desses, as doenças mentais, os desajustes familiares, dramas psicológicos e dependências químicas. Perguntei se ela estava engajada em algum movimento ou luta por moradia, ao que respondeu:

> Estou agora nessa luta aqui, porque uns dizem que vai sair, outros dizem que não vai, e eu estou com muito medo, pensando: meu Deus, será que eu vou ter que voltar para o aluguel? Aqui, não é cadastrado ainda, não tem nada certo, só faz um ano que eu estou aqui, mas faz três anos que fizeram o último cadastramento, então nós estamos na luta. O único cadastro que teve aqui até agora foi o posto de saúde que colocou os números para cadastrar as famílias. Tem uma moça aqui que tem um primeiro andar, aqui, logo na entrada. A casa dela, dentro, é linda, parece um apartamento. Embaixo é tijolo, em cima é de madeira, ela ajeitou. Mas, essa semana ela disse: eu não vou fazer nada mais não, estou gastando meu dinheiro todinho, aí de repente a pessoa é despejada. E, aí, ela vai pagar empréstimo, pagar aluguel, não é? Para mim, qualquer coisa para mim é lucro. Lucro é uma maneira de falar, eu não pagando aluguel... Apesar de que eu já sei como é o esquema lá, né, porque eu já morei lá. E aí, quando chega, tem a história de sempre, tem um que quer organizar, tipo um condomínio, fechando o portão. Aí, tem que estar pagando, tem que pagar a água, tem que pagar luz, aí vai aparecendo despesa, né? Aqui a gente tem água, tem luz, mas não paga. (id, 2019)

Pode-se identificar nesta parte de seu depoimento o conflito de sentimentos acerca da moradia e das opções que o sistema da Prefeitura oferece. Ela já tinha morado no Habitacional III Via Mangue, no bairro da Imbiribeira, para onde foram levados os ex-moradores da Xuxa e de Deus nos Acuda. A palafita onde ela morava com o novo marido era uma moradia extremamente pobre, insalubre, indigna e não oferecia boas condições para criar os filhos. Dessa forma, o sonho de ganhar um apartamento da Prefeitura estava sempre

povoando a sua imaginação e aguçando os seus desejos mais urgentes. Em contrapartida, havia também a preocupação com as despesas que surgiriam se ela fosse morar em um habitacional da Prefeitura: eram as taxas e despesas, como contas de água, de energia elétrica, de condomínio, entre outras. Porque a renda da família era mínima e dava muito mal para a alimentação. Assim, qualquer taxa que surgisse a mais agravaria a situação já bem precária.

Outro problema que existia, nesses casos, para os que tinham uma situação financeira um pouco melhor, era o fato de quererem melhorar as condições de sua moradia, mas não o fazerem, devido à ameaça de uma retirada forçada, sempre presente. Com imenso esforço, muitas vezes assumindo dívidas, eles conseguiam fazer melhorias em suas habitações, mas temiam um possível despejo, quando perderiam todo o investimento. Porque, nesses casos, todo o esforço, às vezes de uma vida inteira, era perdido com a retirada forçada. Poderiam ser, a qualquer momento, forçados a se mudarem para um apartamento em um habitacional, recebendo o mesmo apartamento de 36 m² que todos os outros moradores, não importando o valor da casa de onde haviam sido despejados. Já no final de nossa entrevista, ela voltou a falar da amiga Célia:

> Ela chama aqui de zoológico, porque a gente vê aqui sagui, vê pato d'água, um bocado de bicho. Aí, ela chega aqui, aí, sente o mau cheiro aí da maré, aí, ela diz: não sei como tu aguenta! O dela não é assim não, perto da maré, é mais para cá, mas é junto da coletagem de lixo. Só o quarto dela é que é palafita, aí, ela me abusa, dizendo que tem mau cheiro, que tem um bocado de bicho, que é o Zoológico. Ela disse, mas é o único lugar que eu tenho, e graças a Deus, graças a Deus por isso. Agora, quando ganhar lá, se Deus quiser um dia, eu vou procurar um meio de ganhar algum dinheiro para pagar água, luz e condomínio, inventar uma barraca, tipo um mercadinho, sei lá! Eu gosto de trabalhar com essas coisas, vendendo para mim mesmo. (SILVA, 2019)

Nesse momento, Júlio estava querendo jogar uma madeira para o lado de fora da barraca. Eu lembrei que ela relatou estar recém-casada, novamente, há dois meses. Fiquei preocupado, imaginando que seu marido poderia chegar a qualquer momento e me encontrar dentro de casa, conversando com ela, o que iria pensar? O medo tomou conta de mim, novamente. Aproveitei a interrupção para agradecer, encerrar a entrevista e me despedir. Não queria abusar da boa sorte. O dia havia sido bem produtivo para quem saiu de casa pela manhã sem saber o que iria encontrar pela frente.

O Habitacional Casarão do Barbalho: “Só chega gente pra reprimir, pra ajudar, não chega!”

Tendo concluído minha entrevista com Socorro, naquela tarde de quarta-feira, observei que ainda era cedo para voltar para casa. Resolvi aproveitar o fato de estar próximo do Bairro do Cordeiro e resolvi identificar o local das obras paralisadas do Habitacional Mulheres de Tejucupapo, de acordo com as orientações fornecidas por Célia. Segui para lá com minha bicicleta.

Segui pela Rua Dianópolis, em direção à Av. Mauricio de Nassau, conhecida como “A Paralela da Caxangá”. Logo, alcancei o primeiro habitacional construído pela Prefeitura do Recife dentro do programa Recife Sem Palafitas, entregue em 2005, para assentar ex-moradores das palafitas de Brasília Teimosa, o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Continuei adiante e avistei, logo mais na frente, à minha esquerda, um conjunto habitacional com as obras paralisadas e fui olhar a placa da obra. Era do Habitacional Escorregou Tá Dentro, tendo sido iniciada em dezembro de 2012, com previsão de término para outubro de 2018, mas estava parada, aparentemente, havia mais de um ano (ver Figura 37). Ainda não era essa, segui adiante.

Figura 37: Placa da obra paralisada do Habitacional Escorregou Tá Dentro, em janeiro de 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor

Enfim, bem mais na frente, já próximo à BR 101, encontrei as obras do Habitacional Mulheres de Tejucupapo (Figura 38). A placa informava que eram 272 unidades habitacionais, cujo valor de construção totalizava de R$ 10.300.490,47. A placa indicava também que a obra foi iniciada em fevereiro de 2018, com término previsto para fevereiro de 2019. Essa placa, certamente já era referente a uma retomada da obra original, que já estava paralisada havia muitos anos.

Figura 38: Obras paralisadas do Habitacional Mulheres de Tejucupapo, em janeiro de 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor.

Segundo Célia me informou, a obra tinha sido ocupada pelos moradores cadastrados em 2016, como uma forma de forçar a Prefeitura a retomar seu andamento. Mas a Prefeitura conseguiu ordem judicial para despejar as dezoito famílias, que ficaram lá por cerca de 8 meses[111], e com a ajuda da Polícia Militar, a ordem foi cumprida. Pelo que a placa indicava, a obra realmente foi retomada em 2018 mas encontrava-se novamente paralisada na ocasião de minha visita. Tirei algumas fotografias da cena e resolvi retornar, para visitar outra obra próxima, situada no Bairro de Iputinga, que eu sabia que estava em andamento, a do Casarão do Barbalho.

O Habitacional Casarão do Barbalho consiste em 384 unidades habitacionais, teve início em agosto de 2012, com previsão de conclusão para dezembro de 2013, mas só foi entregue à população em janeiro de 2019. Entre os anos de 1992 e 1997, eu morei a cerca de dois quarteirões do terreno onde se encontra hoje esse habitacional (ver Figura 39). O nome teve origem na existência de um antigo casarão, habitação improvisada para várias famílias

111 Fonte:< http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/03/familias-sao-retiradas-de-conjunto-habitacional-inacabado-no-recife.html> Acesso em 22 jan 2019

pobres que o haviam ocupado, tinha virado um cortiço. Hoje, o antigo casarão, que aparece na Figura 40, abriga uma escola municipal. O habitacional foi construído no terreno ao lado do casarão, onde se localiza a Comunidade Vila União. No entanto, os moradores cadastrados para receberem os apartamentos são os das comunidades Lemos Torres, do bairro da Torre, e outras que se localizam nas margens de cinco canais da cidade: Parnamirim, Prado, Buriti, ABC e Santa Rosa.

Figura 39: vista aérea do Habitacional Casarão do Barbalho - 2021. Fonte Googleb Maps

Figura 40: Vista dos blocos de apartamentos com o antigo casarão que deu nome ao conjunto aparecendo ao fundo - 2019. Fonte: acervo do autor.

Quando, enfim, cheguei ao local da obra do Casarão do Barbalho, no dia 09 de janeiro de 2019, encontrei um cenário bastante interessante para a minha pesquisa. A obra estava completamente pronta, mas não tinha sido entregue ainda. Havia dezenas de carros da guarda municipal, com suas luzes giratórias ligadas, cada um com 4 guardas, munidos de cassetetes e de pistolas de descarga elétrica. Havia uma aglomeração de moradores de uma comunidade que se localiza atrás dos novos prédios, a Comunidade do Chiclete, na beira do Rio Capibaribe. Eles estavam em volta de um pequeno grupo de funcionários da Prefeitura, que tentavam dar explicações e acalmar os moradores. Nas Figura 41 e na Figura 42, pode-se ver a imagem da obra pronta, porém ainda não entregue do Casarão do Barbalho. É possível ver também viaturas da Guarda Municipal fazendo a segurança, para evitar invasões.

Figura 41: Obra pronta, mas ainda não entregue do Casarão do Barbalho, onde aparecem ao fundo viaturas da Guarda Municipal fazendo a segurança - 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: acervo do autor.

Figura 42: Obra pronta, mas ainda não entregue do Casarão do Barbalho, onde aparecem viaturas e agentes da Guarda Municipal fazendo a segurança - 2019. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: acervo do autor.

Aproximei-me, com minha bicicleta, do grupo que discutia com os funcionários da Prefeitura e tentei entender o que estava acontecendo. A conversa era sobre um cadastramento de pessoas que moravam na Comunidade do Chiclete, que aparece na Figura 43 e na Figura 44, ao fundo. A funcionária da Prefeitura dizia que eles se acalmassem, que não dessem ouvidos a notícias falsas que circulavam, que eles seriam cadastrados no momento certo. De repente, todos resolveram sair de onde estavam e se dirigiram para a comunidade, que ficava na parte de trás da obra, na beira do rio. Segui atrás deles, apenas observando e escutando os diálogos.

Figura 43: Obra pronta do Casarão do Barbalho, com comunidade do Chiclete aparecendo ao fundo - 2020. Foto: Paulo Alexandre. Fonte: Acervo do autor

Figura 44: vista aérea da obra do Habitacional Casarão do Barbalho, ainda em construção, e da comunidade do Chiclete logo atrás - foto com data provável em 2013. Fonte: Google Maps

Dirigimo-nos para a parte de trás do habitacional e adentramos na comunidade, que aparece na Figura 45. O terreno na beira do rio fervilhava com o trabalho de muitos jovens que estavam levantando novos barracos de madeira em ritmo acelerado. O clima era tenso. A funcionária da Prefeitura caminhava com o grupo de moradores e indicava a delimitação do setor onde os barracos seriam cadastrados. Havia muitas controvérsias acerca de onde

começaria e onde terminaria o limite do setor que seria cadastrado. Enquanto isso, muitos jovens continuavam levantando seus barracos em qualquer espaço livre que houvesse no terreno, muito apressados. A intenção deles era terminar de construir os barracos antes do cadastramento, para que pudessem ser incluídos na lista dos que receberiam os apartamentos.

Figura 45:Barracos de madeira nos fundos do Habitacional Casarão do Barbalho - 2019. Fonte: acervo do autor.

Procurei conversar com alguns dos moradores para saber exatamente o que estava acontecendo. Soube que no dia anterior, estava programada a entrega dos apartamentos aos novos moradores, oriundos de comunidades distantes do novo habitacional, mais especificamente da comunidade Lemos Torres, no bairro da Torre, assim como a famílias que moravam nas margens de cinco canais da cidade já mencionados. Segundo os entrevistados, os moradores da Comunidade do Chiclete se sentiram injustiçados, pois haviam negociado com a Prefeitura a cessão do terreno onde existia um campo de futebol, o qual utilizavam, para a construção do habitacional, em troca da metade dos apartamentos do novo conjunto. No entanto, segundo os relatos, finda a construção, a Prefeitura estava querendo sortear entre os moradores apenas vinte apartamentos.

Por conta dessa insatisfação, centenas de moradores, na manhã anterior a minha visita, ou seja, no dia programado para entrega dos primeiros apartamentos, iniciaram um protesto, segundo eles, pacífico, para impedir a entrega. Segundo entrevista feita com o vigilante da obra, o protesto não foi pacífico, uma vez que mais de duzentas portas de apartamentos foram arrombadas e houve um início de depredação da parte interna de alguns apartamentos. Foram

acionadas, então, a Polícia Militar e a Guarda Municipal, que reprimiram o protesto e expulsaram os revoltosos do habitacional. Desde então, ele estava ocupado pelo policiamento ostensivo da guarda municipal, enquanto a Prefeitura mandava restaurar as peças depredadas e programava uma nova entrega.

Os apartamentos do habitacional já haviam sofrido, pelo menos, uma tentativa de ocupação, em 2015, por ocasião de um incêndio ocorrido na comunidade. Uma das casas da comunidade pegou fogo, e este se espalhou, atingindo uma área de aproximadamente 400 m². Três viaturas do corpo de bombeiros foram ao local e controlaram as chamas, que não fizeram vítimas, causaram apenas perdas materiais. Então, sem lugar para passar a noite, os moradores ameaçaram invadir os apartamentos em construção. Mas, a Polícia Militar foi chamada e, junto com agentes da Defesa Civil conseguiram evitar que a ocupação se concretizasse, sendo os desabrigados cadastrados e alojados num abrigo da Defesa Civil, no bairro de São José. Os incêndios e os alagamentos são as maiores ameaças aos moradores dessas habitações precárias. Isso, sem citar o desemprego, a falta de oportunidades e o preconceito.

Nessa ocasião, os moradores das comunidades vizinhas à construção do habitacional deflagraram um movimento intitulado "Ocupe Iputinga", para reivindicar o direito de terem a exclusividade na ocupação dos apartamentos do Habitacional Casarão do Cordeiro. A condução dos protestos e ações diversas se dava através das redes sociais, onde o movimento criou perfis e grupos. Esse fenômeno da organização da sociedade através da rede da internet, largamente utilizada pelos movimentos sociais, vem sendo estudado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells[112]. Durante a pesquisa de campo, pude observar, em 2019 e 2020, a presença universal dos aparelhos celulares nas comunidades mais pobres e o uso das redes sociais para todo tipo de comunicação entre seus moradores, inclusive para a organização de protestos e ações de lutas de resistência e de reinvindicações. Um dos pontos verificados é a diminuição da importância dos líderes individuais nos movimentos, função que se dilui entre os usuários das redes e os membros de grupos virtuais. A Figura 46 mostra uma postagem na rede social Facebook postado em 2015, quando houve a ocupação dos apartamentos em construção, como referido acima.

[112] Na sua trilogia chamada "A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura", o sociólogo Manuel Castells mapeia um cenário mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação - TICs - e como estas interferem nas estruturas sociais. O autor propõe o conceito de capitalismo informacional, e constrói seu raciocínio partindo da história do forte desenvolvimento das tecnologias a partir da década de 1970 e seus impactos nos diversos campos das relações humanas (CASTELLS, 2005).

Figura 46: Card da campanha do Movimento Ocupe Iputinga postado em grupo da rede sócia Facebook - 2015. Fonte: Facebook

Entre as pessoas com quem conversei, estava o Sr. Ivanildo Feitosa. Ele me disse que morava na Comunidade do Chiclete desde que nasceu, estando agora com a idade de 54 anos. Ivanildo tem filhos e netos que também moram na comunidade, que não tem palafitas mas é composta principalmente por barracos feitos com madeira e restos de materiais de construção. Segundo disse o Sr. Ivanildo, sempre que há enchentes no rio, ocorre alagamento de todo o terreno. Sobre o evento do dia anterior, ele falou:

> As pessoas aqui são todas carentes, como o senhor está vendo aí! No tempo do prefeito João da Costa[113], ele disse que o habitacional ia ser para o pessoal que mora aqui, na beira do rio. Eu sei que o pessoal que mora fora também tem a mesma necessidade, mas isso aqui foi construído para o pessoal daqui (...). (...) Ontem, foi polícia pra reprimir a gente tudinho aqui, mas foi um protesto pacífico, só pra mostrar que a gente não está satisfeito com o que ele está fazendo, né? (...) Mas, só chega gente pra reprimir, pra ajudar, não chega! (FEITOSA, 2019)

Ivanildo me confessou que não acreditava naqueles funcionários da Prefeitura, que estavam conversando com os moradores, no momento em que ele me concedia a entrevista. “Isso aí, é só fachada, é só um cala-boca”. Falou que estava no Auxílio Moradia havia cinco anos: “Eu tô no auxílio moradia faz cinco anos, ganhando duzentos reais. Duzentos reais dá

113 João da Costa foi prefeito de Recife de janeiro de 2009 a janeiro de 2013, não conseguindo se candidatar à reeleição pelo PT (Partido dos Trabalhadores), que o retirou da disputa em favor de Humberto Costa, que também não se reelegeu. Foi sucedido por Geraldo Júlio do PSB (Partido Socialista Brasileiro).

pra quê? Dá pra pagar alguma casa aí?" Perguntei, então, por que ele ganhava o auxílio moradia, se ele estava cadastrado em algum programa habitacional. Ele disse que estava cadastrado para um habitacional em outro lugar, o Mulheres de Tejucupapo, que se encontrava com as obras atrasadas e então paralisadas, deveria ter sido entregue desde 2010. Por conta do atraso, as famílias cadastradas estão recebendo o Auxílio Moradia, sobre o qual falou: "com duzentos reais eu vou fazer o quê? Construir um barraco na favela! Eu vou pegar uma casa de quinhentos reais ali pra pagar como?" Ivanildo revelou que, apesar de já estar cadastrado para receber um apartamento em outro local, apoiava a causa dos moradores de sua comunidade, em favor de terem direito a mais apartamentos no Habitacional Casarão do Barbalho, que foi construído num terreno que era usado por eles.

Esse homem me disse, ainda, que era empregado numa empresa na função de serviços gerais. Disse que, com seu salário, sustentava a família e ajudava um filho que estava desempregado e a dois netos. Disse também que, pelos netos, era capaz de fazer qualquer coisa. Ele ganhava um salário mínimo. Apontando para a beira do rio, ele me informou onde ficava sua casa. Declarou que é de alvenaria, mas, por se localizar em um terreno instável na beira do rio, está ameaçando desabar por causa de uma rachadura. Perguntei se, ao longo desses anos todos, ele havia investido em melhorias na casa. Ele falou que o que ganhava era muito pouco e as despesas eram muitas, não restando nada para investir na casa. Já tentou conseguir um empréstimo no banco para reformar a casa, mas nada obteve porque não tinha renda suficiente.

Como eu havia conseguido conquistar a confiança de Ivanildo, perguntei se ele aceitaria me conceder uma entrevista mais estruturada, para atender aos objetivos de minha pesquisa. Ele prontamente aceitou e marcou para o dia seguinte pela manhã. Mas me convidou para conhecer a casa da mãe dele, que era ali perto, porém fora da comunidade e do habitacional. Seguimos caminhando para lá, eu empurrando minha bicicleta.

Chegamos, e uma senhora já idosa veio nos receber na grade do terraço da pequena casa. Ele me apresentou e informou à mãe que eu era pesquisador e no dia seguinte iria me conceder uma entrevista, que eu iria procura-lo ali, na casa dela. Desde o início, notei que a mãe dele era uma senhora muito ativa, tinha o olhar de quem já conhecia muito da vida, procurava enxergar muito além das aparências. Ela falava com o filho olhando para mim e me analisando com profunda desconfiança. Logo, passou a recrimina-lo com o olhar por ter confiado num estranho e se proposto a falar da vida deles sem a devida prudência. O olhar

dela me reprovava de cima a baixo. Ivanildo, apesar dos seus 54 anos, parecia ainda sofrer grande influência da matriarca. No entanto, confirmamos o encontro do dia seguinte.

Na manhã do novo dia, de acordo com o combinado, eu, mesmo desconfiado de que o encontro estava ameaçado pela desconfiança da mãe de Ivanildo, acreditei até o fim e voltei àquele lugar. Encostando a bicicleta no muro baixo da casa, eu bati palmas por um bom tempo. A porta da sala estava fechada, apenas com uma pequena janela aberta, O terraço estava vazio. Ninguém apareceu para me atender. Então, tive que aceitar a realidade, eu havia perdido a luta contra o medo que rondava os pobres de forma mais ostensiva, em 2020.

Dirigi-me, então, para a frente do Habitacional Casarão do Barbalho, onde havia uma carroça coberta, de venda de caldo de cana. Aproveitei para conversar com o vendedor, que se dispôs a me relatar o que viu na tentativa de ocupação que acontecera no dia anterior. Falou-me também de suas dificuldades financeiras. Ele estava desempregado e obtinha alguma renda com a venda de caldo de cana. Esperava a resposta de uma entrevista de emprego que havia feito. Caso conseguisse o trabalho, iria deixar a carroça de caldo de cana na mão de um parente. Aproveitei também para conversar com alguns clientes ou passantes que paravam por ali. Conheci um pouco da vida cotidiana de alguns deles e o que pensavam sobre o evento do dia anterior.

O que pude levantar de informações levou-me à conclusão de que os antigos ocupantes do terreno se sentiram traídos pela Prefeitura, que não cumpriu a promessa de entregar-lhes metade dos apartamentos edificados. Diante disso, duas ações do tipo “tática” foram tomadas pela população local. A primeira foi a tentativa frustrada de ocupação dos apartamentos. Logo, a frustração se transformou em vandalismo e depredação. Mas foram expulsos dos apartamentos pela guarda municipal e pela Polícia Militar no mesmo dia da tentativa de ocupação. A segunda ação, promovida principalmente pelos mais jovens, foi partir para conseguir, o mais rapidamente possível, materiais de todo tipo que pudessem encontrar nas redondezas, para construir novos barracos. Isso porque os agentes da Prefeitura haviam acalmado os ânimos dos revoltosos, prometendo fazer um novo cadastro, que incluiria os que tivessem casas na comunidade em outro projeto. Assim, enquanto conversava com alguns homens junto à carroça do caldo de cana, pude assistir ao movimento de rapazes e moças jovens, que passavam apressados, falando alto, gesticulando e carregando pedaços de tábuas e de telhas para construírem pequenos barracos na área que ainda estava disponível na beira do rio.

Desde o dia anterior, enquanto a equipe da Prefeitura ainda tentava acalmar um grupo de moradores mais exaltados da comunidade Chiclete, a construção de novos barracos andava apressada. Pude presenciar homens, mulheres e até crianças trabalhando freneticamente, subindo escadas improvisadas para pregar tábuas, colocar telhas, fechar paredes com folhas de zinco, tudo para poderem ser incluídos no novo cadastramento. Ouvi quando a agente da Prefeitura gritou: "eu sei quais os barracos que já estavam aqui!", insinuando que não adiantava construir barracos na última hora. De fato, eu já havia registrado aquele tipo de tática desde quando participei do cadastramento das casas da comunidade Xuxa, em 2009, quando era eu o agente da Prefeitura.

O Habitacional Casarão do Barbalho faz parte de um projeto urbanístico de maior amplitude que inclui a abertura de uma avenida e a construção de uma ponte, tinha conclusão prevista para 2013 e uniria os bairros de Iputinga ao de Monteiro. As obras da ponte foram iniciadas, as famílias atingidas indenizadas, mas as demais iniciativas foram paralisadas por falta de verbas, com apenas 30% do total concluído. Um dos motivos da paralização foi a saída do Banco Mundial, um dos financiadores da obra, daquele projeto. O órgão resolveu cancelar o financiamento e retirar sua responsabilidade por conta dos muitos problemas técnicos e atrasos que surgiram.

A partir daí, a obra virou objeto de auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Devido à paralisação, o dinheiro das indenizações foi gasto, sem que tivesse ajudado, de fato, as famílias a encontrarem um meio de vida mais efetivo e um local definitivo para morar. Muitas voltaram para o mesmo local, agora ainda mais precarizado pela interferência das obras inacabadas. As famílias, então, reclamavam das rachaduras nas casas, da lama e dos buracos deixados pela obra, que destruiu muitas ruas do entorno, antes pavimentadas[114].

Já era cerca de meio dia quando resolvi voltar para casa, após uma manhã de pesquisas de campo. Mas uma entrevista inesperada me esperava no minimercado, onde parei para tomar um refrigerante. Refiro-me à entrevista de Luís Matos, apresentada no Capítulo 3.

114 Fontes: <https://www.youtube.com/watch?v=GHz4QciSXoY&t=56s> – https://www.youtube.com/watch?v=E-In6uM9CTo&t=33s - Acesso em jan 2019

O Incêndio na Comunidade dos Coelhos, em 2013

Um bom exemplo da vulnerabilidade em que viviam (e ainda vivem) as pessoas que moravam em comunidades pobres de Recife foi um incêndio que ocorreu em 2013, na Comunidade dos Coelhos. Mas, também é um bom exemplo de como a comoção social por um evento trágico pôde se transformar em arma de luta e em bandeira pelos moradores atingidos, na luta por moradia, num momento em que havia em Recife uma grande tensão entre os moradores.

Na época, a Prefeitura já tinha feito o cadastramento de todas as 832 famílias que seriam deslocadas para dois habitacionais, o Habitacional dos Coelhos e o Habitacional Vila Brasil, localizados em região próxima à comunidade. Mas as obras de ambos já estavam paralisadas havia algum tempo. As famílias cadastradas, enquanto esperavam os apartamentos ficarem prontos, estavam recebendo um auxílio moradia, cujo valor já estava bastante defasado. Esse não era um caso isolado, vários habitacionais no Recife estavam na mesma situação. Algumas das comunidades cadastradas já haviam levado a cabo várias ações para pressionar a Prefeitura a retomar as obras, inclusive promovendo a ocupação de canteiros de obras abandonados pelas construtoras, mas foram reprimidas pela polícia e expulsas dos apartamentos inacabados.

O incêndio de 2013 na Comunidade dos Coelhos foi, portanto, o estopim para uma revolta de seus moradores e para gerar uma comoção social, que envolveu a Igreja, organizações sociais, cidadãos em geral e a Imprensa. A Prefeitura se viu pressionada, em uma situação constrangedora, obrigada a dar respostas rápidas à sociedade.

Uma nuvem de fumaça preta invadiu o céu no meio da tarde de um dia comum de trabalho e podia ser vista à distância, a partir de vários pontos da cidade. Moradores gritavam e corriam de um lado para outro. Uns tentavam apagar as chamas usando panelas com água que pegavam no próprio Rio Capibaribe, outros procuravam salvar alguns móveis, objetos e documentos, tirando-os de dentro de casa. Todos foram pegos de surpresa, logo no início da tarde. Muitos ainda descansavam em suas camas após o almoço[115].

O fogo destruiu os barracos de 103 famílias, mas, de acordo com a Prefeitura, 178 famílias ficaram desabrigadas com a tragédia. Naquela mesma noite, agentes da Secretaria

[115] Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/08/incendio-atinge-barracos-em-favela-no-bairro-dos-coelhos-no-recife.html> Acesso em 05/abr/2019.

Executiva de Defesa Civil do Recife cadastraram as famílias, 67 das quais conseguiram se abrigar provisoriamente em casas de parentes e 36 foram encaminhadas para um abrigo municipal. A Figura 47 mostra uma imagem do incêndio quando ele ainda estava em seu início.

Figura 47: Incêndio na Comunidade dos Coelhos, em Recife, 2013. Foto: Do G1 PE. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/02/incendio-destroi-barracos-em-comunidade-na-area-central-do-recife.html?noAudience=tru> Acesso em: 25 de junho de 2019.

Na manhã seguinte ao incêndio, o bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Antônio Fernando Saburido, caminhava por entre os destroços, desolado com o drama dos desabrigados. Ele era observado por um grupo de curiosos que, assim como ele permaneciam calados diante da cena e impotentes frente à desolação.

Os moradores da área se reuniram para fazer um protesto. Todos eles passaram a noite na rua, sem poder retornar para suas casas. Revoltados, eles bloquearam a rua mais movimentada das proximidades, ateando fogo em pneus e invadiram escolas para se abrigarem[116].

Enquanto isso, um pouco mais afastado das áreas do protesto, o Arcebispo conversou com os moradores e cobrou da Prefeitura do Recife um valor mais justo para o Auxílio Moradia[117]. A reivindicação do Arcebispo não foi em vão, pois a Prefeitura reajustou o auxílio Moradia, que era de R$ 150,00, para R$200,00. Aos repórteres que o entrevistavam, o

[116] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EOIkGLRZ_JY> Acesso em 05/abr/2019.

[117] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qorX7Z-SdeY&t=90s> Acesso em 05/abr/2019.

bispo dizia uma frase paradoxal: “Quem já não tem nada, de uma hora para outra, perder tudo que tem, é realmente muito triste!”. Dizia ele que alguns lhe pediram para rezar, mas que era preciso rezar e agir ao mesmo tempo, como arrecadar alimentos, roupas, água e o mais fundamental: arranjar um lugar para eles morarem.

Uma senhora de cerca de 60 anos caminhava solitária e pateticamente, por entre os pedaços de madeira carbonizada, algumas ainda em pé, como quem tentava encontrar algo, que ela mesma não sabia o que era. Aproveitando a presença da imprensa, outra dona de casa gritava: “A gente queremo (sic) casa! Já tem mais de 200 apartamento pronto no Sergio Loreto! Ele tem que tomar as providença (sic), porque, se ele não tomar, a gente toma!”. O fogo dos barracos, se por um lado destruiu o pouco que seus donos tinham, por outro serviu para acender o fogo da revolta dos milhares de moradores, que compartilhavam com aquelas 103 famílias do mesmo sofrimento e do mesmo abandono por parte do poder público. Dizia a dona de casa: “A gente vai entrar dentro dos apartamentos e a gente deixa de comer carne e aí come ovo, mas a gente reforma o que está faltando”.

Como dito acima, dois habitacionais estavam prometidos pela Prefeitura do Recife para abrigar as famílias da comunidade, desde 2008. Um com 384 apartamentos, o Habitacional dos Coelhos, e o Habitacional Vila Brasil, com 448 apartamentos, bem próximos ao local da comunidade incendiada, ambos no bairro de São José[118]. Em razão dos atrasos nas obras, a população, temendo a ação destruidora das chuvas e das marés, já vinha promovendo muitos protestos e reivindicações para pressionar a Prefeitura, mas sem lograr êxito[119]. As obras dos Habitacionais Vila Brasil e dos Coelhos foram iniciadas em 2009 e, na ocasião do incêndio, já estavam paralisadas havia um ano.

Segundo o Prefeito da época, Geraldo Júlio, nas últimas décadas, havia-se alcançado um déficit habitacional na cidade na ordem de setenta mil habitações, enquanto historicamente o Recife vinha construindo menos de mil casas por ano. Essa situação de descontrole na gestão da construção dos habitacionais deixou todo o poder público numa situação vexatória diante do desastre ocorrido, obrigando as autoridades a darem muitas

[118] Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RaFpr_x-xK0&t=146s> Acesso em 10/abr/2019.

[119] Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y_YgyUU8kJk&t=66s> Acesso em 10/abr/2019.

explicações à imprensa e algumas respostas à comunidade, que se “empoderou” com o apoio que recebeu dos demais cidadãos e da imprensa[120].

Aquele não havia sido o primeiro incêndio acontecido na comunidade, e os moradores alegavam que, se fossem para os abrigos oferecidos pela Prefeitura, seriam esquecidos lá, como das outras vezes. Assim, a maioria optou por ficar nas ruas, como uma tática para pressionar a Prefeitura por soluções mais efetivas e rápidas. Se por um lado, os desabrigados ganharam como doações pilhas de colchões, muitos litros de água mineral, toneladas de alimentos, roupas e produtos de higiene, sofreram com os preços dos aluguéis que subiram, inflacionados pela elevação da procura e pela especulação dos proprietários, após a destruição de centenas de barracos[121].

Muitas obras da Prefeitura, àquela altura, estavam paralisadas, abandonadas pelas empresas construtoras contratadas. A questão é que houve muitos problemas de gestão na condução das obras. Em muitos casos, as construtoras ganhavam as concorrências para a construção, mas só tocavam a obra até o ponto em que era mais lucrativo, que é a execução da estrutura e da alvenaria. Quando chegava na etapa de executar os acabamentos, as instalações elétricas e hidráulicas e as esquadrias, que são a parte mais cara para as construtoras, elas preferiam abandonar a obra, alegando não ter recursos para continuar.

Em 2013, época em que aconteceu o incêndio, a obra do Conjunto Habitacional dos Coelhos estava paralisada. Retomada posteriormente, foi novamente abandonada pelos construtores e teve o contrato para construção rescindido em março de 2016[122]. Em agosto de 2018 houve uma nova concorrência para nova retomada da obra, que não ficou pronta até o período abrangido por esta pesquisa[123].

---

[120] Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qorX7Z-SdeY&t=121s> Acesso em 10/abr/2019.

[121] Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TZHjpZaKDsc> Acesso em 10/abr/2019.

[122] Fonte: Disponível em: <http://blogdepriscila.com.br/monitorarecife/conclusao-do-habitacional-sergio-loreto/> Acesso em 10/abr/2019.

[123] Fonte: Diário Oficial da União. Publicado em: 30/08/2018 | Edição: 168 | Seção: 3 | Página: 199 Órgão: Prefeituras/Estado de Pernambuco/Prefeitura Municipal de Recife/AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE-URB RECIFE-Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38935688/do3-2018-08-30-aviso-de-licitacao-concorrencia-n-10-2018-cpl-urb-recife-38935351> Acesso em 15/abr/2019.

A dona de casa continuou seu protesto: “Não era para ter nenhum barraco aqui na Favela dos Coelhos, porque a Prefeitura tem dinheiro pra tirar todos os barracos daqui!”. Enquanto isso, um grupo de moradores alimentava o fogo que haviam ateado em frente ao Hospital Pedro II, que fica numa avenida próxima, com restos de madeira colhidos na própria área do incêndio, fazendo arder as chamas que mobilizariam a sociedade e a classe política para tomar providências e mudar aquela realidade. A dona de casa continuava esbravejando: “eles não querem saber não, só querem saber de fazer pista, de fazer praça, mas não quer saber do bem-estar da gente, do nosso filho!”. Outro homem reforçava o discurso da sua vizinha: “a construção dos apartamentos já entrou pra cinco anos e ninguém até agora terminou, agora vê quando foi pra fazer a Arena Pernambuco[124], se num instante não terminou! O Estado tem dinheiro, os cofres públicos têm dinheiro, agora o pobre, meu filho, o pobre que se acabe! Só Deus pra ter misericórdia da humanidade!”[125]

Sr. Ailton, um dos moradores que perdeu seu barraco no incêndio, um mês depois, alugou uma pequena casa de apenas um cômodo, onde colocou as poucas coisas que conseguiu salvar. De sua nova janela, conseguia ver ainda o cenário da desolação deixado pelo fogo e lamentava ter perdido o barraco que tinha conseguido construir com muito sacrifício. Ele reclamava: “Eu não pagava aluguel, agora estou pagando aluguel, estou pelas casas dos outros, pago hoje e hoje mesmo estou devendo!”. Ele e outros moradores, vítimas do incêndio haviam recebido um auxílio aluguel de R$200,00 reais e a primeira parcela de um auxílio emergencial no valor de R$500,00. No entanto, houve outras vítimas que não conseguiram receber por problemas com documentação. Esses tiveram que encontrar abrigos em instituições comunitárias como a sede do Maracatu Rosa Vermelha, uma agremiação carnavalesca mantida pelos moradores da comunidade, local onde nem sempre conseguem dormir, devido às atividades que lá se desenvolvem. Muitas das vítimas que receberam o

---

[124] O Estádio Governador Carlos Wilson Campos, conhecido como Arena de Pernambuco, é um estádio de futebol construído em São Lourenço da Mata, município da Região Metropolitana do Recife. Ela foi palco da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizadas no Brasil. Fonte: Disponível em: <https://www.odebrechtarenas.com.br/itaipava-arena-pernambuco.html> Acesso em: 04/mai/2021.

[125] Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xleFWspA6k4&t=47s> Acesso em 15/abr/2019.

auxílio reclamaram afirmando que o valor destinado ao aluguel era insuficiente para pagar aluguel, água e energia elétrica. O temor geral era que o caso caísse no esquecimento[126].

De acordo com as investigações, o fogo teria sido provocado por dois irmãos de 4 e 5 anos e uma menina de 4 anos[127]. Se por um lado as crianças responsabilizadas pelo acidente precisaram ser retiradas do local para não serem agredidas, pois havia indicações de que havia pessoas da comunidade se organizando e se armando para se vingarem das crianças, por outro, cidadãos de várias localidades se prontificaram a ajudar as vítimas a superarem as consequências da tragédia. Foi o caso de um gastrônomo que foi ao local para cozinhar alimentos que foram doados aos desabrigados. A solidariedade de pessoas que se comoveram com a situação dos desabrigados mudou significativamente o quadro de desolação que se instalou logo após o desastre. A ampla divulgação da notícia sobre o incêndio fez com que pessoas vindas de todas as partes da cidade trouxessem doações, como colchões, roupas e alimentos para os desabrigados. Um fato curioso foi doação de alimentos e roupas por pessoas pobres da própria comunidade, cujas casas não haviam sido atingidas pelo incêndio.

Houve na cidade uma grande comoção pela situação dos desabrigados dos Coelhos, várias Organizações não Governamentais (Ongs) e a Igreja Católica, representada pelo Arcebispo de Olinda e Recife e por grupos de leigos religiosos, se uniram para socorrê-los. Nas redes sociais da internet, foi criada uma página, chamada Corrente de Solidariedade: Coelhos. Milhares de internautas, até mesmo de outros estados, se colocaram à disposição para ajudar os desabrigados. A iniciativa foi de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que organizaram uma campanha virtual, listando pontos para entrega de doações. Toda essa repercussão social alimentou a fogueira das lutas por moradia entre os mais pobres, os quais ganharam uma boa parcela da opinião pública como aliada, além das pressões que foram feitas sobre a Prefeitura do Recife por parte da Igreja Católica e por várias Organizações Sociais.

---

126 Fonte: Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2013/09/05/um-mes-apos-incendio-alguns-moradores-dos-coelhos-ainda-nao-receberam-auxilio-moradia-9945.php> Acesso em 15/abr/2019.

127 Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P3hvoVv4pGs> Acesso em 18/abr/2019.

Minha casa... E minha vida? Um sonho que virou pesadelo

Com base no acima exposto, vamos analisar alguns casos relacionados ao Programa Recife Sem Palafitas, já apresentado no Capítulo 2. Como visto, ele foi seletivo em sua aplicação e limitado em sua amplitude, tendo sido implantado de forma "cirúrgica" na cidade, como um instrumento que buscava prioritariamente atender aos interesses das elites econômicas. Uma vez atendidos os propósitos do mercado imobiliário e as necessidades estruturais urbanas necessárias ao desenvolvimento econômico, em pouco tempo, os seus dispositivos, que visavam a atender às demandas sociais posteriores às remoções populacionais, foram desmontados. As populações ficaram, assim, mais uma vez abandonadas à própria sorte e aos efeitos socialmente corrosivos das relações sociais que privilegiam as elites econômicas e desassistem os mais pobres. O caso do menino Wellington, que fez um pedido ao presidente Lula em 2003, e de sua família é bem representativo e ajuda a demonstrar como funcionou no caso do PRSP esse mecanismo político e econômico.

Prazer, eu sou Wellington!

Retomamos aqui a história do menino Wellington, que recebeu a promessa do presidente Lula, quando de sua visita à comunidade de Brasília Teimosa, em 2003, de que seria retirado, assim como a sua família, das condições indignas em que se encontravam. Ele foi reencontrado, oito anos depois daquele momento histórico, pelo repórter João Valadares, do Jornal do Commércio, que o entrevistou e fotografou (fotos de Rodrigo Lobo) para uma reportagem do caderno especial Reencontros, intitulada "Prazer, eu sou Wellington" (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011). (Ver Figura 48)

Figura 48: Wellington Firmino da Silva - 2011 – Foto: Rodrigo Lôbo - JC Imagem

A reportagem demonstrou que, para o menino, o problema era a casa. Mas, esse era apenas um detalhe dentro de uma problemática bem mais complexa. A pobreza extrema afligia a sua família e outras 224 que foram deslocadas dali junto com a dele em 2005, para um apartamento novo no Habitacional Casarão do Cordeiro. O conjunto foi especialmente construído para abrigar famílias retiradas das palafitas. Essa foi a primeira realização concreta do Programa Recife Sem Palafitas. No entanto, a realização do sonho de Wellington e de muitos moradores das palafitas de Brasília Teimosa, a maioria pescadores, tornou-se um pesadelo. Eles foram deslocados para um local situado a 10 Km da praia de onde, bem ou mal, tiravam o sustento. Após o abandono por parte do programa de assistência social que apoiava as famílias retirada forçada, a qual transformou-se em mais uma tragédia que se abateu sobre quem já tinha uma vida extremamente comprometida pela pobreza. (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011).

A espera de Wellington e de sua família durou apenas dois anos e cinco meses, no entanto, o encanto e a felicidade duraram bem menos que isso. No início, o ônibus disponibilizado pela Prefeitura fazia o transporte dos pescadores, do habitacional até o local onde estavam os barcos de pesca, na beira da praia. Havia até professores de informática e assistentes sociais que davam apoio aos moradores do condomínio. Mas, esse suporte por parte da Prefeitura não se sustentou por muito tempo, conforme Wellington revelou na reportagem: “isso foi bem no começo, só no começo mesmo. Depois ficamos lá, e aquilo foi ficando muito pior do que no lugar que a gente morava antigamente”. Com a interrupção da

assistência, a vida no habitacional se tornou inviável para os seus recém-chegados moradores (id, 2011).

As assistentes sociais foram deixando aos poucos de fazer visitas aos apartamentos. O fiteiro da esquina não estava mais ali, os amigos dos becos estavam dispersos entre os blocos distantes. Os peixes estavam mais tranquilos em frente à orla de Brasília Teimosa, porque os pescadores não tinham mais como chegar até os barcos para pesca-los. A comida começou a faltar para muitas das famílias e as oportunidades de trabalho foram ficando ainda mais escassas. Sem terem como produzir renda, sem referências no novo bairro, longe dos antigos lugares de convívio social, os jovens se viram deslocados e passando necessidades.

Novas e obscuras oportunidades, no entanto, começaram a surgir naquele novo horizonte. Não demorou muito para que muitos jovens e crianças fossem cooptados pelo esquema de tráfico de drogas que já existia no bairro antes da construção do habitacional. Aos poucos, o condomínio foi sendo dominado pelo clima de violência que se seguiu. Cada bloco de apartamentos foi logo apelidado com o nome de uma penitenciária da região ou de outros estados: “Carandiru”, “Bangu”, “Cotel”. Wellington, aos 14 anos, ingressou na nova carreira como um “aviãozinho”, nome dado àqueles que são encarregados de transportar pequenas quantidades de drogas, movimentando o comércio nas regiões próximas. Mas ele não demorou a subir de posto, e se tornou gerente de ponto de droga. Logo, passou a andar armado e a distribuir maiores quantidades de drogas para os traficantes da região (id, 2011).

> “Ganhei muito dinheiro. Comprei moto, relógios e só andava com roupa de marca. Tinha fim de semana que eu gastava R$ 1,5 mil. Era muito dinheiro que entrava. Tudo muito fácil. Já vendi droga pra filho de gente importante. Os carrões ainda entram lá no conjunto pra buscar droga de madrugada. Era tudo com a gente”
>
> (id, 2011).

Apesar de ainda se orgulhar de ter ocupado um cargo importante no esquema de tráfico que se instalou no condomínio, e de lembrar com visível prazer dos tempos em que tinha muito dinheiro, usava roupas de marca e utilizava uma moto própria como transporte, ele expressa um grande alívio por ter escapado do trágico destino, ao qual muitos de seus amigos não sobreviveram. Muitos deles foram mortos dentro do próprio condomínio, por membros de outras facções que disputavam o comando do tráfico na região.

Em 2011, aos 20 anos, idade que tinha na ocasião da reportagem, Wellington era um sinal vivo de uma ação que não eliminou, apenas deslocou as fronteiras entre a dignidade e a

indignidade social. O atendimento às necessidades e aspirações do mercado imobiliário já ocorrera, pois os casebres e palafitas, que desvalorizavam a região da orla da praia mais próxima do centro de Recife, já haviam dado lugar às praças, aos calçadões e à nova Avenida Brasília Formosa. A ação de apoio aos moradores retirados, portanto, não precisava mais continuar, segundo os ditames do mercado imobiliário. Esta é uma das instituições mais fortes, entre as que dão as cartas em relação ao uso do solo das grandes cidades no mundo capitalista.

O simples fato de morar em uma habitação nova e relativamente bem construída, por si só, não garantiu aos moradores retirados a inclusão social prometida nos discursos políticos. Levantar paredes se mostrou ser bem mais simples que reconstruir a dignidade perdida há séculos.

O problema das moradias precárias se mostrou estrutural, bem mais complexo e profundo do que pareciam às seis mil famílias recifenses que, até 2011, foram retiradas ou expulsas de casebres em áreas alagadas para conjuntos habitacionais através do Programa Recife Sem Palafitas. A muitas delas, foram apresentadas pela primeira vez paredes de alvenaria rebocadas e pintadas, quartos, cozinhas e banheiros equipados com instalações hidráulicas. Mas, em curto espaço de tempo, mais uma vez a história provou que não basta libertar. Sem a devida e planejada assistência posterior, sem a inclusão através da educação, do trabalho e de uma remuneração digna, a pobreza, que resiste bravamente nas palafitas, tornou-se insuportável sobre o piso revestido de cerâmica dos novos apartamentos.

O caso da Via Mangue: Um corredor feito de concreto e de discursos

O caso da Via Mangue já foi analisado, com mais ênfases em seus aspectos culturais, em minha dissertação de mestrado (MARQUES, 2014). No entanto, será retomado aqui, em função de sua importância para a validação das novas hipóteses colocadas nesta pesquisa. Como foi dito no final da dissertação, são inúmeros os pontos de vista através dos quais aquela problemática poderia ser analisada, estando longe de ser esgotada.

A Via Mangue é um corredor viário, cuja construção compunha as intervenções relacionadas com melhoramentos da mobilidade urbana do Recife, visando a grandes eventos internacionais que estavam prestes a acontecer no Brasil a partir de 2013. De acordo com as

regras e necessidades do capitalismo global vigente na época, as cidades precisavam ampliar e modernizar seus sistemas de mobilidade, oferecendo melhores condições de fluxo aos inúmeros turistas que injetariam milhões de dólares na economia. Elas precisavam estar belas, seguras e asseadas para figurarem nas fotos e documentários que colocariam o Brasil nas vitrines de todo o mundo, "para inglês ver".

Segundo o discurso da Prefeitura, o projeto da Via Mangue foi um projeto viário que incluía também propostas habitacionais, de infraestrutura e ecológicas. O principal objetivo, no entanto, era tornar mais fluida a circulação de veículos em Boa Viagem, bairro da Zona Sul do Recife. Segundo esse discurso, a Via Mangue foi uma obra estratégica para o desenvolvimento econômico, social, turístico e ambiental da cidade. Sua conclusão, de acordo com o prefeito João da Costa, estaria prevista para acontecer até maio de 2013, prazo estabelecido pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para as intervenções de acessibilidade nas cidades que receberiam a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações, ainda em 2013. A pedra fundamental da Via Mangue foi lançada no dia 11 de junho de 2011. Para a imprensa local, essa foi a maior obra viária urbana realizada no Recife nos últimos 30 anos (MELO JR., 2010). Não obstante esses prazos, vale ressaltar que a obra só foi inaugurada em toda a sua extensão em janeiro de 2016.

A construção da Via Mangue foi um dos eventos que mudaram o cotidiano de muitos moradores da cidade naquele período, principalmente dos mais pobres, além da paisagem e do espaço urbano da Zona Sul do Recife[128]. O projeto, que acresceu ao sistema viário 4,5 Km, incluiu a melhoria da rede de saneamento; obras de urbanização e construção de 992 moradias para famílias que moravam em palafitas e de outras localidades pobres que estavam próximas às margens do mangue onde passaria a via. Por estarem situadas em coincidência com o traçado da via, várias comunidades pobres precisariam ser, segundo o discurso oficial, removidas, como se pode ver na Figura 49. Nessa imagem são visíveis 5 das 9 localidades atingidas pelo projeto. As famílias foram, então, distribuídas em 3 conjuntos habitacionais: o Residencial I Via Mangue, o Residencial II Via Mangue e o Residencial III Via Mangue. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

[128] Considera-se, conforme Santos (2006), que a paisagem exprime em formas e objetos a herança das relações localizadas entre os homens e a natureza, enquanto o espaço se compõe dessas formas somadas à vida que as anima (SANTOS, 2006).

Figura 49: Traçado da Via Mangue e algumas das comunidades atingidas por ele. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: <https://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica> acesso em 10/jun/2019

Nesse contexto, o discurso da "inclusão social" e do "direito à dignidade" em favor dos moradores dessas comunidades pobres surgiu como sendo o principal argumento para justificar as intervenções nas comunidades pobres. Dessa forma, o projeto, por razões bem diversas, obteve a adesão e o apoio de duas categorias socialmente excludentes, da população mais carente, que morava em palafitas nas áreas alagadas do Recife, e dos mais ricos que queriam vê-los longe de do bairro de Boa Viagem. Para os primeiros, a ideia de morar em um apartamento, longe dos ratos, do lixo e da lama, surgia como a possibilidade da realização de um sonho. Para os outros, era mais uma conquista na direção de maiores lucros, em função da valorização imobiliária, do ocultamento visual da miséria e da adesão ao modelo de cidade-paisagem.

No entanto, as implicações dessa obra com os interesses do capitalismo global foram muito além do atendimento às necessidades relacionadas aos eventos que aconteceriam em breve. Pode-se até afirmar que, em função de suas conexões com outros empreendimentos e interesses, essa obra foi muito mais imobiliária que viária. A Figura 50 sinaliza os pontos economicamente mais importantes da Zona Sul da Região Metropolitana de Recife, cuja interligação viária foi facilitada pela construção da Via Mangue, o que leva ao entendimento de sua importância para o setor.

De cima para baixo, na Figura 50, pode-se ver o primeiro ponto vermelho, marcando a localização do Shopping Center Riomar, no bairro do Pina, o mais novo e sofisticado centro de lojas do Recife. O segundo ponto vermelho marca a localização do Shopping Center Recife, em Boa Viagem, o maior centro de lojas do Estado e da região. O terceiro ponto marca a localização do empreendimento imobiliário Cidade do Paiva, na Praia do Paiva, um complexo de hotéis, lojas, restaurantes e residências de luxo à beira mar. Ele foi construído por empreendedores privados para atender aos empregados e prestadores de serviço, efetivos e temporários, do Porto de Suape, situado na cidade de Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana da cidade de Recife. Na época, o Porto de Suape era o local de maior atrativo para grandes empreendimentos industriais, como a Refinaria de petróleo Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul. A última área demarcada de vermelho, na parte inferior da figura, marca a localização do Porto de Suape, um dos mais importantes polos portuários e industriais do Nordeste, que atraía milhares de trabalhadores e profissionais especializados, muitos deles de alto poder aquisitivo, principalmente na primeira década do Séc. XXI.

Figura 50:Pontos economicamente importantes da Zona Leste da região Metropolitana de Recife, cuja interligação foi facilitada pela Via Mangue. Fonte: Google

A Figura 50 ajuda a entender a lógica da Via Mangue. O trânsito de automóveis e de mercadorias no nível local, mais especificamente na Zona Sul do Recife, precisava de uma infraestrutura mais adequada para atender às necessidades do mercado global. A imagem da Figura 51 mostra uma sobreposição do traçado da Via Mangue sobre a vista aérea de duas das comunidades demolidas, Xuxa e Deus nos Acuda. A construção do próprio corredor viário e de todo o seu entorno urbanístico garantiria a impossibilidade de reocupação da área por novos casebres improvisados.

Figura 51:Via Mangue a as comunidades Xuxa e Deus nos Acuda cortadas pelo seu traçado (foto anterior a 2010). Fonte: <https://www.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica> acesso em 10/jun/2019

A população pobre das comunidades, cujas localizações coincidiam com o traçado da Via Mangue, foi expulsa do bairro de Boa Viagem. Essa ação da Prefeitura do Recife, no entanto, também serviu para valorizar os imóveis do entorno. Um bom exemplo é o caso da comunidade Xuxa, quando, após a sua demolição, um novo edifício de luxo foi construído no terreno localizado ao lado, ainda durante a construção da Via Mangue, como se pode ver na Figura 52, na Figura 53 e na Figura 54. A Figura 55 e a Figura 56 mostram o terreno onde se localizava a comunidade Xuxa, logo após a demolição, em 2010.

Figura 52: Foto do Edfício Arvoredo Residence Club no início de sua construção, tendo ao fundo a construção simultânea da Via Mangue. Fonte: acervo do autor

Figura 53: Edf. Arvoredo Residence Club, construído ao lado do terreno onde se localizava até 2010 a comunidade Xuxa, tendo ao fundo a Via Mangue. Foto do autor, 2020.

Figura 54: vista aérea do edf. Arvoredo Residence Club, construído ao lado do terreno onde se localizava até 2010 a comunidade Xuxa. Fonte: Google, 2020.

Figura 55: terreno onde se localizava a comunidade Xuxa logo após a demolição-2010. Fonte: Acervo do autor.

Figura 56: terreno onde se localizava a comunidade Xuxa logo após a demolição-2010. Fonte: Acervo do autor.

Comparando-se esse caso com os das demolições de mocambos no início do Séc. XX, pode-se observar uma sofisticação no discurso oficial e uma suavização nos procedimentos, de forma a adequar as ações aos novos valores e padrões legais e civilizatórios. Tais padrões precisaram se adaptar ao novo arcabouço legal, como é o caso da Constituição de 1988, que colocou a moradia digna como um direito do cidadão e uma obrigação do Estado (BRASIL, 1990). Essas novas garantias, em consonância com a evolução do arcabouço legal global em defesa dos direitos humanos, aparecem na CF logo no seu primeiro artigo, onde é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Já no artigo 5º é estabelecido o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade e outros importantes direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos (BRASIL, 1990). No entanto, apesar das novas roupagens discursivas e dos métodos menos violentos, em sua essência, o fenômeno da expulsão dos pobres das áreas mais valorizadas e cobiçadas das cidades continua existeindo. Houve, também, uma evolução na eficiência dessas ações, fruto do aprendizado histórico e da sofisticação dos processos técnicos e políticos.

Remoção ou expulsão?

O discurso governamental denominou esses deslocamentos das populações pobres dos bairros ricos em direção a outros mais populares e distantes como “remoções”. Esse termo denotava mais civilidade e respeito para com os atingidos pelos programas, que também passaram a ser chamados de “contemplados”. Toda essa polidez das palavras tornou a intervenção bem-vista pela opinião pública e mais facilmente aceita pelos que foram coercitivamente deslocados de suas comunidades. Para assentá-los, foram, então, construídos conjuntos habitacionais. Segundo o discurso do Governo Municipal, o projeto não visava apenas abrir passagem para novas vias de trânsito, mas também a preservar o meio ambiente e incluir socialmente as populações pobres, a partir da entrega de moradias classificadas como dignas pelo poder público (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

Ao longo das décadas anteriores, governos estaduais e municipais já haviam tentado retirar a população pobre daquelas áreas, o que veio a se concretizar algumas vezes. Mas, os moradores sempre voltavam e reconstruíam as suas casas. Com isso, houve um ganho de experiência por parte dos técnicos e dos políticos, que trataram de corrigir as falhas dos projetos anteriores. A solução encontrada foi sincronizar a retirada da população com a urbanização e a ocupação imediata das áreas desocupadas pelos pobres, de forma que eles não encontrassem mais os terrenos disponíveis ao voltarem. Esse dispositivo constou como um dos mais importantes no Programa Recife Sem Palafitas (PRSP), como visto na Figura 52, na Figura 53 e na Figura 54.

Em 2010, as casas das comunidades Xuxa e Deus nos Acuda, que se situavam no traçado da Via Mangue, foram derrubadas. Seus moradores foram expulsos para o bairro vizinho da Imbiribeira. Segundo uma dona de casa, ex-moradora da Xuxa, a população já vivia sob constante ameaça de expulsão, conforme indicam as suas próprias palavras: “Aquela localidade que a gente mora já foi indenizada três vezes: na época de Roberto Magalhães[129], na época de Jarbas[130], e o povo comia o dinheiro, e eles não faziam nada lá. A pessoa voltava e invadia novamente”.

[129] Roberto Magalhães obteve quatro mandatos de deputado federal (1991/1995, 1995/1997, 2003/2007 e 2007/2011). Ele também foi governador do estado de Pernambuco de 1983/1986 e prefeito da cidade do Recife de 1997/2000. Fonte: disponível em < https://www.camara.leg.br/deputados/74433/biografia> Acesso em 18.08.2020

Outro fato que denota uma expulsão, é que quando o projeto foi apresentado à população, já estava aprovado e contratado pela Prefeitura, portanto a remoção não seria negociada, mas um fato a ser consumado. Também não houve um agendamento para o dia da tal remoção, mas uma estratégia que incluiu boatos e encenações associadas a uma eficiente logística. Houve muito prejuízo material e moral para a população, como evidencia outro morador entrevistado:

> Eles chegaram lá de repente, dizendo que o povo queria invadir aqui, e se a gente não se mudasse naquele dia, o povo ia invadir, não tinha como empatar, não sei o quê! Eu sei que o povo correu pra fazer a mudança.(sic)(...) Os flutuantes endoidaram: "É agora!" Aí começaram a carregar as mudança...(sic)
>
> (FREITAS, 2013)

Conforme o relato de Freitas (2013), funcionários da Prefeitura chegaram na comunidade em um dia útil de semana, alarmando a população para que fizessem imediatamente a mudança. Muitos dos moradores não estavam em casa, pois já estavam fora, trabalhando. Eles tiveram que largar o trabalho e correr para casa, numa ação desesperada. Os caminhões da Prefeitura já estavam estacionados na frente da comunidade. Agentes municipais alegavam que havia um risco eminente de invasão dos apartamentos que já estavam prontos, mas ainda não haviam sido ocupados pelos novos moradores, que ainda estavam em suas antigas casas na comunidade. Com medo de terem que sair das casas e não terem para onde ir, atenderam imediatamente ao comando e, desesperadamente, começaram a tirar seus móveis das casas e a jogá-los, aos montes, nomeio da rua.

Funcionários da Prefeitura pegavam os móveis e pertences de vários moradores e os misturavam em cima de caminhões do tipo caçamba. Uma chuva torrencial contribuiu ainda mais para agravar os prejuízos dos moradores, que perderam muitos móveis e pertences. O descarregamento dos mesmos aconteceu da mesma forma, debaixo de muita chuva e em meio a uma situação caótica. Ninguém sabia ao certo qual era o seu apartamento, de forma que tiveram que colocar os móveis no primeiro que encontraram, na tentativa de salvá-los da chuva. Isso gerou muitos problemas entre os moradores depois e demonstra que as garantias de não prejuízo foram parciais e falaciosas, foram mais sedutoras que reais, como fica claro na fala de Luíza, uma ex-moradora da comunidade Xuxa:

---

[130] Jarbas de Andrade Vasconcelos é um advogado e político brasileiro. Cofundador do MDB, governou Pernambuco de 1999 a 2006 e ainda o representa como senador, desde 2007. Fonte: disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4545> Acesso em 18.08.2020.

> Foi, choveu muito! Eu tinha aquelas camas que o material não é tão bom, no caso era bicama, acabou com minha cama! Até hoje eu tô com dificuldade, porque a gente quando é mãe sozinha, né? Até hoje eu tô com dificuldade por causa das minhas coisas que quebrou (sic). Aí, eles não tiveram aquele cuidado, porque tanta da gente, né? Era um vai e vem! Era chegando aqui e voltando, chegando e voltando. Eles faziam de qualquer jeito, como se fosse uns animal (sic), eles deixava (sic) e voltava (sic) de novo pra buscar mais. Ia morrendo gente aí agarrado na energia, ainda, tentando ligar. Eu fiquei no escuro, foi uma agonia mesmo! (BELTRÃO, 2012)

Muitos sentiram-se violentados em sua identidade, em suas práticas e seus costumes tradicionais e em sua organização social, em função da nova tipologia de moradia a eles imposta. Outros não se sentiram recompensados pelas perdas materiais, que não se resumiram a objetos de uso pessoal e móveis. Muitas casas eram bem maiores e melhores que os apartamentos recebidos, de acordo com muitos relatos. Mesmo os que consideram que as condições de moradia melhoraram, se sentiram prejudicados nas relações e condições de trabalho e produção de renda, pois perderam seus pequenos negócios e suas oportunidades de trabalho no bairro em que moravam, como se percebe no relato de uma moradora:

> (...) No meu caso, no meu: Você já imaginou se eu tivesse um cantinho? Ou seja, ficaria lá vendendo uma coisinha..., eu estava dentro, cuidando da casa, mas ela (a filha) estava arrumando alguma coisa! Outra: pessoa que tem o mercadinho! Você imaginou um apartamento desse tamanho, aí você só tem a sala pra fazer o mercadinho? Só aquele pedacinho pra conviver com a família? (...)

(GOMES, 2010)

As camadas mais populares expressam o seu reconhecimento como possuidora de poder, na medida em que confrontam classes mais poderosas, que por sua vez também defendem interesses próprios. Os mais pobres expressam seus discursos, não apenas através de suas palavras, mas também através de suas práticas. Assim, passam mensagens que revelam seus conhecimentos e saberes próprios, reafirmando o seu direito à cidadania, assim como a uma cultura e a uma organização social própria (MONTENEGRO, 2013-A). Tais discursos, muitas vezes individuais, se alinham de forma inseparável com as memórias coletivas, refletindo situações vividas por muitos outros indivíduos, que se identificam pela época vivida, pelo grupo social a que pertencem e, assim, passam a se refletir mutuamente (MONTENEGRO, 2010).

A obra da Via Mangue expulsou moradores de oito comunidades pobres, do território que ocupavam havia décadas. Eles foram morar em um condomínio residencial localizado no

bairro vizinho, a cerca de 4 Km de distância, especialmente construído para assentá-los. Essa mudança forçada causou um enorme impacto social, cultural e econômico para tais famílias, levando inclusive a mortes, inadequações, marginalização, perda de fontes de renda, emigrações regionais para outras cidades e estados. Naturalmente que esse impacto não foi negativo para todos, até foi positivo também para muitos, como veremos adiante.

Enfim, não houve uma consulta genuína à população, mas audições públicas que serviam muito mais para cumprimento de protocolos e para o pronunciamento de discursos justificativos, que para escutar a população. Isso também contribuiu para caracterizar um processo de expulsão. Foi, assim, uma retirada compulsória e traumática para a população. Esta também não teve a devida assistência jurídica e social, que seria obrigatória nesses casos.

"Pobre morando encima de pobre"

Nas comunidades Xuxa e Deus nos acuda, a notícia de que a Prefeitura iria construir um habitacional para transferir para lá os moradores foi muito festejada. Alguns moradores, que já haviam investido muito dinheiro e sacrifício para melhorar suas casas ao longo de anos e até décadas receberam aquela notícia com certa desconfiança e apreensão. No entanto, os moradores das palafitas ficaram muito animados. Para esses últimos, não havia outra forma de conseguirem um lugar limpo e seguro para morar, era como um sonho sendo realizado. Mas, a realidade se mostrou bem mais complexa do que eles estavam imaginando, como disse uma das entrevistadas, ex-moradora de uma das comunidades: "foi uma expectativa maravilhosa! Eu acho que foi a melhor notícia que recebi! Mas depois que eu cheguei..."

No novo habitacional onde foram assentados os ex-moradores das duas comunidades, uma série de regras foram impostas aos moradores. A imposição começou pela forma de distribuição dos apartamentos, que foi por sorteio. Essa regra fez com que os parentes e amigos que antes moravam em casas próximas, quando nas antigas comunidades, ficassem dispersos nos blocos do condomínio. O fato dificultou a prática da solidariedade no cuidado para com os idosos e com as crianças. Como já visto no Capítulo 3, essa prática é essencial para viabilizar o trabalho de muitas mães e pais que precisam passar o dia ou a noite longe de casa. É comum nessas comunidades que esses cuidados sejam compartilhados entre parentes e

vizinhos próximos, uma vez que as creches públicas não conseguem atender a toda a demanda das famílias, quando elas existem.

Eles, também, não receberam o título de propriedade dos apartamentos, mas apenas a posse, que era intransferível. Com isso, os planejadores esperavam impedir a venda e o aluguel dos apartamentos. No entanto, muitos dos moradores das antigas comunidades já haviam investido em suas habitações ao longo de muitos anos. Para muitos, a casa era um bem de grande valor e, muitas vezes, bem maior que os apartamentos entregues pela Prefeitura. Sentiram-se, assim, prejudicados com a perda de seus bens, para muitos, sem valor, mas para eles, preciosos, como fica aparente na fala de Leonardo, ex-morador da Xuxa: "muitos ficaram satisfeitos de vir pra cá, outros não. Porque tinham suas propriedade (sic) boa (sic)! A luta que tiveram, desde o começo! A casa de madeira, depois passaram pra taipa, depois de alvenaria, muita luta mesmo! Muito suor mesmo!" A grande vantagem foi para quem morava em palafitas, para os quais a qualidade da moradia melhorou enormemente, em segurança, higiene e conforto. Mas, a insatisfação e a revolta de alguns moradores com o tipo de apartamento recebido se refletem na fala do Sr, Julião, um pedreiro que morava na comunidade Xuxa:

> aqui a gente recebeu sem reboco, sem cerâmica, sem nada. E lá no Pina eles deram rebocado e pintado, pra gente não. Até Lula disse aí, quando inaugurou, que mandou fazer casa, num foi casa de pombo, não. Por que? Porque tem gente que tem família e precisa de uma casa de três quartos! Tem outras que tem pouca gente, mas não justifica! Tem gente aí que tem nove meninos... Tem duas mulher (sic) aí que uma tem nove meninos ,outra tem oito! Vai morar num apartamento desse aí? Vai dormir feito bicho, um por cima do outro!(...) A minha casa era com dois andar (sic), a minha! (MEIRA, 2013) (ver Figura 57)

Figura 57: Sala de apartamento no Residencial III Via Mangue, entregue sem reboco.- 2013. Fonte: Acervo do autor.

Um dos maiores entraves foi a proibição da prática de qualquer atividade que não fosse estritamente habitacional. Dessa forma, o comércio informal que funcionava na maioria das casas ficou inviabilizado, prejudicando uma das formas mais praticadas de produção de renda. Os prestadores de serviço, que tinham em casa um setor para guardar ferramentas, sobras de matérias ou mesmo pequenas oficinas viram as suas práticas inviabilizadas, como se pode inferir pela fala de uma moradora do novo habitacional: “eu mesma trabalhava fora. Aqui ninguém ganha dinheiro não, moço, se não tiver seu trabalho fixo, fica difícil. Pra quem já tem o seu trabalho foi bom, mas pra quem não tem...”. Um ex-morador da comunidade Deus nos Acuda, entrevistado na frente de seu apartamento no Habitacional Via Mangue III, expressou seu descontentamento com essas palavras: “a minha sala só tem ferramenta. É ferramenta, é armário, é balde, é tudo, não tem onde botar não. Lá perto do fogão é régua de alumínio, é enxada, essas coisas que a gente trabalha, fica tudo lá entulhado, perto do fogão. A mulher fica braba, mas é o jeito!”

Em sua entrevista, O Sr. Álvaro, que é pedreiro, também se sentiu prejudicado com a falta de espaço para colocar seu material de trabalho:

> Olha! a minha casa era de alvenaria, na frente da minha casa tinha um compartimento que eu botava ferramenta, botava a moto, vendia também

> pipoca, salgadinho, essas coisas (...) eu peguei os troços de lá e coloquei tudo dentro, aí dentro de casa! A bicicleta, régua, enxada, enxadeco, pé de cabra, marreta, martelo, balde, tudo! A gente que é pedreiro e pintor, tem que ter essas coisas: chave de cano, pedaço de cano véio (sic), sifão véio...(sic) e o quartinho morreu! Tô com um monte de coisa dentro de casa, a mulher querendo jogar fora, no mato, e não pode jogar!
> (BRAZ, 2012)

Apesar da tentativa da Prefeitura de solucionar esse problema através da indenização dos moradores que possuíam estabelecimentos comerciais nas antigas localidades, o dinheiro das indenizações logo foi consumido para compensar a interrupção da produção de renda, sem que tivessem possibilitado de fato a instalação dos equipamentos de produção em outras localidades (id, 2014).

O impacto econômico, no que diz respeito à cidade como um todo, também não foi igual para todos. Para uma parcela da população pobre deslocada foi desastroso, no entanto para as camadas da população com melhor nível de renda, em especial para os que têm acesso ao mercado de bens de alto valor, como automóveis e imóveis foi bastante positiva. Melhorou a mobilidade do bairro, facilitando o fluxo de prestadores de serviço, comerciantes e mercadorias que obrigatoriamente precisam cruzar a zona sul da cidade para ter acesso a equipamentos lá existentes, assim como a cidades vizinhas muito importantes para a economia do Estado, como é o caso do litoral de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e muitas outras localidades do Litoral Sul pernambucano, que são importantes para o mercado de turismo e de produtos industriais.

Outro aspecto que se chocou com as práticas dos moradores foi a impossibilidade de promover reformas ou ampliações nas habitações. Nas antigas comunidades, as moradias costumavam crescer e se multiplicar na mesma proporção do crescimento das famílias ou junto com o amadurecimento dos jovens, que iam casando ou se tornando independentes e construindo novos pavimentos para morar nas casas de seus pais e parentes, ou iam ampliando os aterros para construir novas casas ou novas palafitas. Uma vez transferidos para os habitacionais, essas práticas foram “engessadas” pela configuração rígida e perene dos blocos e apartamentos, como fica claro na fala da dona de casa, ex-moradora da comunidade Xuxa:

> eu achei ruim porque minha casa era muito grande, não deu pra ficar nem meu filho, aí ele tá morando comigo e a mulher com os meninos no interior. Porque não deu pra... Ele não ganhou casa. Minha casa tinha três quartos, a cozinha grande, e tinha uma cisterna dentro de casa. Mas ele tinha o quartinho dele separado, mas não deram. (BELTRÂO, 2012)

Muitos dos moradores entrevistados diziam não se adaptar a moradias do tipo multifamiliar com vários pavimentos. Uma das dificuldades é a administração de um bem comunitário. Apesar das práticas de solidariedade e do sentimento de pertencimento a um grupo que se identifica pela condição social comum, no que diz respeito à moradia em si, as práticas eram individuais, o que foi forçosamente modificado no novo habitacional, como diz Gerlane em sua entrevista, quando solicitada a comparar a moradia na antiga comunidade com a atual, no novo habitacional:

> lá era muito bom... tirando, assim, a moradia, né, que a casa não se compara, né? Até porque a gente morava em palafita. Mas agora mudou muito, porque não é todo mundo que tem aquele cuidado, aquele zelo de fazer as coisas, de querer cuidar das coisas, né, não é todo mundo, aí já é uma complicação a mais, porque uns não querem pagar condomínio, aí outro paga, então esse não vai querer favorecer e fazer uma coisa para o outro que não paga, aí até nisso, dá um caos, um problema, né? Porque um quer fazer uma benfeitoria, outro não quer, é tudo difícil aqui. Lá já era um negócio certo, não é? (VASCONCELOS, 2012).

Em suas antigas habitações, que eram unifamiliares, havia a privacidade, proporcionada por certo afastamento, que assegurava mais conforto aos moradores. Alguns dos entrevistados diziam não se acostumar com o barulho que vinha dos apartamentos superiores, através das lajes, e dos apartamentos adjacentes e frontais, através das portas que davam para um mesmo corredor. Uma das entrevistadas, ex-moradora da comunidade Xuxa, quando perguntada sobre o que achou do projeto de arquitetura do habitacional, respondeu: “eu não colocaria pobre para morar encima de pobre, não dá certo!”. Nessas novas configurações ficou impossível não ser afetado pelas festas, bebedeiras, brigas e brincadeiras dos novos e desconhecidos vizinhos, como afirmou a Sra. Luíza, ex-moradora da comunidade Xuxa:

> eu não achei ruim aqui não, mas se fosse casa, era melhor. Aqui você tem que tomar cuidado pra não fazer barulho por causa do vizinho, se cair alguma coisa, se tiver que arrastar algum móvel, o pessoal se incomoda com tudo, quem mora em baixo! Às vezes, a pessoa não faz zuada por maldade, é que acontece, né? E o som... O som não tem hora pra ligar não, é a maior zuada! A moradia aqui é boa, só que ninguém respeita ninguém, né? (BELTRÃO, 2012)

A insatisfação com o modelo de moradia imposto pela Prefeitura fica clara na fala da Sra. Juciene, também ex-moradora da comunidade Xuxa, quando perguntei se ela se sentia mais confortável em sua casa antiga:

> era, porque lá era dividido. Tinha a favela da Xuxa e a Deus nos Acuda, né? Mas aqui, ficou dividido pelos blocos. Eu acho que até o 5 é da Xuxa, do 6 pra lá já é outra favela, chamada Deus nos Acuda. Cada cá tinha suas

> casinhas. Se fosse (sic) casinhas eu achava melhor, porque meio mundo de terreno, e as casas desse tamanhinho, com dois quartos pequenos! Casas com muita família não dá pra nada! O pessoal queria mais casa! Mas, tem que aceitar mesmo! (LINS, 2012)

A melhoria relativa da qualidade da moradia, quando colocada em contraste com os prejuízos afetivos, culturais e econômicos sofridos pelos moradores do habitacional, geravam um sentimento também contraditório. Esse sentimento paradoxal sempre aparecia na fala dos moradores, quando perguntados sobre o seu nível de satisfação com a nova moradia. Foi o caso do Sr. Antônio Oliveira, mecânico de bicicletas, que demonstrou, ao mesmo tempo, saudade de sua antiga casa, mais segurança e tranquilidade no novo habitacional, dificuldade em conviver numa moradia multifamiliar e orgulho pelo bloco em que se situava o seu apartamento:

> sempre tem mais sossego morando numa casa individual. Mas, em outra parte, é melhor, lá era um beco, foi-num-foi, podia ter um tiroteio, um negócio...! Jamais eu vou dizer que lá era melhor em termos de moradia. Mas quem morava numa casinha, sente a diferença. Porque, enquanto tem 10 que zela pelo que é do outro, outros quer (sic) destruir. Essa calçada aqui mesmo foi a gente que fez, já deu outra presença, né? Cada um fez o seu na frente de casa, usando retraço que a gente encontrou por aqui mesmo. A gente comprou só a argamassa e o rejunte. Você pode olhar esses blocos todos, o mais organizadozinho é esse aqui.” (OLIVEIRA, 2010)

Muito embora o Programa Recife Sem Palafitas, responsável pelas intervenções dessa época, previsse o deslocamento mínimo das famílias, quando retiradas das antigas comunidades, o afastamento das habitações dos pobres em relação às dos ricos inviabilizou muitas das práticas de produção de renda das famílias. Isso porque a antiga proximidade não acontecia por acaso, mas, pela facilidade que os moradores pobres tinham de conseguir prestar serviços não especializados no âmbito doméstico para os moradores mais ricos, como era o caso de faxineiras, babás, cozinheiras e motoristas. Mas, também prejudicou o trabalho de muitos pedreiros, serralheiros, mecânicos, técnicos em refrigeração, pintores, jardineiros, comerciantes informais, que perderam o contato direto e próximo com as suas freguesias.

A Figura 58 mostra que o novo residencial, o Via Mangue III, foi construído a cerca de três quilômetros das antigas localidades, Xuxa e Deus nos Acuda, o que pode parecer pouco, mas foi o suficiente para quebrar praticamente todas as relações de vizinhança que os moradores mantinham com o bairro nobre de Boa Viagem. Essas relações eram o sentido maior de sua organização social e econômica, pois as experiências cotidianas das populações pobres das periferias das grandes cidades, marcadas pela luta diária pelo que é mais básico, como o alimento e a assistência à saúde, possibilitam a construção de um saber próprio, que

lhes faculta viver o avesso da vida, a qual insistentemente se quer diferente (MONTENEGRO, 2013-A).

Figura 58: Vista geral das localizações originais das comunidades da Xuxa e Deus nos Acuda em relação à localização do novo habitacional em construção para abrigar seus moradores-2009. Fonte: Google

Questionado a respeito do impacto da mudança sobre a sua produção de renda, o Sr. José, ex-morador da comunidade Xuxa respondeu:

> afracou muito, não é? Muito, muito, mesmo! Mas, sempre pinga alguma coisa, o cara vai e faz! Mas, atrapalhou muito! Porque lá, quando eu morava lá, o povo mandava o zelador me chamar em casa: "olhe, vá chamar Seu Zé!" Às vezes, ligava e o telefone não pegava, ele ia me chamar em casa. (MATIAS, 2012)

A inadequação dos moradores na nova localidade não foi apenas por conta da arquitetura dos apartamentos, mas também em função da nova vizinhança, desvinculada do histórico da comunidade. Não havia relações de amizade e afeto entre os moradores do novo habitacional e seus vizinhos dos habitacionais mais antigos. Não havia memórias nem histórias em comum, o que levou a uma desagregação do sistema de solidariedade e uma

quebra do sentimento de identidade que existia antes entre as antigas comunidades. Esse aspecto fica bem claro na fala de Sandra, ex-líder comunitária da Xuxa:

> lá onde agente morava, naquela localidade, o povo roubava rico. Que tenha um ladrão ou outro... Disser que não tinha ladrão, agente tá mentindo. Ladrão que ia roubar carro, ladrão que ia roubar posto de gasolina, casa lotérica. Mas aqui é pobre roubando pobre. O povo vai pro Carrefour (supermercado), tem um parado na bicicleta dentro do túnel pra tomar o dinheirinho que você levou. É pobre roubando pobre, e lá você não via isso.

Dessa forma, caiu por terra o discurso oficial que afirmava ser possível promover a inclusão social e a dignidade da população, simplesmente provendo as famílias pobres com apartamentos limpos, organizados e relativamente bem construídos. A simples transferência da população para áreas dentro dos domínios oficiais da cidade, servidas de saneamento básico e de serviços de transporte público não foi suficiente para uma população que vivia no "modo de resistência" proporcionado pelas favelas, palafitas e ocupações. Muito embora esses aspectos tenham sido contemplados nos programas, que previam a assistência social e o apoio às famílias transferidas, a descontinuidade dessa assistência após o assentamento das famílias nos novos habitacionais efetivou o desmantelamento da organização social e econômica dos moradores, assim como das suas práticas culturais e de seus dispositivos práticos, que permitiam a sobrevivência na ausência de recursos mínimos. A Figura 59 mostra um desses dispositivos, que é o uso misto do espaço, capaz de conjugar a atividade de moradia com a do comércio informal.

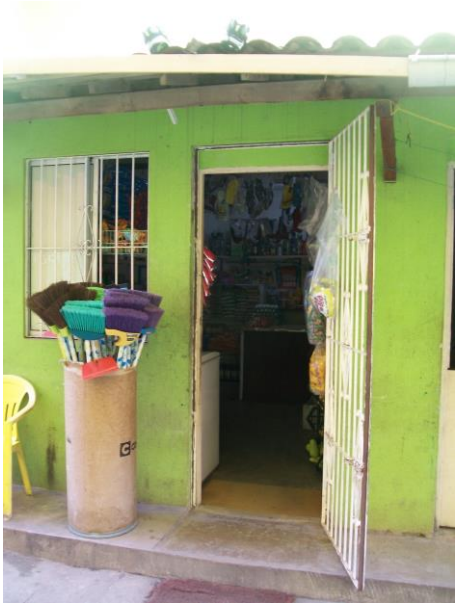

Figura 59: Pequeno comércio familiar - Comunidade Deus nos Acuda, em Boa Viagem - 2010 - Fonte: acervo do autor.

As palavras de Sandra, a ex-líder comunitária da comunidade Xuxa, e o seu trágico fim resumem bem os efeitos da intervenção governamental no cotidiano da vida dos moradores afastados do bairro de Boa Viagem, para a construção da Via Mangue. Perguntada sobre os impactos que a mudança acarretou em sua vida cotidiana, ela respondeu:

> é assim: com o passar do tempo, que você vai... Tudo é novo! Só que, assim, eu, sobre a Prefeitura e o projeto eu não tenho do que me queixar, sabe? Eu acho maravilhoso! A dificuldade que eu sinto aqui é de emprego! Muita gente não tem essa mesma opinião. Eu acho assim: às vezes não é nem o local, foi ele mesmo que se acomodou, você entendeu? Porque, pra mim..., eu vou ser bem sincera, eu não acho essa distância, eu vou pra igreja toda noite a pé e volto! A mesma igreja que ia! E eu vou três vezes lá pra ilha!

Sandra foi entrevistada cerca de seis meses após a mudança para o habitacional. Ao completar um ano da mudança, era Dia das Mães, seus filhos haviam preparado uma festa surpresa, para quando ela voltasse da igreja, onde participava de cultos todas as noites. Naquele dia, ela não foi a pé, mas na garupa da bicicleta de seu filho, que se ofereceu para levá-la. Porém, logo na saída do habitacional, ao atravessar a avenida, eles foram atropelados por um ônibus. Sandra não sobreviveu, seu filho teve ferimentos leves.

Os moradores das comunidades demolidas saíram de uma situação desumana, de risco, e foram para uma situação em que não podiam produzir renda. Foi uma experiência contraditória até mesmo para eles. Houve alegria pela mudança para um apartamento minimamente equipado, seguida de tristeza pela inadequação ao novo estilo ou local de moradia. A luta dessas pessoas, sem dúvida, era principalmente pela sobrevivência material, mas havia muitas outras dimensões nesse embate: ela também era afetiva, cultural e identitária. As soluções para esses paradoxos tiveram que ser encontradas pelos próprios moradores, segundo as ocasiões, as oportunidades, com o emprego da criatividade, principal instrumento de sobrevivência, que é própria da sociabilidade.

Um aspecto interessante, revelado pela pesquisa de campo, foi a situação paradoxal vivenciada pelos moradores retirados para o Habitacional III Via Mangue. O grande problema é que, na antiga comunidade, também havia grandes diferenças de níveis sociais, que se manifestavam no tipo das casas. Existiam desde os menores barracos de madeira construídos sobre a água, até as casas de alvenaria, mais próximas das áreas urbanizadas, as quais, muitas vezes, tinham vários andares e muitos cômodos. No habitacional, foram todos nivelados, na medida em que receberam um apartamento tipo, o que causou sentimento de perda, para alguns, e de ganho, para outros. O depoimento da Sra. Maria Caetano resume todos esses aspectos em poucas palavras:

> Lá, eu tinha uma casa boa, de alvenaria, com barraca, lá eu vendia bem! As minhas coisas, muitas, eu tive que botar fora, porque não cabia aqui. Mas pra quem tinha um barraco de tábua, tinha barraco de tábua que só dava 3m, e ganhou do mesmo jeito que eu ganhei, entendeu? Pra uns, foi bom, pra outros, foi ruim. Agora, pra quem tinha casa boa, como a minha, que tinha um quintal bom, tinha pé de coco atrás. O meu comércio aqui, praticamente, está acabado, aqui não deu futuro. Eu uso a sala do meu filho pra botar minhas coisas. Lá, era maior, não era só isso. Eu não gosto daqui, por causa da desvantagem do meu comércio, né?, Na verdade, se eu tivesse condições de encontrar um lugar melhor pra mim, eu queria. Mas, pra vender e depois ficar sem nada, eu não quero. Eu queria mesmo era ter um lugar pra ter um comércio. Em termos de moradia, o local é bom, entendeu? Porque tem ônibus certo, tem o metrô... Tem vantagem, tem muita vantagem também... Pra mim, o problema foi o comércio, que acabou comigo! E as contas, que são muito altas. A conta de energia aqui é altíssima! Eu já desliguei duas *freezers*, só tem essa aqui trabalhando, eu fico sem poder usar. (Caetano, 2012)

Voltando ao Habitacional Casarão do Barbalho

Vale a pena observar que, aquela segunda visita ao Habitacional Casarão do Barbalho, relatada em subitens acima e ocorrida em janeiro de 2020, pude constatar várias diferenças na proposta do projeto, em relação ao Habitacional III Via Mangue, que eu vinha estudando desde 2010. Naquela ocasião, eu circulei por todas as áreas, tirei fotos, conversei com muitos moradores e pude constatar muitas diferenças na proposta do projeto, como o fato de não ter sido construído um muro, o que foi feito em todos os outros que eu conhecera até então. Isso deixou que a cidade fluísse por entre os blocos e equipamentos, dando uma ideia de continuidade espacial e de não segregação.

Constatei também um número maior de quiosques entregues juntos com os apartamentos e divididos em dois blocos de lojas: um logo na entrada do habitacional, bem aberto ao acesso de toda a vizinhança, outro na parte mais interna do conjunto. Havia, também, mais equipamentos esportivos, como quadra poliesportiva, campo de futebol gramado e equipamentos de ginástica ao ar livre. Os apartamentos foram entregues com reboco e pintura nas paredes, forro no teto e cerâmica nos pisos. Pode ser que algumas dessas diferenças, como o fato de estar mais integrado à cidade, se deva ao fato de que o projeto inclui uma rua, que passa por dentro do conjunto, a qual ligará duas partes da cidade através de uma ponte, que estava com a construção paralisada na ocasião do levantamento de dados (ver da Figura 60 à Figura 64).

Figura 60: frente do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo em primeiro plano um dos blocos de quiosques comerciais - 2019. Fonte: acervo do autor.

Figura 61: frente do Habitacional Casarão do Barbalho, onde se pode constatar a ausência de muros - 2019. Fonte: acervo do autor.

Figura 62: interior do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo em primeiro plano equipamentos de ginástica e quadra poliesportiva - 2019. Fonte: acervo do autor.

Figura 63: interior do Habitacional Casarão do Barbalho, aparecendo ao centro um dos blocos de quiosques comerciais - 2019. Fonte: acervo do autor.

Figura 64: interior de um dos apartamentos do Habitacional Casarão do Barbalho, onde se pode ver os acabamentos internos de um dos quartos - 2019. Fonte: acervo do autor.

Micro-resistências: Artes, astúcias e subversões, enquanto armas

Após o assentamento dos moradores das comunidades Xuxa e Deus nos Acuda nos novos apartamentos do Habitacional III Via Mangue, os fatores negativos que atingiram dramaticamente não apenas a economia da população, mas a organização social, a cultura e a identidade social dos moradores, fizeram com que, aos poucos, a alegria inicial fosse se transformando em uma atitude de rebeldia e inconformismo. A atitude de muitos moradores insatisfeitos com os desdobramentos do processo passou a não ser mais passiva nem totalmente pacífica. Através do uso de táticas e de burlas, a população passou a recriar os espaços planejados pela Prefeitura, dando-lhes novos usos. Dessa forma, apropriaram-se dos espaços e dos equipamentos disponibilizados, de forma a adaptá-los a sua cultura e a viabilizar novamente meios para a produção de renda, principalmente por parte dos moradores que não tinham empregos fixos e dependiam de atividades autônomas para sobreviverem (MARQUES, 2014).

Através da análise das entrevistas realizadas, foi possível perceber como as vidas dos moradores foram impactadas pela expulsão do bairro de Boa Viagem, para melhor ou para pior, dependendo de cada caso. Também pude constatar que, de formas individuais e próprias, cada um tornou ou tentou tornar habitável a nova moradia, assim como viáveis as novas circunstâncias econômicas e culturais a que foram submetidos. Nas palavras de Certeau

(1994), através de “micro-resistências”, fundaram suas “micro-liberdades”, mobilizaram recursos insuspeitos e deslocaram as fronteiras da dominação dos poderes que atuavam sobre eles.

Nesse sentido, os moradores expulsos buscaram, como afirma Montenegro (2010, p.147), “recuperar as práticas ordinárias e, portanto, quase invisíveis, que normalmente não deixam vestígios escritos, mas apenas traços de memória”. Observou-se que tais práticas não são padronizadas, estão relacionadas com questões individuais e se ligam inseparavelmente à história de vida de cada morador, a sua singular participação no quadro social da cidade, embora dentro de uma cultura e uma economia comum a todos do seu grupo.

Não obstante as proibições e ameaças dos órgãos de controle da Prefeitura, os serviços de oficina passaram a ser praticados nos vãos de circulação entre os prédios; as salas dos apartamentos térreos se transformaram em lojas, como mercadinhos, bombonieres, depósitos de água mineral, mercearias e bares; os jardins laterais foram cercados, tornando-se como que propriedades particulares dos moradores que deles cuidavam; nos apartamentos superiores foram penduradas placas abaixo das janelas, indicando as atividades de comércio ou serviços que ali passaram a ser praticadas, como no caso do mecânico que instalou sua oficina na sala do apartamento. O Sr. Antônio Oliveira veio de Carpina em 1967, para trabalhar na construção civil em Recife. Ele fez da sala de seu apartamento uma oficina e loja de peças de bicicleta (Figura 65 e Figura 66).

Figura 65: Oficina mecânica instalada em sala de apartamento-2012. Fonte: acervo do autor.

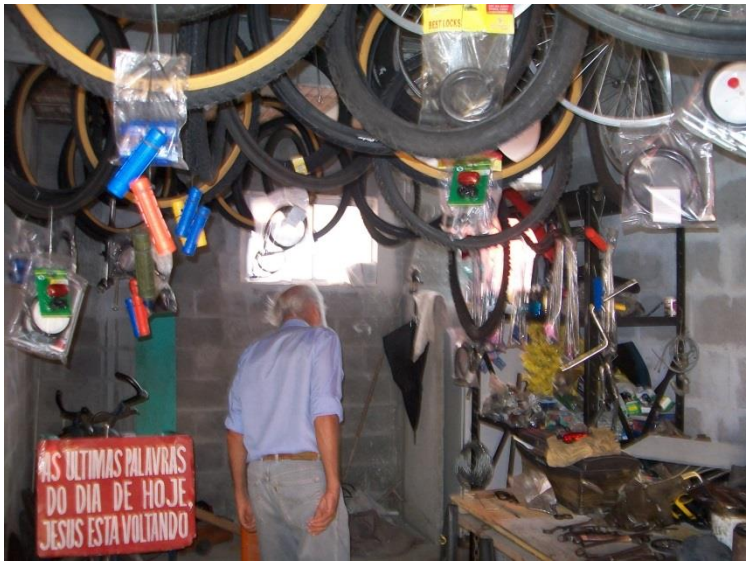

Figura 66: Oficina mecânica instalada em sala de apartamento-2012. Fonte: acervo do autor.

Não foi sem confronto direto que essas "micro-liberdades" foram conquistadas. Para continuar tendo como produzir alguma renda, até mesmo para pagar as contas que antes não existiam, muitos moradores tiveram que enfrentar com as forças que tinham a fiscalização da Prefeitura, que a todo instante ameaçavam os moradores que não estavam obedecendo às regras estabelecidas. Demonstrando muita revolta, o Sr. Antônio me relatou uma discussão que teve com a fiscal da Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife (DIRCON):

> Ela arrumou uma confusão comigo, do nada!
> Ela disse: "Eu tô com você por aqui!" (passa a mão no pescoço)
> Eu disse: "Porque a senhora tá comigo por aqui? Eu não fiz mal, não a maltratei, nem roubei, nem tirei nada da senhora! A senhora é que tirou de mim! Eu era pra tá com a senhora por aqui, e não tô!"
> Ela disse: "O senhor tire isso daqui imediatamente, senão a Prefeitura vai levar tudo!"
> Eu disse: "Pronto, mande tirar! Agora, tem outra coisa: a senhora vai me prender..." Eu disse tanta coisa!
> Eu disse pra ela: "Eu vou parar por aqui, porque eu não posso ficar nervoso! Eu caio por aqui, a responsabilidade é da senhora!"
> Mostrei um bando de remédio! "A senhora vai discutir comigo? Se vai discutir comigo, pode continuar, mas se eu cair aqui, é com a senhora e a sorte! Tô na sua mão! Veja bem o que vai fazer! Não me deixe na rua não!"
> (OLIVEIRA, 2010)

Sem um projeto adequado às necessidades socioeconômicas de seus moradores, as circulações internas do habitacional se transformaram em estacionamentos de carroças de praia, usadas para vender alimentos a banhistas e frequentadores da orla de Boa Viagem (Figura 67) e o estacionamento externo foi se tornando menor, por causa das barracas de

venda de lanches e bebidas, que nele foram se instalando, pouco a pouco (Figura 68 e Figura 69). Eu perguntei ao Sr. Manuel, dono da oficina de bicicletas, se alguma vez, durante a elaboração do projeto, eles haviam sido convidados para dar alguma sugestão ou para falar de suas necessidades, ao que ele respondeu: “Eles não têm esse sentido! Mas nesse tempo (de eleição) ele procura a gente!” . Então, perguntei a Sandra, que estava junto. Foi ela quem me apresentou ao Sr. Manuel, para entrevista-lo: Existe algum local determinado para vocês guardarem as carroças que usam na venda de alimentos na praia? Ao que ela respondeu:

> Eu tô com duas contas de luz atrasadas, duas de água... Pense numa coisa que eu vendia: hambúrguer e Guaraná da Amazônia. O pessoal saía do *shopping* pra tomar guaraná da Amazônia lá. (...) Tinha dia que eu ficava até 3 horas da manhã com a barraca aberta! Aqui, não tem nada! Não tem um espaço pra colocar as carroças, não tem um espaço pra cada um continuar uma vida como vivia. Porque, veja, é muita gente... (VIEIRA, 2010)

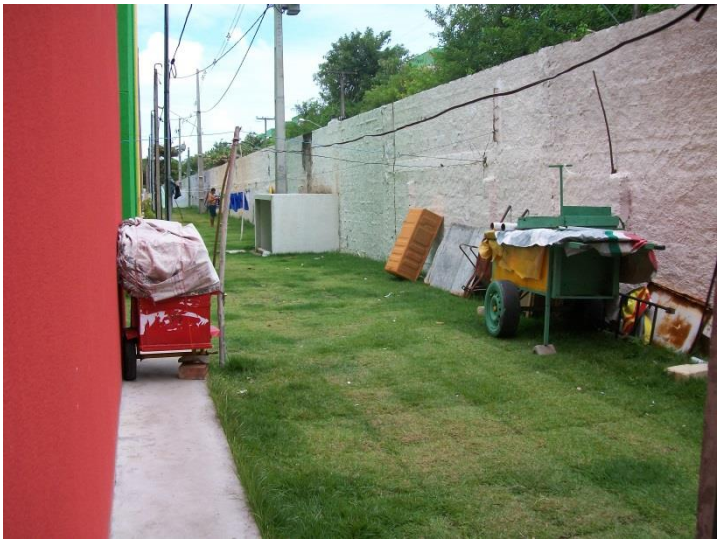

Figura 67: carroças utilizadas para vender produtos aos turistas nas praias estacionadas nas áreas comuns dos prédios-2012. Fonte: acervo do autor

Figura 68: barracas de bebida improvisadas nos estacionamentos-2012. Fonte: acervo do autor

Figura 69: barracas de bebida improvisadas nos estacionamentos-2012. Fonte: acervo do autor

Os *playgrounds*, à medida que foram se deteriorando, transformaram-se, aos poucos, em locais para a instalação de bares e lanchonetes. Os apartamentos do andar térreo, próximos ao antigo *playground*, passaram a ser usados também como depósitos e cozinhas para abastecer esses estabelecimentos. Dois anos após a inauguração, não havia mais brinquedos instalados, mas havia uma instalação coberta, construída em madeira, onde funcionava um bar, como mostram a Figura 70, a Figura 71 e a Figura 72.

Figura 70: play ground original, quando da entrega do habitacional aos moradores, em 2010. Fonte: acervo do autor.

Figura 71: espaço do play ground transformado em bar, dois anos após a inauguração do habitacional - 2012. Fonte: acervo do autor.

Figura 72: Apartamento térreo, servindo de apoio ao bar instalado no antigo play ground - 2012. Fonte: acervo do autor.

Os moradores que ficaram com os apartamentos do térreo não perderam a oportunidade de transformá-los em espaços de uso misto, instalando pequenos comércios em suas salas. Surgiram, então, bancas de jogo de bicho, mercadinhos, oficinas e depósitos de água. Aqueles que tinham oficinas, como serralharias e de refrigeração, entre outras, transformaram suas salas em depósitos e passaram a trabalhar nos espaços existentes entre os blocos. Eles haviam se comprometido em respeitar todas as regras estabelecidas pela Prefeitura, sob pena de perderem o direito de posse dos apartamentos. Os conflitos com a fiscalização da Prefeitura eram constantes mas a fome e a carência crescentes foram o combustível para a coragem de romper com os trarados assinados entre a Prefeitura e os moradores, antes da ocupação dos apartamentos, o que se vê na Figura 73 e na Figura 74.

Figura 73: Apartamento térreo onde o morador compartilha a moradia com um estabelecimento comercial – 2013. Fonte: Acervo do autor

Figura 74: Apartamento térreo onde o morador compartilha a moradia com um estabelecimento comercial – 2013. Fonte: Acervo do autor

A Figura 75 mostra Sandra, ex-líder comunitária da Xuxa, caminhando entre os prédios, onde aparecem, ao fundo, estabelecimentos comerciais e carroças com cadeiras e depósitos de isopor utilizados para vender bebidas e alimentos na praia de Boa Viagem. Ela ainda era uma referência para os ex-moradores da Xuxa espalhados entre os blocos; no entanto, duas comunidades haviam sido transferidas para o habitacional, Xuxa e Deus nos Acuda, deixando Sandra, de certa forma, se sentindo uma estranha, fora do seu território original, onde exercia o papel de liderança comunitária:

> Lá na comunidade, tinha o representante da comunidade. Quando chegou pra aqui, tinha onze blocos. Pra cada bloco, ela colocou um representante por bloco, e um vice. Aí, quanto junta 22, não chega a lugar nenhum porque um quer uma coisa, outro quer outra, e no fim não vale de nada! Porque o certo seria isso: veio duas comunidades: Deus nos Acuda e Xuxa. O pessoal da Xuxa vai eleger um representante pra eles. Que vá lutar junto à Prefeitura, que vá ver as coisas que tá certo, as coisas que tá errado: um representante da Xuxa e um do Deus nos Acuda. Se juntava os dois, iam lutar! Não iam entrar de gaiato! Era um eleito pela comunidade, mas o que acontece? Aí, ficou (sic) 22 pessoas. Quando entra ali dentro 22 pessoas, meu amigo, eu nem vou! Porque um quer que pague pra fazer festa; um quer que pague pra ter culto; um quer que pague pra jogar bola; um quer que ligue o refletor, outro não quer que ligue; o outro quer que bote barraco, o outro não quer que bote! (VIEIRA, 2010)

Figura 75: Sandra, ex-líder comunitária caminhando entre os blocos do habitacional, seis meses após a mudança - 2010. Fonte: acervo do autor

Dida é um serralheiro que morava na comunidade Xuxa. Lá, ele também tinha uma oficina, onde guardava os materiais e exercia sua atividade. Caminhando com Sandra por entre os blocos do habitacional, eu o avistei trabalhando no conserto de uma carroça, no espaço entre os blocos, na frente do seu apartamento, como mostram a Figura 76, a Figura 77 e a Figura 78. Ele nos recebeu com simpatia e aceitou responder a algumas perguntas.

Indaguei se ele tinha tido algum prejuizo com a mudança para o habitacional, ao que respondeu:

> meu amigo, deu e muito, porque aqui, só aparece serviço daqui, sabe?, do próprio condomínio. Quando acabar, quem vai me encontrar? Lá, tinha cliente, era na beira da pista. Chegava cliente novo, mas agora não chega mais nenhum! Um escondido deste! Ficava numa esquina, dia sim, dia não, ganha cem, ganhava duzentos, mas sempre pintava! Agora, não! Os clientes que tem é daqui mesmo, e quando acabar? (DIDA, 2010)

Figura 76: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor

Figura 77: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor

Figura 78: Dida, o serralheiro, trabalhando a céu aberto, entre os blocos do habitacional - 2010. Fonte: acervo do autor

Conversamos também com o Sr. Batista, técnico em refrigeração. Na Xuxa, ele tinha a sua casa e a sua oficina. Para não parar de executar seus serviços, teve que fazer de sua sala o depósito e da frente de seu apartamento, entre os blocos, seu lugar de trabalho. Ele aproveitou nossa conversa para reclamar da qualidade da construção que foi entregue. Não havia acabamento nas paredes internas, o que agravou o problema de asma de seu filho mais novo: "ontem mesmo, socorri ele... vive doente direto! Ontem mesmo, cheguei dez horas da noite do hospital. Ele não se deu por causa dessa poeira. Entregaram os apartamentos sem rebocar, sem nada, e ele tem alergia a essa poeira e eu sem condições de colocar o reboco..."

A Figura 79 e a Figura 80 mostram a forma que o Sr. Batista encontrou para diminuir os prejuízos que teve com a perda da oficina que possuía na comunidade Xuxa.

Figura 79: Sr. Batista, técnico em refrigeração, trabalhando em frente ao seu apartamento - 2010. fonte: acervo do autor.

Figura 80: Sala do apartamento do Sr. Batista, técnico em refrigeração, transformada em depósito de aparelhos em concerto - 2010. Fonte: acervo do autor

Todos os moradores cadastrados da comunidade Xuxa e parte dos moradores da comunidade Deus nos Acuda receberam apartamentos em troca de suas casas. A Prefeitura ainda indenizou os proprietários de estabelecimentos comerciais e de serviços daquelas comunidades Xuxa e Deus nos Acuda, para compensar suas perdas. Tanto Dida o serralheiro, quanto o Sr. Batista, técnico em refrigeração, me falaram da indenização que receberam, mas disseram que o dinheiro foi usado para compensar os prejuízos iniciais, mas logo acabou, sem que tivessem tido como, com ele, solucionar o problema da falta de espaço para suas oficinas:

“por uma parte, por causa da moradia, está mais organizado, mais digno. Fora isso, quer dizer, ele deu o peixe e o peixe acabou! A gente não tem mais onde pescar!”.

Naquele mesmo dia, conversamos ainda com o Sr. José (Figura 81e Figura 82), que mora sozinho em seu apartamento, e fez da sala um depósito para venda de água mineral. Também colocou uma banca de venda de Jogo do Bicho na calçada. Ele disse que a renda caiu muito, mas estava dando continuidade ao negócio que desenvolvia na comunidade Xuxa, apesar da proibição:

> “ela deu um negocinho por fora (indenização que a Prefeitura deu por causa do comércio que ele tinha na antiga comunidade), por causa do comércio. Mas lá, pra comércio, onde eu vivia, era melhor! Lá era passagem, aqui fica escondido! Eu não tenho família. Aí, tudo que eu arrumar dá pra mim! O movimento, cem por cento caiu! Sobre moradia, tá ótimo pra vista de lá! (FERREIRA 2010)

Figura 81: Sr. José, vendedor de água mineral, na sala de seu apartamento - 2010. Fonte: acervo do autor.

Figura 82: banca de Jogo do Bicho na calçada do apartamento do Sr. José, vendedor de água mineral – 2010. Fonte: acervo do autor.

A figura Figura 83 mostra a placa comercial da barraca do Sr, Joaquim, instalada em seu apartamento térreo.

Figura 83: barraca de Sr. Joaquim em um apartamento térreo -2010. Fonte: acervo do autor.

Para tentar resolver o problema de quem tinha um comércio ou uma prestação de serviços em casa, quando na comunidade, e ficou sem poder dar continuidade a sua atividade

no habitacional, a Prefeitura tomou duas providências: pagou uma indenização a quem tinha instalações comerciais, além do apartamento que receberam, e construiu, se bem que com grande atraso, 12 quiosques dentro do habitacional, para o uso desses pequenos empreendedores, como se pode ver na Figura 84, em foto tirada logo após a entrega dos quiosques pela Prefeitura. Eles ainda não estavam em funcionamento.

Figura 84: Quiosques construídos pela Prefeitura para uso comercial - 2012. Fonte: acervo do autor

Mas, essas medidas não foram suficientes para atingir tal objetivo. O dinheiro recebido como indenização não foi suficiente para a compra de algum estabelecimento onde pudessem dar continuidade às atividades. Apenas serviram para resolver problemas financeiros imediatos relacionados com dívidas anteriores ou mesmo com a falta da atividade, mas apenas por um pouco de tempo. Até mesmo, porque, como já demonstrado em subitens anteriores, a habitação e o estabelecimento comercial precisavam estar juntos, dentro de uma relação vital e interdependente, naquele sistema ou modo de sobrevivência que funciona nas comunidades pobres. Como já visto, as chamadas favelas ou comunidades pobres funcionam como trincheiras de resistência em condições de extrema pobreza. Essa organização sócioespacial foi quebrada nos novos habitacionais.

As mesmas questões que, para a cidade oficial, se refletem como problemas, para os moradores, são soluções criativas e de alta inteligência intuitiva. Entenda-se por “inteligência intuitiva” aquela que não surge do planejamento, mas da arte de saber aproveitar as oportunidades, a partir do que ela oferece, e transformá-las em meio de vida. Assim, nas comunidades pobres, não se paga pelo solo, nem pela construção da casa, nem por energia,

nem por água, nem por impostos, nem por transporte público, uma vez que ela se localiza sempre perto de algum bairro rico, ou seja, próximo a locais onde se encontram meios para a produção de renda. Dessa forma, não funcionou a proposta de suprir a população com boas moradias, sem ser acompanhada de uma solução viável para a produção de renda. Muitos passaram a utilizar das mesmas táticas utilizadas nas antigas comunidades, para fugir das novas taxas de serviços, que antes eles não pagavam, como diz, em sua entrevista, Leonardo Lucas, um ex-morador da comunidade Xuxa:

> tem gente aqui que rouba energia, foram lá embaixo, na caixa, e estouraram o lacre da CELPE. Aí ficam com raiva de mim, porque se a gente abre mão pra um, todo mundo vai querer puxar um "gatinho". Quem vai deixar de querer economizar 70, 80 conto (sic)? E o povo só paga a luz interna, a externa a Prefeitura paga, mas a gente não sabe até quando. Um dia a taxa do condomínio vai chegar. E já imaginou quando der um problema num cano desse? Como é que a gente vai resolver com essa taxa de 10 reais? Vai ser problema! Uma caixa d'água daquela de 5000 litros, quanto não custa? (LUCAS, 2012)

A proposta dos quiosques, também não funcionou, porque a população do habitacional era superior a 350 famílias, enquanto os quiosques eram pequenos e apenas em número de 12 unidades. Não seriam, portanto, suficientes para atender a toda a demanda. Dessa forma, continuaram existindo as barracas improvisadas, o que se vê na Figura 85 e na Figura 86. Os quiosques também foram sendo ampliados de forma não planejada, como mais uma forma de transgressão às regras estabelecidas, o que se vê na Figura 87, foto tirada um ano depois da entrega dos quiosques pela Prefeitura.

Figura 85: comércio improvisado dentro do Habitacional III Via Mangue - 2012. Fonte: acervo do autor

Figura 86: comércio improvisado dentro do Habitacional III Via Mangue - 2012. Fonte: acervo do autor

Figura 87: Ampliações feitas nos quiosques pelos próprios moradores - 2013. Fonte: Acervo do autor

Uma das apropriações do projeto mais interessantes feita por moradores foi a transformação da guarita de entrada do condomínio em uma barbearia, que também virou um ponto de encontro para conversas de homens (Figura 88). Essa conquista trouxe para Plínio, o barbeiro, uma grande melhoria, uma vez que essa atividade era praticada na sala de sua casa na antiga comunidade Xuxa. Uma das grandes vantagens para ele é o fato de seu estabelecimento estar localizado na entrada do habitacional, onde pode receber clientes da vizinhança. Segundo ele, o local estava sem uso, pois não havia condições de se contratar um porteiro para cuidar da entrada dos blocos, nem mesmo haveria condições de se controlar a entrada de pessoas, a maioria a pé ou de bicicleta. Assim, segundo ele, conseguiu uma autorização da Prefeitura para se utilizar o local.

Figura 88: Barbearia instalada onde deveria ser a portaria do condomínio. Fonte: Acervo do autor.

No entanto, como não era de se estranhar, a atitude do barbeiro despertou o estranhamento de outros moradores, que se sentiram prejudicados ou injustiçados por não terem podido concorrer à utilização do equipamento comunitário em benefício próprio. Foi o caso do pedreiro, Sr. Julião Meira, que, em sua fala, questionou a ocupação da guarita e a burla das regras impostas pela Prefeitura por parte de outros moradores:

> essa barbearia aí, por exemplo, esse cara daí chegou lá na reunião, no Pina, (...), disseram que todo morador concordou pra botar a barbearia aí, mas ninguém concordou, ninguém sabia. Só eles que contaram lá. Dizem que aprovaram lá, mas nenhum morador sabia. Veio saber depois, que saiu essa conversa lá. Que todo mundo concordou, que todo mundo aceitou, entendeu? E ele pegou e se instalou aí. Porque não pode não! Não pode ter garagem,

> porque o estacionamento é rotativo, não pode ter esse negócio ocupado com a barbearia aí, não pode não! Disseram que só podia vender comida, agora é bar, é a maior cachorrada aí, a turma fazendo puxada de alumínio nos blocos, que não pode; vendendo bebida, bagunçando... (MEIRA, 2013)

Houve também o caso de um morador que abriu uma passagem através do muro do habitacional (ver Figura 89), bem em frente ao seu apartamento, instalando um portão de ferro, para não ter que contornar o muro para entrar pela única entrada do habitacional. Numa conversa que tive com esse morador, ele disse que aquela abertura despertou o interesse de um pequeno empreendedor externo ao condomínio, que ofereceu um bom preço pelo seu apartamento, com a intenção de transformá-lo em um bar, abrindo-o totalmente para a rua, através da ampliação da passagem improvisada.

Teve outro morador que, por morar em um apartamento da parte de trás do habitacional, construiu um muro separando o seu quintal dos demais, para fazer um depósito de eletrodomésticos em conserto, já que ele era dono de uma oficina de refrigeração (ver Figura 90). Mas, essas interferências no bem comunitário não agradaram a muitos moradores, gerando conflitos entre eles, o que também aparece na fala do Sr. Julião Meira, como um reflexo do sentimento coletivo:

> fizeram um portão também ali no bloco 1, um vermelho. A turma tá se apoderando e fazendo área privada. Porque, se você faz uma garagem ali, bota uma corrente e um cadeado, invade, é tua! E quando fizeram reunião aqui, não foi aceitado fazer garagem, porque não dava pra todo morador. Aí não foi aceitado pelos morador (sic), a maioria não aceitaro (sic), porque não dava pra todo mundo. Aí, cada um ficou fazendo, fazendo, tá aí! Um bota uma corrente, outro bota duas corrente. Um fez uma e botou mais um reboque do lado, o outro botou uma carroça ali, aí cobriu o lado da carroça e fez outra pra ele, e eu, que tenho carro, fiquei no sol! (MEIRA, 2013).

Figura 89: Passagem aberta por morador do Habitacional III Via Mangue, em frente ao seu apartamento - 2013. Fonte: acervo do autor.

Figura 90: quintal individualizado por morador, através da construção de muros - 2013. Fonte: Acervo do autor.

O combate por uma nova identidade: "A gente saiu da favela, mas a favela não saiu da gente!"

As identidades, assim como as sociedades e as cidades estão em constante movimento. Como as areias do deserto, impulsionadas pelo vento, mudam o desenho das dunas que

compõem a paisagem, todas as forças que atuam sobre a cidade, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais, têm moldado sem cessar o espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras e de outros países. Tanto as ações coletivas quanto as individuais, imbuídas de algum propósito, produzem resultados, tanto em caso de sucesso, quanto de fracasso, transformam valores e instituições da sociedade. Segundo Castells (2010), esses movimentos não são bons nem maus, "são reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos" (CASTELLS, p.20, 2010).

Como já foi dito acima, para quem não produzia renda através de comércio ou serviço dentro da comunidade, mas tinha o seu local de trabalho em outras áreas, através de empregos formais, a mudança de endereço e das condições de moradia só tinham trazido melhoras e aberto novas perspectivas, inclusive de ascensão social. Assim, novas táticas precisavam entrar em funcionamento, como uma forma de preservação daquelas novas condições, adquiridas de forma quase acidental, para uma pequena minoria das pessoas mais pobres da cidade. Nesse caso, a ressignificação de identidade social é uma delas. Aquela seria uma chance única de se livrarem de vez dos estigmas sociais da pobreza, que sempre carregaram como uma ferida aberta.

Dessa forma, o sonho de morar em um local digno não pode ser visto apenas como uma dualidade, ou seja, um sujeito e um objeto desejado. Mas, como afirma Guattari (1996), o desejo seria maquínico[131], construtivo, produtivo. Nunca se deseja apenas uma coisa, mas um conjunto inter-relacionado de coisas (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Para um determinado grupo de novos moradores do Habitacional III Via Mangue, não bastava apenas morarem em um local digno, mas era preciso também serem vistos e aceitos pela vizinhança como pessoas dignas de permanecerem ali. Era preciso passar a se vestir, a se deslocar, a conviver e principalmente a se comportar como pessoas dignas. Era preciso criar, ali, a partir de um novo modo de ser e de estar, um novo território, delimitado e conectado aos demais existentes ou que viessem a existir na vizinhança.

No caso do Habitacional III Via Mangue, o combate cultural pela construção de uma nova identidade aparece na fala de vários dos moradores entrevistados, como é o caso de Edvaldo: "A vida melhorou muito, vou botar 90%, porque, infelizmente, teve gente que

[131] De acordo com Guattari e Rolnik (1996), os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade

trouxe a favela junto. Infelizmente, você vai entender o que eu quero dizer, infelizmente, teve gente que trouxe a favela junto. Aí, você já sabe, não é?”

Edvaldo é um daqueles moradores que utilizam o habitacional apenas como moradia, uma vez que tem um emprego formal fora daquele espaço. Ele trabalhava com o pai no interior, fabricando caixões de defunto. Enquanto o prefeito da época estava no cargo, tudo ia bem, porque era amigo do seu pai. Mas, quando terminou o mandato do prefeito, eles tiveram que migrar para Recife, em busca de emprego, porque as coisas ficaram difíceis, segundo ele. Nessa época, ele tinha entre 10 e 12 anos de idade. Na ocasião da entrevista, em 2012, fazia 17 anos que ele trabalhava como piscineiro num renomado colégio do bairro de Boa Viagem.

As conversas e entrevistas com os moradores do Habitacional III Via Mangue, permitiram a percepção de que havia ali um combate cultural em andamento. Muitos deles estavam mais ocupados e preocupados com os prejuízos causados pela desarticulação de seus pequenos negócios, causada pela mudança de endereço. Mas, havia aqueles que tinham seus empregos fora do local de moradia, para quem a mudança, não só melhorou as condições de moradia, como gerou a necessidade de uma ressignificação identitária. Ela funcionaria como uma tática de resistência à especulação imobiliária, à discriminação social e ao preconceito, que resulta em segregação espacial e em expulsão dos “diferentes”, socialmente menos poderosos.

Como afirma Castells (2010), embora o conhecimento de si mesmo possa parecer uma descoberta, na verdade ele é uma construção e nasce da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros. Essa transformação identitária seria uma necessidade, nesse caso, uma vez que o novo posicionamento espacial gerou preocupações parecidas com as que existiam na antiga comunidade, o medo da expulsão. Dessa vez não seria mais a expulsão por conta da ilegalidade da moradia, mas devido à especulação imobiliária segregadora, a chamada “expulsão branca”.

Plínio, o barbeiro, que morou por apenas dois anos na comunidade Xuxa, por pura necessidade, nunca se acostumou com a cultura da favela. Para ele, a mudança para o habitacional significou um grande ganho em seu status social e uma oportunidade de readequação a seus valores e costumes, que eram outros, assimilados na cidade onde morava antes de ter que migrar para o Recife. Isso transparece em sua fala, quando perguntado sobre ganhos, perdas e mudanças que ele observou com a mudança para o habitacional: “Muita gente mudou quando veio pra cá. Porque agora tá conseguindo ter o que não tinha, né? Um

móvel, um carrinho, uma motinha... (...) Se aqui fosse tudo organizado? Com porteiro aqui, tudo fechadinho...” Mas, enquanto não era possível o fechamento e a contratação de um porteiro, ele ia levando sua barbearia instalada na guarita de entrada.

Muitos dos moradores que infringiam as regras se sentiam incomodados com as críticas dos que gostariam de esquecer os costumes da favela para assumir um *status* social mais identificado com o da classe média. O Sr. Batista, técnico em refrigeração, justificou o fato de ter improvisado sua oficina dentro e na frente de seu apartamento: “muita gente se arreta, diz que tá virando outra favela, mas eu não tenho culpa. Se não quisesse isso, tinha me dado outras condições ou emprego, né?”

O Sr. José, vendedor de água mineral, que instalou em seu apartamento um depósito de água, uma bomboniere e um ponto de venda de Jogo do Bicho, resumiu o quadro conflitivo em sua fala: “pra quem morava numa favela, estamos numa comunidade, agora, mais importante, não é? Tem uns blocos que estão bem-organizados, outros não, estão bem largado mesmo! Com muito lixo! Uns entendem que aqui é uma comunidade, outros não entendem.” Assim, ele utiliza o termo comunidade em contraposição à favela, que soa como algo menos civilizado. Nas entrevistas, os ex-moradores das extintas favelas que eram conhecidas como Xuxa e Deus nos Acuda, que negociam ou, até mesmo, combatem pela criação de uma nova identidade, sempre repetiam o mesmo bordão: “não basta só deixar a favela, tem que abandonar o espírito de favelado”.

Como afirma Castells (2010), essa construção de uma nova identidade resulta da criação de novos significados a partir de uma série de atributos culturais inter-relacionados, que precisam prevalecer sobre as antigas fontes de significado. Nesse processo, acontece a internalização por parte dos indivíduos desses novos significados, de forma que a fonte geradora da ressignificação esteja dentro deles mesmos. Dessa forma, a hipótese de Castells é que, em linhas gerais, o conteúdo simbólico das identidades coletivas é determinado por aqueles que as constroem, assim como por suas intenções. Ele também afirma que o contexto da criação de identidades é sempre marcado por relações de poder, o que se pode confirmar claramente no discurso de um determinado grupo de moradores do Habitacional III Via Mangue, como é o caso de Leonardo Lucas, ex-morador da Xuxa, que tem um emprego formal:

> desde os meus 16 anos, estou trabalhando, graças a Deus, de carteira assinada! Saio de uma firma, entro noutra, até hoje, graças a Deus, não tem faltado emprego pra mim, não. (...) O local onde colocaram a gente é bom,

> perto de tudo: *Shopping*, praia, farmácia, metrô, esgoto sanitário. Está ficando cada vez mais valorizada. Semana passada, minha esposa pediu 70.000 no ap, o cara botou 65.000. O terceiro andar foi vendido por 110. A Moura Dubeux (construtora e incorporadora imobiliária) comprou um terreno ao lado, do conjunto que caiu (havia pouco tempo que um conjunto habitacional popular da vizinhança tinha desmoronado por problemas em sua estrutura). Esse povo vai querer a gente aqui? Não vai! Porque rico... Lá só vai morar gente da alta sociedade, que não vai ficar satisfeito com nós por perto. Se ele usar o bate-estaca, quebra a gente aqui. Depois, ele manda os engenheiros dele e sai comprando bloco por bloco. (LUCAS, 2012)

Leonardo se referia à possibilidade de a Construtora Moura Dubeux construir um grande edifício de luxo no terreno comprado por ela, onde se situava o habitacional popular que desmoronou. Ele acha que, se aquela empresa utilizar o bate-estaca para fazer a fundação do edifício, isso pode abalar as estruturas do Habitacional III Via Mangue e obriga-los a sair dali, da mesma forma. Segundo ele, isso poderia acontecer propositalmente, uma vez que a presença da população pobre ao lado do terreno adquirido pela construtora poderia desvalorizar o novo empreendimento. Assim, seria necessária a mudança identitária, através do abandono dos costumes trazidos da favela. Para ele, era uma questão de vital importância, para que não perdessem a oportunidade de morar em um local seguro e bem servido de equipamentos e infraestrutura urbana. Nesse sentido, ele fez algumas críticas à forma de atuação da Prefeitura, que dificultou a construção de uma nova cultura:

> faltou uma ressocialização ou uma adaptação ao novo sistema de vida. Recolhimento de lixo, mesmo: tem morador que joga o lixo pela janela; pagamento de condomínio; regimento interno. Não houve adaptação nenhuma. (...) Aqui, é raro aparecer um curso, quando aparece um, eles não terminam, quando o povo se empolga, eles relaxam e deixam prá lá... Tudo que a Prefeitura começa aqui, tem que parar... depois, divulga que fez isso, que fez aquilo... (...) As pessoas precisam perder os costumes da favela! Dizem que isso é uma favela em pé, e realmente é, porque tem gente que deixa que o espírito de “faveleano” venha e atue. (...) Minha tia, Sandra, ia ser a síndica geral. Mas nunca vai dar certo! Trabalhar pra pobre é que é complicado! Muita gente não quer pagar 10 reais, e é por ignorância mesmo! (id., 2012).

Leonardo viveu na Xuxa desde os 10 anos. Na época da entrevista, estava com 28. Antes, ele morava na Ilha do Destino, uma favela mais antiga que deu origem à Xuxa. Em sua fala ele relembra daqueles tempos mais difíceis, situação para a qual não imagina mais voltar:

> quando eu cheguei ali, ainda tinha muita lama ali. Aquele aterro ali, pagava os caminhão (sic) de metralha e jogava por lá. A gente falava com eles, dava 5 reais, dava 10 reais, eles jogavam a metralha, a gente ia e saia aterrando,

> pedacinho por pedacinho, até conseguir aquele pedaço todinho ali, foi bronca, viu! Foi serviço demais, aí nunca parava o serviço não, porque a maré ia puxando o aterro direto e sempre tinha que estar repondo ali. Repor a areia era difícil! Eu, depois que saí do aterro, fui pra palafita, foi muito sofrimento na palafita, porque, mês a mês, tinha quer estar dentro da maré, tirando os paus, pra renovar, porque pau dentro de água ficava ruim demais, quebrava bastante, enfim, era muito sofrimento! Eu mesmo só tenho que agradecer a Deus, porque eu vivia numa vida terrível mesmo, assim, em questão de moradia, né? Com inseto, rato, barata, me acordava direto com o rato em cima de mim, já fui mordido aqui no pescoço, meu filho, tudinho, família tudo... Teve até uma reportagem sobre isso. Naquele dia, mordeu 5 pessoas. Foi 3 dessa casa aqui (apto ao lado) , a vizinha e minha prima, foi 5 pessoas (id., 2012).

Dois anos após a entrega dos apartamentos pela Prefeitura, a posse de muitos deles já havia sido repassada, mesmo ilegalmente, para famílias de maior poder aquisitivo, que exerciam pressão econômica sobre os moradores. Assim, uma das esperanças de Leonardo era que houvesse uma substituição de alguns dos moradores do habitacional por famílias de classe média, o que promoveria uma elevação do *status* social do habitacional, como ele explica em sua fala:

> aí, já tem muitas pessoas de classe média. Eu acho assim, se em cada bloco de 32 moradores que tem, se pelo menos 10 mudasse e fosse de classe alta, e justamente esses 10 que saísse fosse gente que não quer nada com a vida... Porque quem tá saindo mesmo é gente que não quer nada com a vida mesmo, entendeu? Já outros que tão saindo, é porque outros não querem entrar num acordo, aí, eles se irritam e vendem! (id., 2012).

Outro conflito identitário ocorrido no Habitacional III Via Mangue foi o fato de terem sido colocadas duas comunidades distintas em um único ambiente habitacional. Porque, apesar de próximas, as comunidades tinham suas próprias identidades. Numa tentativa de minimizar esse problema, a Prefeitura dividiu os moradores das comunidades em duas regiões compostas por blocos de edifícios, dentro do habitacional, mas sem uma separação física. Esse conflito, no entanto, parece ter sido superado, de acordo com a fala de Leonardo em sua entrevista, em parte, devido ao fato de não se ter construído um muro, separando as duas comunidades, como se havia cogitado em determinado momento.

> Na Xuxa, tinha mais gente evangélica. (ele usa o termo “evangélico” para se contrapor ao vocábulo “bandidagem”). Ali, em Deus nos Acuda, tinha umas bocada (sic) pesada, mas na Xuxa, era diferente, o pessoal era mais evangélicos. Tanto que os blocos até o quinto são mais tranquilo. Do quinto bloco em diante, é um povo meio pesado, porque tem gente de Deus

> nos Acuda. Não quero discriminar todos eles, é que tem gente brabo mesmo, boçal mesmo, entende?" Hoje, não há rivalidade entre as duas comunidades. Haveria se fizessem o que fizeram no Pina, que traçaram um muro entre as comunidades, criando uma rivalidade, onde já houve até homicídios por causa disso. Aqui, eles queriam fazer o mesmo mas graças a Deus desistiram. Talvez, se eles tivessem colocado o muro, hoje não seria o que é. Aqui, a gente não tem problema nenhum com ninguém. Se tivessem colocado o muro aí, a gente não teria paz de jeito nenhum (id., 2012).

No dia da entrevista de Leonardo, a sua esposa, Luciana Mendes, estava junto de nós e também externou a sua incompatibilidade com os moradores que não tinham emprego fixo e viviam no habitacional com os mesmos costumes que tinham quando moravam na favela, contrariando o seu projeto de ressignificação identitária.

> Se aqui fosse uma casa, eu não sairia daqui não. Porque aqui é perto de tudo, perto do *shopping*... Muito bom aqui a área, né? Mas os vizinhos... Morar "atrepado" (sic) não é comigo não, viu? Lá, era só a família, entendeu? Era Sandra, a filha dela do lado, era tudo parente, não tinha problema com nada, né? E aqui já tem com os vizinhos, ligam som até altas horas da noite, entendeu? E você não pode reclamar, porque se reclamar, cria um problema, não é? Aí, é melhor ficar calado, fechar a porta e ir dormir. O pessoal passa do limite, bebe, depois que tá bêbado, começa a soltar suas gracinhas, né? Porque quando tá bom, você passa prá lá, passa prá cá, não diz nada, né?, mas quando tá bêbado, é que irrita, viu? Eu não suporto aqui! Tem vizinho que é ótimo, que só é de casa pro trabalho, não incomoda ninguém, não tem intimidade com ninguém... (...) Pra as crianças mesmo, aqui não tem nada. O parquinho, a Prefeitura foi e deixou de mão, os adultos foram e quebraram. Não tem uma escolinha de futebol, as crianças fumando droga, tudo aqui embaixo. Aí, as outras crianças que não fazem isso, vê (sic) e vai fazer também. Eu mesmo, queria sair daqui (MENDES, 2012).

A categoria de identidade que estava em jogo no Habitacional III Via Mangue, quando foram feitas as entrevistas, em 2012, é classificada por Castells (2010) como "de resistência". Segundo ele, esse tipo de identidade surge a partir da necessidade de alguns atores sociais de criar uma trincheira de resistência e sobrevivência, quando estão diante de alguma força social que é superior à deles. Essa construção se baseia em princípios diferentes dos que são dominantes (CASTELLS, 2010). O fenômeno foi perfeitamente confirmado, a partir das análises dos dados coletados na pesquisa de campo feita no habitacional, como se pôde ver no que foi acima exposto.

Pode-se dizer que o movimento no sentido da ressignificação identitária promovido por alguns moradores tem como motor o medo de uma nova expulsão do local. Sabendo-se

inferiores em poder econômico, temem que a construção de um prédio de luxo nos arredores desencadeie esse processo. Dessa forma, a ascensão do *status* social da classe pobre para a classe média lhes daria uma nova identidade social. Isso ocorreria através de uma mudança de comportamento social e também pela substituição de alguns moradores, que insistem em manter os mesmos costumes do tempo em que moravam na favela. Essa ressignificação identitária traria segurança ou estabilidade para alguns dos moradores do habitacional.

Foi possível, através da análise desses dados coletados em campo, perceber que havia ali uma clara intenção de reterritorialização. A apropriação do novo território, conforme a visão de Guattari e Rolnik (1996), passava por uma subjetivação, ou seja, pela construção de um conjunto de representações que, necessariamente, desembocariam, na prática, em uma série de novos comportamentos e investimentos nas várias dimensões dos espaços, como o social, o cultural, o estético e o cognitivo. Esse novo padrão de interação asseguraria aos novos moradores do local, portanto, certa estabilidade de localização.

Algumas considerações sobre a pesquisa de campo

O levantamento de dados que possibilitou essas análises e conclusões se aproximou do método etnográfico, na medida em que o pesquisador passou a compartilhar momentos de conversas descontraídas com os moradores, dentro de seu território, conquistando, assim, sua confiança. A escuta interessada deixou que os assuntos e temas fluíssem de forma quase que espontânea. Foram necessários apenas alguns “toques” para conduzir, de certa forma, o tema da conversa para a direção que interessava, enquanto tudo era gravado no aparelho celular, com a autorização dos interlocutores.

A experiência vivida pelo pesquisador no Habitacional III Via Mangue, entre 2010 e 2013, como já foi afirmado anteriormente, foi bem diferente da vivida na coleta de dados que aconteceu em 2019, nas comunidades do bairro da Torre e do Cordeiro. Isso aconteceu, não apenas porque em 2010 o pesquisador se sentia bem mais à vontade, por estar num ambiente mais parecido com o que estava acostumado a frequentar enquanto representante da classe média recifense, mas também porque foi introduzido naquele ambiente pela líder comunitária, Sandra Lúcia, que o conhecera antecipadamente, como funcionário da Prefeitura do Recife.

Também foi percebida uma enorme diferença na atitude dos moradores de comunidades pobres, entre 2010 e 2019. Acredita-se que a diferença sentida ao serem buscadas as entrevistas e a aproximação com as pessoas, que ali representavam o objeto e colaborador de pesquisa não foi apenas pelas razões citadas acima. Os entrevistados de 2019 foram percebidos bem mais tensos, apreensivos, amedrontados e quase desesperados. Era como se uma bomba relógio estivesse armada, para explodir em breve. De fato, as condições políticas e econômicas eram bem diferentes.

Entre 2010 e 2013, o Brasil ainda seguia no "embalo" do *boom* econômico que viveu, de forma crescente, durante os dois mandatos do Presidente Luíz Inácio. Esse período foi acompanhado por muitas obras de cunho social, abrindo boas perspectivas para todas as classes sociais, inclusive para os mais pobres, em que milhões de brasileiros saíram das condições de extrema pobreza. Em 2019, o Brasil já havia sentido os efeitos nefastos da crise econômica mundial, deflagrada em 2008, mas só sentida "no bolso" dos brasileiros a partir de 2014, como já discutido no Capítulo 2. A presidenta Dilma Rousseff já havia sofrido um golpe, em 2016, a partir de quando o direcionamento das políticas econômica e social passou a seguir, de forma contundente, os ditames da ideologia neoliberal.

As políticas de combate à pobreza e ao déficit habitacional já haviam, então, sido praticamente abandonadas e os investimentos e direcionamentos do Governo Federal apontavam totalmente para os interesses dos grandes investidores financeiros nacionais e internacionais. 2019 foi o ano em que o Presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério das Cidades e já havia implantado suas políticas de desprezo pelas minorias, de modo especial pelos índios, pelos negros, pelas mulheres e pelos mais pobres. As políticas e mecanismos de proteção do meio ambiente estavam sendo sistematicamente desmontadas, o empobrecimento da população era crescente e o Brasil começava a se isolar em relação ao restante do mundo, com exceção dos Estados Unidos, cujas políticas de então reforçavam o direcionamento que se tomava entre nós.

A essa altura, os projetos habitacionais que acenderam a esperança dos mais pobres do Recife já haviam se transformado em um conjunto de obras "fantasmagóricas" e abandonadas. Estavam apenas no papel e na memória dos mais pobres, como num sonho do passado, do qual haviam acordado, deparando-se com uma perspectiva ainda mais tenebrosa do que a que vislumbravam antes de pegar no sono. A população pobre se sentia, assim, acuada, abandonada e desesperada, amedrontada diante da triste realidade. Eu percebi esse clima e

essa tensão enquanto desenvolvia a pesquisa de campo, a qual tive muita dificuldade de realizar, correndo inclusive risco de vida, como ficou explícito no capítulo 3. Essa grande mudança de postura dos entrevistados, que me causou forte estranhamento e exigiu novas estratégias de abordagem, estava explicada.

A venda e o aluguel ilegal de apartamentos, como uma solução para a crise econômica, social e cultural instalada nos habitacionais do Recife

Esses casos de remoções populacionais em Recife, dos quais se está tratando, provocaram um desenraizamento da população no que diz respeito a seu contexto social fundado na tradição. Este se fundamentava numa relação de troca da comunidade com seu entorno, o que viabilizava a subsistência da população, dentro de um modelo de resistência surgido de forma natural, quase instintivo, em que prevalecia a capacidade de adaptação própria do ser humano.

Aconteceu, assim, o desmantelamento da antiga organização social, que bem ou mal os integrava à vida na cidade, provocando a inviabilização temporária da produção de renda, principalmente para aqueles que não viviam do emprego formal. O grupo que mais sentiu o impacto negativo foi o dos que dependiam do comercio, de coleta de materiais recicláveis, da caridade e da prestação de serviços de menor exigência de especialidade. Esse processo obrigou os indivíduos prejudicados a um novo processo de adaptação às novas circunstâncias, ao mesmo tempo em que colocou à disposição deles novos elementos e recursos surgidos. Um dos novos e mais significativos recursos disponibilizados foi o próprio apartamento, que serviu como trampolim para o acesso a melhores circunstâncias ou mesmo como meio para proporcionar uma fuga exitosa para longe dos novos problemas surgidos.

Nesse contexto de incertezas e de agravamento das vulnerabilidades sociais, a venda ou o aluguel dos apartamentos surgiu como uma das principais soluções adotadas pelos moradores dos habitacionais. Essa tática, portanto, se tornou a mais impactante, se comparada a todas as outras empregadas pelos moradores. Isso, porque encerrava mais um longo ciclo, dando início a outro de desenrolar imprevisível.

De volta à saga do menino Wellington

Nesse ponto, retomamos o relato da saga do menino Wellington, interrompido no início deste capítulo. Estando Wellington ameaçado de morte por grupos de traficantes que disputavam o domínio do tráfico no território demarcado pelo Conjunto Habitacional do Cordeiro, entrou em cena a sua mãe, que se viu obrigada a tomar uma atitude capaz de salvar a vida do seu filho.

A saída encontrada por ela foi abrir mão de seus próprios sonhos de moradia, colocando o seu apartamento à venda. Ela não queria mais voltar aos tormentos causados pelos ataques de ratos e pelo cheiro do lixo e das carniças que se enganchavam nas estacas de sua palafita. O dinheiro que seria arrecadado com a venda do apartamento, então, poderia abrir para ela novas perspectivas.

Apesar de proibida pelas regras da Prefeitura, a venda do apartamento era viabilizada por um recibo dado ao "comprador', que, na verdade, pagava apenas pela posse do mesmo. Após conseguir vender o apartamento, o que não foi um grande problema, Wellington e sua mãe foram, então, morar no Ibura, um bairro periférico onde há muitas comunidades pobres e habitações precárias construídas nos morros. Apesar de este ser considerado um dos bairros mais violentos de Recife, para Wellington e sua mãe foi como uma mudança do "inferno para a paz", segundo suas próprias palavras: "Jogaram a gente naquele lugar e nos deixaram sem nada. Em Brasília Teimosa eu tinha um salão de beleza. No Cordeiro, não tinha nem como trabalhar, foi horrível! Se ficasse lá, meu filho ia morrer" (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2011).

Wellington não se foi satisfeito, mas a sua vida mudou. Passou a trabalhar numa borracharia em outro bairro. Teve que entrar em outro ritmo, acordar e dormir cedo, pois trabalhava duro.

> Nunca poderia imaginar que o meu sonho, aquilo que eu pedi a Lula, iria acabar assim. Descobri que o inferno era mesmo o conjunto habitacional. Lá, a coisa é séria. É terra de ninguém. Fomos obrigados a deixar para trás o que ganhamos com tanto esforço. Mas, agora, estou bem. O dinheiro suado tem muito mais valor (id, 2011).

Ele disse à reportagem que lembra muito bem do presidente chorando, mas gostaria de encontrá-lo para contar o que passou, e tentar evitar que outros passem pela mesma situação. Quinze dias depois da reportagem do Jornal do Commércio, Wellington conseguiu se encontrar com o, então, ex-presidente, no Hotel Atlante Plaza, aproveitando uma passagem sua pelo Recife. A conversa foi muito rápida, não deu pra Wellington dizer tudo o que queria, mas Lula lhe prometeu arranjar um emprego, e cumpriu mais uma promessa. Na época da reportagem, em 2011, Wellington era porteiro de um prédio residencial (id, 2011).

A venda e o aluguel ilegal de apartamentos: um trampolim para a inclusão no Mercado Imobiliário

Os pobres que moram em terrenos ilegais situados nas margens de bairros ricos vivem constantemente ameaçados de despejo. Com frequência, são expulsos das chamadas favelas, que são demolidas ou criminosamente incendiadas. Em alguns poucos casos, recebem apartamentos ou casas do governo em áreas menos valorizadas, que passam a se tornar mais valorizadas a partir dos investimentos em infraestrutura, urbanização, dando início a uma nova expulsão, dessa vez pela pressão imobiliária, o que se costuma chamar de "expulsão branca". No Rio de Janeiro há uma peculiaridade a mais, as pessoas que foram retiradas para apartamentos estão sendo expulsas pelo Estado paralelo, conhecido como "milícias" (PETTI, 2020).

Ao contrário do que se pensa, normalmente, quanto mais investimentos na qualidade de moradia para uma classe superexplorada, que não tem renda compatível com uma vida digna na "cidade mercadoria", mais rapidamente haverá o processo de gentrificação[132]. Como

[132] "O termo gentrificação é a versão aportuguesada de *gentrification* (de *gentry*, "pequena nobreza"), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em *London: Aspects of Change* (1964), para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários em Londres. (...) Em sua definição primeira, o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. (...) A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes. Estes,

diz Maricato (2015), as relações sociais são condicionadas pelas relações de produção que, por sua vez, determina a produção e o uso da própria cidade (MARICATO, 2015).

Neste contexto em que a cidade é vista como um grande negócio, ela se torna um produto e um resultado das relações sociais que ali acontecem. Dessa forma, a produção da cidade explica a produção da "não cidade", o "não-lugar[133]" dos pobres, ou seja, a periferia da cidade periférica, renovadas favelas, mais mocambos e cortiços. Isso explica por que em 2010 6% da população brasileira moravam em condições de extrema pobreza, em favelas e em assentamentos irregulares, o que corresponde ao dobro do que existia em 1991, quando apenas 3,1% da população viviam nesse padrão[134].

Tal fenômeno se torna ainda mais grave se observado por regiões. Na cidade de Belém, por exemplo, em 2010, 54,5% da população vivia em favelas. As regiões metropolitanas de São Paulo, Rio e Belém, somadas, concentravam quase a metade (43,7%) do total de domicílios em assentamentos irregulares do País. 88,2% dos domicílios em favelas estavam concentrados em regiões com mais de um milhão de habitantes, o que demonstra que esse é um fenômeno majoritariamente metropolitano[135].

Diante da pressão imobiliária causada pela valorização dos apartamentos por um lado, e o extremo estado de carência agravado pelo impedimento da produção de renda por outro, o valor de uso dos apartamentos se transforma em valor de troca. Dessa forma, os moradores vendem ou alugam os apartamentos e voltam a procurar novos locais para se estabelecerem dentro do modelo de favela, o único que possibilita a continuidade da vida dentro da "cidade mercadoria" (VALENÇA, 2003).

---

impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro" (ALCÂNTARA, p 01, 2018).

[133] Ver conceito de "não-lugar" no Capítulo 3, no subitem "Pobreza no Brasil tem cor".

[134] Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/31334/IBGE-Brasil-dobra-n%C3%BAmero-de-moradores-de-favelas-em-20-anos.htm Acesso em 10 de abril de 2019.

[135] Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/31334/IBGE-Brasil-dobra-n%C3%BAmero-de-moradores-de-favelas-em-20-anos.htm> Acessado em abr/2019.

A segunda entrevista com o serralheiro Dida

Dois anos depois das primeiras entrevistas, ou seja, em 2012, eu retornei ao Habitacional III Via Mangue para observar as mudanças que haviam acontecido desde minha primeira visita, em 2010. Procurei o serralheiro Dida, mas não o encontrei em seu apartamento. Perguntando a outros moradores, soube que ele havia se mudado para uma casa próxima ao habitacional. Ele estava morando em um pequeno barraco de madeira, na avenida principal que passava próxima ao Habitacional III Via Mangue. Fui até o local indicado e o reencontrei. Era por volta das 13 horas, quando localizei o seu novo endereço. O Recife estava extremamente quente e ensolarado naquele dia. Olhei a frente do local, era uma oficina de serralharia com uma porta larga, aberta para a avenida. Mas, não havia ninguém dentro dela. Então, contornei o estabelecimento e vi uma porta lateral na parte dos fundos e me aproximei. Finalmente o encontrei. Ele estava na parte de trás de um barraco de madeira, onde havia uma cama e alguns poucos móveis. Ele estava almoçando, com um prato de comida na mão, sentado sobre a cama. Cumprimentei-o.

Meu maior choque não foi tê-lo encontrado em um barraco de madeira, mas o fato de o perceber desconfiado, triste e cabisbaixo. Ele não era mais aquele jovem receptivo, sorridente e simpático que eu conhecera dois anos antes.

Logo, perguntei se ele se lembrava de mim. Ele ficou parado, sério, olhando, com dificuldades para se lembrar. Então, eu relembrei nossa conversa de dois anos atrás e perguntei o que ele havia feito de seu apartamento. Ele me explicou que havia alugado para terceiros a fim de obter alguma renda e alugara aquele barraco na avenida, onde havia colocado sua oficina na frente e a moradia na parte de trás. Assim, tinha resolvido o problema da diminuição dos clientes, pois estava mais visível ao público externo, além de ter conseguido outra fonte de renda com o aluguel do apartamento.

Ele não tinha ascendido socialmente, continuava vivendo em condições paupérrimas e estava solitário. Mas havia, então, uma grande diferença, conseguiu aumentar sua renda, alugando o apartamento. Assim, percebi que acontecera ali, efetivamente, um caso de inclusão social. Na prática, ele havia alcançado um feito, até bem pouco tempo, inimaginável, conseguido ingressar no mercado imobiliário! Isso não ocorreu conforme o planejado pelos gestores públicos, nem mesmo por ele. Mas a inclusão aconteceu como resultado de uma tática empregada pelo ex-morador do habitacional. A simples mudança para o novo

apartamento não teria proporcionado sua ascensão para o posto de proprietário de um imóvel e rentista. No entanto, a necessidade o obrigou a utilizar a sua criatividade ou sua inteligência intuitiva, para saber aproveitar a oportunidade que havia surgido, da melhor forma possível, antes que ela se transformasse em uma tragédia completa.

A opção de alugar o apartamento era bem menos arriscada que a venda, porque o morador poderia reaver a moradia a qualquer tempo e não corria o risco de perder todo o valor do bem em algum investimento fracassado, o que poderia ocorrer no caso da venda. No entanto, a opção por alugar o apartamento levava fatalmente o morador de volta para uma situação de precariedade e de ilegalidade. Isso, porque o valor do aluguel funcionava apenas como uma ajuda alimentar, mas não tinha o poder de mudar as circunstâncias econômicas e sociais do morador e de sua família.

Leonardo Lucas e seu plano imobiliário especulativo

A venda dos apartamentos tornou-se, no entanto, a mais poderosa arma na luta contra a pobreza e a exclusão socioeconômica para muitos moradores dos habitacionais do Recife, dentro do período estudado. Mesmo sendo esse um procedimento não autorizado pelo poder público, portanto sem segurança jurídica para quem comprou, e arriscado para quem vendeu, foi capaz de acender uma grande luz de esperança, foi como uma mão estendida, após o fracasso de um plano que se mostrou insustentável para pessoas que, muitas vezes, mal conseguiam arranjar algo para comer. Foi a chance, para muitos, de entrarem em um mercado que, até então, se mostrava como uma exclusividade das classes socialmente privilegiadas. Mas, teria sido essa, realmente, uma mão estendida? Ou foi uma boca aberta, pronta para engolir, mais uma vez, as esperanças de poder dormir uma noite completa de sono, longe das ameaças das marés, dos ratos e dos despejos promovidos pelo poder público?

Minha entrevista com Leonardo Lucas foi longa e muito produtiva. Eu o procurei, através de indicações de outros moradores, como uma alternativa de apoio para a minha pesquisa, após saber da trágica morte de Sandra Lúcia, a ex-líder comunitária da comunidade Xuxa. Ele era seu sobrinho. Até então, eu não o conhecia, mas a família de Sandra era grande e influente dentro da comunidade. Procurado, ele foi muito solícito e marcou o nosso encontro num domingo à tarde, que era o único dia e hora em que não estava trabalhando.

Ele trabalhava como “mensageiro administrativo” em um hotel de Recife. Mas, segundo ele mesmo, ganhava muito pouco e completava a sua renda com as gorjetas que ganhava e fazendo um “bico” num lava-jato perto do habitacional, nos sábados e nos domingos pela manhã. Então, restava o domingo à tarde para conversarmos. Quando o encontrei, ele havia tomado banho e estava bem vestido, para quem estava em casa. Mas, nos encontramos na área do estacionamento. Sua esposa o acompanhava.

Ele se mostrou muito falante, e eu perguntei o que ele sabia acerca da venda de apartamentos no habitacional. Começou falando sobre como era a vida antes da mudança.

> Lá não tinha costume de pagar água e luz, eu mesmo puxei luz do poste e botei pra dentro de casa. A gente nunca teve problema com água e luz. Muitos venderam o apto por causa disso! Meu cunhado mesmo vendeu o dele por 35.000 por causa disso. As contas de luz são um absurdo! Oitenta e poucos reais, cento e poucos reais! Pra uma pessoa assalariada, com filho dentro de casa, não dá! Senão, você vai trabalhar apenas para pagar água e luz e se alimentar muito mal! Não vai ter condição de comprar uma televisão, de comprar uma roupa... Muita gente entregou aí seus lares a troco de banana por isso! (LUCAS, 2012).

Esse é o grande conflito entre a vida na cidade ilegal e a vida na cidade legal. Na primeira, o pouco dinheiro que conseguem dá para comprar alguma comida, às vezes mais, às vezes menos, mas a vida vai seguindo. Lá, o custo com moradia é praticamente zero. Como já foi analisado no capítulo 3, morar em uma favela ou comunidade pobre é viver no “modo de resistência”. Não se paga pelo terreno, nem pela casa, nem pela energia, nem pela água, nem há impostos a serem pagos. O pouco dinheiro que ganham é para comer e, quando sobra alguma coisa, comprar uma televisão, um aparelho celular, uma roupa, itens que são prioritários para qualquer pessoa que mora em uma grande cidade do Século XXI. Morar em um apartamento numa área legal da cidade implica em pagamentos de taxas, que além de não caberem no orçamento, comprometendo a capacidade alimentar, estão completamente fora da cultura secular da favela.

Perguntei se alguém que ele conhecia já havia vendido o apartamento e como estava vivendo naquele momento aquela pessoa.

> Meu cunhado, ele vendeu o apartamento e comprou outra casa lá em Olinda, Tabajara, fez uma reforma nela, o lugar é bom, tranquilo, sossegado! Comprou algumas coisas pra dentro da casa dele, alugou um ponto e tá trabalhando, tipo um barzinho, e trabalha com carne, espetos, tipo uma pastelaria, ele abriu. Ele organizou-se. Sem ninguém morando em cima, pra

> dá opinião, dando palpite, entendeu? Porque o espaço que tem aqui dava suficiente pra cada um ter sua casa no chão! Mesmo que diminuísse o espaço um bocadinho de nada, que aqui tem 40m², porque aqui tem muita área livre! Pelo menos, se fosse uma casa em cima da outra só. O problema foi a adaptação. Não teve quem ensinasse, quem instruísse... (id., 2012)

Conversei com vários moradores do habitacional e muitos me falaram sobre esse mesmo projeto: vender o apartamento, usar o dinheiro para comprar uma casa em um local afastado ou em uma cidade do interior e, com o que sobrar, colocar um negócio para o seu trabalho e subsistência. Pelo que ele falou, foi o que fez o seu cunhado. Vê-se, dessa forma, que a venda do apartamento é um lance de risco, mas pode ser muito promissor. Afinal, é uma operação econômica de compra, venda e investimento do lucro. Pela primeira vez na vida, muitos dos ex-moradores pobres de uma pequena comunidade de Recife podiam, não apenas raciocinar como um capitalista, mas atuar como tal. Ele me falou também de seus planos especulativos.

> Eu estou esperando valorizar mais pra vender o meu apartamento, mas pra favela eu não volto nunca mais, Deus me livre na minha vida! Eu queria comprar uma casa boa! Aqui mesmo na Imbiribeira, no Ipsep tem umas casas boas, de vila, em Prazeres, tem umas casas boa. Porque, eu pegar meu apartamento aqui e dar por qualquer preço, isso eu não faço! Porque uma casa ali no Ipsep, uma menorzinha é 70 mil conto! (id., 2012)

A venda do apartamento, no entanto, não era uma opção boa para todos, dependia muito do que se pretendia fazer com o dinheiro. Não se podia correr o risco de vender o apartamento, gastar o dinheiro e terminar sem nada. Portanto, implicava numa capacidade de administração financeira, de investimento e de gestão que não era para todos, como é o caso de uma parente de Leonardo.

> Minha tia está querendo vender o apartamento dela pra comprar uma casinha lá em Araçoiaba (cidade da Zona da Mata de Pernambuco). O problema é que lá não tem faxina pra fazer, e aqui ela faz umas faxininhas. Ela fala em juntar com meu primo e abrir um mercadinho lá. Aí, eu até fico calado, mas tem que ver se vai dar movimento, né? Porque muita gente quer pagar fiado, pra pagar no fim do mês (id., 2012)

Eu perguntei a ele como se dava esse negócio da venda do apartamento, e ele explicou. Aproveitou para falar de suas dúvidas e de seus planos para venda do apartamento e investimento do capital que levantará com a operação:

> é proibido vender, só que eles vão lá no cartório e faz tipo um recibo, uma autenticação normal, e vende ali! Sabendo que a Prefeitura tem registrado 50 anos o nome da pessoa lá dentro. Independente de onde eu for, se um dia eu invadir, não ganho nada mais de benefício do governo porque consta que você tem um apartamento em tal canto, isso e aquilo. Mas, eu prefiro ir para o interior também, sabia? Eu não sou do interior não, sou daqui mesmo, minha esposa é que é. Eu tenho planos de vender aqui por 70, 80 mil, porque casa lá é barata, entendeu? Como o aluguel também. O aluguel lá mais caro, você paga 200 conto, lá em Sucupira. Eu penso em comprar 6 casinhas de 10.000, que lá tem, e morar numa e botar 5 ou 4 pra alugar, e daí eu trabalhar também, entendeu? Eu, graças a Deus não meço esforços não. Eu trabalho em todas as áreas, tanto na área alimentícia, como na área de atendimento, como no comércio. Eu sou fichado nesses negócios todinho. Até na área de gerenciamento eu já trabalhei também. Da limpeza prá lá, eu tô... Agora mesmo, estou trabalhando de mensageiro administrativo num hotel. Eu pensei em alugar meu apartamento, pra sair e alugar uma casa boa porque, às vezes, eu me irrito. Porque eu quero mudar as coisas... (id., 2012)

Como visto acima, o fracasso do projeto da Prefeitura, seja por seus erros estratégicos, seja pela falta de sua plena implementação, tornou-se uma oportunidade de ascensão social para os moradores mais ousados. A oportunidade fez despertar o "empreendedor capitalista entorpecido" dentro de muitos dos aprisionados pela extrema pobreza. Muitos venderam o apartamento, simplesmente por não terem como pagar seu custo, outros para fugir de diferentes tipos de ameaça, como foi o caso de Wellingtom e sua mãe, relatado acima. Mas, muitos se sentiram estimulados pela oportunidade de ter um capital disponível para investir e, enfim, sair do sistema de exploração da força de trabalho a que estavam submetidos. Alguns poucos o conseguiram.

Considerações Finais

Esta pesquisa, que começou em 2010, seguiu um processo evolutivo e passou por várias fases. A primeira foi registrada numa monografia na área de Gestão Pública, a segunda na dissertação de mestrado em História Cultural e esta última, desenvolvida para a elaboração da tese doutoramento em História Social. O amplo espectro de suas fontes, desde as bibliográficas, passando pelas documentais e, de modo especial, as orais nos permitiu um percurso de imensa aprendizagem e alcances muito satisfatórios, no que diz respeito às questões levantadas e aos objetivos traçados. Em relação à hipótese inicial, foi possível chegarmos a algumas conclusões, nos possibilitando confirma-la como verdadeira, embora

dentro dos limites do que podemos chamar de “verdade” e com descobertas inesperadas, como costuma ocorrer num processo de pesquisa.

Assim, foi possível verificar a relação de continuidade entre experiências históricas fincadas no capitalismo mercantilista do período colonial e as injustiças sociais produtoras da pobreza na área urbana da contemporaneidade. O capitalismo mudou em função das transformações culturais, das mudanças nos campos científicos e tecnológicos, que continuamente reestruturam os modelos econômicos. No entanto, não mudou no seu objetivo maior, que visa à acumulação de capital na mão de poucos e se estrutura na exploração da força de trabalho da grande massa trabalhadora. Um dos subprodutos desse sistema é a pobreza, que apresenta seu aspecto mais marcante nos países da periferia capitalista global, tradicionalmente tratados como colônias.

Com a passagem do modelo capitalista mercantil para o industrial e, depois, para o financeiro, as cidades foram se tornando, cada vez mais, centros de grande atração para populações oriundas de todas as partes e, assim, passou a ser o principal *habitat* humano, concentrando hoje, no Brasil, mais de 80% de sua população, como visto acima. Nesse processo, as cidades, assim como tudo que nela circula, tornaram-se mercadorias. Dentre essas, é sem dúvida a terra e tudo o que é fixo nela o que há de mais caro. Esse fato fez com que boa parte da pobreza fosse excluída do mercado imobiliário, tornando quase impossível, para os que têm menor renda, o acesso ao consumo de uma moradia digna, seja através de aluguel ou de compra de imóveis. Mais difícil ainda, para não dizer impossível, tornou-se o acesso dessa mesma classe à renda ou ao lucro dentro do mercado imobiliário formal.

Classes econômica e politicamente mais poderosas passaram, assim, a ditar as regras acerca do uso do solo urbano, em função de seus interesses. As portas da cidade, então, se fecharam para os pobres que, não tendo dinheiro para pagar o seu preço, estariam condenados a não ter lugar dentro de suas fronteiras oficiais. No entanto, para essa parcela da população, uma força surgiu, da própria necessidade de continuar existindo. Uma inteligência intuitiva, ou seja, que não planeja com antecedência nem participa de projetos, mas que age de acordo com as oportunidades e as ocasiões, fez com que os pobres rompessem as barreiras do tempo, resistindo incessantemente, desenvolvendo capacidades, métodos e artifícios. Até hoje, essa capacidade de resistência lhes garante um lugar na cidade, mesmo que para isso regras tenham que ser burladas, enfrentadas, desobedecidas, transformadas, tudo isso, dentro do campo dominado pelas classes mais poderosas.

Os objetivos desta pesquisa foram, portanto, entender e registrar como e por que isso se deu, no caso de intervenções urbanísticas específicas, ocorridas em um tempo e em um lugar também específicos, a saber, na cidade de Recife, entre os anos de 2003 e 2019. Para atingir esse objetivo principal, muitas perguntas precisaram ser respondidas, tais como as já colocadas na introdução desta tese, as quais estão reproduzidas abaixo:

1-Quais foram as permanências e/ou mudanças que caracterizaram essas intervenções em comparação com outras ocorridas anteriormente?

2-Como os pobres atingidos viviam e se relacionavam com a cidade antes dessas intervenções?

3-Quais forças sociais, políticas e econômicas induziram, possibilitaram e justificaram essas intervenções?

4-Como, na visão dos moradores pobres atingidos, essas intervenções impactaram seu cotidiano, sua cultura, sua economia e sua organização social?

5-Como, na luta pelo direito à cidade e à autodeterminação, a população pobre atingida reagiu às intervenções?

6-Houve resistência por parte dos moradores atingidos? De qual tipo?

Dessa forma, no Capítulo 1 foi possível fazermos uma contextualização geográfica e cultural do tema que seria desenvolvido, relacionando-o com o caso específico da cidade de Recife. Foi dado, assim, início ao percurso histórico percorrido pelas relações sociais que tiveram como palco e como resultado o espaço urbano da cidade de Recife, o que nos permitiu responder à pergunta número 1. No capítulo 2, demos continuidade ao percurso histórico, o que nos levou até ao recorte temporal da pesquisa, permitindo a conclusão à resposta da pergunta número 1 e o início da resposta à pergunta número 2. O capítulo 3 dedicou-se à conclusão do percurso histórico e ao aprofundamento da resposta à pergunta de número 2. No capítulo 4, chegamos, enfim, ao estudo específico do objeto da pesquisa, inserido como parte bem articulada de um longo processo histórico, o que nos permitiu chegar às respostas às perguntas de número 3 a 6.

Os dados analisados nesta pesquisa, tanto bibliográficos quanto empíricos, dialogam com o que é afirmado por Deleuze e Guattari (1996), quando dizem que onde há um território, sempre existem vetores que apontam nos dois sentidos, da territorialização e da

desterritorialização[136]. As forças que constituem um território são, portanto, dinâmicas e se equilibram ou se desequilibram, em função das relações sociais, mas são indissociáveis. Quando uma desterritorialização se efetiva, surge o imediato esforço dos sujeitos desterritorializados de se reterritorializarem em outra parte. (GUATTARI e ROLNIK, p.323, 1986, apud HAESBAERT e BRUCE, p.06, 2002).

Para Deleuze e Guattari (1996), na vida da sociedade capitalista civilizada estamos sempre passando de um território para outro, ou seja, abandonando territórios e fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas (GUATTARI e ROLNIK, p.323, 1996). Nesse sentido, todas as perguntas que moveram esta pesquisa poderiam ser refeitas, genericamente, da seguinte forma: como se dão a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos, quais são os seus componentes, seus agenciamentos, suas intensidades?

No entanto, essa mesma pergunta, no caso desta pesquisa, foi feita para eventos, lugares e tempos específicos. Assim, ela também leva a respostas específicas, que não devem ser generalizadas. Isso é o que buscamos fazer ao longo de todo o texto. Pudemos então afirmar que a resistência e a luta travada pelos moradores mais pobres da cidade de Recife, entre os anos de 2003 e 2019, diante dos desafios que lhes foram impostos pelo poder público através das reformas urbanísticas, não foram revolucionárias, mas táticas.

Nesse sentido, podemos afirmar que a luta e o trabalho de resistência desenvolvido por esse grupo minoritário não foram para mudar o sistema social ou político, mas para ter acesso a ele e para ter também efetivado o seu direito à cidade. Nesse sentido, sem desistir nunca de lutar contra o estado de carências, os ataques discursivos, a lama, o lixo e os ratos, os pobres também não deixaram de sonhar com a realização do direito a uma moradia digna, garantida a eles pela Constituição Federal, mas negada pelos fatos em si. A princípio, lutaram dentro das regras estabelecidas pelo poder público. Logo que entenderam como elas funcionavam, passaram a criar artifícios dentro dessas mesmas regras, de forma a tirarem delas o melhor proveito.

O problema foi que perceberam, depois de poucos meses morando nos novos apartamentos, que não tinham renda sequer para pagar pelo custo de morar dentro da cidade

---

[136] Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga" e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, p.224, 1996);

oficial. Tiveram, também, seus meios de produção de renda inviabilizados pela mudança de endereço e pelas regras impostas pelos órgãos de controle municipais para funcionarem dentro dos habitacionais. Assim, ao constatarem que a realização de seus sonhos tinha trazido consigo seu oposto, um pesadelo no qual tropeçaram, fizeram da queda o apoio para um contragolpe. Não perderam, portanto, a força potencial que tinham em suas mãos. Burlaram as regras, desrespeitaram os contratos, desafiaram as autoridades e os órgãos de controle e passaram a criar soluções, as mais diversas possíveis, de acordo com suas possibilidades, conveniências e interesses pessoais ou coletivos.

Muitos dos moradores utilizaram as mesmas estratégias capitalistas, como os investimentos racionais, a abertura de novos negócios, a especulação e os cálculos utilizados pelos grandes investidores e negociantes. Conseguiram, assim, restabelecer a produção de renda interrompida pela mudança. Alguns conseguiram o mais difícil, o que parecia mesmo impossível: a própria inclusão no mercado da renda e dos lucros imobiliários. Tudo aconteceu, no entanto, não de acordo com o que foi previsto pelos planejadores, mas com a criatividade e a capacidade intuitiva dos sujeitos, de tirar proveito de todas as ocasiões e oportunidades, de modo especial em situações que ameaçavam a sobrevivência deles e de suas famílias.

No caso dos moradores pobres transferidos para os habitacionais, percebemos pelo menos três tipos de desterritorialização: a econômica, através do desmonte do mecanismo pré-existente de produção de renda; a social, pelo desmonte da organização social comunitária (desvinculação de corpos); e a cultural ou a “desfavelização”, que corresponde à absorção do sistema de códigos e signos dos moradores da cidade oficial, onde foram inseridos. Esta última corresponde à criação de outro território de anunciação, de acordo com o modelo de nova categoria de moradores da cidade. No entanto, esses novos territórios não surgem por eles mesmos, tem de haver um esforço individual e coletivo por uma recodificação (GUATTARI e ROLNIK, 1996).

Muitas vezes, esse desejo ou essa necessidade de mudança surge de uma situação opressiva, como foi o caso visto no Habitacional III Via Mangue, em que o medo de uma nova desterritorialização gerou a sensação da necessidade. Há expressões proferidas por vários dos moradores entrevistados, espécies de “bordões”, que demonstram o desejo ou o esforço pela criação desse novo território de anunciação a partir da destruição de códigos

antigos: “saímos da favela, mas a favela não saiu da gente” ou também: “muita gente veio para cá e trouxe junto a favela!”

Configuram-se, assim, várias e sempre renovadas tentativas das forças econômicas e culturais de eliminar os bolsões de pobreza da grande metrópole recifense, através de diversas e sucessivas desterritorializações, sempre atropelando a autodeterminação dos moradores. Esse fenômeno, claramente constatado através desta pesquisa, reafirma que, no capitalismo, o controle do capital circulante é o fim e o controle do território e da população é o meio (ARRIGHI, 1996). Aqui, fica claro o caráter mais desterritorializador do capitalismo, na medida em que sua preocupação com as bases territoriais de reprodução decresce, em favor da circulação e dos fluxos (HAESBAERT & RAMOS,2004).

Podemos dizer, enfim, que os espaços urbanos ocupados pelas camadas mais pobres da população da cidade de Recife podem ser vistos como algo em constante processo, um permanente “tornar-se”, como afirma Doel (1999). Para esse autor, “se algo existe, é apenas enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos” (DOEL, 1999). Em consequência, não há uma “última instância” ou uma estrutura primeira, mas intervalos de tempo e espaço, que podem ser destacados, para que algo delimitado por eles seja estudado, da forma como fizemos neste trabalho. Portanto, não há a possibilidade de conclusões definitivas.

A história, por sua vez, também é um processo, porque estará sempre sujeita a revisões e ressignificações, a partir de novas e diferentes problematizações, também variáveis no tempo e no espaço.

Fica, portanto, aqui, esta contribuição disponibilizada para os interessados, como registro e interpretação de fatos resultantes de ações humanas em um determinado tempo e lugar, mas principalmente como registro de um olhar, de uma visão, tão impermanente e fluida quanto os objetos e sujeitos que lhe despertaram a atenção.

Referências

AGÊNCIA BRASIL-Empresa Brasil de Comunicação. **Lula visita palafitas na favela Brasília Teimosa**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-10/lula-visita-palafitas-na-favela-brasilia-teimosa> Acesso em abr/2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **As figuras do sensível**: história, cultura e espaço no Brasil do início do século XX. n. 29, p. 151-162, 2005.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. **"Gentrificação"**. In: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação> Acesso em: 23/mai/2021

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012

AMADO, Janaina e; FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANTUNES, Leda. **Minha Casa perto do fim?** Rio de Janiro: UOL, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#cover>Aceso em: 05/mar/2021.

AQUINO, Rubim S.L. et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record. 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. **Recife**: desenvolvimento e desigualdade in Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife – 2005. Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html> Acesso em: 13/mar/2021.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AZEVEDO, M. N. S. de; FREITAS, J. F. B. **O seminário de habitação e reforma urbana**: antecedentes de uma política para habitação popular. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 758–775, 2014. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635324. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635324. Acesso em: 18 jan. 2021.

BARBOSA, Marcos. **História de resistência da Brasília Teimosa é contada em livro por moradora do bairro**. Brasil de Fato | Recife (PE), 2018. Disponível em: < https://www.brasildefato.com.br/2018/08/23/historia-de-resistencia-da-brasilia-teimosa-e-contada-em-livro-por-moradora-do-bairro/> acesso em 25 de junho de 2019.

BELTRÃO, Luíza. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

BEZERRA, Juliana. **Zumbi dos Palmares**. Toda Matéria, 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/zumbi-dos-palmares/> Acesso em: 28/mar/2021.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura**: Algumas Considerações. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 - Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

BORSOI, Acácio Gil. **Cajueiro Seco**. Revista in Mirante das Artes, Etc.n°. 2, março e abril, 1967.

BIS, Diego. **Reconstruindo Cajueiro Seco Arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960 – 1964)**. Aurora, 8: 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed8_v_maio_2010/artigos/download/ed/9_artigo.pdf> Acesso em 24/jan/2021.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____& CHARTIER, Roger. **A leitura**: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (org.) Práticas da Leitura. Tradução Cristiane Nascimento, 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAZ, Álvaro. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (25 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

BRESCIANI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades**, Um Percurso, in Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

_____ **Londres e Paris no século XIX – O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Tudo é História).

BRISO, Caio Barretto. **As raízes da violência no Rio**. O Globo: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/as-raizes-da-violencia-no-rio-21804502> Acesso em: 29/mar/2021.

CAETANO, Maria. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (18 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

CÂMARA, Enildo. História do Recife: **Do surgimento aos dias atuais**. Visita Recife, 2015. Disponível em: <http://visitarecife.com.br/historia-do-recife/> Acessado em: 06.05.2020.

CAMPOS, D. J. S. L.. **A Via Mangue Sob o Olhar do Ordenamento Territorial Urbano em Recife-PE**: o lugar dado às famílias pobres - Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 04, N. 02, 2015.

_____. **Ordenamento territorial em Recife-PE**: As transformações espaciais da realocação de famílias pobres através do Projeto Via Mangue. Dissertação de mestrado. Ano de Obtenção: 2013.

CANCIAN, Renato. **Ditadura militar**: o papel da Igreja católica... – Educação UOL, 2014. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 31/jan/2021.

CARLOS, Ana Fanni Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

_____**. O Espaço Urbano**. São Paulo: Brochura, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Volume I. 8. edição. Tradução de Roneide Ve-nâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2010.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de e LEANDRO, Paulo Ricardo Ferreira. **Políticas públicas e (re)produção sustentável do espaço Urbano**: "programa recife sem palafitas" – seus benefícios e sua natureza social. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez. de 2012. pp.33-58.

CASTRO, Josué Apolônio de. **Homens e Caranguejos**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local**: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.

CAVALCANTI, Maria Clara. Redemocratização (Pós-Ditadura 1964). Querobolsa, 2019. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/redemocratizacao-pos-ditadura-1964>. Acesso em: 01/fev/2021.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa. Difel, 1990.

_____. **A história hoje**: dúvidas, desafios, propostas.. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-114, jul. 1994. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973>. Acesso em: 26/Dez/ 2019.

CNBB. **Solo Urbano e Ação Pastoral**: 20ª Assembleia Geral. CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1982. Disponível em <https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-23-solo-urbano-e-ac3a7c3a3o-pastoral.pdf> Acesso em: 31/jan/2021.

COLOMBO, Sylvia. **Um século em migalhas**. São Paulo: FOLHA DE SÃO PAULO ILUSTRADA, 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1311200222.htm Acesso em: 13/jun/2021.

COMITÊ LULA PRESIDENTE. **Programa de Governo**: Coligação Lula Presidente, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf> Acesso em 29/jun/2021.

CRUZ, Natália. **Exclusão social**. Querobolsa, 2018. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 02/abr/2021.

CUNHA, Célia. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2019]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (17 min). Entrevista concedida para pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DIDA, Serralheiro. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

DOEL, M. **Poststructuralist geographies**: the diabolic art of spatial science. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

ESCOLA, Equipe Brasil. **"Imigração no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm. Acesso em 18 de março de 2021.

FAJARDO, Washington. **Favela, lugar dos esquecidos**. Artigo publicado no site do CAU/BR, 2018. Disponível em: <https://caubr.gov.br/favela-lugar-dos-esquecidos-artigo-do-arquiteto-e-urbanista-washington-fajardo/> Acesso em: 29/jan/2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção habitacional**: tradição e mudança. São Paulo: Annablume, 1996.

FEITOSA, Ivanildo. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2019]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (17 min). Entrevista concedida para pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

FELLET, João. **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula**. BBC News Brasil, 2018 - Disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520> Acessado em: 06.05.2019.

FERREIRA, José. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (27 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no recife, 1920 – 1945**. Recife: UFPE, 2013. Dessertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Editora Global, 2003.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREITAS, Antônio. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2010. 1 arquivo .mp3 (20 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUATTARI, E e ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. **Carência habitacional e déficit de moradias**: questões metodológicas. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 15, n. 1, p. 73-84, Jan. 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Julho 2020. https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100009.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaios, vol. II, Sobre História de Portugal**. Lisboa, Sá da Costa, 1968.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Os sem-terras, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GÓIS, Joaquim. **Lampião**: o último cangaceiro. Aracaju: Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, (Livraria Regina), 1966.

GOMES, Marluce. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2010. 1 arquivo .mp3 (45 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: quilombos e mocambos no Brasil (secs. XVII-XIX). 1997. 773f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280897>. Acesso em: 21 jul. 2018.

GONÇALVES, Márcia de A. **História local**: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.;

GORELIK, Adrien. **A produção da cidade Latinoamericana**. Tradução Fernanda Areas Peixoto. In: Revista Tempo Social. São Paulo, v. n.1, 2005.

GOUBERT, P. História local. **História & Perspectivas,** Uberlândia, n. 6, p. 51-52, jan/jun., 1992.

GOUVEIA, Viviane. **Quilombos e Revoltas de Escravos**. O Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3537&Itemid=359> Acesso em 06/abr/2021.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; PENNA, Rejane Silva. **Contar a vida, pensar a história**: experiências na utilização das fontes orais no ensino da história. Londrina: História & ensino, v. 12, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Historiografia, diversidade e história oral**: questões metodológicas. In LAVERDI, Robson [et al.]. História Oral, Desigualdades e Diferenças. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Florianópolis/SC: Ed. Da UFSC, 2012.

_____. **Memória, relatos e práticas de espaço**: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000).. História Oral (Rio de Janeiro), v. vol.9, p. 49-68, 2007.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**- GEOgraphia, 2002 - periodicos.uff.br - v. 4 n.7 Disponível em: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Marina T. **O mito da desterritorialização econômica**. Geographia, ano 6, n. 12, p. 25-48, 2004.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. Condição pós-moderna**. 16ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.**

_____. **O Direito à Cidade.** Piauí Folha UOL-tribuna livre da luta de classes. edição 82 julho, 2013. Disponível em: < https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em 28/out/2020.

HERÁCLITO. **Fragmentos**. In: Heráclito: fragmentos contextualizados. Ed. Bilíngue, trad. E comentários Alexandre Costa. Rio de Janeiro, Difel, 2002.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e escravidão**: o europeu poderia civilizar a província? -MÉTIS: história & cultura –v. 13, n. 27, jan./jun. 2015.

JACCOURD, Luciana. **O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza**: reconfigurando a proteção social no Brasil? In: De CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010. v. 1, p. 101-136.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Prazer, eu sou Wellington**. Caderno Reencontros-Recife: Jornal do Comércio, publicado em 09/10/2011.

JORNAL DO SENADO. **Minha Casa Minha Vida não reduziu déficit habitacional, afirma estudo** – Especial Cidadania – Ano XIV – Nº 622.

KEHL, L. **Breve história das favelas**. São Paulo: Claridade, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: 34, 2000.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2. Ed. 2001.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ricardo. **Recife dos morros e córregos**: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. X Encontro Nacional de História Oral. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2010 – Disponível em < https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270423029_ARQUIVO_RECIFEDOSMORROSECORREGOS.05012010.pdf> Acesso em 12/jan/2021.

LIMA, Lucicleia Maria. **Avaliação ergonômica no conjunto habitacional "Abençoada por Deus"**. TCC - Departamento de Ciências do Consumo. Curso de Bacharelado em Economia Doméstica. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE), Recife, 2019.

LINS, Juciene. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (20 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

LIRA, José Tavares Correia de. **O urbanismo e o seu outro**: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], n. 1, p. 47, maio 1999. ISSN 2317-1529. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/26>. Acesso em: 21 jun. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p47.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926**. Higienismo, vadiagem e repressão policial. Recife. PPGH/UFPE, 2001.

LUCAS, Leonardo. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (45 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

LUIZ, Caique. E**m busca de um chão para chamar de seu**. Recifaces, 2013. Disponível em; <https://recifaces.wordpress.com/author/caiqueluiz/> Acesso em 22/jun/2019.

MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANCE, Euclides André. **Anampos** – Relatório dos Encontros Nacionais (a concepção e o papel estratégicos do movimento sindical e popular – 1980 a 1989). [I Encontro – Documento de Monlevade, fev. 1980] Curitiba, CEFURIA, 1990.

_____. **O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular**: o aprendizado dos anos 80 e 90. Curitiba: IFil, 2007.

MARICATO, Ermínia. "autoconstrução", a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982

_____. **Política habitacional no Regime Militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987

_____. **A bomba relógio das cidades brasileiras** - Democracia Viva, Rio de Janeiro – IBASE, v.11, p.3-7, 2001.

_____. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. in: CASTRIOTA, L.B. (org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: editora Arte, 2003.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Nossas cidades estão ficando inviáveis**. Entreviusta concedida à revista Desafios do Desenvolvimento. Revista Desenvolvimento, 2011b. Ano 8 – Nº 66.

_____. **Para entender a crise urbana**. 1.ed – Sãp Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Para entender a crise urbana**. Palestra de abertura da 10° edição do Ciclo de Palestras "Quintas Urbanas" promovido pelo Núcleo de Análises Urbanas do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG. Transcrição inicial: geógrafa Leda V. Buonfiglio (bolsista PNPD no Programa de Pós-graduação em Geografia na FURG). Revisão da autora. Formatação e revisão final de César Martins e Susana Silva no Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande. CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015 B, p. 11-22.

_____. **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula.** [jun. 2018]. Entrevistador: BBC Brasil. São Paulo, 2018. Em entrevista à BBC Brasil em sua casa na Vila Madalena, em São Paulo.

_____. **As vítimas da falta de moradia têm cor no Brasil**. Entrevista concedida a Marcos Barbosa. Brasil de Fato. Recife (PE) 25 de Março de 2019. Disponível em < https://www.brasildefatope.com.br/2019/03/25/erminia-maricato-as-vitimas-da-falta-de-moradia-tem-cor-no-brasil> Acesso em 15/jan/2021.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a abo**lição. Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA, Ano 8 . Edição 70 - 29/12/2011. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23> Acesso em: 30/julho/2020.

MARQUES, Paulo Alexandre Xavier. **Na contramão da via mangue**: artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades "Xuxa" e "Deus nos Acuda" em Recife-PE. UFCG, 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Três polêmicas com hayden White**. Revista de Teoria da História Ano 2, Número 5, junho/ 2011 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-589254

MARTINS, José de Souza.**O Cativeiro da Terra.** 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARTINS, Melanie. **A política da sociedade em rede**—Manuel Castells. Jornalismo ESPM 2017.1 – 2018. <https://medium.com/@jornalismoespm2017.1/a-pol%C3%ADtica-da-sociedade-em-rede-manuel-castells-6dbe70ac1948> Acesso em abr 2019.

MARX, Karl. "O dezoito brumário", in: **O dezoito brumário e Cartas a Kugelman**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159

MATIAS, José. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (15 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

MATOS, Luís (Pseudônimo). **Entrevista**. [jan. 2019]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

MEIRA, Julião. (Pseudônimo) **Entrevista**. [julho. 2013]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2013. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: o banditismo no Nordeste do Brasil. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1985.

MELO JR., Jamildo Pereira de. **Moradora símbolo do Via Mangue 3 nunca votou em Lula**. Blogjamildo, 2010. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 13 mai. 2013.

MENDES, Luciana. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (10 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Industrialização Brasileira**. 2ªED. São Paulo: Moderna, 2004.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos LTDA, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ciclo> Acesso em: 04/fev/2021.

MICHELET, Jules. **O povo**. Tradução de G. C. C. Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Mar. 2021. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002.

MONTENEGRO, A.T. **História, metodologia, memória** – 1. Ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Travessias e desafios**. In Laverdi, Robson et al (org). História oral, desigualdades e diferenças – Recife: Ed. Universitária da UFPE; (Florianópolis/SC): Ed. Da UFSC, 2012.

_____. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Renata P. S. "**O mal do mocambo**": o discurso de Agamenon Magalhães e a busca pela moral e cidadania no Recife (1937-1945). XXVII Simpósio Nacional de História – Natal-RN – ANPUH – Brasil, 2013.

MORIN, E. Ciência com consciência. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

NEVES-SOUZA, Rejane Dias das. **Métodos e Técnicas de Pesquisa: letras / Rejane Dias das Neve Souza**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

NOGUEIRA, Ataliba. **António Conselheiro e Canudos**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1997

NORONHA, Andrius Estevão. **Uma análise da Historiografia Urbana Brasileira**. Entre rios e fronteiras27 de novembro de 2018. Disponível em: <http://revistacontemporartes.com.br/2018/11/27/uma-analise-da-historiografia-urbana-brasileira/> acesso em 10/março/2020.

OLIVEIRA, F. D. ; RIZEK, C. S. A era de indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Fernanda Martinez de. **Inclusão social a partir do direito à moradia**: programa Recife sem palafitas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v. 9, n. 44 (2004). ISSN: 2236-5710 (http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44033)

OLIVEIRA, Luíza. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2010. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

OLIVEIRA, Marcos. **Prefeitos do Recife na luta contra os mocambos**. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/14/prefeitos-do-recife-na-luta-contra-os-mocambos--248535.php> Acessado em 05/abr/2019.

PANASIEWICZ, Roberlei; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **A ciência e seus métodos**. Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2013.

PEREIRA, Lucinalva. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2013]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2013. 1 arquivo .mp3 (45 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares Malditos**: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX) Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

PETTI, Daniela Ramos**,** "**Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida**": uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação de mestrado. Ano de Obtenção: 2020.

PIRENNE, Henri. **As cidades na idade média.** Lisboa: Europa-América, 1962.Original: Les villes au moyen Age.Bruxelas: 1925.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PONTUAL, Virgínia. **O urbanismo no Recife**: entre ideias e representações. R. B. Estudos Urbanos e Regionais nº 2 / novembro 1999.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade**: o conjunto habitacional da Torre. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 2006.

PORFíRIO, Francisco. **"Cultura indígena";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/cultura-indigena.htm>. Acesso em 31 de março de 2021.

PORTELLA, Tarciana; AAMOT, Daniel; PASSAVANTE, Zelito. **Homem gabiru**: catalogação de uma espécie. São Paulo: Hucitec, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: palestras / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Caixa Econômica Federal, 2011.

PREFEITURA DO RECIFE. **Via Mangue**. 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/05/05/mat_161990.php>. Acesso: 10 out. 2011.

PUENTES, Jhonny; GAVÌDIA, J. L. Monzant. **História e historiografia**: construção de novas tendências teóricas. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. IN **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. 5ª Edição. Editora Campus. Rio de Janeiro. RJ. Brasil.1997.

RESENDE, Antônio Paulo. **Ruídos do efêmero**: histórias de dentro e de fora. Recife: Editora da UFPE, 2010.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. **A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960**. Arquitextos, 109.07 ano 10, junho de 2009.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Salvador, UFBA, 2013.

SANTO AMORE, Caio. **Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade**: um estudo sobre ZEIS e os impasses da Reforma Urbana na atualidade – Tese (Doutorado – área de concentração: planejamento urbano e regional) – FAU/USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Organizadores. Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Brasília, julho de 1999. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf> Acesso em 23/jan/2021

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1°ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Pobreza Urbana**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1991.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. Companhia das Letras: São Paulo, 1995

_____, Stuart B. **Escravidão indígena e o início da escravidão africana**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEN, Amartya K.; KLIKSBERG, Bernard. As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRAN, João Ricardo. **O IAB e a política habitacional brasileira**. São Paulo: Schema Editora, 1976

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA FERREIRA, Poliana da; CAPPI, Riccardo. **Contando as mortes de jovens negros**: narrativas de um real insustentável. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, [S.l.], n. 238, p. 543-567, dez. 2016. ISSN 2447-861X. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/244>. Acesso em: 02 ago. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2016.n238.p543-567.

SILVA, Daniel Neves. **"Zumbi dos Palmares";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/zumbi.htm>. Acesso em 28 de março de 2021b.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz . **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Canudos e Caldeirão**: missões abreviadas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SILVA, Lígia Osório. **Terra devolutas e latifúndi**o. Campinas (SP): Ed da UNICAMP, 1996.

SILVA, Marcos A. da. **A construção do saber histórico**: Historiadores e imagens. R. História, São Paulo, n. 125-126, p. 117-134, ago-dez/91 a jan-jul/92.

_____. **O historiador, o ensino de História e seu tempo** (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil –1964/1985). Antíteses, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 23-36. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses Acesso em 01 de julho de 2019.

SILVA, Samara Santana. **Os Cortiços e a cidade do Rio de Janeiro durante seu processo de modernização na virada para o século XX**. Encontro Estadual de História – Santo Antônio de Jesus – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2018.

SILVA, Socorro. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2019]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2019. 1 arquivo .mp3 (45 min). Entrevista concedida para pesquisa de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

SILVA, Wellington Souza. **Desenvolvimentismo.** Disponível em: https://www.infoescola.com/economia/desenvolvimentismo/ Acesso em: 19/jan/2021.

SINGER, Paul et al. **São Paulo:** O povo em movimento. Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1980.

SOMBART, Werner. **Ursprung undWeses der Modernen Stadt**. In:SOMBART, Werner. Der ModerneKapitalismus. Leipzig: Duncker und Humblot, 1902.

SOUZA, Francisco. (Pseudônimo) **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 2012. 1 arquivo .mp3 (40 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

SOUZA, Jessé. **A elite do Atraso**: Da Escravidão à Lava Jato. LeYa: 2017, São Paulo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Lei de Terras de 1850"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/lei-terras-1850.htm. Acesso em 25 de junho de 2019.

TOLEDO, Caio Navarro. "**1964**: O golpe contra as reformas e a democracia". Artigo publicado na Revista Brasileira de História 47. São Paulo: ANPUH, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102..> Acesso em 04/mar/2021.

TRINDADE, Thiago. **A pandemia que escancarou nossa questão urbana**. Carta Capital – BRCIDADES, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/a-pandemia-que-escancarou-nossa-questao-urbana/> Acesso em 02/fev/2020.

TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. **Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria**: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Rio de Janeiro 51(2):294-311, mar. - abr. 2017.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luiz Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. **Século XX**: 70 anos de migração interna no Brasil. Textos e Debates, n. 7, 2004.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Habitação**: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. CADERNOS METRÓPOLE, N. 9, pp. 165-171, 1º sem. 2003.

VASCONCELOS, Gerlane. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2012]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 201. 1 arquivo .mp3 (25 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

VIEIRA (A), Almir Júnior. (Pseudônimo) **Entrevista**. [jan. 2013]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 201. 1 arquivo .mp3 (45 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

VIEIRA (B), Sandra Lúcia. **Entrevista**. [Set. 2010]. Entrevistador: Paulo Alexandre Xavier Marques. Recife, 201. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida para pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

WANDERLEY, L.E.W. **Movimentos socias populares**: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: Ciências Sociais na Atualidade: movimentos. São Paulo: Paulus, 2005.

WEBER, Max. **The City.** New York: Free Press, 1958. [Original: 1905].

ZALUAR, Alba. "**Pra não dizer que não falei de samba**: Os enigmas da violência no Brasil", in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp 245/318 (História da vida privada no Brasil - 4).